

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos
Sociais

Haydée Svab

Espaço Digital e Participação Real

Brasil

Setembro/2014

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos
Sociais
Haydée Svab

Espaço Digital e Participação Real

Monografia de conclusão do curso de pós-graduação *Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais* oferecido pela FAFICH-UFMG em parceria com a Secretaria da Presidência da República.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer

Co-orientadora: Rayza Sarmiento

Brasil

Setembro/2014

Haydée Svab

Espaço Digital e Participação Real/ Haydée Svab. – Brasil, Setembro/2014-
221 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Leonardo Avritzer

Co-orientadora: Rayza Sarmento

Monografia – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH

Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos
Sociais, Setembro/2014.

1. Comunicação Digital - Política. 2. Internet - Comunicação Política. 3. Tecnologia da Informação. I. Orientador: Leonardo Avritzer II. Co-orientadora: Rayza Sarmento III. Universidade Federal de Minas Gerais. IV. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. V. Título

CDU 02:141:005.7

Haydée Svab

Espaço Digital e Participação Real

Monografia de conclusão do curso de pós-graduação *Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais* oferecido pela FAFICH-UFMG em parceria com a Secretaria da Presidência da República.

Trabalho aprovado.
Brasil, 06 de novembro de 2014:

Prof. Dr. Leonardo Avritzer
Orientador

Rayza Sarmento
Co-orientadora

Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio
Convidado

Brasil
Setembro/2014

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que acreditam na democracia como forma de governo, que acreditam na tecnologia como aliada e que acreditam ser possível construir um mundo com menos desigualdades a partir do protagonismo popular.

Agradecimentos

Um trabalho de pesquisa sempre é fruto direta ou indiretamente da colaboração de muitas pessoas. Agradecê-las nominalmente é um risco por ser possível deixar inadvertidamente alguém de fora. Assim, deixo registrado um sincero agradecimento a todas e todos que contribuíram para monografia tornar-se realidade: minha família de nascença e também aquela que escolhemos e vamos compondo ao longo da vida.

Ao Diego Rabatone Oliveira, agradeço pela parceria incondicional, pela tranquilidade e amor fundamentais nos momentos de tensão e pelas horas a fio dispendidas ombro a ombro sobre a mesa de trabalho.

À Rayza Sarmento, agradeço pela dedicação e orientação perspicaz, mesmo que à distância. Sua parceria intelectual e crença na relevância deste trabalho foram indispensáveis para que fosse concluído.

Ao Ricardo Poppi sou grata pela amizade, pela disposição em ajudar e pelas pontes que abriu no Participa.br, sem as quais a realização deste trabalho seria impossível.

Com Luiz Damasceno e Uirá Porã, compartilho das crenças e lutas pelo aprofundamento da democracia. Agradeço-lhes pela prontidão e prestatividade nas respostas a respeito do Ambiente Digital, fundamentais para a elaboração desta monografia.

À Vanessa Orban, agradeço pela amizade e compreensão em diversos momentos. Suas críticas e sugestões foram inestimáveis na reta final deste trabalho.

Ao Guilherme Carmelo Ungar, agradeço pela amizade, bom humor e espirituosidade cotidianos que desmancham qualquer desânimo.

À Daniela Silva e ao Pedro Markun, agradeço por fazerem parte da minha história e por terem influído fortemente na visão sobre política e tecnologia.

À Tassiana Belarmino de Souza e à Daniela Rozados, agradeço pelos ouvidos e mente sempre abertos sem nunca perderem de vista a capacidade crítica.

Ao Fábio Cunha Lofrano e ao Cristiano Ferri, agradeço pela admiração intelectual que me provocam, por acreditarem que não apenas é possível transformar o mundo, mas que dedicam suas vidas a isso dentro da máquina pública.

Agradecimentos especiais são direcionados aos grupos de que faço parte e que fazem parte da minha história e da minha formação Transparência Hacker e POLIGNU - Grupo de Estudos de Software Livre da Poli-USP.

Finalmente, agradeço a Villa-Lobos e a Marco Ruviano que acalmaram minhas inquietações com suas composições.

*“Technological systems are socially produced.
Social production is culturally informed.
The Internet is no exception.”
(Castells, Manuel; In: The Culture of the Internet)*

Resumo

O objetivo desta monografia é estudar mecanismos de participação digitais no contexto da gestão pública. Muitas abordagens são possíveis e, neste caso, escolheu-se desenvolver o trabalho dentro do campo temático da participação social tomando por lado a vertente teórica que defende a complementaridade entre mecanismos de representação e de participação direta, em específico utilizando os meios digitais. Duas foram as principais questões norteadoras: o quanto as pessoas da sociedade civil conhecem e reconhecem mecanismos de participação por meios digitais e como é o impacto desses mecanismos para o governo. Tomou-se por estudo de caso dois portais, a saber, Participa.br em nível federal e Gabinete Digital em nível estadual. Foram analisados os portais em si para compreender suas finalidades e como se relacionam com os usuários. Membros das equipes de ambos portais foram entrevistados afim de investigar a percepção dos gestores públicos. Foi também empreendido um survey com membros da sociedade civil organizada, em nível nacional, para captar a avaliação e o uso que fazem de algumas ferramentas digitais de participação existentes. Os resultados obtidos indicam que há segmentos do governo dispostos a aumentar a permeabilidade da máquina pública por meio de ferramentas digitais de participação, porém, não sem resistência interna de setores mais conservadores que ainda apostam exclusivamente na democracia representativa. Na sociedade civil organizada parece que o conhecimento dos mecanismos digitais de participação digital ainda têm muito a avançar. Como resultado final, pretende-se contribuir para a maior compreensão de como fortalecer a democracia pela articulação de instâncias participativas presenciais e virtuais, em dinâmica de necessária integração.

Palavras-chaves: internet; participação; participação online; governo eletrônico

Lista de ilustrações

Figura 1 – Números globais de indivíduos usuários de internet, total e por 100 habitantes – período 2001 a 2014	47
Figura 2 – Taxa de Visitas do Participa.br de 02 de janeiro a 20 de junho de 2014	61
Figura 3 – Quantidade de comunidades criadas de julho de 2013 a junho de 2014	62
Figura 4 – Equipe Participa.Br	65
Figura 5 – Número Total de Usuários do Gabinete Digital ao longo do tempo	85
Figura 6 – Equipe Gabinete Digital - PROCERGS	88
Figura 7 – Equipe Gabinete Digital - Palácio Piratini	89
Figura 8 – Distribuição de frequência das faixas de idade dos(as) respondentes	112
Figura 9 – Distribuição de frequência da função na entidade/movimento	112
Figura 10 – Meios de comunicação de entidades/movimentos com governo - 1ª opção de resposta	114
Figura 11 – Meios de comunicação interno de entidades/movimentos - 1ª opção de resposta	114
Figura 12 – Likert Portal da Transparência - etapa piloto	117
Figura 13 – Likert e-SIC - etapa piloto	118
Figura 14 – Likert e-Democracia - etapa piloto	119
Figura 15 – Likert Participatório - etapa piloto	120
Figura 16 – Likert ParticipaBr - etapa piloto	120
Figura 17 – Nuvem de palavras das respostas à questão “o que você acha dos instrumentos digitais de participação?”	121
Figura 18 – Distribuição etária de respondentes – segunda etapa	124
Figura 19 – Distribuição de frequência das faixas de tempo de atuação na entidade / movimento – segunda etapa	124
Figura 20 – Distribuição de frequência da função na entidade/movimento - segunda etapa	125
Figura 21 – Distribuição de frequência da área de atuação da entidade/movimento - segunda etapa	125
Figura 22 – Respostas sobre as formas de comunicação dentro da entidade / movimento do respondente que participa	126
Figura 23 – Respostas sobre quais as formas de comunicação para atingir pessoas de fora da entidade / movimento de que o respondente participa	127
Figura 24 – Respostas sobre como o respondente ou a entidade / o movimento social de que participa se comunicam com o governo	128
Figura 25 – Respostas sobre como o respondente ou a entidade / o movimento ficam sabendo das atividades de outras entidades / movimentos sociais	129

Figura 26 – Mapa perceptual do grau de proximidade versus conhecimento - abrangência nacional	130
Figura 27 – Mapa perceptual do grau de proximidade versus conhecimento - abrangência estadual (RS)	131
Figura 28 – Mapa perceptual que relaciona as categorias das variáveis “estado”, “grau de conhecimento/envolvimento com o Gabinete Digital” e “se conhece algum instrumento ou ferramenta digital de participação do governo estadual”	136
Figura 29 – Mapa perceptual que relaciona as categorias das variáveis “região”, “grau de conhecimento/envolvimento com o Participa.br”, “se conhece algum instrumento ou ferramenta digital de participação do governo estadual” e “se conhece algum instrumento ou ferramenta digital de participação do governo federal”	137
Figura 30 – Nuvem de palavras das respostas à questão “o que você acha dos instrumentos digitais de participação?”	138

Lista de quadros

Quadro 1 – Formas de Representação na Política Contemporânea.	29
Quadro 2 – Situações relevantes para diferentes métodos de pesquisa.	53
Quadro 3 – Participa.br - Entrevistados	66
Quadro 4 – Estratégias de divulgação utilizadas no Participa.br, por entrevistado(a)	73
Quadro 5 – Participa.br - Pontos positivos	80
Quadro 6 – Participa.br - Pontos negativos	81
Quadro 7 – Participa.br - Desafios	82
Quadro 8 – Participa.br - Próximos Passos	83
Quadro 9 – Gabinete Digital - Entrevistados	90
Quadro 10 – Gabinete Digital - Pontos positivos	102
Quadro 11 – Gabinete Digital - Pontos negativos	102
Quadro 12 – Gabinete Digital - Desafios	103
Quadro 13 – Gabinete Digital - Próximos Passos	103

Lista de tabelas

Tabela 1 – Número Total de Usuários do Gabinete Digital ao longo do tempo	86
Tabela 2 – Participação no Gabinete Digital em 2011 e 2012	87
Tabela 3 – Valores p das análises de correspondências - etapa piloto	116
Tabela 4 – Sistematização das distâncias dos mapas perceptuais - das categorias do “grau de proximidade” versus as categorias sim / não relativas ao conhecimentos dos portais	132
Tabela 5 – Valores p das análises de correspondências - etapa piloto	134
Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br	218
Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br	219
Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br	220
Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br	221

Lista de abreviaturas e siglas

ANACOR	Análise de Correspondência
CC	Creative Commons
CF-88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CGU	Controladoria Geral da União
CNPS	Compromisso Nacional de Participação Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COMIGRAR	Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
CSV	comma-separated values (valores separados por vírgula)
DDS	De Digitale Staad (Cidade Digital)
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
EPG	Empowered Participatory Governance
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
LAI	Lei de Acesso à Informação Pública
OGU	Ouvidoria Geral da União
ONG	Organizações Não Governamentais
OP	Orçamento Participativo
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PROCERGS	Serviço Federal de Processamento de Dado
SEPPC	Secretaria-Geral da Presidência da República
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados

SGPR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
VOIP	Voice over IP (voz sobre IP)

Sumário

	Introdução	23
I	REFERENCIAIS TEÓRICOS	25
1	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	27
1.1	Democracia	27
1.2	Crise da Representação	29
1.3	Mecanismos de Participação Política	33
1.3.1	Mecanismos de Participação Política no Mundo	34
1.3.2	Mecanismos de Participação Política no Brasil	38
2	PARTICIPAÇÃO E INTERNET	45
2.1	Internet, ciberespaço e rede	45
2.2	Transformações sociais na rede	48
2.3	Participação Digital	49
3	CONTEXTUALIZAÇÃO E MÉTODO	53
3.1	Escolhas dos Métodos	53
II	ESTUDOS DE CASO	57
4	A VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS	59
4.1	Participa.br	59
4.1.1	Caracterização	59
4.1.2	Estrutura Organizacional	65
4.1.3	Entrevistas	65
4.1.3.1	Criação do Portal	67
4.1.3.2	Impacto do Portal	70
4.1.3.3	Funcionamento do Portal	73
4.1.3.4	Contextualização Política	76
4.1.3.5	O caso da COMIGRAR	78
4.1.3.6	Avaliação síntese	79
4.2	Gabinete Digital	84
4.2.1	Caracterização	84
4.2.2	Estrutura Organizacional	88

4.2.3	Entrevistas	89
4.2.3.1	Criação do Portal	90
4.2.3.2	Impacto do Portal	93
4.2.3.3	Funcionamento do portal	97
4.2.3.4	Contextualização Política	100
4.2.3.5	Avaliação síntese	101
4.3	Análises comparativas	105
5	A VISÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	109
5.1	Aplicação de questionário piloto	109
5.2	Aplicação de questionário online	122
III	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	Referências	145
	ANEXOS	153
	ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DO GABINETE DIGITAL	155
	ANEXO B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DO PARTICIPA.BR	159
	ANEXO C – QUESTIONÁRIO PILOTO PARA SOCIEDADE CIVIL	163
	ANEXO D – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO PARA SOCIEDADE CIVIL	167
	ANEXO E – COMPILAÇÃO QUESTÃO ABERTA - SOCIEDADE CIVIL PILOTO	177
	ANEXO F – COMPILAÇÃO QUESTÃO ABERTA - SOCIEDADE CIVIL ELETRÔNICO	181
	ANEXO G – GOVERNO ESCUTA	207
	ANEXO H – GOVERNO RESPONDE	213

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO PARTICIPABR	217
--	-----

Introdução

A crise do atual sistema representativo tornou-se ainda mais evidente ao tomar as ruas em junho de 2013. Milhões de manifestantes foram às ruas de diversas cidades do Brasil para protestar contra aumento das tarifas de transporte público e, mais, por melhores condições de vida – o que quer que isso significasse para cada indivíduo da rede interconectada ([SANTANA; SILVA, 2013](#); [MALINI; ANTOUN, 2013](#)). Se em princípio vivemos numa democracia como então justificar um levante de tal monta questionando a representatividade de governantes? Por um lado, a nossa sociedade vem se deparando com os limites da democracia tal como está delineada, calcada fundamentalmente nos conceitos de representação. Por outro lado, conforme amadurece, a nossa democracia vem encontrando possibilidades de consolidação e adaptação dos instrumentos de participação já previstos na Constituição Federal de 1988 ([BRASIL, 1988](#)). Tais instrumentos ainda não contavam com regulamentação até 2014 o que, entretanto, não impediu que fossem aperfeiçoados ou que surgissem novas formas de participação, como os instrumentos digitais. Em maio de 2014 foi aprovado o a Política Nacional de Participação Social (PNPS) que avança na regulamentação dos mecanismos de participação bem como reconhece dua dimensão virtual ([BRASIL, 2014](#)).

A crescente adoção de mecanismos de participação pela Internet trouxe consigo esperança sobre a possibilidade de superação da dicotomia *participação versus representação*, além de também significar incremento no processo de transparência e abertura do governo. Porém, o aumento de canais de participação em si não implica necessariamente alterações políticas, pois estas dependem dos encaminhamentos que ocorrem após a interação governo-sociedade mediados pelos canais de participação ([MARQUES, 2010](#)). Por outro lado, há de se considerar que a quantidade de informações disponíveis na Internet pode conferir maior conhecimento e capacidade de articulação aos(às) cidadãos(ãs), tanto pela possibilidade de acesso a informações e debate de temas decorrentes, como também de estreitamento de diálogo entre representantes e representados(as) ([NORRIS, 2000](#)).

Pode-se ainda acrescer outra dualidade desenvolvendo-se dentro do próprio espaço digital: este pode ser visto tanto como vitrine, espaço de consumo, propaganda e marketing; quanto como espaço de empoderamento e autonomia de cidadãos(ãs) ([SANTANA; SILVA, 2013](#)). Ou seja, no espaço digital desdobram-se comportamentos e disputas bastante análogas àquelas que tomam lugar nos espaços não-digitais, indicando assim que não são os meios digitais a panaceia simples e certa para “salvar” a democracia da crise da representatividade. A análise demanda maior complexidade e, assim, ao considerar a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias na sociedade da informação, percebe-se “como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de

nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico” (CASTELLS, 1999, p.78).

Não pode então a democracia ser partida e dicotomizada em relação ao meio em que se desdobra, mas os novos meios tecnológicos é que se inserem numa sociedade em transformação e assim, refletem-na, espelhando anseios de uma sociedade que demanda mais participação, transparência e acesso a informações. Nesse sentido, os mecanismos digitais em rede têm potencial para fomentar a participação e, conseqüentemente, intensificar a democracia, além de alterar significativamente a cultura política (CASTELLS, 2013).

Este trabalho, portanto, desenvolve-se no campo temático da participação social tomando por lado a vertente teórica que defende a complementaridade entre mecanismos de representação e de participação direta, em específico utilizando os meios digitais. Logo, as duas hipóteses que se pretende explorar são:

- o conhecimento e reconhecimento de instrumentos digitais de participação por membros de organizações da sociedade civil (OSC)
- o reconhecimento e o impacto de instrumentos digitais de participação social pelo poder público

O presente trabalho conta com três partes: a primeira concernente ao referencial teórico, a segunda, aos estudos de caso (Gabinete Digital e Participa.br) e a último, às considerações finais.

No primeiro capítulo é apresentada a revisão de literatura que parte da discussão sobre democracia e seus tipos (representativa e participativa), passa pela crise da representação e pela descrição dos mecanismos tradicionais de participação no Brasil e no mundo. No segundo, são definidas linhas conceituais e históricas no que se refere à Internet, ciberespaço e articulação social em rede, bem como suas conseqüências no campo político, da democracia e da participação social (e digital). No terceiro, é justificada e descrita a escolha dos métodos usados nas análises dos estudos de caso.

O quarto capítulo apresenta, sob o prisma dos gestores públicos, os estudos de caso desenvolvidos com as plataformas digitais Participa.br do governo federal (executivo) e o Gabinete Digital do governo estadual do Rio Grande do Sul (executivo). O capítulo finda fazendo análise de semelhanças e diferenças entre as iniciativas, bem como tecendo considerações a respeito de suas limitações. O quinto capítulo apresenta estudo qualitativo feito, em duas etapas, com um conjunto de organizações da sociedade civil, abarcando todos estados brasileiros e Distrito Federal.

Ao final, o trabalho sintetiza as questões mais relevantes que emergiram dos estudos de caso, indica possíveis influências desses casos sobre outros que possam surgir, pontua avanços e limitações dos instrumentos digitais de participação e aponta possíveis caminhos para futuros estudos acerca do tema.

Parte I

Referenciais teóricos

1 Democracia e Participação

Neste capítulo é feita breve uma discussão sobre democracia: a evolução recente do conceito e suas intensidades segundo Avritzer 2007. Ligadas ao conceito de democracia estão a soberania e a crise da representação, esta, decorrente da concepção hegemônica de democracia atingida na atualidade. Em seguida, conceitua-se o que é participação comunitária, participação popular e participação social para contextualizar a existência de mecanismos de participação política. Por fim, são apresentadas algumas experiências de participação no âmbito internacional e no nacional.

1.1 Democracia

Ao se falar de democracia, é impossível não abordar outros conceitos correlatos como soberania, bem como situar espacial e temporalmente esse conceito polissêmico dando-lhe locais e datas/períodos. Nesse sentido entende-se por soberania popular um povo que detém a capacidade de decidir. No início dos anos 1930, essa capacidade tinha apenas uma dimensão e referia-se a eleger governantes, colocando assim como o foco central da soberania a formação do governo, e a democracia, como um método para isso (SCHUMPETER, 2010). É nessa restrição do conceito de soberania que reside a origem do elitismo democrático que será apontado como a solução para o problema de complexificação social nos Estados (LÜCHMANN, 2007).

As concepções de democracia (e quais dimensões da soberania eram absorvidas) variaram com o contexto histórico. Assim, vale caracterizar brevemente a sucessão de ondas democráticas que ocorreram, considerando ser a onda democrática um movimento que leva diversos países a regimes democráticos simultaneamente. A primeira onda democrática foi inspirada na Revolução Francesa, ocorre na segunda metade do século XIX e início do século XX e teve como característica, entre outras, a luta pelo sufrágio universal se espalhando pelo Europa e América do Norte. Pode ser entendida a ascensão do nazismo e do fascismo como uma reação a esta onda democrática. A segunda onda ocorre entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960 e é marcada pela derrota do nazi-fascismo em países como a Alemanha Ocidental, Itália e Áustria. Reações a esta onda democrática, com potencial de espraçamento, resultaram em golpes militares e ditaduras latino americanas. A terceira onda começa com a democratização do sul da Europa nos anos 1970, se espalha pela América Latina a partir de 1983 (com Argentina, Brasil e Uruguai) e depois propaga para a África e leste europeu no anos 1990 (após a queda do muro de Berlim). Com esta última expansão da democracia, em seu modo eleitoral, concomitante ao fim de diversos regimes autoritários também vem a crescente perda de

adesão popular às instituições representativas seja nas democracias consolidadas ou nas mais recentes.

As ondas democráticas não propagaram um tipo qualquer de democracia, nem um modelo flexível o suficiente que respeitasse as diversidades sociais, econômicas e culturais dos Estados. Houve sim a adoção de regimes democráticos, porém dentro de um paradigma bem definido, seguindo uma concepção hegemônica de democracia. Essa concepção hegemônica, como aponta Avritzer, infelizmente, mas não fortuitamente, foi construída para fortalecer um modelo democrático restrito em que o povo é soberano apenas para eleger os governos, em que não existem grandes processos participativos, ou seja, em que se estimula uma democracia de baixa intensidade. As democracias de baixa intensidade começam a entrar em crise em meados dos anos 1960, o que levou à crise da representação, isto é, a perda do laço representante-representado. A partir de 1970 a relação entre representação e participação passa a configurar como elemento marcante nessa crise, seja para apontar as lacunas das democracias de baixa intensidade, seja para apontar caminhos de intensificação das democracias. (AVRITZER; SANTOS, 2003)

Muitos teóricos afirmam que a representação política está passando por uma crise atualmente. Observa-se que a representação funda-se numa relação forte e estável entre eleitorado e partidos políticos. Mas se os partidos políticos é que vêm sendo o cimento agregador da democracia representativa, nem sempre foi assim. Ao analisar a segunda metade do século XIX percebe-se que o sufrágio universal fora ampliado e, paralelamente, houve a emergência de partidos de massa. O governo representativo, que fora instalado sem a organização partidária, chegara a encarar a divisão de partidos como perniciosa e até ameaçadora. Porém, os partidos políticos de massa, com seus programas que vocalizavam as vontades de seu eleitorado, foram absorvidos e passaram a ser um elemento essencial da democracia representativa. (MANIN, 1997)

O binômio partido-programa muitas vezes significava o poder de controle de representantes por representados, já que “em última instância, os partidos devem buscar a identificação do eleitor com as suas propostas.”(VEIGA, 2007, p.342) Hoje, entretanto, há uma aumento de eleitores que ou não se mantêm fieis aos partidos, ou não se identificam com partido algum. De acordo com um estudo de Dalton, citado por Veiga (2007, p.343), "sobre o nível de identidade partidária em países desenvolvidos e com sistema democrático estável no período de 1976 a 1992, a partir dos dados da pesquisa Eurobarômetro, existe queda da identidade partidária entre os eleitores a partir dos anos oitenta". Essa queda no vínculo partidário ocorreria por três motivos: aumento do grau de instrução médio da população, aumento do acesso às informações políticas e mudança no perfil do eleitorado (DALTON; WATTENBERG, 2002).

Assim, outrora aquilo que foi aglomerante hoje parece ser clivagem: os partidos perdem identidade com eleitores continuamente. Por um lado, isto pode ser consequência

da falta de clareza programática e consequente construção identitária com eleitores por meio de pessoas e não programas. Por outro, quando há um programa definido, há a desconfiança por parte do eleitorado se o mesmo será cumprido e, senão for, existe um vácuo de instrumentos de sanção, exceto no campo simbólico. Assim, a distância entre governo e sociedade parece ter aumentado, colocando em xeque o que hoje entende-se por representação.

1.2 Crise da Representação

A representação na política contemporânea desdobra-se de várias maneiras e pode ser agrupada pela relação estabelecida entre representante e representado, pela forma de legitimidade e pelo sentido da representação, ou seja, a quem é dada vocalidade. O Quadro 1 a seguir apresenta cada um dos tipos (AVRITZER, 2007):

Quadro 1 – Formas de Representação na Política Contemporânea.

Tipo de Representação	Relação com o Representado	Forma de Legitimidade da Representação	Sentido da Representação
Eleitoral	Autorização através do voto	Pelo processo	Representação de pessoas
Advocacia	Identificação com a condição	Pela finalidade	Representação de discursos e ideias
Representação da sociedade civil	Autorização dos atores com experiência no tema	Pelo processo e pela finalidade	Representação de temas e experiências

Fonte: (AVRITZER, 2007)

Do Quadro 1 depreende-se que na representação eleitoral as pessoas sentem-se representadas, expressam isso pelo voto e reconhecem a legitimidade dessa relação pelo processo eleitoral ou método adotado. O tipo de representação “advocacia”, derivado do termo em inglês “advocacy”, fundamenta-se principalmente no mecanismo de identidade, ou seja, o representante relaciona-se com o representado por meio da identificação com a condição para que represente programa (discursos e ideias). A representação da sociedade civil tem sua legitimação advinda tanto do processo quanto da finalidade, sendo o representante autorizado por atores com experiência num determinado tema para representar esse mesmo tema.

A forma mais comum e largamente aceita e implementada é a representação eleitoral. É este tipo que conta com o arcabouço legislativo e burocrático mais robusto. Mesmo com essa força toda, a literatura recente vem apontando limites e problemas na forma de representação contemporânea que, ao cabo, concorrem para a crise da representação.

Um dos problemas liga-se ao fato de a modalidade eleitoral, embora relevante, não ser suficiente para abarcar a totalidade das relações de representação entre os atores sociais e o Estado (URBINATI, 2006). Outro limite é que a representação por via eleitoral não é capaz de reunir e refletir uma pluralidade de discursos existentes (DRYZEK, 2000).

A seguir, são elencados e analisados certos elementos dessa crise da representação: (i) o surgimento de grupos da sociedade civil demandando uma cidadania mais ativa; (ii) a perda de confiança nas instituições; e (iii) o esvaziamento de partidos políticos.

O surgimento de grupos da sociedade civil por uma cidadania mais ativa -

Após a segunda onda de democratização, em vários países observa-se o nascimento de grupos de direitos civis (Panteras Negras¹ nos EUA e *Northern Ireland Civil Rights Association* na Irlanda do Norte, ambos nascidos em 1967), movimentos ambientalistas (World Wide Fund for Nature é fundada em 1961 no Reino Unido² e Greenpeace em 1971 no Canadá³), movimentos sociais (movimento da pedagogia crítica no Brasil na década de 1970⁴). No Brasil, temos a terceira onda de democratização coroada pelo fim do regime militar simultaneamente ao surgimento de movimentos sociais de fôlego como o Movimento Diretas Já (1983) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra⁵ (1984). Em que o primeiro culminou na aprovação da chamada Constituição Cidadã⁶ em 1988 (BRASIL, 1988) – vigente até hoje. Vale ressaltar que a própria Constituição Federal (CF-88) aponta para um conceito mais amplo de democracia, prevendo instrumentos como referendo, projeto de lei por iniciativa popular e plebiscito, sinalizando de alguma forma que a participação do cidadão pode ir além do momento do voto, e com reconhecimento institucional. Temos como exemplo na realidade brasileira recente a movimentação social que foi gerada para que se conseguisse a aprovação do Projeto de Lei Ficha Limpa indica não somente demanda social por maior participação, como também uma certa necessidade de controle social (PERUZZOTTI, 2006) e perda de confiança nas instituições cristalizadas das democracias de baixa intensidade, fundamentadas somente na representação.

A perda de confiança nas instituições - Existem dificuldades metodológicas na aferição desse aspecto, ora pela interpretação intrincada dos resultados de *surveys*, ora pela quase impossibilidade de compor séries históricas mais longas com dados comparáveis. A *Trust Barometer*⁷ de 2012 da empresa de relações públicas Edelman aponta que entre os latino-

¹ Panteras Negras: <http://en.wikipedia.org/wiki/Black_Panther_Party> Acesso em 20 de maio de 2014

² WWF: <http://wwf.panda.org/who_we_are/history/sixties/> Acesso em 20 de maio de 2014

³ Greenpeace: <<http://www.greenpeace.org/international/en/about/history/>> Acesso em 20 de maio de 2014

⁴ Pedagogia crítica: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogia_crítica> Acesso em 20 de maio de 2014

⁵ MST: <<http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>> Acesso em 20 de maio de 2014

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada> Acesso em 20 de maio de 2014

⁷ Pesquisa disponível em: <<http://trust.edelman.com/about-trust/>> Acesso em 10 de junho de 2014

americanos o público pesquisado demonstrou queda na confiança nas quatro instituições pesquisadas: organizações não governamentais (queda de onze pontos), empresas (queda de dez pontos), mídia (queda de nove pontos) e governo (queda de vinte e sete pontos). De maneira geral, o Brasil apresenta queda em quase todas as abordagens do estudo, cenário que se agrava no que tange ao governo: somente 32% dos brasileiros declararam confiar no governo (em 2011 essa marca era de 85%). Além do Ficha Limpa em 2010 no Brasil, houve em maio de 2012 a aprovação da Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) e o consequente o estabelecimento do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). O que demonstra, por um lado, pressão social e falta de confiança na “caixa-preta” do governo, por outro, fica evidente que outros caminhos estão sendo cavados por meio da sociedade civil organizada e movimentos sociais – sendo os partidos políticos cada vez menos decisivos para a prática política.

O esvaziamento de partidos políticos - Entre os principais motivos para o esvaziamento dos partidos políticos estão: (i) a burocratização das estruturas internas partidárias; (ii) o estreitamento do leque de opções políticas; e (iii) as mudanças na mídia eletrônica na competição eleitoral. Como os partidos desenharam suas próprias estruturas muito pautados no desenho derivado da forma hegemônica de democracia, ou seja, elitista, representativa e de baixa intensidade, eles também entram em crise tal qual seu modelo de democracia. A tendência da *democracia de audiência* em que eleitores e líderes têm suas relações mediadas pelo processo midiático coloca em cheque a necessidade da máquina partidária e é viabilizada em grande medida pela mídia digital (MANIN, 1997).

Alguns autores apontam perspectivas possíveis para a superação da crise da representação, como o caminho de se tentar recuperar os mecanismos representativos (MIGUEL, 2003) ou a criação e/ou aprimoramento de mecanismos participativos (AVRITZER, 2012). A releitura do próprio conceito de representação afim de que se recuperem os mecanismos representativos é feita a partir da análise do poder sob três dimensões para Miguel (2003): (i) a tomada de decisão; (ii) a determinação da agenda política; e (iii) a determinação autônoma das preferências. A seguir, vejamos de forma mais detalhada cada uma das dimensões.

Primeira dimensão: tomar decisões - O elitismo democrático pode ser entendido como aquele em que as decisões estão sob domínio de uma minoria, articulada no trinômio: grandes capitalistas - principais líderes políticos - chefes militares. (MILLS, 1981) Neste caso já há uma subversão do termo elite na alcunha “democracia elitista”, pois os elitistas clássicos defendiam a impossibilidade da efetivação de um regime democrático. Dahl (1971) considera a “democracia” como ideal quase impossível de ser alcançado e prefere o termo “poliarquia”, que reflete a ideia de poder policêntrico, sem que se almeje o governo do povo ou o governo da maioria, mas um governo possível e resultante das interações de diversos grupos de interesses, diversas minorias. Assim, sob a perspectiva da tomada de decisão,

existe esse debate: elitistas, como Mills, versus pluralistas, como Dahl.

Segunda dimensão: determinar a agenda política - Trata-se de um aspecto menos mensurável que o anterior, porém não menos real ou relevante por isso. Segundo [Lima \(2012\)](#) Questões políticas em que a posição da elite possa ser testada podem ficar de fora da agenda política, pois essa elite exerce dominância sobre o que deve ou não ser discutido. Desta forma, o debate público fica escamoteado e as divergências não ficam explícitas, construindo-se assim falsos consensos ao invés de se trabalhar institucionalmente sobre o dissenso, de onde alguma proposta alternativa pode brotar. Percebe-se ainda que os meios de comunicação de massa exercem um papel central na definição dessa agenda, ao mesmo tempo que são difusores simbólicos de ideologia e cultura ([LIMA, 2012](#)).

Terceira dimensão: determinar autonomamente as preferências - Antes da decisão, escolhe-se o que decidir – determina-se a agenda. E antes de escolher o que decidir há um arcabouço ideológico que cerca e permeia os indivíduos. Estes podem suceder à reflexão crítica a respeito de sua realidade ou ao mascaramento de alguns aspectos, por manipulação de suas vontades por outrem. Em outras palavras, pode-se deixar o campo aberto ao dissenso, porém, a formação de consensos poderá ocorrer pela manipulação ideológica que gerará falsa consciência nos indivíduos que terão a ilusão de ter desejos contrários às suas reais vontades ou necessidades.

Uma postura mais transformadora seria a articulação representação -participação, que não parte do princípio do resgate dos mecanismos representativos e cujo desafio principal reside do imbricamento institucional para que se obtenha como resultado uma democracia de alta intensidade ([AVRITZER, 2012](#)). Para isso, [Avritzer \(2012\)](#) delinea três guias para a institucionalidade participativa: (i) as assembleias regionais; (ii) o princípio distributivo; e (iii) a compatibilização entre participação/deliberação e o poder público.

Assembleias regionais - Trata-se da participação direta dos indivíduos, num formato aberto, em que os membros definem as regras de funcionamento no que tange ao debate e à deliberação.

Princípio distributivo - Trata-se da reflexão sobre a capacidade de reverter desigualdades no que diz respeito à oferta de bens e serviços públicos.

Compatibilização entre participação / deliberação e o poder público - Tratam-se de instâncias como assembleias, conselhos ou conferências capazes de priorizar e deliberar sobre matérias que até então eram de escopo exclusivo da estrutura governamental.

Na intenção de promover a participação aberta e equânime a todos cidadãos no processo democrático, de forma a resgatar o conceito mais amplo de soberania, é possível a adoção de alguns mecanismos de participação afim de intensificar a democracia.

1.3 Mecanismos de Participação Política

Pode-se entender participação como um processo pelo qual cidadãos e cidadãs descobrem-se como sujeitos políticos e com potência de exercer ativamente essa dimensão de suas vidas, a cidadania ⁸. Mas para participar é necessária motivação, é preciso que existam possibilidades concretas de influência sobre decisões do grupo, ou seja, de transformações. Assim, “a participação é requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social.” (SOUZA, 1991, p.83). É possível observar o fenômeno da participação sob três perspectivas: a comunitária, a popular e a social.

Se para Dahl e Schumpeter a democracia é necessariamente entendida a partir de arranjos institucionais e procedimentos eleitorais, para Pateman (1992), um governo democrático passa invariavelmente por uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização possa ocorrer em todas as áreas. Mesmo apontando que essa socialização deva ocorrer em todas as áreas, ela indica o espaço do trabalho como a área estrategicamente mais importante, pois é onde os indivíduos passam grande partes de suas vidas, afinal “será somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala” (PATEMAN, 1992, p.58).

A prática de *participação comunitária* nasce nos centros comunitários dos Estados Unidos, no início do século XX, e caracteriza-se fundamentalmente por ser um “agrupamento de pessoas que coabitam em um mesmo meio ambiente, ou seja, compartilham o que se deveria chamar de condições ecológicas de existência, independente dos fatores estruturais ou conjunturais que lhes dão origem” (CARVALHO, 1995). O conceito “participação” torna-se mais corrente no final dos anos 60 do século XX, bastante ligado a uma onda de reivindicações universitárias que reivindicavam mais espaço nas esferas de decisão da educação superior e também por conta da pressão política de grupos que queriam a implementação de direitos já instituídos (PATEMAN, 1992, p.9). No Brasil, mapeia-se o aparecimento desse tipo de agrupamento a partir da década de 1950 em áreas urbanas, onde iniciava-se o processo de industrialização, com finalidade principal de exercer controle social sobre o Estado.

A *participação popular* nasce num movimento de radicalização política que visa

⁸ A cidadania para Carvalho (2002) é entendida como o exercício pleno de três direitos: direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Os civis são aqueles considerados direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles garantem a vida em sociedade e dependem da existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. Os políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a uma parcela da população definida por idade, por exemplo, e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Por fim, os sociais são aqueles que garantem a participação na riqueza coletiva e se baseia na ideia de justiça social. Incluem os direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

combater as desigualdades sociais existentes, muitas vezes fazendo críticas ao sistema capitalista em que perpetua as classes dominantes como tal (VALLA; CARVALHO; ASSIS, 1993). A “substituição” do termo comunitário pelo termo popular pode ser interpretado tanto como uma apropriação por segmentos que se sentiam excluídos socialmente (CARVALHO, 1995) quanto como por uma leitura mais radicalmente identificada com os movimentos populares de massa (PEREIRA, 1999a). Temporalmente, a participação popular emerge no final dos anos 1960 e consolida-se na década seguinte juntamente com a entrada dos novos movimentos sociais na cena política e caracteriza-se fortemente por resistência ao regime militar entre 1964 e 1984.

A *participação social* começa a ser uma categoria empregada a partir da década de 1980 e que abarca uma diversidade de interesses e anseios que têm em comum a luta por maior liberdade. Assim, não é um ambiente nem classe ou condição social que agrupa as pessoas, a participação social é reivindicada tanto pela classe pobre quanto a classe média, tanto por cidadãos urbanos quanto rurais. Cada grupo passa a reivindicar que sejam assegurados direitos para que se possa ter e usufruir de alguma forma de liberdade (de expressão, de trabalhar, de votar, etc).

1.3.1 Mecanismos de Participação Política no Mundo

Para ilustrar experiências de participação no mundo, serão apresentados seis casos a seguir, dois na América do Norte (EUA), dois na Europa (Holanda e Islândia), um na Ásia (Índia) e um na América Latina (Brasil). Essas pinceladas no panorama são dadas não no sentido de descrever os diversos desenhos de sistema e mecanismos de participação no mundo, mas no anseio de pinçar iniciativas que se propuseram a fomentar o debate política e o nível de participação considerando a articulação com o poder público.

Nos Estados Unidos tem-se o caso dos Conselhos de Bairro em Chicago cujo objetivo era vocalizar medos e esperanças de moradores do centro de Chicago para órgãos da burocracia urbana além de descentralizar o poder substancialmente no que diz respeito a policiamento e escolas públicas. (FUNG, 2003)

Outro caso é o do planejamento de conservação do habitat sob a ótica da Lei de Espécies Ameaçadas dos EUA que estimula as partes interessadas a desenvolver mecanismos de governança que satisfaçam um duplo imperativo: desenvolvimento humano e proteção de espécies ameaçadas de extinção. (THOMAS, 2003)

Na Holanda, mais especificamente em Amsterdã, desenvolveu-se a experiência da Cidade Digital (*De Digitale Stad* – DDS) que teve início em janeiro de 1994 com expectativa inicial de durar 10 semanas. Organizacionalmente foi criada por uma organização civil, em 1995 transformada em entidade de utilidade pública (LEMOS, 2004). Seu objetivo inicial era ser um canal de diálogo eletrônico entre o Conselho Municipal e cidadãos de Amsterdã

e contou com apoio do governo no seu início (março de 1994). A DDS consistia num ambiente tecnológico de mobilização social. Havia a intenção de promoção de participação local de cidadãos e quem eventualmente se interessou por conta do acesso à Internet para uso pessoal que provia, acabou migrando para sites comerciais. Foi uma experiência de aproximação entre sociedade civil e poder público, onde se formou uma “cultura digital pública” em Amsterdã, articulada por instituições locais e organizações populares via rede de computadores num movimento de estímulo à participação cívica (CASTELLS, 2001). Todos habitantes tinham direitos e deveres e na DDS buscou-se uma “democracia eletrônica, com transparência e participação dos cidadãos nas decisões políticas dos eleitos” (GUERREIRO, 2006). Com o tempo, o nível de atividade nos fóruns políticos declinou e uma contradição se evidenciou: apesar do status de cidade democrática, havia uma administração verticalizada *top-down*, em que no topo residia o conselho da fundação que centralizava todo o poder de decisão. Ela encontrou problemas de sustentabilidade financeira e transformou-se na *holding*⁹ DDS¹⁰, que em mais nada se compara à Cidade Digital de 1994.

Em 2012 na Islândia, a Internet e as mídias sociais foram usadas para fazer uma proposta de nova constituição. Um movimento constituinte é algo que pode ter um profundo poder transformador e nasceu devido à imensa crise financeira que assolou o país após a falência dos três maiores bancos islandeses. A ideia de inovar no processo de consulta popular usando a Web ¹¹ teve por intenção evitar erros anteriores já conhecidos, como comportamentos impróprios e/ou irregulares, e reestabelecer a esperança nessa nova ordem política em construção. Este processo de constitucionalismo social¹² (BANI, 2012) contou

⁹ “As holdings são sociedades não operacionais que tem seu patrimônio composto de ações de outras companhias. São constituídas ou para o exercício do poder de controle ou para a participação relevante em outras companhias, visando nesse caso, constituir a coligação. Em geral, essas sociedades de participação acionária não praticam operações comerciais, mas apenas a administração de seu patrimônio. Quando exerce o controle, a holding tem uma relação de dominação com as suas controladas, que serão suas subsidiárias.”(CARVALHOSA, 2009, p.14)

¹⁰ Site da DDS, administrada pela holding De Digitale stad Holding BV - <<http://www.dds.nl>> Acesso em 15 de julho de 2014

¹¹ É relevante explicitar que Internet e Web não são sinônimos. A Internet é uma infraestrutura não apenas física que conecta milhões de dispositivos globalmente, formando uma rede na qual cada dispositivo pode se comunicar com qualquer outro que também esteja conectado à essa rede. As informações que fluem pela Internet o fazer por uma variedade de Protocolos de Comunicação, como o HTTP (web), FTP (arquivos), SMTP e POP3 (email), dentre outros. A World Wide Web (www ou Web) pode ser entendida como uma parte da Internet, que usa o protocolo HTTP, para construir um modelo de compartilhamento de informações. Normalmente seu acesso se dá por meio de navegadores (browsers) cuja função é permitir aos usuários acessar documentos/páginas da Web. Entenda-se por documentos web: textos, imagens, vídeos, sons e composições desses.

¹² O conceito de constitucionalismo social, surge nas transições das monarquias absolutistas para o Estado de Direito Liberal, consagra-se na Constituição de Weimar (Alemanha, 1919), e expressa-se no Brasil a partir da Constituição de 1934 (CUNHA JUNIOR, 2010, p.591) Sucintamente, trata-se de um sistema que defende o regime constitucional, ou seja, um governo regulado por uma Constituição que organize e limite o poder do Estado incluindo normas e preceitos relativos aos Direitos Humanos Fundamentais.

com forte uso da Web 2.0¹³ para promover transparência e participação popular de forma não hierárquica e pouco estruturada, sendo convidativa ao cidadão comum. No entanto, não foi tão bem sucedida como inicialmente previsto ou esperado por muitos, em parte devido a falhas no próprio processo e em parte devido a obstáculos institucionais que a proposta de projeto de lei encontrou ao final do processo. A proposta contou com grande apoio popular: dois terços dos eleitores a aprovaram como base para a constituição em outubro de 2012. Porém, foi breçada no processo parlamentar - uma vez transformada em projeto de lei pelo parlamento daquele momento e aprovada por referendo nacional, o próximo parlamento eleito também precisaria aprová-la, o que configurou obstáculo demasiado grande para ser superado. (LANDEMORE, 2014)

Na Índia, tem-se as reformas Panchayat em Bengala Ocidental e Kerala que criaram tanto canais democráticos diretos como representativos, ambos delegando relevante poder administrativo e fiscal para as aldeias individualmente. Um questionamento pertinente a ser feito é se e o quanto os conselhos municipais participativos populares suplantam muitas das funções desempenhadas pela administração pública (centralizada). (ISAAC; HELLER, 2003)

O orçamento participativo (OP) no Brasil, foi estabelecido pela primeira vez em 1989 no município de Porto Alegre. Inicialmente a cidade foi dividida em dezesseis regiões e, cada região, elege representantes para participar de assembleias regionais e de dois grandes encontros (rodadas). A partir de 1994 passaram a ocorrer assembleias temáticas utilizando a mesma metodologia das regionais. Essa dinâmica de rodadas e assembleias envolve tanto a prestação de contas do período anterior como a definição de prioridades e de distribuição de recursos por área para o período seguinte. Essas definições consideram critérios das regiões, tais como: carência de serviços ou infra-estrutura, população total e prioridade temática (MARQUETTI, 2003). O OP tem três esferas de participação: as rodadas, o Fórum de Delegados e o Conselho. Baierle, apud Marquetti (2003), expõe estatísticas que mostram que nas instâncias do OP os setores pobres da população apresentam distribuição percentual maior do que na população de Porto Alegre, o que corrobora para a hipótese do OP possibilitar um efeito redistributivo da riqueza (SANTOS, 1998). Como limitação, Marquetti (2003, p.152) aponta que "os critérios que definem a distribuição dos recursos penalizam as regiões mais populosas". Enfim, o OP de Porto Alegre permite aos municípios

¹³ O termo Web 2.0, que foi usado pela primeira vez em outubro de 2004 pela O'Reilly Media e pela MediaLive International como nome de uma série de conferências. A primeira geração (Web 1.0) refere-se a páginas e blogs estáticos, com poucos elementos de interação. A segunda geração (Web 2.0) já introduz recursos interativos, possibilita customizações, abriga o nascimento das redes sociais com mais interação e participação, permite a mistura de diversas linguagens e consolida o conceito da web como plataforma principal para comunidades e serviços. Atualmente, fala-se ainda em outra geração, a Web 3.0, dentro de muita controvérsia, que pode ser caracterizada por uma internet cada vez mais algoritmizada, customizada e semântica – o conteúdo que “aparece” para um usuário é diferente do que aparece para outro, por conta de seus dados pessoais, preferências e padrões de comportamento na rede que são armazenados e processados.

participar diretamente na formação do orçamento da cidade e assim, usar o dinheiro público, antes voltado para interesses de elites, para assegurar o provimento de bens comuns, como a melhoria da infraestrutura e oferta de bens e serviços (BAIOCCHI, 2003).

Embora estes seis casos difiram em desenho, áreas temática e escopo, todos aspiram a aprofundar as formas pelas quais pessoas comuns possam efetivamente participar e influenciar na formulação de políticas que influenciam diretamente suas vidas. Por conta de suas características comuns é possível classificar esses casos como Governança Participativa de Empoderamento. Participativa porque se baseiam no empenho e capacidades de pessoas comuns para que tomem decisões sensatas por meio de deliberações sensatas. De empoderamento porque se tenta articular ação e discussão. (FUNG, 2003; WRIGHT; FUNG, 2003)

Observam-se similaridades entre os casos dos EUA, o de Chicago e o referente à Lei de Espécies Ameaçadas. Reformas cujo foco principal é expor falhas de setores administrativos ou agências regulatórias específicas, ponto de partida de propostas de reestruturação das formas de tomadas de decisão. Ou seja, tentam-se remediar falhas de agências estatais propondo instrumentos de participação deliberativos afim de atingir/melhorar a efetividade das políticas implementadas por esses órgãos.

As experiências de Holanda e Islândia têm em comum a tentativa de utilizar meios digitais e a internet para implementar processos participativos que ampliam a escala de participação. Ambas experiências falharam embora tivessem ocorrido em países pequenos e com sociedades relativamente homogêneas e com alto grau de instrução. Se com menos complexidade tentativas de participação por meios digitais falharam, seria possível então ter sucesso em algum lugar? No caso da Holanda houve uma fraca articulação com o poder público e aí, com a difusão da Internet, buscou-se uma saída de mercado, que não segue uma lógica inclusiva ou que incentive a participação cidadã. O processo na Islândia não foi tão inclusivo quanto poderia ter sido e algumas falhas que levam a questionar tanto sua legitimidade quanto sua confiabilidade epistêmica (LANDEMORE, 2014). As duas iniciativas encontraram limites e condicionantes econômicos, sociais e políticos; ambas deixam lições para futuros experimentos do participação utilizando mecanismos digitais.

Outro agrupamento possível é do caso da Índia e do Brasil. O Brasil apresenta maior riqueza absoluta que a Índia, mas a Índia apresenta menores desigualdades que o Brasil. Tanto a pobreza em si quanto a má distribuição da riqueza têm como consequência a pauperização da (parte) da população - um contexto que torna a sociedade e as relações políticas mais sensíveis às deficiências da democracia representativa de *accountability*¹⁴.

¹⁴ Grosso modo, a *accountability* é classificada em horizontal e vertical. A *accountability* horizontal é aquela feita pelos mecanismos institucionais interestatais, no formato de peso e contrapeso, pelo sistema de separação de poderes, abrangendo também agências governamentais que tenham como finalidade a fiscalização do poder público e de outros órgãos estatais. Já o principal mecanismo de *accountability* vertical é o eleitoral. (MAINWARING, 2003; O'DONELL, 1998)

Nos casos apresentados destes dois países em desenvolvimento percebe-se traços de descentralização de poder e utilização de mecanismos de participação talvez em resposta à crise do modelo representativo. Também é comum o fato das reformas terem sido promovidas por partidos de esquerda que encampam os mecanismos de participação como forma de promover a agenda de justiça social.

1.3.2 Mecanismos de Participação Política no Brasil

Participar *per si* não é uma atividade necessariamente ligada ao Estado ou alguma instância oficial de governo, podendo ocorrer no âmbito da sociedade civil por meio do associativismo. Porém, o “Brasil foi considerado, até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa” (AVRITZER, 2005, p.2) o que corroborou para a construção de uma sociedade em que a esfera pública é enfraquecida em detrimento da privada, afim de manter padrões de desigualdade herdados deste o tempo do Brasil-Colônia.

Entretanto, tanto mais a participação adquire sentido, quanto mais se percebe que ela incide na vida de cidadãos e cidadãs. Esse desdobramento da vontade da população sobre sua própria trajetória, considerando suas dimensões social, econômica e cultural, na atual conformação do Estado Direito, se dá por meio de políticas públicas. Logo, torna-se inevitável um imbricamento entre associativismo civil e instituições estatais que garanta o direito equânime à participação de qualquer pessoa de maneira que a democracia se adense e, conseqüentemente, que se melhore o desempenho das políticas públicas.

Embora todo um arcabouço legal que embasa os mecanismos de participação tenha sido construído no Brasil com mais ênfase principalmente após a promulgação da CF-88, as primeiras experiências datam ainda da primeira metade do século XX. Em 1911 foi criado o Conselho Superior de Ensino pelo Decreto 8.659/1911 ¹⁵, instrumento legal que é origem da Lei 9.131/1995 ¹⁶ que institui o Conselho Nacional de Educação. Um pouco antes da instauração do Estado Novo (1937-1945) nasce o Conselho Nacional de Saúde (CNS) por meio da Lei 378/1937 ¹⁷ como um órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Com a criação de um Ministério exclusivamente da Saúde, o CNS foi regulamentado pelo Decreto 34.347/1954 ¹⁸. As primeiras conferências não por acaso são as de educação e de saúde e ocorrem durante o governo Vargas – a primeira Conferência Nacional de Saúde ocorre em 1941.

¹⁵ Decreto nº 8.659 de 05 de abril de 1911: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58698>> Acesso em 05 de julho de 2014

¹⁶ Lei nº 9.131 de 25 de novembro de 1995: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm> Acesso em 05 de julho de 2014

¹⁷ Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>> Acesso em 05 de julho de 2014

¹⁸ Decreto nº 34.347 de 08 de abril de 1954: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=166997>> Acesso em 05 de julho de 2014

Na CF-88¹⁹, artigo 14, estão previstos como direitos políticos o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, expostos mais adiante. Há a previsão de participação em vários pontos da Constituição. Na Seção II – Da Saúde, artigo 198, inciso III há a previsão de “participação da comunidade” como uma diretriz das “ações e serviços públicos de saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”. Na Seção VI – Da Assistência Social, o inciso II do artigo 204 prevê que a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” deverá ser uma diretriz das “ações governamentais na área da assistência social”. Espírito análogo verifica-se na área da cultura, o que é possível de perceber no artigo 216-A, pelo inciso X do § 1º que estabelece que “o Sistema Nacional de Cultura” rege-se também pelo princípio de “democratização dos processos decisórios com participação e controle social”. Redações semelhantes são encontrados no que tange às políticas voltadas a crianças, adolescentes e jovens.

Ainda que previstos e mencionados diversos instrumentos de participação na CF-88, até muito pouco tempo não havia uma regulamentação deles. Este ano, porém, foi aprovado o Decreto 8.243/2014²⁰ que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) reconhecendo oficialmente diversas instâncias e mecanismos de participação social, a saber: audiências públicas, conferências nacionais, conselhos de políticas públicas, comissões de políticas públicas, ouvidorias públicas federal, mesas de diálogo, fóruns interconselhos, audiências públicas, consultas públicas, e ambientes virtuais de participação social. A PNPS institui diretrizes com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. O SNPS, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), consolida formalmente num sistema as instâncias mais tradicionais e consolidadas de participação social: conselhos de políticas públicas; comissões de políticas públicas; conferências nacionais e ouvidorias públicas federal. Vale ressaltar que o decreto também institui um Comitê Governamental de Participação Social para assessorar a SGPR no monitoramento e na implementação da PNPS e na coordenação do SNPS.

A seguir, serão descritos brevemente os diversos mecanismos de participação. Além dos citados pela PNPS também são descritos: referendo, plebiscito e iniciativa popular, marchas e manifestações e orçamento participativo. Especulando o porquê tais mecanismos não são citados pela PNPS pode-se aventar: (i) referendo, plebiscitos e iniciativa popular são instrumentos de participação claramente incidentes sobre o legislativo, e como o Decreto é uma prerrogativa exclusiva do Executivo, eles podem ter sido deixados de lado para

¹⁹ Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 05 de julho de 2014

²⁰ Decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm> Acesso em 05 de julho de 2014

evitar conflito entre os poderes; (ii) marchas e manifestações são garantidas pelos direitos e liberdades individuais da CF-88 e, após as manifestações de junho, talvez o governo não queira fortalecer ainda mais o poder popular que deixou a maioria dos representantes tensa, senão amedrontada; (iii) o orçamento participativo poderia ser explicitamente citado, muito embora ele seja viabilizado pela instituição das consultas públicas (para as etapas de priorização) e dos conselhos (para a instauração de um possível futuro Conselho do Orçamento Participativo que atua na etapa da distribuição).

Audiências públicas têm por principal objetivo promover o debate envolvendo a comunidade acerca de temas de relevância. É um instrumento de larga utilização devido à seu caráter não-deliberativo mas consultivo. Em São Paulo, por exemplo, uma pauta pontual que mobilizou bastante gente foi a discussão em torno da demanda por Metrô 24h, tema de audiência pública em março de 2013 ²¹ e que tem desdobramento em dois projetos de lei ²² que tramitam na Assembleia Legislativa do Estado. Outra pauta de extrema relevância, discutida no âmbito do município de São Paulo é o Plano Diretor Estratégico²³, que contou com diversas audiências públicas e que foi aprovado na Câmara Municipal em junho de 2014.

Conferências são instrumentos de fomento à participação social, com a finalidade de institucionalizar a contribuição da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle de uma determinada política ou conjunto de políticas públicas. As conferências nacionais foram instituídas em 1941, no âmbito da reforma do então Ministério da Educação e Saúde Pública, e tinham o caráter de informar e assessorar o governo ²⁴. Assim, nascem como espaços intergovernamentais, de que participavam autoridades do então Ministério da Educação e Saúde e autoridades setoriais dos estados e do território do Acre (PINHEIRO; WESTPHAL; AKERMAN, 2005). As conferências nacionais usualmente consistem em um processo que envolve etapas locais, seguidas de etapas estaduais/regionais, culminando na etapa nacional, na qual estão presentes delegados da sociedade civil e do governo eleitos nas etapas anteriores. Em regra, de cada uma dessas etapas resulta um conjunto de deliberações, que são sistematizadas e rediscutidas, até chegar-se às deliberações finais, as quais fornecem subsídios ao governo. Recentemente merecem destaque a a Conferência

²¹ Não foi encontrada ata da Audiência Pública com tema “Metrô 24h” na página da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, somente uma notícia disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=333664>> Acesso em 20 de setembro de 2014

²² Projeto de Lei nº 379/2011 disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1007608>> - acesso em 20 de setembro de 2014 - e Projeto de Lei nº 621/2011 disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1019671>> Acesso em 20 de setembro de 2014

²³ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado em 2014, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php> Acesso em 20 de setembro de 2014

²⁴ A Lei 370/37, estabelecia que as conferências nacionais destinavam-se a “dar a conhecer ao governo federal as necessidades e demandas locais” e “orientar o governo federal na execução de políticas locais”.

Nacional de Comunicação ²⁵ ocorrida em 2009, a Conferência de Saúde ²⁶, que reuniu cerca de 600 mil pessoas com etapas locais em 4.374 municípios brasileiros em 2011, e a Conferência de Transparência e Controle Social ²⁷, ocorrida em 2012.

Conselhos são compostos por representantes do governo e por representantes de entidades e movimentos de uma determinada área (educação, saúde, segurança, etc.) cujas competências geralmente giram em torno de: (i) apontar diretrizes; (ii) assessorar tecnicamente o governo; (iii) coordenar e articular ações; (iv) monitorar e fiscalizar políticas; (v) normatizar políticas; e (vi) orientar setores do Estado e da sociedade sobre a política. As decisões dos Conselhos não são compulsoriamente acatadas pelo poder público mesmo que sempre haja uma parte do Conselho composta por gestores públicos. Na prática, a ação concreta que o conselho pode tomar é posicionar-se politicamente indicando qual direção apoia.

Referendo, iniciativa popular e plebiscito, que são mecanismos de consulta popular a respeito de uma determinada matéria ou tema específico. No referendo a consulta ocorre após a promulgação da decisão para que a população ratifique ou não a decisão do governante. No último período democrático o Brasil só contou com um referendo, em 2005, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. No plebiscito essa consulta é feita previamente a qualquer decisão e também contecera somente um plebiscito nacional desde 1988: em 1993, para determinar a forma (república ou monarquia) e o sistema de governo do país (presidencialismo ou parlamentarismo). A iniciativa popular possibilita que, mediante uma quantidade mínima de pessoas signatárias – que é arbitrada como razoável na lei – ela seja encaminhada para votação nas casas legislativas. Desde a aprovação da CF-88 apenas quatro projetos de lei de iniciativa popular elaboradas pela sociedade foram aprovados pelo Congresso: (i) Lei nº 8.930/1994 ²⁸ que dispõe sobre os crimes hediondos (aumenta o escopo do que é considerado hediondo) e determina outras providências; (ii) Lei nº 9.840/1999 ²⁹ que altera a legislação eleitoral para punir atos de corrupção nas campanhas (compra de votos); (iii) a Lei nº 11.124/2005 ³⁰ que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação

²⁵ Informações sobre a Confecom disponíveis em: <<http://www.mc.gov.br/acessoainformacao/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/respostas-a-pedidos-de-informacao/25143-dados-sobre-a-1-conferencia-nacional-de-comunicacao-confecom-realizada-em-2009>> Acesso em 25 de agosto de 2014

²⁶ Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/Relatorio_final.pdf> Acesso em 25 de agosto de 2014

²⁷ Relatório final da 1ª Consocial disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/consocial/arquivos/relatorio-final/consocial_relatorio_executivo_final_16012013.pdf> Acesso em 25 de agosto de 2014

²⁸ Lei nº 8.930/1994 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8930.htm> Acesso em 28 de agosto de 2014

²⁹ Lei nº 11.124/2005 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9840.htm> Acesso em 28 de agosto de 2014

³⁰ Lei nº 11.124/2005 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm> Acesso em 28 de agosto de 2014

de Interesse Social e institui o Conselho Gestor desse fundo; e (iv) a Lei Complementar nº 135/2010³¹, também conhecida como Ficha Limpa, que estabelece casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

Marchas e manifestações são auto-organizadas, em geral, por segmentos específicos da sociedade como a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha dos Trabalhadores Sem Terra, ou ainda as manifestações de professores por melhoria na educação e nas suas condições de trabalho.

Orçamento participativo tem por objetivo decidir sobre a destinação da verba pública através de processos da participação da comunidade. Inicialmente adotado em Porto Alegre (RS), já figura em Santo André (SP), Aracaju (SE), Blumenau (SC), Recife (PE), Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Atibaia (SP), Guarulhos (SP) e Mundo Novo (MS).

Utilização de meios digitais para promover participação tem por diretrizes, segundo a PNPS: (i) promover a participação de forma direta da sociedade civil nos debates e decisões do governo; (ii) fornecer às pessoas com deficiência de todas as informações destinadas ao público em geral em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; (iii) disponibilizar acesso aos termos de uso do ambiente no momento do cadastro; (iv) explicitar objetivos, metodologias e produtos esperados; (v) garantir a diversidade dos sujeitos participantes; (vi) definir estratégias de comunicação e mobilização, e disponibilização de subsídios para o diálogo; (vii) utilizar ambientes e ferramentas de redes sociais, quando for o caso; (viii) priorizar a exportação de dados em formatos abertos e legíveis por máquinas; (ix) sistematizar e dar publicidade às contribuições recebidas; (x) utilizar prioritariamente softwares e licenças livres como estratégia de estímulo à participação na construção das ferramentas tecnológicas de participação social; e (xi) fomentar a integração das instâncias e mecanismos virtuais com os presenciais, como transmissão de debates e oferta de oportunidade para participação remota. Dentro desses princípios e por conta a aprovação da LAI, já é comum os órgãos públicos adotarem o e-SIC, que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica lhes demande acesso a informação não sigilosa. Esse tipo de dispositivo melhora a transparência do poder público e inspira maior confiança nas instituições por parte da sociedade civil. Entre outras iniciativas existentes estão o Gabinete Digital, espaço de participação digital do Governo do Rio Grande do Sul e o Participa.br, uma plataforma de rede social de participação do governo federal, ambos objeto de estudos de caso do presente trabalho.

Portanto, é possível perceber que embora se almeje um sistema democrático, a forma hegemônica como a democracia se desdobra fundamentada majoritariamente em

³¹ Lei Complementar nº 135/2010 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp135.htm> Acesso em 28 de agosto de 2014

relações de representação é insuficiente, provocando insatisfação em parte da população que não sente seus anseios e necessidades considerados ou mesmo representados. Como saída conciliatória, alguns autores entendem que é possível articular o sistema representativo com mecanismos participativos, de forma a preencher as lacunas que geram a crise da representação e amalgamar melhor o tecido social. A PNPS compartilha desse espírito e formaliza boa parte dos instrumentos e mecanismos de participação, inclusive o ambiente virtual, foco deste trabalho e que será mais explorado no capítulo que se segue.

2 Participação e Internet

É possível articular Estado democrático e esfera civil em diferentes planos (WARREN, 2008), seja através da incidência do cidadão no processo de decisão em si (via institucional) ou pela influência do cidadão sobre seus grupos de poder (via não institucional, como grupos de pressão e *lobby*) (SILVA, 2011). Isso pode se dar dentro de uma diversidade de desenhos e meios, não necessariamente excludentes, tendo em vista fortalecer a democracia. A seguir serão explorados um pouco da história da Internet, o conceito de ciberespaço no mundo contemporâneo e as relações em rede desencadeadas por esses dois elementos. Além disso, versar-se-á um pouco sobre as possibilidades que a participação digital pode permitir, principalmente sob a perspectiva de alargamento do espaço público.

2.1 Internet, ciberespaço e rede

A Internet não foi desenvolvida inicialmente como um produto de mercado, para outrem, seus criadores antes a pensaram para si mesmos (FLICHY, 2007), e foi resultante do encontro entre a contracultura americana e a meritocracia do mundo acadêmico (CASTELLS, 2001). Não é possível classificá-la como uma mídia de massa tradicional visto que não sai de um emissor para uma massa de receptores, mas possibilita a troca tanto de um indivíduo para um outro indivíduo específico, como de apenas um indivíduo para todo o planeta conectado. O internauta é ao mesmo tempo emissor e receptor de informação, configurando as relações *peer-to-peer*¹. (CARDON, 2012) Desta forma, a estrutura da Internet não é sem propósito, mas desenhada para facilitar a conectividade e continuidade da rede. Para tanto, a inteligência concentra-se nas pontas ou terminações, e não no coração ou num centro imaginário. (LESSIG, 2001)

A Internet articula, por meio de protocolos de transmissão de dados, uma multiplicidade de atores que trabalham com assuntos *a priori* sem relação mas que passam a ter a potência do encontrar-se na rede. Esses encontros virtuais, fortuitos ou não, mudam não apenas a rede de contatos em si mas a perspectiva de cada usuário em relação à sua rede. Passa-se a ter o entendimento cotidiano de que as redes de cada pessoa/grupo podem e são interconectadas. Isso gera transformação nos comportamentos e na comunicação o que pode ser atestado, por exemplo, pelas ferramentas de escrita colaborativa como *Wikipedia*² e blogs que não foram alavancados pelo mercado ou pela academia, mas por

¹ *Peer-to-peer* (P2P) é uma expressão que pode ser traduzida como “ponto a ponto” ou “entre pares” e significa uma arquitetura de sistemas distribuídos, com descentralização das funções na rede onde cada nó tanto é emissor como receptor, tanto é servidor como cliente.

² “Wikipédia é um projeto de enciclopédia multilíngue de licença livre, baseado na web, escrito de

pessoas predispostas a doar seu tempo construindo um conhecimento compartilhado e que pode ser apropriado por qualquer pessoa que tenha acesso à internet (D'ANDREA, 2013). Isto é, a comunicação na Internet não é um movimento *top-down* nem *bottom-up*, mas que desenvolveu-se numa lógica ponto a ponto (*peer-to-peer*) em que os pontos da rede não têm maior ou menor peso ou poder por princípio (CARDON, 2012). Entretanto, os internautas passam a adquirir pesos diferentes a partir do seu impacto na rede, ou seja, no processo iterativo de comunicação os “nós” vão adquirindo pesos diversos por causa do conteúdo produzido e da capacidade de influência sobre outros “nós”.

Lévy (2010, p.38) define o ciberespaço como um “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, enfatizando também a relevância do aspecto digital, pois é o que lhe confere o caráter plástico e fluido. O autor ainda aponta o fenômeno de desterritorialização textual proporcionada pelo advento do hipertexto na World Wide Web (LÉVY, 2011). Outros, como Johnson (2002) entendem o ciberespaço como um lócus que em princípio se pretende dotado do *status* de extraterritorialidade política. John Perry Barlow, fundador da *Electric Frontier Foundation*, escreve em 1996 a Declaração de Independência do Ciberespaço³, dirigida aos governos do mundo, em que reivindicou autonomia política e social do ciberespaço, por se forjar um contrato social próprio. Barlow, criticou o sistema representativo eleitoral, alegando existir no ciberespaço outra ética e outra cultura diferente da vivenciada no espaço real e, acenou com a possibilidade de o ciberespaço ser “um mundo que todos poderão entrar sem privilégios ou preconceitos de acordo com a raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento”. Ele ainda afirma que o ciberespaço “consiste de transações, relacionamentos e pensamentos próprios” sendo “um mundo que é ao mesmo tempo em todos os lugares e em nenhum lugar, mas não é onde pessoas vivem”, no sentido material/físico (BARLOW, 1996).

O ciberespaço como construção simbólica e a Internet como infraestrutura física compartilham a mesma lógica, a lógica da rede e como rede entende-se, a partir daqui, um sistema de nós interligados que criam e removem outros nós, sendo, por isso, uma estrutura aberta, dinâmica e sem centro (CASTELLS, 2005). Isso pode conduzir a expectativas de reconfiguração das relações sociais que tendam à construção de sociedades mais equânimes, abrindo caminhos novos para implementação de uma certa justiça social, como para Barloy e tantos outros. Porém, muito embora a Internet articule, desde sua concepção, protocolo técnico, desenho de governança horizontal, cultura de troca e de inovação coletivas dentro

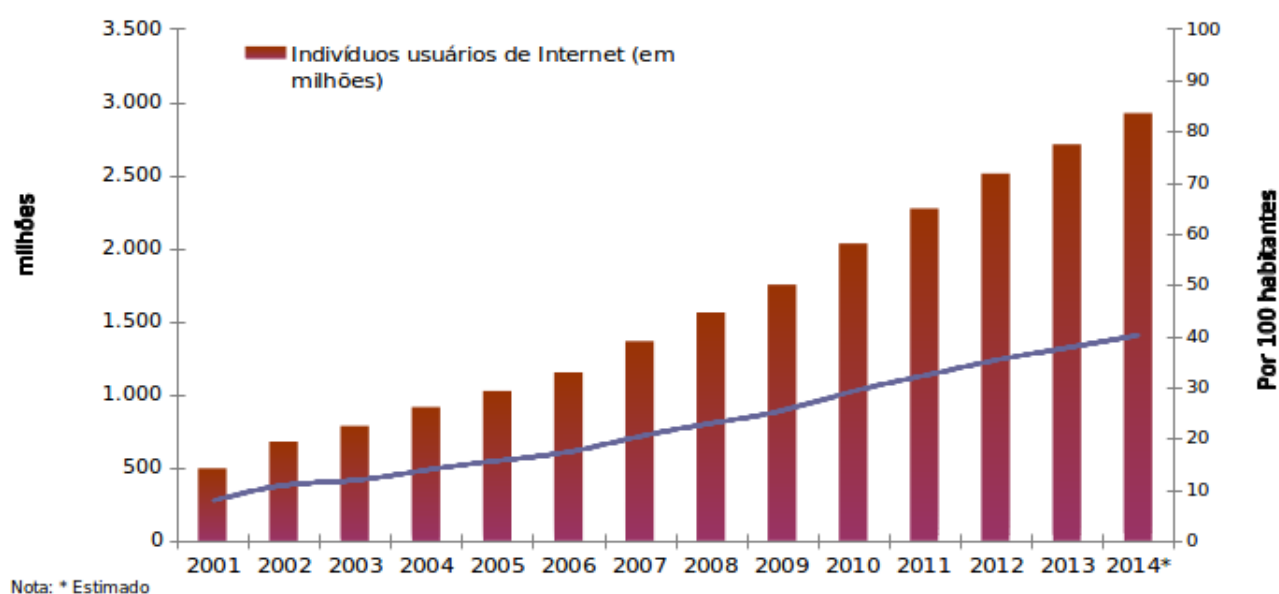
maneira colaborativa e que encontra-se atualmente sob administração da Fundação Wikimedia, uma organização sem fins lucrativos cuja missão é "empoderar e engajar pessoas pelo mundo para coletar e desenvolver conteúdo educacional sob uma licença livre ou no domínio público, e para disseminá-lo efetivamente e globalmente". Fonte: Wikipedia: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia>> Acesso em 15 de setembro de 2014

³ Declaração disponível em: <<https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>> Acesso em: 25 de julho de 2014

de um contexto global (BENKLER, 2006), “constata-se que as comunidades virtuais, longe de reunir desconhecidos através do mundo, reuniram sobretudo internautas que vivem próximos uns dos outros” (CARDON, 2012, p.24). Os que primeiro conceberam, promoveram e utilizaram uma Internet livre, contraditoriamente, são um grupo bastante homogêneo: homens, brancos, ocidentais, de classes médias e cultos.

Em meados do século XX e início do século XXI temos vivenciado um fenômeno de massificação da Internet: em 1995 cerca de 0,4% da população mundial era internauta, em 2000, apenas cinco anos depois, esse percentual foi multiplicado por mais de dez vezes e atingiu 5,9% da população. Conforme observa-se na Figura 1, em 2014 estima-se que se chegue perto dos 3 bilhões de internautas no mundo, perfazendo pouco mais de 40% do total de habitantes, segundo os dados extraídos de relatório da ITU World Telecommunication⁴.

Figura 1 – Números globais de indivíduos usuários de internet, total e por 100 habitantes – período 2001 a 2014



Fonte: ITU World Telecommunication/ICT Indicators database

Então, se por uma lado a Internet abre possibilidades inéditas de encontro e de reformulações das relações, as probabilidades ainda reforçam o fortalecimento de grupos e coletivos em torno do que já é conhecido (CARDON, 2012) – ao menos por enquanto. No entanto, a massificação da Internet traz uma heterogeneidade para a rede nunca antes vista e a explosão das redes sociais contribui fortemente para a democratização possibilitando “a entrada no espaço público do tom e dos temas das conversas cotidianas” (CARDON, 2012, p.25) diluindo um pouco das fronteiras da meritocracia e do limite público-privado.

⁴ Estatísticas disponíveis em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/default.aspx>> Acesso em: 26 de julho de 2014

2.2 Transformações sociais na rede

Inicialmente, a Internet apresentava um comportamento marcado por compartilhamento de informações públicas entre avatares ⁵ anônimos; no ciberespaço compartilhavam-se muito mais informações tidas de interesse público e menos dados privados. Esse modelo de compartilhamento caracteriza certo afastamento entre o âmbito público – da troca de ideias – e o privado – da vida cotidiana do indivíduo em si. Essa configuração é nada mais que um reflexo da origem acadêmica da rede mundial de computadores. Com a massificação da Internet, a fronteira do público e do privado flexibilizou-se, passando a ser pertinente a publicização de qualquer informação, inclusive aquela do cotidiano, do âmbito privado. Assim, qualquer internauta pode dar publicidade a fatos, dados e informações que quiser, sem que seja necessário passar por um crivo profissional (de um meio de comunicação de massa) que julgue a adequabilidade do conteúdo, que pergunte se aquela informação é relevante/interessante para ser levada a conhecimento público. Quebra-se assim o monopólio da palavra e da decisão do que é pertinente ou não ao espaço público: qualquer indivíduo pode publicar bem como julgar e criticar o que é publicado. (CARDON, 2012)

Entre as principais transformações que a rede interligada de computadores proporciona está o *alargamento da concepção de espaço público*. Para Habermas (1991) cabe à esfera pública o que é de interesse geral sendo, assim, a dimensão que media Estado e sociedade. Já Arendt (2005) traz a comunicação como um alicerce central na estruturação do conceito de espaço público, consolidado pelo binômio ação-discurso. Cardon (2012), partindo de Habermas, reconfigura o conceito de espaço público e também coloca que público é aquilo o que é visível e acessível para todos. Assim, a liberdade de expressão que é uma prerrogativa pra Habermas, o diálogo que permite pluralidades de Arendt e a visibilidade de Cardon são três componentes que corroboram para a compreensão da Internet enquanto espaço público legítimo.

Essa ampliação do espaço público teria a potência de gerar maior participação? O compartilhamento de assuntos mais mezinhos pelos internautas pode ter o efeito de aproximá-los da política? Ou de aproximar a política do cotidiano? Ou ainda, as trocas sociais e políticas estabelecidas na Internet teriam efeito significativo seja sobre a participação política, seja sobre a maior permeabilidade do poder público à participação social?

Entende-se que sim e, nesse sentido, a mídia digital em rede, mais precisamente a Internet, pode romper a irrefutabilidade do problema de escala levantado por Dahl (1998), já que pode ser superado ao promover a participação política por meio digital, desde que garanta-se o acesso equânime à Internet para todas(os) cidadãs(ãos). O caráter distribuído

⁵ Avatar é a identidade digital utilizadas por internautas dentro do ciberespaço. Não precisa ser única, nem simples, chagando mesmo a compor um cibercorpo em diversos ambientes virtuais.

e multidirecional de produção de conteúdo inerente à Internet também suscita questões acerca do papel da mídia digital na formulação de conceitos, opiniões e consequente articulação política de diversos atores.

Do ponto de vista do governo (e dos partidos), se bem utilizadas, as ferramentas digitais podem cumprir um papel reconciliador entre entes que parecem apartados atualmente, surdos e descrentes um da opinião do outro: governo/partidos e sociedade. Caso se consiga não apenas o engajamento da sociedade civil, mas a permeabilidade das estruturas políticas tradicionais (estatais ou não), poder-se-á compor um cenário fértil para recuperação da legitimidade para os representantes.

2.3 Participação Digital

Dentro do debate mais amplo sobre democracia e participação política, insere-se o tema da democracia digital e, em específico, o da participação que utiliza a infraestrutura da Internet. Democracia digital (GOMES, 2005; GOMES, 2011; SILVA, 2005) pode ser entendida como o emprego de tecnologias de informação e comunicação⁶(TIC) para “suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política” (GOMES, 2011, p.27-28).

Nos últimos 15 anos vários estudos têm abordado a temática acerca dos impactos da participação online no sistema democrático e nas instituições estatais (SILVA, 2005; SOUZA, 2007; MARQUES; MIOLA, 2007; DAHLBERG, 2007; SAMPAIO, 2011). Embora haja autores que discordem, hoje muitos pesquisadores entendem que as ferramentas digitais de participação são capazes de revigorar a democracia, principalmente as correntes mais participacionistas (PATEMAN, 1992; FUNG, 2004; LAVALLE; AHARYA; HOUTZAGER, 2004), que reivindicam a expansão da esfera pública para que todos tenham voz (MAIA, 2011).

Entre os argumentos dos que discordam, elencam-se as seguintes vulnerabilidades: (i) a possibilidade de criar novas assimetrias; (ii) a possibilidade de fortalecer atitudes e regimes antidemocráticos, (iii) a persistência dos tradicionais obstáculos ao exercício da democracia participativa, (iv) a fragmentação do debate e as dificuldades para produção de decisões coletivas de forma coesa e inclusiva.

Alguns autores veem a possibilidade de gerar novas assimetrias entre os cidadãos, ou até mesmo ampliar as desigualdades existentes (WILHEM, 2000; GOMES, 2005; MAIA, 2011). O acesso à Internet ainda é bastante desigual: 79% dos habitantes da América do

⁶ Gomes (2011) refere-se às seguintes TIC: dispositivos, aplicativos e ferramentas digitais, o que podem ser vistas como, respectivamente, a dimensão do hardware, a dimensão do software e a dimensão da arquitetura da informação.

Norte têm acesso à Internet, 63% da Europa, 43% da América Latina e Caribe, sendo a média mundial de população com acesso à Internet 34% ⁷. Logo, o provimento de serviços públicos ser cada vez mais (e exclusivamente) *online* pode gerar exclusão digital. Muitos não têm como se conectar à Internet ou por falta de disponibilidade de infraestrutura física, ou por falta de recursos para pagar serviço de acesso a uma rede existente, já que não há serviço público que garanta de fato esse acesso. ⁸.

Schmidtke (1998) aponta que as ditas vantagens que sustentam as virtudes da participação *online* não são absolutas e podem enfraquecer a democracia. Para ele, a potência proporcionada pela internet pode ser capturada para sustentar regimes ditatoriais. O uso da Internet para promover o cerceamento e não a promoção das liberdades individuais e do empoderamento social pode ser observado em países como Cuba ⁹, China ¹⁰, Coreia do Norte ¹¹, entre outros.

Tambini (1999) e Guedes (2002) empreenderam estudos que mostram que mesmo em locais onde já existe amplo acesso a recursos e tecnologia, cidadãos e cidadãs continuavam apresentando falta de informação, de motivação e de sensação de representação. Tanto a utilização de recursos tecnológicos para o debate político quanto a própria dinâmica política são fortemente influenciados por valores e aspectos culturais que vêm historicamente moldando hábitos e expectativas políticas. Se a dinâmica veloz da Internet será capaz de alterar rapidamente essa cultura política, só o tempo e outras pesquisas poderão mostrar.

Na dinâmica social da rede os indivíduos podem associar-se fluidamente e o fazem por conta de interesses comuns e também por razões identitárias. Um efeito colateral dessa fluidez é a fugacidade do debate e possível perda de capacidade associativista, “uma vez que os cidadãos tenderiam a perder o interesse em discutir temas de concernência comum” (MARQUES, 2011).

⁷ Estatísticas sobre acesso à Internet em diversos países disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>> Acesso em 16 de junho de 2014

⁸ No Brasil, o Programa Nacional de Banda Larga é uma iniciativa do governo federal cujo objetivo é massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes da tecnologia. Entretanto, a chamada banda larga popular foi implementada com velocidade de 1Mbps ao valor de R\$35 mensais (com impostos). De acordo com informação do Ministério das Comunicações disponível em: <<http://www.mc.gov.br/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>> Acesso em 30 de setembro de 2014. Uma velocidade de 1 Mbps (1 Megabit por segundo) significa que no tempo de 1 segundo, sua conexão com a Internet foi capaz de transportar 1.000 bits ou 125 Bytes. Por exemplo, um vídeo de 2Gb que pode corresponder de 9 a 30 minutos de exibição, levaria quase 35 minutos para ser baixado supondo que a velocidade de 1Mbps seja 100% aproveitada, o que raramente ocorre. Além disso, R\$35 corresponde a 4,83% do salário mínimo vigente

⁹ Sobre censura na Internet: <http://en.wikipedia.org/wiki/Internet_censorship> Acesso em 24 de setembro de 2014

¹⁰ Sobre o controle da Internet na China: <<http://tecnologia.terra.com.br/saiba-como-funciona-o-controle-da-internet-na-china,57182d8e6545b310VgnCLD200000bbccce0aRCRD.html>> Acesso em 25 de setembro de 2014

¹¹ A organização Repórteres sem Fronteiras publicou uma lista, em 2006, com os 13 inimigos da Internet, todos regimes antidemocráticos, disponível em: <<http://en.rsfs.org/>> Acesso em 05 de outubro de 2014

Entre os argumentos dos entusiastas da participação *online* estão as seguintes potencialidades: (i) melhor convivência com a diversidade de vocalizações; (ii) alcance imediato e baixo custo para indivíduos e organizações hierarquizadas, (iii) mais acesso às informações e serviços públicos, (iv) experiências empíricas demonstram haver impacto no governo e na sociedade civil que partem das mobilizações *online*.

A lógica da internet influencia a organização política em rede e é extremamente flexível, permitindo com maior facilidade a coexistência de uma maior diversidade ideológica de pessoas trabalhando para um mesmo fim (BENNET, 2003). Além disso, torna possível dar voz a sujeitos marginalizados (MALINI; ANTOUN, 2013) visto que a mídia perde seu papel monopolista de intermediação do discurso (CARDON, 2012).

A infraestrutura de comunicação digital, descentralizada e horizontal, tem alcance imediato, baixo custo, o que possibilita atuação em rede e com diversos alcances concomitantes: local, regional e global (MORRIS, 2000; JURIS, 2005). Essas vantagens atingem não apenas indivíduos e organizações em rede. As organizações mais tradicionais, com hierarquia mais bem definidas também podem se beneficiar da Internet para diminuir custos e ampliar alcance de comunicação, mobilização, mesmo que não se rompam os paradigmas da dinâmica políticas preexistentes, enxergam-se mudanças positivas (BENNET, 2003).

Os “indivíduos ou grupos sociais poderiam revigorar a esfera pública usando os novos recursos para conectividade e interação *online*” (MAIA, 2011, p.67-68), pois teriam acesso mais fácil a informações públicas, aos serviços de governos e até mesmo a seus representantes. Sampaio et al. (2013) mostra como os dados abertos disponibilizados pela Internet empoderaram o cidadão e propiciam o controle social.

Para além da mobilização da sociedade civil, que pode impactar fortemente o poder público, há também diversas experiências empíricas que indicam que hoje, a “utilização da Internet pelo Estado, principalmente através de sites e portais oficiais, se tornou algo generalizado e se configura como o principal vetor de informação da esfera governamental para a esfera civil” (SILVA, 2011, p.123). Há também fatos que corroboram para a crença na potencialidade do mundo virtual. Malini e Antoun (2013) mostra como o engajamento nas redes virtuais tornam-se manifestação real nas ruas brasileiras em 2013 e analisa indiretamente o papel protagonista que a Internet teve ao mobilizar milhões de pessoas em diversas cidades brasileiras para protestar contra aumento das tarifas de transporte público e, mais, por melhores condições de vida (SANTANA; SILVA, 2013).

Para Krueger (2002) existe uma gradação entre dois pólos na participação política com utilização da Internet como: um em que a Internet tem um papel instrumental e outro em que tem um papel essencial. Para quem ela figura como instrumental, geralmente a Internet é usada em substituição a outras tecnologias, como por exemplo utilizar email em vez de carta, ou ler o Diário Oficial *online* ao invés do impresso. No outro extremo existem aqueles indivíduos que utilizam as ferramentas digitais para participação política.

Por exemplo, a mobilização internacional de pessoas para a Marcha Mundial das Mulheres seria viável com o custo e a rapidez que se obtém somente por causa da Internet? Outro exemplo são deputados federais que, mesmo locados muito tempo em Brasília, promovem consultas *online* sobre como empregar a verba de emenda parlamentar do seu mandato.

3 Contextualização e Método

Após a revisão de literatura relacionada que explora nos capítulos anteriores referências teóricas, foi intenção chegarmos a um recorte de interesse já que “a pesquisa não estuda temas, mas sim problemas específicos” (GOMES; FARIA; BERGO, 2009). Dentro da Internet temos a Web, e nesta, recentemente, nasceram portais de todas as ordens, inclusive alguns por iniciativas do governo que visam promover a participação social. Dentro desse contexto, e tendo em vista a metodologia científica (FERRAREZI JUNIOR, 2013) urgem as seguintes questões: o quanto as pessoas da sociedade civil conhecem e reconhecem mecanismos de participação por meios digitais? Como é o impacto desses mecanismo para o governo? São essas as principais questões que nortearam a pesquisa empreendida por este estudo.

3.1 Escolhas dos Métodos

A escolha do método não deve ser rígida, mas rigorosa, isto é, não é preciso seguir apenas um método cegamente, mas aquele(s) que forem julgado(s) adequado(s) devem ser aplicados com rigor (BOURDIEU, 2003). Como o foco de estudo enfoca eventos contemporâneos, a ascensão da internet é fenômeno recente, e que não é possível controle do comportamento dos atores envolvidos, os métodos adotados neste trabalho são: levantamento de opiniões por meio de questionários (*surveys*) para investigar a perspectiva da sociedade civil, estudo de caso para investigar a perspectiva do governo e análise de arquivos para caracterizar e descrever cada caso – ver Quadro 2 a seguir (YIN, 2010).

Quadro 2 – Situações relevantes para diferentes métodos de pesquisa.

Método	Forma de questão de pesquisa	Exige controle dos eventos comportamentais?	Enfoca eventos contemporâneos?
Experimento	Como, por quê?	sim	sim
Levantamento (<i>survey</i>)	Quem, o que, onde, quantos, quanto?	não	sim
Análise de arquivos	Quem, o que, onde, quantos, quanto?	não	sim/não
Pesquisa histórica	Como, por quê?	não	não
Estudo de caso	Como, por quê?	não	sim

Fonte: (YIN, 2010)

É comum na pesquisa qualitativa que as variáveis categóricas sejam tratadas de forma discursiva, comportamento em parte explicado pela falta de familiaridade com técnicas de análise de dados e muitas análises acabam por ter seu potencial informativo desprezado (PEREIRA, 1999b). Mesmo em uma pesquisa qualitativa, os dados quantitativos e qualitativos acabam se complementando (MINAYO, 1996). No presente trabalho buscou-se angariar informações que possibilitem tanto um tratamento de dados por meio de técnicas adequadas a variáveis quantitativas como também que abarque a riqueza proporcionada pela análise discursiva.

Tendo em vista a escolha dos estudos de caso, inicialmente a ideia era abranger os três níveis de governo no Brasil: municipal, estadual e federal. Assim, pretendia-se caracterizar três iniciativas digitais governamentais, cada uma referente a uma escala de atuação. Foi identificada pelo menos uma pessoa ligada à gestão de cada potencial caso de análise para quem foi enviado um e-mail em 31 de março de 2014 explicando o estudo e com o projeto de pesquisa proposto. Novo e-mail com o mesmo teor foi enviado em 10 de abril de 2014 e até o início de julho apenas obteve-se retorno de duas (âmbito federal e âmbito estadual) das três iniciativas inicialmente apontadas e procuradas. Em nível estadual é analisado o “Gabinete Digital”, atualmente ligado à Secretaria de Governo do Rio Grande do Sul. E em nível federal, o “Participa.Br”, uma plataforma federal de participação social, cuja iniciativa fora da Secretaria Geral da Presidência da República.

Para melhor compreender como essas iniciativas funcionam, primeiro caracteriza-se cada iniciativa (tempo de existência, alcance em número de usuários, tempo de acesso, entre outros) a partir do levantamento de arquivos e, na sequência, por meio de entrevistas com pessoas-chave na gestão das ferramentas digitais de participação. Neste trabalho as entrevistas são vistas como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p.86).

As mais utilizadas formas de entrevista estão: a estruturada, a semi-estruturada, a aberta, os grupos focais, a projetiva e a história de vida. (GOLDENBERG, 2004) Escolheu-se por empreender entrevistas semi-estruturadas porque, de acordo com Kvale e Brinkmann (2009, p.124)

As entrevistas semi-estruturadas procuram obter descrições do entrevistado com respeito à interpretação do significado do fenômeno descrito; haverá uma sequência de temas a serem cobertos, bem como questões sugeridas. Ao mesmo tempo há abertura para mudar a sequência e a forma das questões afim de captar respostas e histórias específicas desses sujeitos.

Logo, as entrevistas semi-estruturadas contam com um roteiro de perguntas, cujo objetivo é tornar as entrevistas comparáveis entre si, mas nem por isso o roteiro é fechado.

Essa abertura possibilita explorar as especificidades de cada interlocutor, que ocupa posição diferente em relação ao objeto de estudo. Neste caso, perguntas de caráter mais amplo, feitas aos coordenadores dos portais, sobre democracia por exemplo, podem dar origem a outras de caráter mais estratégico. Já se o entrevistado for alguém de função mais técnica, as perguntas podem explorar mais esse aspecto.

A análise das entrevistas foi feita diretamente a partir dos vídeos, até porque “não se deve conceber entrevistas como transcrições, elas são conversas vivas” (KVALE; BRINKMANN, 2009, p.192) e como tal, é possível captar entonação, silêncios, excitação e empolgação com muito mais facilidade e precisão.

Para a investigação das percepções da sociedade civil, foram feitas pesquisas de *survey*, um tipo particular de pesquisa social empírica. De acordo com Babbie (1999) são finalidades da pesquisa de *survey* a descrição, a explicação e a exploração de um determinado fenômeno. Na descrição a preocupação reside em descobrir a distribuição de certos traços e atributos. Na explicação, é intenção fazer asserções explicativas sobre a população. E na exploração, não se faz tentativa de selecionar uma amostra representativa, nem os dados foram colatados de forma padronizada, mas aponta-se novas possibilidades de estudo. Os *surveys* feitos para esta monografia encontram-se nesta última categoria.

Os *surveys online* apresentam uma série de vantagens em sua coleta de dados, a saber: (i) economia de recursos (materiais e imateriais) na coleta; (ii) possibilidade de conseguir elevado número de dados e maior abrangência (geográfica e de perfis de pessoas); (iii) rapidez no recebimento e compilação das respostas; (iv) o(a) respondente pode escolher o melhor momento para responder; e (v) o entrevistador não influencia na resposta. Por outro lado contam com as seguintes desvantagens: (i) baixo retorno de respostas; (ii) grande quantidade de respostas inválidas (em branco, com *spam*, etc.); (iii) não é possível auxiliar o(a) respondente em caso de dúvida; (iv) se desconhece as condições sob as quais ocorreu o preenchimento; (v) é difícil atingir públicos específicos. (LAKATOS; MARCONI, 2003)

Para aplicação dos questionários presencialmente ou do *survey online* foi escolhido como público-alvo indivíduos que participam da Sociedade Civil Organizada. Primeiro por que é necessário algum recorte, dado que é uma limitação atingir com representatividade qualquer cidadão ou cidadã do Brasil aleatoriamente. Além disso, entende-se que no campo da participação já existem atores atuantes, com maior ou menor grau de consciência de sua própria atuação, mais ou menos ligadas à questão da tecnologia, mas que talvez sejam os primeiros a corroborar com inovações no campo da cultura políticas já que são multiplicadores e portanto suas visões têm impacto na formação de opinião de outrem.

Parte II

Estudos de Caso

4 A visão dos gestores públicos

Este capítulo tem por objetivo descrever do ponto de vista dos gestores públicos o funcionamento de duas iniciativas que promovem a participação por meios digitais, o Participa.br em âmbito federal e o Gabinete Digital, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Aborda-se qual concepção de propriedade intelectual é adotada e busca-se investigar como se dá a interface governo-sociedade civil, bem como quais as vantagens e as limitações de cada iniciativa. Para tanto, foram feitas entrevistas com alguns gestores públicos diretamente ligados a cada uma das plataformas digitais. Todas entrevistas foram feitas à distância via VOIP ¹, mais especificamente por uso do serviço *HangOut* oferecido pelo Google e cujos resultados estão disponíveis na íntegra em canal do *Youtube*² afim de dar publicidade aos dados brutos desta pesquisa. Vale destacar que todos(as) entrevistados foram consultados e assentiram conceder entrevistas que estariam públicas, na íntegra.

4.1 Participa.br

4.1.1 Caracterização

A ideia de construção do Participa.Br é debatida pela primeira vez no 1º Seminário de Participação Social, em outubro de 2011 ³, quando se discute os vários aspectos de um portal brasileiro de participação social que pudesse ser um espaço de interlocução do governo com as redes digitais. Nesse momento, percebe-se a necessidade de se trabalhar a lógica do online/digital/internet e cria-se a expectativa de criação de um portal de participação social, ideia que só ganha mais força com as manifestações de junho de 2013, quando o portal recebe mais atenção e passam a ser viabilizadas algumas consultorias que corroboram para sua concretização. Em julho de 2013, usando uma proto-versão do Portal, foi lançada uma consulta sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e sobre o Compromisso Nacional de Participação Social (CNPS). A primeira versão do Participa.br foi ao ar em novembro de 2013, quando ficou disponível para a formação de comunidades e estruturado para fazer outras consultas públicas.

¹ VOIP significa *voice over IP*, em português, voz sobre IP. Ou seja, uma ferramenta que possibilita troca de som e imagem que é apoiada na infraestrutura da Internet.

² Entrevistas na íntegra podem ser acessadas pelo endereço <<https://www.youtube.com/user/de981/videos?view=57&flow=grid>>

³ Vídeo do seminário disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IRE7Y0zWDsw>> Acesso em 22 de setembro de 2014

Oficialmente e, de acordo com os “Termos de Uso” do Participa.br:

O Portal da Participação Social é uma plataforma virtual interativa em software livre voltada à construção de um conjunto de ambientes que poderão ser utilizados por gestores e servidores para proporcionar novas formas de participação a serem apropriadas pela cidadania e à contextualização, organização e facilitação do acesso do cidadão às formas de incidir nas políticas públicas do governo brasileiro, objetivando servir como um repositório agregador do conhecimento sobre participação social disperso na rede.

Do ponto de vista tecnológico o Participa.Br é desenvolvido em plataforma web livre *Noosfero*⁴ com *plugins*⁵ a fim de atender necessidades específicas, para outras necessidades foram utilizados ou adaptados plugins já existentes. Trata-se de uma arquitetura de rede social, portanto, cada usuário é responsável pelo conteúdo postado. O conteúdo do site produzido pela editoria da equipe do Participa.br está disponível sobre a licença *Creative Commons*⁶ (CC), já o conteúdo do que é postado em cada comunidade é definido pela própria comunidade, muito embora haja uma recomendação para que também usem CC. O código fonte é livre, licenciado sob Affero GPL V3 or Later⁷ e está disponível no repositório público GitLab⁸.

Em termos de alcance o portal informa contar com 3952 usuários, 844 tags utilizadas, 16.579 comentários e 2.833.969 acessos menos de um ano de existência⁹. Considerando que a população brasileira conta com mais de 201,03 milhões¹⁰, trata-se de um impacto ainda pequeno. Entretanto, ao observar a evolução ao longo do tempo do número de usuários totais, percebe-se que há uma tendência de crescimento conforme Figura 2 a seguir, ou seja, existe a expectativa de aumento da capilaridade.

É possível observar dois grandes picos de acessos na Figura 2. Um em 23 de abril de 2014, dia compreendido dentro do período do evento *Arena NET Mundial*, do qual falar-se-á mais adiante. Outro em 22 de maio de 2014, quando ocorreu uma maratona

⁴ Noosfero é uma plataforma web de código aberto para redes de economia social e solidária que conta com ferramentas como blog, sistema de gerenciamento de conteúdo, feed de notícias, discussão temática, agenda de eventos, entre outras. É desenvolvido em linguagem de programação *Ruby* usando o *Rails* como *framework*. Suporta bancos de dados *PostgreSQL*, *MySQL*, *SQLite* e outros. Fonte: <<http://noosfero.org/>> Acesso em 01 de setembro de 2014

⁵ Os *plugins*, surgidos em meados de 1970, também são chamados de *plug-in*, *add-in* ou *add-on* são programas de computador (módulos de código) que se “encaixam” a um programa principal para adicionar-lhe recurso ou funcionalidade específico.

⁶ Licença Creative Commons Attribution 3.0 está disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR> Acesso em 10 de agosto de 2014

⁷ Licença GNU Affero GPL está disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/agpl.html>> Acesso em 10 de agosto de 2014

⁸ Repositório do Participa.Br pode ser acessado por: <<https://gitlab.com/groups/participa>> Acesso em 29 de setembro de 2014

⁹ Portal do Participa.br: <<http://participa.br/>> Acesso em 01 de julho de 2014

¹⁰ Estimativa de população em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf>

Hacker organizada pela SGPR focado nas questões do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e inserido dentro do evento *Arena da Participação* que também abrigou a aprovação da PNPS pela presidenta da República.

Figura 2 – Taxa de Visitas do Participa.br de 02 de janeiro a 20 de junho de 2014



Fonte: Relatório de Web Analytics do Participa.br, fornecido por SGPR

O Participa.br é uma estrutura de rede social, que conta com três elementos constitutivos: usuários (perfis individuais), organizações e comunidades. A produção e gestão dos conteúdos de as comunidades é de responsabilidade dos administradores de cada comunidade, já a a gestão mais geral do portal, a saber, tecnologia e editoria, é feita na Coordenação de Novas Mídias, dentro da Secretaria Geral da Presidência da República, junto a consultores contratados e ao SERPRO.

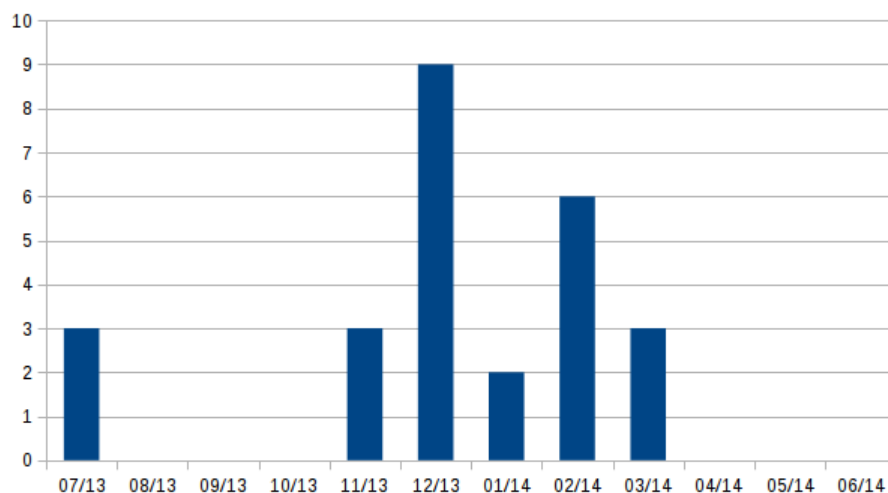
Como **usuário**, entende-se qualquer pessoa que acesse o domínio e os conteúdos do Participa.br, independentemente de cadastro. A cada indivíduo é permitido cadastrar-se, criar seu perfil, ter acesso a uma variedade de recursos online, incluindo ferramentas de comunicação e interação, fóruns de debate, salas de bate papo, vídeos, mapas, mecanismos de consulta, dentre outros. Determinados recursos, ferramentas e mecanismos podem estar sujeitos a termos e condições complementares aos “Termos de Uso” disponíveis no site, que poderão ser especificados caso a caso quando necessário. Qualquer usuário cadastrado pode, potencialmente, criar uma comunidade. Potencialmente porque a criação de comunidades é moderada em alguma medida e uma comunidade só existe mediante interesse conjunto e concomitante de alguém da sociedade civil e alguém do poder público.

As **organizações** usam um recurso do *Noosfero* voltado a empreendimentos, bastante usado pelo segmento social da economia solidária. Elas são um tipo de perfil, como uma *fan page*, que podem pertencer aos responsáveis por essas organizações. Esse recurso foi utilizado em apenas em uma das comunidades, a COMIGRAR, que será mais explorada adiante no texto, para permitir que os participantes da conferência tivessem conhecimento e interagissem com elas. Não há ainda uma política muito definida sobre como usar esse recurso em outros contextos.

Para criar uma **comunidade** é preciso, nesta ordem: (i) ser um usuário da plataforma, com perfil criado; (ii) definir o tema da comunidade - o foco deve ser de interesse público e ter potencial de virar ou incidir sobre políticas públicas; (iii) o usuário pede para criar uma comunidade; (iv) o tema proposto é analisado por administradores do ambiente para ver se já está contemplado em alguma comunidade, com alguma discussão iniciada - se já estiver, o usuário será comunicado disso e convidado a unir-se à comunidade existente, senão, segue-se para o passo seguinte; (v) administradores do ambiente mapeiam quem do governo é pertinente envolver nessa determinada iniciativa; (vi) a gestão das comunidades é descentralizada, isto é, quem gere (conteúdos, prazos, decisões, arquitetura de informação) são os órgãos de governo que têm as consultas ali.

Caso alguém da sociedade civil proponha uma comunidade e não haja contraparte do governo interessada, a comunidade não se forma. O ritmo de criação de comunidades pode ser visto na Figura 3. Nesse histograma observa-se uma concentração da criação de novas comunidades no período de novembro de 2013 a março de 2014. A quantidade de comunidades ainda é pequena, totaliza apenas 26, e inconstante ao longo do tempo, não sendo possível traçar uma linha de tendência. A descrição de cada uma das comunidades, sua data de criação, quantidade de administradores, de membros, de tópicos e de palavras-chave estão descritos mais detalhadamente no Anexo I

Figura 3 – Quantidade de comunidades criadas de julho de 2013 a junho de 2014



Fonte: compilação própria

Comunidades e/ou usuários têm à sua disposição algumas ferramentas digitais de participação que podem usar à vontade, isolada ou combinadamente. São cinco ferramentas: fórum de debate, comentário por parágrafo, avaliação de propostas ao pares, *hub* e trilha de participação, todas descritas a seguir.

Fórum

Na ferramenta de fórum promove-se uma conversa coletiva, por escrito, a respeito de uma assunto inicialmente enunciado. Cada usuário colabora escrevendo uma mensagem com sua opinião e as mensagens são ordenadas decrescentemente por data. Não há limite de fóruns, nem de quantidade de mensagens por fórum previsto. Qualquer pessoa da comunidade pode propor e interagir num fórum. Não foi declarada qualquer diretriz de filtro pela equipe de administração do Participa.br, tampouco foi constatado algum caso ao investigar a plataforma. O que ocorre tanto neste quanto em outros fóruns, é que a maioria possui regras de funcionamento. Isso é bastante comum na Internet para o controle de *spams*, *fakes*, brigas, criação de tópicos inúteis e dupla postagem, entre outros. No caso do Participa.br existem regras explícitas nos Termos de Uso, como por exemplo:

Não serão aceitas postagens que contenham vocabulário ofensivo ou desrespeitoso a terceiros, incluindo ofensas, calúnias, injúrias e difamações. Também não serão permitidas postagens que invadam a privacidade de terceiros, que sejam ameaçadoras, preconceituosas ou racistas. (...) O spam (mensagens não solicitadas) ou o abuso em comentários poderá ser ativamente prevenido através do bloqueio de palavras e expressões predeterminadas, ou excluído posteriormente, sendo cabível a remoção da conta do Usuário no caso de tentativas de violação sistemática e repetitiva destes Termos de Uso, incluindo a reintrodução de material que já tenha sido previamente bloqueado ou excluído.

Comentário por Parágrafo

A ferramenta de “comentários por parágrafo” foi desenvolvida pelo SERPRO antes do início do Participa.br e tem por objetivo permitir a alguém colocar um texto para consulta de forma a coletar sugestões e críticas ancoradas a trechos. No Participa.br, alguém de uma comunidade escreve/expõe um texto e, ao colocá-lo para consulta escolhe sobre quais parágrafos deseja receber comentários. Qualquer pessoa da comunidade pode tecer comentários sobre os parágrafos “abertos”. É possível curtir os comentários escritos por outros usuários e também está prevista uma metodologia avaliativa para sistematização dos comentários, ainda não implementada.

Avaliação de Propostas aos Pares - *pairwise*

A ferramenta “*pairwise*”¹¹ permite criar conjuntos de testes utilizando o método de combinações de pares, reduzindo uma série de combinações de variáveis em um conjunto menor que cobre a maioria das situações a serem avaliadas pelos usuários. Trata-se de

¹¹ A técnica de *pairwise* nasce da engenharia de testes, da ciência da computação, e se baseia na observação de que a maioria das falhas é causada por interações de no máximo dois fatores. Assim, conjuntos de testes *pairwise* são gerados para cobrir todas as combinações de dois a dois sendo, assim, menos exaustivos, mais eficazes e consumindo menos tempo na tarefa de encontrar defeitos. Para saber mais: <<http://www.developsense.com/pairwiseTesting.html>> e <http://www.stickyminds.com/sites/default/files/article/file/2012/XDD6488filelistfilename1_0.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2014

ferramenta extremamente útil quando se deseja elencar prioridades ou saber quais situações são mais bem avaliadas ou desejadas, especialmente num cenário em que a quantidade de possibilidades num questionário simples de múltipla escolha ou é muito grande, ou é muito complexa para avaliação concomitante. Logo, para o usuário que interage com a *pairwise*, aparecem sempre duas alternativas, e ele deve escolher apenas uma delas. Isso ocorre várias vezes consecutivas com alternativas diferentes. O algoritmo combinatório utilizado garante uma grande cobertura ¹².

HUB

A ferramenta “*hub*” assemelha-se mais de um canal de comunicação, concentrador, já que ele capta informações do *Facebook* e do *Twitter* a partir de uma certa temática definida. No *hub*, um mediador propõe uma discussão sobre um determinado tema e as pessoas discutem sobre o assunto, sendo que por conta da integração com *Facebook* e *Twitter*, mesmo quem não está logado no Participa.br pode contribuir com o debate - nas demais ferramentas só é possível interagir. Esta ferramenta foi largamente utilizada na *Arena NET Mundial* ¹³, que discutiu o futuro da governança da Internet no Brasil.

Trilhas de Participação

A ferramenta “trilha de participação” remete-se de fato à ideia de uma trilha a ser seguida, ou seja, passos a serem dados para se chegar a um local específico. Assim, cada trilha precisa ter um objetivo, um prazo e uma lista de etapas a serem cumpridas, numa determinada ordem, sendo que cada etapa também tem seu objetivo e prazo. Cada trilha só pode ser criada pelos gestores da comunidade (quem pediu para criar a comunidade) sem necessidade de autorização dos administradores do ambiente para tal. As trilhas podem englobar quaisquer das outras ferramentas ou mesmo apontar etapas que não envolvam nenhuma delas. Por exemplo, uma trilha pode consistir dos seguintes passos: (i) reuniões presenciais com comunidades locais sobre um assunto no mês 1; (ii) reunião feita por VOIP aberto para reunir pessoas de diversas localidades sobre o mesmo assunto numa determinada data; (iii) formulação de texto inicial sobre o assunto por meio do fórum no mês 2; (iv) consulta do texto tirado no fórum utilizando a ferramenta de comentário por parágrafo no mês 3; (v) reunião presencial para fechar o texto final no último fim de semana do mês 4, com utilização da ferramenta *hub* para discussão em tempo real.

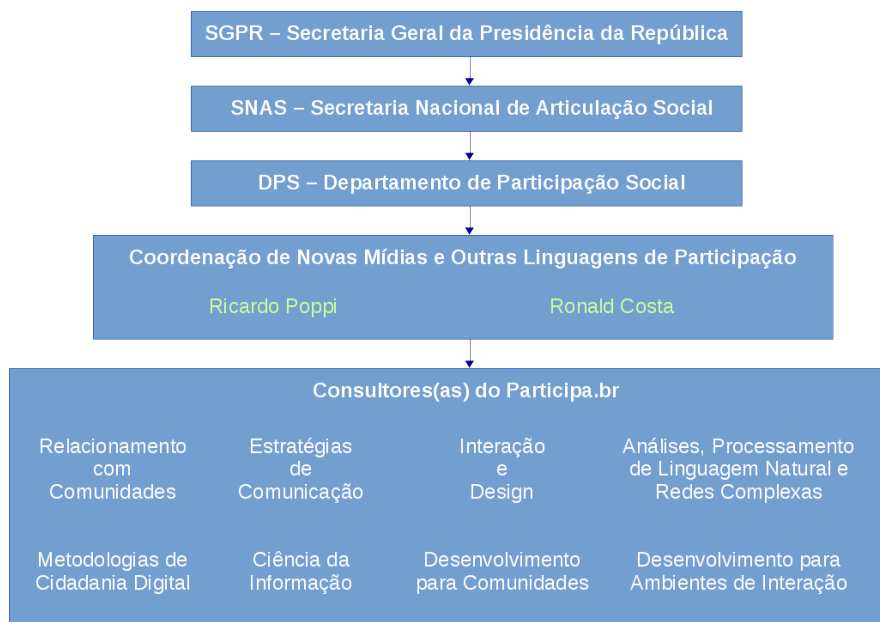
¹² Alguns estudos que mostram a eficiência de cobertura da ferramenta podem conferidos em: <<http://aetgweb.appcomsci.com/papers/2000-incose.pdf>> e <<http://aetgweb.appcomsci.com/papers/1998-star.pdf>> Acesso em 15 de setembro de 2014

¹³ Arena NET Mundial foi um evento realizado entre 22 e 24 de abril de 2014 para discutir os rumos da Internet no Brasil e no mundo, a democracia na era digital e a sociedade em rede.

4.1.2 Estrutura Organizacional

O Portal da Participação Social - Participa.br - é uma iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), com cooperação do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). O SERPRO é parceiro da SGPR nas atividades ligadas à hospedagem e ao desenvolvimento da plataforma. Dentro da SGPR, existe a Coordenação de Novas Mídias e Outras Linguagens de Participação (Coordenação de Novas Mídias), esta responsável diretamente pelo portal. É de responsabilidade desta coordenação a articulação política, bem como parte do desenvolvimento da plataforma. Para executar essas funções a Coordenação de Novas Mídias conta com dois servidores e oito consultores cujos escopos estão descritos na Figura 4.

Figura 4 – Equipe Participa.Br



Fonte: Compilação própria

4.1.3 Entrevistas

Foram entrevistadas cinco pessoas ligadas ao Portal do Participa.br, a saber: Ricardo Augusto Poppi Martins da Coordenação de Novas Mídias; Grazielle Machado, consultora de relacionamento com comunidades; Paulo Roberto Miranda Meirelles, consultor de ciência da informação; Daniela Soares Feitosa, consultora de desenvolvimento para ambientes de interação; e Mariel Zasso, partícipe protagonista na maior comunidade do Participa.br, a COMIGRAR. No Quadro 3 que se segue são apresentadas as descrições e o principal motivo que levou a entrevistar cada uma das pessoas supracitadas.

Quadro 3 – Participa.br - Entrevistados

Nome	Data da Entrevista	Caracterização	Motivo para entrevista
Ricardo Augusto Poppi Martins	21/06/2014	Ricardo Augusto Poppi Martins, 36 anos, natural de São Paulo (SP), é Coordenador Geral de Novas Mídias e Outras Linguagens de Participação (Coordenação de Novas Mídias), inserido no Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social que pertence à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR). Ele trabalha no governo federal desde 2010, como servidor comissionado, sendo que nunca havia trabalhado antes em órgãos públicos.	O Participa.br, portal federal de participação social, está sob sua coordenação direta.
Paulo Roberto Miranda Meirelles	19/06/2014	Paulo Roberto Miranda Meirelles, 31 anos, natural de Natal (RN), é professor da Universidade de Brasília (UnB) no curso de Engenharia de Software. Atualmente contribui com desenvolvimento do Participa.br pois conta com uma equipe na UnB que colabora para o Noosfero, que é a plataforma livre base do portal federal em questão e também consultor PNUD da SGPR com o objetivo é desenvolver um biblioteca digital sobre participação social para o Participa.br.	De dezembro de 2013 a abril de 2014 esteve envolvido com o Participa.br alinhando o desenvolvimento da plataforma Noosfero entre as instituições UnB, USP, SERPRO e SGPR, evitando retrabalho e garantindo convergência. Além disso, a biblioteca digital a respeito da participação social também.
Daniela Soares Feitosa	16/06/2014	Daniela Soares Feitosa, 30 anos, natural Salvador (BA) é consultora PNUD junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) com o objetivo de pensar em formas e funcionalidades que fomentem a participação social por meio da plataforma, incorporando-as no código do Participa.br.	Sua visão como desenvolvedora e sua experiência com Noosfero, base do Participa.br.
Graziele Machado	19/06/2014	Graziele Machado, 30 anos, natural Brasília (DF) é consultora PNUD junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) com o objetivo de fomentar participação social e mobilização por meio de novas mídias e produção de conteúdo jornalístico, inserido numa lógica 2.0. Já havia trabalhado em 2008/2009 com o Ministério da Cultura e em 2011 com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como assessora de comunicação.	Ela é responsável por produção de conteúdo e com foco dos processos comunicativos em si.
Mariel Zasso	12/06/2014	Mariel Zasso, 31 anos, natural de Nova Palma (RS) é consultora PNUD junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) com a missão de produzir um concurso de aplicativos (Hackathon) das OSCs, não trabalhando diretamente com o Participa.br.	Sua experiência e atuação dentro das comunidades do Participa.br, como uma usuária e técnica “customizadora” da rede social. Ela foi consultora do Ministério da Justiça para auxiliar na gestão da comunidade COMIGRAR, criada por conta da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio. Esta experiência merece certo destaque tanto pela oportunidade de entrevistar uma stakeholder protagonista do processo, quanto por ser a maior comunidade (não endógena) do Participa.br, com 208 participantes.

Fonte: compilação própria

A compilação das entrevistas que revela a visão dos gestores do Participa.br, que se segue, foi estruturada em seis partes: aspectos ligados ao seu surgimento, aspectos ligados aos impactos interno e externo, aspectos relativos à gestão e ao funcionamento, aspectos de contextualização política, o caso da COMIGRAR e, por fim, uma avaliação síntese dos gestores. O roteiro utilizado para fazer as entrevistas é apresentado no Anexo B.

4.1.3.1 Criação do Portal

Segundo Martins, coordenador do portal, a SGPR desde o governo Lula assumiu o papel de interlocução com a sociedade civil e com movimentos sociais. A partir do governo Dilma (2010-2014), percebe-se a necessidade de trabalhar a lógica do online/digital/internet e cria-se a expectativa de criação de um portal de participação social que pudesse ser um espaço de interlocução com as redes digitais. O Participa.br lança sua primeira consulta em julho de 2013, imerso no afã por mais participação política provocado pelas **manifestações de junho de 2013**. Diversas comunidades se formaram e estabeleceram seus processos participativos, sendo um caso de sucesso a adesão da COMIGRAR – Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio descrito mais adiante no item 4.1.3.4.

Para Feitosa, consultora ligada ao desenvolvimento da plataforma, havia a predisposição para realizar esse projeto antes de junho, mas as manifestações parecem ter acelerado o processo de criação. Ela diz:

A ideia é fazer com que essas pessoas que estavam reclamando, que estavam lá ativas, reclamando do que estava acontecendo, pudessem contribuir com as decisões, dando opiniões. [O Participa.br] seria um espaço em que essas pessoas poderiam se expressar, sem censura, quer dizer, com algumas regras de convivências, mas [um espaço em] que as opiniões seriam ouvidas – seria um espaço para que a população pudesse ser ouvida.

Machado, que iniciou seus trabalhos com o Participa em dezembro de 2013, ou seja, quando a plataforma estava em construção também liga a criação do Participa.br ao clima político gerado pelas manifestações:

A plataforma nasceu com o intuito de ser uma resposta às mobilizações que o Brasil assistiu em junho de 2013 [...] para ampliar os canais de conversa, os canais de participação com a sociedade. Já existem diversos canais e o Participa.br nasceu para ser mais um canal, justamente para [...] incluir a coisa do online, da internet – a gente viu que em junho as pessoas usaram muito as redes sociais para se comunicar, para se organizar [...] O Participa.br veio para tentar suprir essa necessidade, para o governo tentar se inserir nessa lógica mais 2.0 [...] para [atingir] as pessoas não organizadas, as pessoas que não necessariamente estão em algum movimento social que tem CNPJ, mas que se organizam de alguma forma na internet, que têm as suas pautas e que devem ser ouvidas pelo governo.

Analisando transversalmente as falas dos entrevistados, é possível perceber que existe alinhamento sobre: (i) influência das manifestações de junho de 2013 no pontapé inicial do portal, mesmo isso não sendo citado em nenhuma pergunta; e (ii) o portal ser feito para a sociedade, com a intenção de constituir-se um canal de participação e diálogo com o governo. Percebe-se pelos depoimentos que, a vontade de consolidar melhor os canais de participação estava latente no governo e que foi catalisada por milhões de pessoas nas ruas de inúmeras cidades brasileiras em junho de 2013. Se o estopim que levou tanta gente a manifestar-se foi o aumento das tarifas de transporte coletivo, o recuo no aumento das tarifas não fez com que a insatisfação findasse, pois uma gama enorme de pautas se fundiu e um fato emergiu: o governo é pouco sensível às demandas sociais e ainda pouco permeável à participação. Isso catalisou tanto o nascimento do Participa.br em 2013, quanto a redação, consulta e aprovação da Política Nacional de Participação Social (PNPS) em 2014.

Quando perguntados sobre os *stakeholders* envolvidos na **concepção** do Participa.br quase todos citam Ricardo Poppi (Martins) como o principal articulador. Meirelles cita ainda Ronald Costa, coordenador ao lado de Martins, e Pedro Pontual, diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS). Apenas Martins não cita a si próprio e enxerga que a concepção do portal Participa.br sofreu influência de quem esteve presente no 1º Seminário de Participação Social em 2011 (servidores de órgãos governamentais, redes de *hackers* da sociedade civil, membros de ONGs), e também de membros de OSC e de instrumentos já consolidados de participação social, como conselhos e conferências, que chegaram à SGPR por meio de escutas e outros espaços de debates que promoveu.

Quando perguntados sobre os *stakeholders* envolvidos na **implementação** do Participa.br, Machado cita principalmente o público interno ao governo. Meirelles segue na mesma linha, sendo mais específico cita a equipe da SGPR, a equipe do SERPRO e Ministro Gilberto Carvalho. Já Martins aponta que foi necessária mobilização tanto dentro do governo como na sociedade civil. No conjunto do governo foi importante envolver a própria SGPR e setores do governo para que colocassem seus processos na plataforma. Entre as primeiras comunidades criadas no Participa.br, estão a COMIGRAR, gerida pelo Ministério da Justiça, a comunidade das ouvidorias, geridas pela Controladoria Geral da União (CGU) e Ouvidoria Geral da União (OGU) e a comunidade de governo aberto, gerida pela CGU. Na sociedade civil, foi preciso informar que a plataforma estava sendo lançada, o que ocorreu nas últimas semanas de novembro de 2013. Para ele, a maior ação de envolvimento até o momento se deu no *Arena Net Mundial* ¹⁴, quando foi realizada a

¹⁴ Martins indica que a consulta feita no *Arena NET Mundial* recebeu quase 300 novas ideias, envolveu mais de 200 mil pessoas e contou com cerca de 280 mil votos que tinham por objetivo responder a 3 perguntas mestras: "(i) Que Internet você quer? (ii) Quais direitos você considera fundamentais para garantir o futuro democrático da Internet (iii) Quais princípios devem orientar a governança da Internet?" Foi usada a metodologia de priorização aos pares e as respostas forneceram subsídios para a

maior consulta do Participa.br acerca da Internet. Vale ressaltar que embora a percepção de Martins seja essa, a taxa de visitas ao Participa.br durante a *Arena da Participação* foi levemente maior do que durante o *Arena Net Mundial* conforme se observa na Figura 2.

Sobre as **motivações** que levaram à concretização do Participa.br, Martins indica o reconhecimento de que o governo tem dificuldade de dialogar na linguagem das redes, pois estas lidam com uma “cognição distinta da linguagem da cognição da administração pública e da cognição do Estado”. Além disso, ele aponta também que outra motivação é a experimentação, já que não existe uma fórmula pronta para superar a crise da representação que se vive atualmente, em suas palavras:

Participa.br é uma dessas experiências, é uma experiência de propor uma lógica de participação social baseada em comunidades, em rede social; sem perder de vista os instrumentos de consulta à população e [de forma a] proporcionar um aprendizado para essa relação – tanto um aprendizado para a sociedade na relação com o governo, [...] mas também um aprendizado para o governo (quais são os limites, o que que impacta e quais sãs as possibilidades) dessa nova relação.

Na visão de Zasso, articuladora da maior comunidade do Participa.br, a Internet possibilita novas formas de interação em vários âmbitos, inclusive permitindo que a população se envolva mais diretamente em decisões de forma que não se precise de um filtro da mídia ou de representantes. Para ela a incorporação da Internet como um dos meios de participação social é inevitável:

Houve toda uma revolução recentemente, um clamor para que isso fosse incorporado também na forma de participação social. É que assim como os mídia-livristas podem agora ter voz e não precisam mais de um grande veículo para falar o que pensam, aí a multiplicidade de vozes aparece por conta da internet, onde no limite qualquer pessoa pode falar qualquer coisa. Eu acho que isso também, em várias áreas, foi se tornando premente que fosse incorporado. Eu acho que na participação social e na interação da população com o governo isso foi uma necessidade que foi aparecendo.

A respeito das **expectativas iniciais** quando do lançamento da plataforma, Martins informa que houve uma preocupação, desde o início, de que o Participa.br não fosse entendido como “uma super ferramenta inovadora, incrível, de participação social”, mas como uma ferramenta que seria aperfeiçoada e melhorada num processo iterativo e interativo entre governo e sociedade. Ele identifica uma tríade estratégica no início do funcionamento da plataforma: (i) controlar a expectativa do usuário, que poderia vir inflada artificialmente; (ii) construir casos de sucesso que conquistem tanto público interno

própria conferência Arena Net Mundial por meio de um relatório final que foi entregue à presidente do Brasil, para a orientação da produção de políticas públicas nessa área, e também ao grupo executivo do Net Mundial, para que considerassem esse documento como proposta da sociedade civil brasileira. Tal relatório está disponível em: <<http://www.participa.br/docs/relatorio-net-mundial.pdf>> Acesso em 01 de outubro de 2014

quanto externo e (iii) vincular sempre governo e sociedade, com a preocupação em ter incidência sobre políticas públicas e eventos de governo.

Machado indica que houve uma expectativa inicial não só de que as pessoas participassem dos processos que o governo propõe, mas que também propusessem novas ações. Segundo ela, a expectativa até hoje ainda é tanto promover a interface do governo com a sociedade, como aumentar a adesão dos usuários, de forma que apresentem questionamentos e comentários, além de sugerir novas comunidades na plataforma. A consultora expõe ainda que, embora seja válido questionar o governo no *Twitter* e no *Facebook*, existir um espaço (ideal) para isso é dar autonomia ao cidadão – e isso é simbolicamente expresso no endereço da plataforma, que é **.br** e não **.gov** ou **.gov.br**. Meirelles corrobora com a visão de Machado ao apontar que havia, por parte da equipe do Participa.br, a expectativa de que não houvesse uma participação passiva onde o governo escolhe e expõe uma questão e a população apenas opina e vota. Segundo ele, esperava-se estimular uma participação ativa em que o cidadão pudesse fazer a sua proposta, dizer sobre qual assunto quer opinar e como deseja fazê-lo.

4.1.3.2 Impacto do Portal

Nesta parte tentou-se extrair dos entrevistados informações, opiniões e sensações concernentes aos impactos gerados pelo Participa.br, tanto para dentro do governo, sob o ponto de vista da influência sobre deliberações, como para fora do governo, a partir da adesão da população.

Quando questionado sobre a expectativa de **impacto para dentro do governo**, Martins identifica duas: (i) alta e rápida adesão de órgãos e gestores públicos que procuravam e demandavam por uma ferramenta de participação online para promover suas consultas; (ii) baixa e/ou lenta adesão em relação à totalidade dos órgãos do governo federal. Ele aponta que a equipe acredita e que a participação social melhora qualidade das políticas públicas e declara que há:

Alguns estudos que indicam que as deliberações de conferências nacionais afetam a pauta do Congresso Nacional ou que alguns sistemas de políticas públicas foram construídos com base em participação social.

O coordenador constata que é difícil avaliar o impacto do portal porque se trata de um projeto muito novo. Embora sem indicador que represente o quanto as interações na plataforma são revertidas em deliberação, Martins acredita que o Participa.br provoca impacto relevante nas decisões de governo e toma a consulta da PNPS como exemplo: o texto inicialmente proposto foi bastante alterado com base nos comentários da consulta e os argumentos apresentados na plataforma foram incorporados nos debates internos do governo. Ele destaca que a falta desse tipo de indicador não é exclusiva das plataformas

virtuais, pois “é um debate que acontece em todos os mecanismos de participação que é o debate das reais capacidades de deliberação”. Por fim, ele expõe a dificuldade de “vender a ideia” dos efeitos positivos que a participação social pode trazer ao Estado:

A própria construção do Participa envolve também essa militância institucional para dentro do governo de convencer os gestores a alocar recursos para a participação social na rede, quebrar os preconceitos dos gestores em relação à participação social na Internet e quebrar práticas já culturalmente arraigadas no Estado de que algumas decisões são feitas pelos especialistas nos gabinetes e essas pessoas culturalmente não reconhecem a importância da participação social.

Feitosa aponta para a possibilidade real do governo considerar o que for postado nas discussões dentro da plataforma do Participa.br acerca de um assunto e afirma que “a conversa dentro do projeto é essa” - sendo esse “considerar” de caráter consultivo e não deliberativo, esclarece. Como resultado concreto de impacto interno Feitosa joga luz sobre a consulta da minuta do decreto da PNPS avaliando que o documento consolidado entregue à presidenta foi “uma proposta elaborada com participação popular” em que foi central a existência do portal.

Meirelles entende que havia uma demanda do governo por um canal através do qual fosse possível ouvir a população. Ao ser perguntado se o Participa.br tem algum impacto sobre deliberações do governo, Meirelles declara não acompanhar esse tipo de avaliação, embora observe que as informações geradas pelo portal alimentam relatórios que são levados adiante na estrutura hierárquica dentro da SGPR. Machado aponta que havia (e ainda há) a expectativa de que pelo menos todos ministérios tivessem sua comunidade dentro da plataforma. Logo, para ela, a plataforma ainda não teve impacto significativo intermente ao poder público - a visão mais cética dentre os entrevistados.

Apesar de não acompanhar as discussões estratégicas, do ponto de vista político Zasso acha que deveria haver impacto dentro do governo a partir do que se discute no Participa.br porque o próprio governo está propondo a plataforma, mas não tem claro como isso se daria. Indagada se as discussões ocorridas dentro da plataforma conseguem penetrar para além do Executivo, Zasso declara desconhecer esse efeito. Por fim, ela aponta a experiência da COMIGRAR como uma saída interessante de articulação entre participação política mais tradicional (presencial) e a *online* - caso a ser explorado mais adiante.

Quando questionada sobre a expectativa de **impacto externo** e de **adesão da população**, Feitosa diz que esperava maior adesão à plataforma quando do seu lançamento já que parecia haver um clamor por mais espaço de participação. Mesmo assim ela avalia positivamente o impacto externo e reconhece que a consulta da PNPS contou com muitas contribuições. Sobre o perfil do público alvo ela acha que o foco da plataforma são “as pessoas que reclamam e querem mudança”, mas sem um recorte específico de público

(gênero, idade, etc.). Martins acrescenta que não existe um detalhamento muito granular do perfil do usuário do Participa.br, e atribui isso em grande medida ao cadastramento simples que é pedido na entrada da plataforma. Justifica que tal cadastramento é simples “para que o cadastro não fosse impedimento para a participação” porque avalia que o passo inicial de cadastro diminui brutalmente a capilaridade das consultas online.

Machado explicita um certo desapontamento com o impacto externo alcançado, já que avalia que esse impacto tem se dado principalmente dentro do governo ou com movimentos já bastante ligados ao governo. Para ela, era desejável que as pessoas desvinculadas do governo participassem mais - “alguns movimentos da sociedade civil participam, mas muito poucos”. Meirelles, por sua vez, não sabe precisar essa informação, mas crê que a adesão da população varia de acordo com a pauta uma vez que é atingido “um perfil heterogêneo que depende do tipo de mobilização que está sendo feita no Participa.br”. Mesmo sem muitos dados, Martins corrobora com essa percepção, pois estima que o público que participou da COMIGRAR é distinto do que participou da consulta da PNPS, tendendo a ser específico da agenda que está sendo discutida.

É possível perceber que em relação ao **impacto interno** ao governo a equipe faz avaliações similares. Há predisposição de setores do governo federal em adotar mecanismos de participação em suas tomadas de decisão, majoritariamente de forma consultiva e não compulsoriamente deliberativa. Ao mesmo tempo, percebe-se ao longo das falas dos entrevistados o reconhecimento de barreiras institucionais e culturais, arraigadas numa visão Schumpeteriana de democracia. Essa barreiras existem tanto dentro quanto fora do espaço formal do Estado. A expectativa de adesão da população, ou seja, o **impacto externo** da plataforma já inspira mais cetismos. Tanto Machado quanto Feitosa esperavam mais participação social. Meirelles e Martins não passam essa sensação, talvez por entenderem que a adesão popular se dá por segmentos sociais. Nem governo nem sociedade são homogêneos, logo, é preciso que existam mecanismos de participação social que enxerguem e suportem essas segmentações. A faixa etária e agrupamento de perfis da equipe do Participa.br explica em grande medida a disposição em transformar por dentro a cultura política vigente, calcada na lógica de que a legitimidade democrática advém quase que exclusivamente da representação eleitoral. Esse descompasso entre a legitimidade consolidada da representação eleitoral e a demanda por mais participação social gera certa frustração, captada principalmente na entrevista de Machado.

É importante ressaltar que a falta de indicadores de impacto (interno e externo) foi detectada e, conforme lembra Martins, essa lacuna não é exclusiva dos espaços virtuais. Não obstante, isso não exime o Participa.br da necessária crítica a ser feita quando da implementação de qualquer política pública ou ferramenta de governo: é preciso haver indicadores que tornem possível avaliação de impacto, aferição de retorno a partir de investimento público e controle por parte da sociedade.

4.1.3.3 Funcionamento do Portal

Nesta parte foram explorados alguns aspectos como: gestão, divulgação, formulação da agenda, grau de autonomia do cidadão dentro da plataforma e sistematização das discussões.

Martins afirma que a **gestão** compartilhada das comunidades entre sociedade civil e governo é o objetivo perseguido pela equipe do Participa.br, mas que atualmente quem faz a gestão são os órgãos de governo de forma que os debates são propostos pelos órgãos de governo e sociedade civil participa desses debates. A gestão das comunidades é descentralizada, quem gere (conteúdos, prazos, decisões, arquitetura de informação da comunidade) são os órgãos que têm as consultas ali, e não a equipe do Participa.br. Dois consultores são responsáveis pela editoria de conteúdo do portal (capa e resposta a comentários) por movimentar a rede.

As estratégias mais citadas de **divulgação** do portal para a sociedade foram a “participação em eventos” e a “utilização das redes sociais”, conforme pode ser visto no Quadro 4.

Quadro 4 – Estratégias de divulgação utilizadas no Participa.br, por entrevistado(a)

Ação de Divulgação do Participa.br	Ricardo Augusto Poppi Martins	Paulo Roberto Miranda Meirelles	Daniela Soares Feitosa	Graziele Machado	Mariel Zasso
Participação em eventos de governo ou da sociedade civil para qual o governo é convidado	citou	citou	citou	citou	não citou
Utilização de perfis e/ou páginas em redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram)	citou	não citou	citou	citou	citou
Utilização de campanhas publicitárias em momentos específicos	citou	não citou	não citou	não citou	não citou
Utilização de bases de contatos da SGPR	não citou	não citou	não citou	não citou	citou
Divulgação na página da SGPR na Internet	não citou	não citou	não citou	não citou	citou
Hangouts	não citou	citou	não citou	não citou	não citou
Tuitaços	não citou	citou	não citou	não citou	não citou

Fonte: Compilação própria

O que indica um balanceamento entre os meios virtuais e os presenciais. Ao ser

questionada sobre o quanto da divulgação é convertida em participação dentro da plataforma Feitosa constata que a quantidade de acessos aumenta muito quando o Participa.br é divulgado em eventos, mas o quanto desses acessos está se transformando em participação nas discussões ela não soube precisar. Do conjunto das entrevistas pode-se depreender também que, quando se trata da divulgação da plataforma virtual Participa.br internamente ao governo, isso se dá muito mais por mecanismos não-virtuais como “reuniões presenciais” e “corpo a corpo” e menos por mecanismos virtuais como “emails” e “reuniões via VOIP”, embora estes últimos tenham sido citados.

Justificando a pertinência de existir uma plataforma de participação social pública e que utilize **software livre**, Machado adverte:

Não tem como o governo dialogar e deliberar só usando *Facebook* e *Twitter* – primeiro que são ferramentas proprietárias, não são softwares brasileiros. A gente não tem domínio sobre que hora que as regras podem mudar no *Facebook*, no *Twitter*. Então não seria inteligente o governo usar só essas ferramentas para dialogar com a sociedade.

Zasso também acha que a relação governo-sociedade não deve ser feita pela rede social *Facebook*, pois sendo um ente privado, pode desaparecer a qualquer momento. Já se o governo resolver desativar a plataforma e deixar de sustentar uma determinada posição política, terá um custo político a se arcar a partir dessa atitude.

Convergindo com a postura de Machado e Zasso, Martins relata que houve rigor na escolha da plataforma e escolheu-se o *Noosfero* porque é software livre, tem comunidade de desenvolvimento ativa no Brasil, permite a formação de uma rede social com criação de comunidades e realização de consultas e trilhas de participação. Ele ressalta ainda que tudo o que for desenvolvido para o Participa.br toma por princípio a devolução do código, ou seja, o que for feito no âmbito do projeto retorna ao sistema aberto da comunidade, podendo ser apropriado por outros desenvolvedores, OSC e organizações governamentais - independentemente do que ocorrer ao Participa.br. A possibilidade de incidência e controle social devem ter desdobramentos também técnicos, assim “participação social deve se estender ao código também” arremata Meirelles.

Na questão referente à **formulação da agenda/pauta** Zasso explica que cada agenda (ou tema) pode dar origem a uma comunidade e conta que havia intenção inicial de que qualquer pessoa pudesse propor uma comunidade, sendo que dentro de cada comunidade a proposição de discussões é bastante livre. Isso é verdade em alguma medida, já que qualquer usuário pode propor a criação de uma comunidade, entretanto, ela só será mesmo criada caso haja interesse do poder público em criá-la também. Martins explica que se o cidadão tem vontade de colocar um tema em debate por meio da criação de uma comunidade em torno desse tema, a equipe do Participa.br procura encontrar eco dentro da gestão pública que possibilite resultar numa oportunidade concreta de participação

– neste caso, a combinação do interesse concomitante da sociedade civil e do governo é condição *sine qua non* para a existência da comunidade. E como a comunidade nasce com uma finalidade, ela já nasce com uma agenda pré-definida, ou pelo menos um conjunto de pautas contempladas por um macro-agenda. O coordenador esclarece também que é possível ao longo do tempo uma comunidade desenvolver discussão acerca de outros temas, correlatos ao seu princípio inicial.

Machado indica que as pautas são definidas de acordo com os debates que acontecem dentro da plataforma, mas às vezes detecta-se que tem algum tema pulsante ocorrendo fora e o debate sobre ele é fomentado pelos gestores do ambiente dentro do Participa.br. Machado indica como exemplo disso a assinatura do decreto PNPS que:

gerou muitos debates nas redes sociais, nos veículos de comunicação, era uma pauta que não estava no Participa.br, mas a gente trouxe ela para dentro do Participa.br convidando as pessoas a falar o que elas achavam, a dar opinião.

O grau de autonomia do cidadão dentro do Participa.br, de acordo com Martins, é definido pela ferramenta de participação que se adota. Por exemplo, se for um texto para consulta que utilize a ferramenta de comentários por parágrafo, as pessoas poderão opinar a respeito dos parágrafos já destacados para tanto. Além disso, como trata-se de uma rede social, cada usuário tem seu perfil e partir dele pode criar blog e diversos tipos de conteúdo disponível na plataforma sem precisar de qualquer tipo de permissão. Exemplo deste caso foi um deputado criou no seu próprio perfil e utilizou a ferramenta do *pairwise* para criar uma consulta para que a população do estado dele definisse como empregar a emenda parlamentar. O deputado fez esse processo sem pedir permissão a ninguém, utilizando as ferramentas disponíveis na plataforma, e divulgou o perfil dele em outras redes sociais para que as pessoas participassem da consulta.

Criada a comunidade, o grau de autonomia do cidadão é bastante amplo. O usuário pode participar de tudo o que estiver sendo debatido, usar todas ferramentas disponíveis, dar qualquer tipo de colaboração. Ele só não pode infringir regras de uso (ofensas pessoais, por exemplo) e todos entrevistados afirmaram não existir censura. Comentários fora de contexto correm o risco de serem removidos – sendo que esse julgamento fica a cargo da administração da comunidade, geralmente pessoa(s) que a criou(aram). Meirelles entende o grau de autonomia do cidadão dentro do portal como “total”, já que pode criar seus conteúdos tanto no seu perfil pessoal, quanto nas comunidades, bem como é possível denunciar conteúdos. Esclarece que existe a figura de administrador que pode moderar e apagar conteúdo, porém indica que essa prática não ocorre na administração da plataforma – e espera que continue assim.

A **sistematização** das discussões ocorridas dentro do portal depende da ferramenta empregada. Na utilização do *pairwise* o resultado da consulta se auto-sistematiza, mas

ainda é preciso algum trabalho manual para a distribuição das propostas em eixos temáticos, caso se deseje essa separação, e para a compilação da totalidade das contribuições. No caso da ferramenta de comentários por parágrafo, a sistematização depende do gestor de cada consulta. Segundo Martins é pactuado com os gestores públicos que ao utilizar essa ferramenta:

seja publicado um texto de devolutiva que indique quais foram as principais contribuições e que possam indicar qual foi o texto final após a consulta, com as contribuições incorporadas ou não.

Em relação às duas consultas realizadas logo no início da plataforma (PNPS e CNPS), Feitosa informa que a sistematização se deu fora da plataforma do Participa.br. Quando acabou o tempo das consultas, foi gerado um documento com os comentários inseridos a partir da ferramenta de comentários por parágrafo. Esse documento foi então analisado, *offline*, afim de validar e incorporar (ou não) as sugestões e gerar um documento final. O documento final está na plataforma, mas não há ligação (*hiperlinks*, por exemplo) entre o que foi discutido e o resultado final, ficou um pouco desconectado. Martins informa que existe uma metodologia de sistematização de comentários por parágrafo que ainda não foi ao ar, indicando intenção de que o processo de sistematização conte com um mecanismo de justificação pública dos gestores no que se refere às participações.

Essa ferramenta, citada por Martins, foi desenvolvida como produto da consultoria de Feitosa e, brevemente, consiste nos seguintes passos: (i) avaliadores (sempre mais de uma pessoa) são definidos pela SGPR; (ii) cada avaliador deve ter permissão para ler e classificar os comentários, definindo um status, escrevendo justificativas ¹⁵ e adicionado/alterando a etiqueta única por comentário ¹⁶; (iii) existe a possibilidade de sugerir novas redações aos trechos disponíveis na consulta pública; (iv) a decisão final para consolidação do documento e dos trechos colocados para consulta deverá ocorrer em uma reunião presencial entre avaliadores; (v) para apoiar as tomadas de decisões serão possíveis a visualização das estatísticas das classificações e a exportação de um relatório (em formato CSV) contendo os trechos, seus comentários e histórico de etiquetas, *status*, justificativas e novas redações.

4.1.3.4 Contextualização Política

Nesta parte foi feita um pergunta de caráter bem amplo, a saber, qual é a relação do portal com a democracia. E de caráter mais específico foi perguntado aos entrevistados se eles coheciam a PNPS e também se havia aderência do Participa.br à essa mesma política.

¹⁵ Cada comentário poderá ter várias justificativas, cada usuário com permissão de moderação de comentários poderá incluir várias justificativas – espera-se que cada avaliador leia o histórico de status e justificativas dos demais.

¹⁶ As etiquetas são únicas por comentário, já os status permitem a classificação dos comentários por pessoas com permissões específicas.

Do ponto de vista da **democracia**, Meirelles entende o Participa.br como um canal aberto que permite que ao governo escutar de forma eficiente e sistematizar o que a sociedade está discutindo. Machado enxerga uma relação direta, configurando mais uma ferramenta para que as pessoas possam exercer seu direito à democracia. Martins entende que o Participa.br:

é um laboratório de uma nova democracia que está surgindo, que está exigindo muito mais diálogo direto entre os tomadores de decisões, entre os servidores, e a população, do ponto de vista da participação direta [...] é um laboratório também de construção de mecanismos de participação, de forma conjunta, a partir da lógica do uso de plataformas livres.

Feitosa dá um depoimento de cunho bastante pessoal em que reconhece que não participava muito da política e que não era próxima do governo. Diz que há dificuldade em reconhecer como reclamar, para quem reclamar e como participar de verdade. A partir de sua experiência com o Participa.br ela percebeu que existem formas de contribuir com decisões do governo e de acompanhá-las de perto, nas suas palavras “eu gostei muito de saber que dá para ajudar na democracia, que dá para ajudar os governantes a ajudarem a gente”.

Se por um lado a Internet traz consigo uma barreira tecnológica (falta de acesso e de inclusão digital), por outro, ela diminui o custo da participação ao mesmo tempo que as gerações mais novas são cada vez mais nativas digitais. “É inevitável usar a internet como forma de interação da população com o governo” afirma Zasso. E, para Martins:

Abrir uma oportunidade para participar na definição de algumas políticas públicas, que normalmente são restritas a quem participa de alguma organização, de algum movimento formal (conselho, audiências públicas) que exige um determinada organização, tempo e deslocamento. O Participa.br oferece oportunidade de um menor custo para a participação e de envolver pessoas que não participariam se não fosse dessa maneira.

Em relação ao conhecimento da **PNPS**, todos afirmaram conhecê-la à exceção de Meirelles, que declarou desconhecer visto que está “aprendendo ainda no processo de trabalho do Participa.br”. Todos afirmaram ser o Participa.br aderente à PNPS, embora as respostas tenham sido das mais sucintas, o que causou estranhamento dado que a consulta à PNPS se deu na plataforma. Elocubra-se que o pouco desenvolvimento das falas neste ponto pode se dever à cautela tomada pelos entrevistados porque as entrevistas ocorreram em período concomitante a diversas críticas públicas à PNPS largamente circuladas na grande imprensa. As principais críticas argumentavam que o Decreto (iniciativa do Executivo) que insitiu a PNPS viola prerrogativas do Legislativo, sendo, portanto, antidemocrático

¹⁷. A questão da indevida interferência entre poderes é matéria de intensa discussão dentro do Direito e, no caso da PNPS, conta com renomados juristas que interpretam ¹⁸

que o decreto não possui inspiração antidemocrática, pois não submete as instâncias de participação, os movimentos sociais ou o cidadão a qualquer forma de controle por parte do Estado Brasileiro; ao contrário, aprofunda as práticas democráticas e amplia as possibilidades de fiscalização do Estado pelo povo.

Assim, Meirelles diz que até onde sabe o Participa.br tenta ser aderente e um braço da PNPS. Os demais consultores fizeram falas nessa linha, acrescentando o aspecto tecnológico do portal. Martins constata plena aderência, em especial no que se refere ao parágrafo que fala dos instrumentos virtuais, escopo que diretamente circunscreve o Participa.br. Informa ainda que sua equipe tem orientado as comunidades e as consultas para que sigam as diretrizes estabelecidas na PNPS.

4.1.3.5 O caso da COMIGRAR

A conferência COMIGRAR, Conferência Nacional de Migrações e Refúgio, aconteceu entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 2014 sendo que o processo inteiro durou cerca de 6 meses. Ou seja, começou junto ao início da criação do Participa.br, com etapas preparatórias (municipais, estaduais, livres) ocorrendo até março de 2014. De acordo com Zasso, foi uma Conferência como outras, com etapas regionais e nacional, só que com uma inovação – a previsão de conferências virtuais/online. Para isso foi usada a plataforma do Participa.br para fazer discussões e dali também tirar encaminhamentos, valendo como uma etapa a mais. Afim de responder ao questionamento de como era a articulação dessa etapa virtual com a estrutura tradicional de conferências, a entrevistada esclareceu que conferências livres também eram previstas, tanto presenciais quanto virtuais, e poderiam ser propostas por qualquer grupo, desde que respeitado um quórum mínimo. A sistematização das discussões e envio para a comissão organizadora ficava a cargo de quem organizasse a conferência virtual, sendo que os prazos eram iguais para todas etapas (livre ou não, presenciais ou virtuais).

A Conferência Virtual/online da COMIGRAR era então tratada como uma Conferência Livre, onde participantes podiam debater temas, além de apresentar e priorizar propostas para a etapa nacional – sem a possibilidade de indicação de delegados. A Conferência Virtual continha três momentos sequenciais: (i) debates abertos em torno dos agrupamentos temáticos da 1ª COMIGRAR; (ii) formulação de propostas pelos próprios

¹⁷ O Projeto de Decreto Legislativo 1491/14, de autoria do líder do DEM, objetiva sustar a vigência do decreto presidencial. Por 294 votos favoráveis, 54 contrários e três abstenções, os deputados federais aprovaram o caráter de urgência para sua tramitação. Em 05 de agosto de 2014 a derrubada do decreto entrou em pauta mas não foi votada por falta de quórum.

¹⁸ Manifesto de Juristas e Acadêmicos em favor da Política Nacional de Participação Social disponível em: <<http://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/62>> Acesso em 18 de agosto de 2014.

partícipes como subsídios à Política e ao Plano Nacionais; (iii) priorização através da escolha virtual das propostas a serem submetidas à etapa nacional.

Esta modalidade de conferência recebeu contribuições até março de 2014, assim como as demais etapas, e contou com as seguintes funcionalidades: (i) fórum livre para discussões online, (ii) rede social COMIGRAR, na qual era possível convidar amigos e criar comunidades, (iii) agenda de eventos e (iv) migracoteca, um espaço para compartilhar textos, imagens e vídeos acerca do assunto.

É possível observar que as ferramentas disponibilizadas têm tanto caráter informativo quanto formativo, além de possibilitar o registro de seu histórico bem como se tornar um repositório de referência na temática das migrações. Para Zasso, a ideia é que a comunidade não morra depois da realização conferência e que continue servindo como um ponto de referência online sobre as questões de migração e refúgio.

Apesar de não ter acompanhado o desenrolar da conferência até o final do processo, Zasso avalia criticamente que ficou a impressão de que

muita gente curtia nas redes sociais, achava muito legal, apoiava, divulgava, mas não se envolvia de fato; não entrava na comunidade para participar da discussão, ou até entrava e não participava da discussão – ficava só olhando.

Ela constata também uma dificuldade de engajar atores da sociedade civil na plataforma, captados a partir da divulgação em outras redes sociais. Porém, pondera que esse fenômeno não é exclusivo da interação com a plataforma Participa.br e que acontece em outras áreas e sites que também usam redes sociais na sua divulgação:

as pessoas curtem, compartilham o conteúdo de uma notícia, de uma matéria, interessante - muita gente - e isso não se reflete no número de acessos no site – as pessoas não vão até o site ler.

4.1.3.6 Avaliação síntese

No trecho final da entrevista se propunha fazer ao entrevistado fazer uma síntese da sua opinião sobre a plataforma da seguinte maneira: perguntava-se quais seriam os três principais pontos positivos, quais seriam os três principais pontos negativos, quais seriam os três maiores desafios e quais deveriam ser os próximos passos e principais metas para os próximos quatro anos. A compilação sintética dessas respostas, por entrevistado(a) pode ser observada nos Quadros 5 a 8.

Quadro 5 – Participa.br - Pontos positivos

Nome	Aponte os 3 principais pontos positivos do portal
Ricardo Augusto Poppi Martins	<p>Plataforma livre, aberta, de participação social, com construção conjunta de mecanismos e ligada à democracia em rede.</p> <p>Uso de metodologia de participação baseada em comunidades e rede social, em linguagem mais próxima de quem está utilizando internet e não em linguagem mais próxima da estrutura do governo</p> <p>Mobilização de alguns órgãos de governo e realização de alguns casos de sucesso</p>
Paulo Roberto Miranda Meirelles	<p>Desenvolvido em software livre, logo, independente do que ocorrer politicamente, o participa.br e o que for produzido e concebido nele ficará para a sociedade</p> <p>O participa.br está sendo desenvolvido de uma forma muito honesta e humilde, na medida em que se deixa claro que estamos todos aprendendo nesse ponto</p> <p>Do ponto de vista acadêmico é uma oportunidade de pesquisa, possibilitando uma aproximação entre universidade e governo</p>
Daniela Soares Feitosa	<p>Software livre, que aumenta a credibilidade da ferramenta "sei que aquilo não está sendo manipulado, que os dados não estão indo para um lugar específico ou qualquer coisa desse tipo"</p> <p>Ambiente para participação, espaço em que as pessoas podem ajudar e colaborar</p> <p>Sensação de uma pessoa poder contribuir é muito boa, provoca o empoderamento da população</p>
Graziele Machado	<p>Ele ser online, na internet, como a primeira plataforma de participação social do governo</p> <p>Ser feito em software livre</p> <p>Questão simbólica do endereço eletrônico ser .br e não .gov.br</p>
Mariel Zasso	<p>Plataforma de participação online</p> <p>Ser software livre</p> <p>-</p>

Fonte: compilação própria

Na avaliação dos pontos positivos do Participa.br são vantagens apresentadas por todos: proporcionar a participação online e ser feito em software livre. A resposta de Martins é a mais robusta e contém elementos mais estratégicos, como era de se esperar de um coordenador. Já a resposta de Zasso é a mais sintética, podendo ilustrar o sumo que chega à sociedade civil que interage no portal.

Quadro 6 – Participa.br - Pontos negativos

Nome	Aponte os 3 principais pontos negativos do portal
Ricardo Augusto Poppi Martins	<p>Dificuldade de conseguir adesão de setores mais diversos de governo para fazer processos participativos usando as plataformas virtuais</p> <p>Dificuldade de estabelecer processo de gestão compartilhada entre sociedade civil e governo</p> <p>Dificuldade de engajar e mobilizar desenvolvedores para contribuir tecnicamente com o Participa.br, o desenvolvimento ainda é feito de forma centralizada e pouco distribuída, embora sejam tecnologia livre e os produtos gerados sejam compartilhados</p>
Paulo Roberto Miranda Meirelles	<p>Equipe pequena para um projeto muito grande com diversos pontos sensíveis</p> <p>Concentração das atividades ligadas ao Participa.br na SGPR, é preciso ampliar a mobilização dentro do governo</p> <p>Sistematização insuficiente dos resultados atingidos</p> <p>Plataforma precisa melhorar bastante sua usabilidade</p>
Daniela Soares Feitosa	<p>Se ela funcionar como deve ser, não tem pontos negativos</p> <p>Pouca adesão – é preciso fazer com que as pessoas percebam o poder que tem essa ferramenta, é preciso ter mais divulgação e mais garantia que o governo vai considerar o que se colocar na plataformas</p> <p>Ainda não são públicos todos os passos da participação pelo portal, do início de uma consulta até seu resultado final</p>
Graziele Machado	<p>A plataforma que se usa no Participa.br é o Noosfero, mas a plataforma precisa melhorar e tem poucos programadores que conhecem</p> <p>A plataforma foi lançada sem que a totalidade do governo tenha abraçado a ideia</p> <p>Muitos gestores do governo ainda não conhecem a plataforma</p>
Mariel Zasso	<p>Se não estiver aberto ainda para qualquer pessoa propor comunidade</p> <p>-</p> <p>-</p>

Fonte: compilação própria

Na avaliação dos pontos negativos, percebe-se frequentes três aspectos: (i) a dificuldade de adesão, principalmente dentro do governo; (ii) falta de uma comunidade de desenvolvimento que tenham abraçado tecnologicamente o projeto, sendo difícil achar desenvolvedores, acarretando muito trabalho (melhorar usabilidade, por exemplo) para uma equipe exígua; e (iii) dificuldades com o desenho da governança no que tange à implementação da gestão compartilhada das comunidades e à sistematização dos resultados atingidos.

Quadro 7 – Participa.br - Desafios

Nome	Quais seriam os 3 maiores desafios do Portal?
Ricardo Augusto Poppi Martins	Mobilização e envolvimento de grande número de pessoas nas consultas Plataforma mais 2.0, em que os conteúdos produzidos pelos usuários possam ter mais destaque do que a editoria oficial do portal Superação da lógica da atual formação das comunidades, com mediação e baseada em acordos e combinações que ocorrem fora da plataforma, caminhando para processo mais autorregulado dentro do Participa.br
Paulo Roberto Miranda Meirelles	Aprimorar a concepção da(s) metodologia(s) de participação Mudar a cultura política: como deixar de ser um participante passivo? Qualificar a participação
Daniela Soares Feitosa	Fazer as pessoas participarem de fato (independente do partido que esteja no poder) Garantir que a ferramenta vai ser usada para o propósito que foi criada Garantir perenidade (o Participa.br pode servir para qualquer governo ou sigla, porque foi criado com intuito de construir um país melhor, independente do partido que esteja no poder).
Graziele Machado	Se tornar conhecido Melhorar muito a usabilidade da plataforma Melhorar a comunicação – como fazer para trazer as pessoas que têm demandas / pautas para participar da plataforma, sem parecer que o governo está querendo tutelá-las
Mariel Zasso	Fazer as pessoas se envolverem de fato, promovendo interação qualificada Pensar como serão usadas as discussões/deliberações Convencer parte da população e dos gestores que não consideram a internet um meio legítimo de participação

Fonte: compilação própria

As respostas dadas aos desafios é bem menos coesa em seu conjunto do que as dadas nas questões anteriores, refeltindo mais a relação de cada pessoa entrevistada com o projeto. Por exemplo, Machado que dá consultoria na área de comunicação, levanta dois pontos ligados á comunicação e Martins, coordenador, levanta mais questões ligadas à gestão. Mesmo assim, no geral pode-se fazer uma leitura de que os principais desafios a partir da perspectiva dos gestores públicos são: (i) melhorar divulgação e difusão do portal; e (ii) atingir maior participação e engajamento nos debates dentro do portal.

Quadro 8 – Participa.br - Próximos Passos

Nome	Quais são / deveriam ser os próximos passos e principais metas do Portal para os próximos 4 anos?
Ricardo Augusto Poppi Martins	Disseminar a plataforma enquanto metodologia e experiência de participação social no interior do governo Divulgar a plataforma para que seja apropriada pelo conjunto da sociedade, tornando-se perene e perpassando alterações de gestões do governo federal
Paulo Roberto Miranda Meirelles	Fazer com que as pessoas enxerguem as metodologias de participação nos ambientes tecnológicos Como trazer esses espaços de participação reais hoje (conselhos, conferências, etc.) para dentro da plataforma
Daniela Soares Feitosa	Permanecer com a plataforma no ar, a despeito de resultados eleitorais Fazer com que os órgãos do próprio governo se apropriassem do Participa.br como uma ferramenta de discussões com a população Que o governo use o que é debatido na plataforma como subsídio para implementar ações de governo
Graziele Machado	Sensibilizar gestores para que criem comunidades no Participa.br para que possam cada vez mais dialogar com a sociedade Que o próprio governo se aproprie da plataforma, em especial os Ministérios Que o Executivo utilize as ferramentas de participação social (inclusive esta) para que a sociedade incidir mais efetivamente sobre as políticas públicas, trazendo para dentro do governo novas formas de participação social Tudo que o Executivo faz deveria passar por uma consulta pública com a sociedade, num formato que fosse atrativo e que possibilitasse a qualquer pessoa influenciar alguma política pública, sem que obrigatoriamente tivesse de participar de algo coletivo (conselho, conferência, partidos, movimentos organizados)
Mariel Zasso	Superar os desafios Se consolidar como uma plataforma confiável e viável de participação Mostrar para a população através de resultados que é um canal em que podem se manifestar e o que disserem terá algum efeito Mostrar para os gestores públicos (dentro do governo ou pesquisadores) reticentes quanto ao uso da internet que seu uso é cada vez mais inevitável e que ela pode ser utilizada de maneira séria e útil

Fonte: compilação própria

Como próximos passos e desafios percebe-se que aparece a preocupação com a perenidade do projeto frente às trocas de gestão do governo federal. Além disso, é apontado que ainda se precisa muito trabalhar para que sejam alcançados efeitos concretos em políticas públicas a partir do que acontece dentro do participa.br. Por fim, divulgar, disseminar e consolidar a plataforma para que seja adotada tanto pelo governo quanto pela sociedade civil como instrumento legítimo e reconhecido de participação social.

Concluindo, é possível extrair das falas um anseio da equipe do Participa.br de promover a participação social, estabelecendo pontes entre governo e sociedade civil especialmente se isso implicar utilizar a Internet e novas linguagens de participação. Percebe-se que o Participa.br conta com diversas ferramentas de participação *online* que podem ser articuladas a outros mecanismos de participação, inclusive presenciais. Ao adotar o formato de rede social, o portal se aproxima mais dos cidadãos e colabora para o alargamento da noção de espaço público apontada por Cardon, dialogando teoricamente com Pateman, Levy e Castells.

4.2 Gabinete Digital

4.2.1 Caracterização

O Gabinete Digital nasceu em maio de 2011 a partir de pesquisa empreendida pela própria equipe do Gabinete sobre exemplos de democracia digital no Brasil e no exterior. Pode ser caracterizado como um conjunto de mecanismos para a participação que visa estabelecer um diálogo entre governo e sociedade. Nasceu vinculado a Gabinete do Governador, sendo que atualmente é vinculado à Secretaria-Geral de Governo do Estado do Rio Grande do Sul e oficialmente tem por objetivo “incorporar novas ferramentas de participação, oferecendo diferentes oportunidades ao cidadão de influenciar a gestão pública e exercer maior controle social sobre o Estado”¹⁹. Faz parte do Sistema Estadual da Participação Popular e Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (SEPPC), juntamente com outras iniciativas que promovem a participação como o Ciclo Orçamentário, o Planejamento Plurianual Participativo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, os Diálogos para o Desenvolvimento, as Interiorizações, os Conselhos Setoriais e de Direitos e a outras formas de participação que venham a aderir ao sistema²⁰.

Do ponto de vista tecnológico o Gabinete Digital é desenvolvido em plataforma *WordPress*²¹ com *plugins* a fim de atender necessidades específicas, para outras necessidades foram utilizados ou adaptados plugins já existentes. O conteúdo do site está disponível sobre a licença *Creative Commons Attribution* 3.0²² não adaptada. O código fonte é livre, licenciado sob a *Affero GPL*²³ e está disponível no repositório público *GitHub*²⁴.

¹⁹ Fonte: página Web do Gabinete Digital. Disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/sobre>> Acesso em 10 de agosto de 2014

²⁰ Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã: <<http://www.portaldaparticipacao.rs.gov.br/objetivos-e-principios/>> Acesso em 10 de agosto de 2014

²¹ WordPress é uma plataforma de publicação, software livre, disponível em: <<http://br.wordpress.org>> Acesso em 16 de agosto de 2014

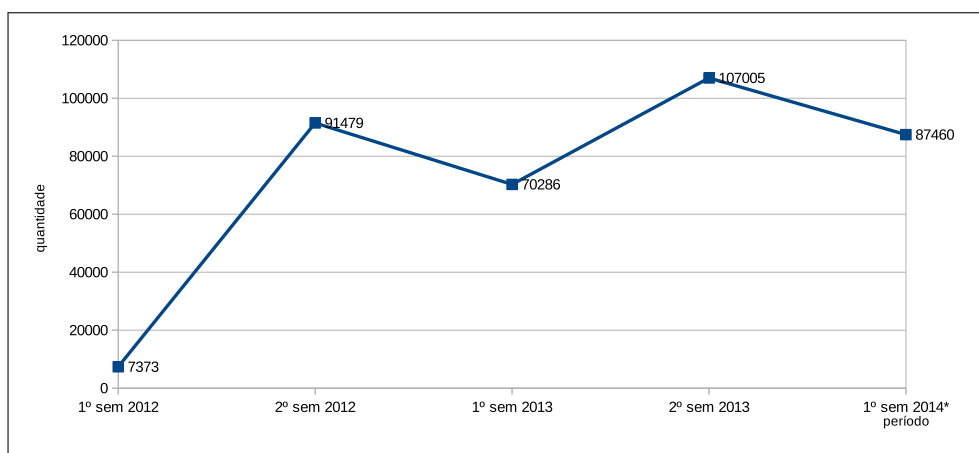
²² Licença *Creative Commons Attribution* 3.0 está disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR> Acesso em 08 de junho de 2014.

²³ Licença *Affero GPL* está disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/agpl-3.0.html>> Acesso em 09 de junho de 2014.

²⁴ Repositório do Gabinete Digital pode ser acessado por: <<https://github.com/gabinetedigital>> Acesso

Em termos de número de acessos o site atingiu 370.252 usuários únicos e 122.291 usuários únicos recorrentes no período que vai de maio de 2011 a junho de 2014 ²⁵. Considerando que a população do Estado do Rio Grande do Sul conta com 11,16 milhões ²⁶ de habitantes, trata-se de um impacto ainda pequeno. Entretanto, ao observar a evolução ao longo do tempo do número de usuários totais, percebe-se que há uma tendência de crescimento conforme gráfico da Figura 5 a seguir, ou seja, existe a expectativa de aumento da capilaridade.

Figura 5 – Número Total de Usuários do Gabinete Digital ao longo do tempo



Fonte: Compilação própria

De acordo com a Tabela 1, percebe-se também que há uma queda no primeiro semestre de cada ano em relação ao segundo semestre do ano anterior, porém, mantém-se acima do primeiro semestre do ano anterior. Esse comportamento indica, além de uma sazonalidade semestral, um um ganho real de adeptos das ferramentas digitais de participação bastante grande num primeiro momento e de menor monta a partir de um segundo momento (2013/2014) – isso pode ser lido como uma consolidação destas ferramentas ao longo do tempo.

O portal Gabinete Digital pode ser entendido como o somatório de três elementos: notícias, vídeos e ferramentas de participação. No início, existiam quatro ferramentas de participação: Governo Escuta; Governador Pergunta; Governador Responde; e Agenda Colaborativa. A Agenda Colaborativa é uma ferramenta que foi descontinuada e o Governador Responde foi descontinuado temporariamente e retomado de forma diferente.

em 06 de junho de 2014.

²⁵ Informação fornecida por e-mail pessoal pelo Gabinete Digital em 23 de julho de 2014, mediante solicitação.

²⁶ Estimativa de população em 2012 feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística disponível disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf> Acesso em 10 de setembro de 2014.

Tabela 1 – Número Total de Usuários do Gabinete Digital ao longo do tempo

Período	Total de usuários(as)	Diferença com o semestre anterior	Diferença com o mesmo período do ano anterior
1º sem 2012	7373	-	-
2º sem 2012	91479	84106	-
1º sem 2013	70826	-21193	62913
2º sem 2013	107005	36719	15526
1º sem 2014	87460	-19545	17174

Fonte: Compilação própria a partir de informações fornecidas pela equipe do Gabinete Digital, por email, em 24 de julho de 2014.

Nota: No final de 2013 houve troca da ferramenta de estatísticas de acessos, passando do *Google Analytics* para o *Piwik*, que respeita a configuração/escolha do usuário quando informado que não deseja ser rastreado no seu browser, assim, as estatísticas destes usuários não são coletadas.

Os motivos dessas alterações serão mais bem explicados e explorados na seção seguinte, referente às entrevistas.

Governo Escuta

Trata-se da ferramenta de participação social já conhecida audiência pública com o adicional de ser transmitida pela Internet em tempo real, possibilitando a participação remota online pelo portal tanto do público como de especialistas. Ou seja, perguntas e considerações podem ser enviadas e respondidas durante a ocorrência da audiência pública. Desde o início do Gabinete Digital, esta ferramenta contou com 18 edições, mais de 700mil participações²⁷ e em média o número de espectadores simultâneos oscila entre 30 e 80 pessoas²⁸. Mais detalhes sobre cada uma das edições podem ser observados no Anexo G.

Governador Pergunta

Trata-se da ferramenta de participação social em que o governador propõe uma questão (ampla) para a sociedade opinar. Os cidadãos dão suas sugestões e também priorizam as respostas (não necessariamente as suas) por meio da metodologia *pairwise*. Desde o início do Gabinete Digital, esta ferramenta contou com 2 edições, uma em 2011²⁹

²⁷ Resumo de estatísticas disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/resultados>> Acesso em 25 de maio de 2014.

²⁸ Informação fornecida por e-mail pessoal pelo Gabinete Digital em 24 de julho de 2014, mediante solicitação.

²⁹ Na edição de 2011, além do acesso direto em computadores, *tablets* ou *smartphones*, haviam 15 pontos fixos de participação (oito na capital e sete no interior) e também uma van equipada com *tablets* e acesso a Internet que circulou por espaços públicos da capital, região metropolitana e interior, perfazendo 9 cidades visitadas.

e uma em 2012 ³⁰, conforme pode ser observado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Participação no Gabinete Digital em 2011 e 2012

Ferramenta	Ano	Pergunta	diferença com o mesmo período do ano anterior			
			Propostas enviadas	Propostas priorizadas	Pessoas envolvidas	Nºtotal de votos
Governador pergunta	2011	“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”	1338	50	60000	122609
Governador pergunta	2012	“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”	2111	10	100000	240516

Fonte: Compilação própria a partir de informações disponíveis na página do Gabinete Digital

De uma edição para outra houve aumento de aproximadamente 58% de propostas enviadas e 67% de pessoas envolvidas, quase dobrando o número total de votos (aumento de 96%). Aumentou 10 vezes o número de pontos fixos na capital e de 9 para 22 cidades do interior visitadas pelas Vans da Participação (cerca de 5% dos municípios que respondem por quase 40% da população do Estado). Esses mais de 240mil votos representam cerca de 2% da população total e se à primeira vista isso pode parecer muito pouco, deve-se considerar que se trata de uma experiência pioneira, que menos da metade da população brasileira tem acesso à Internet e que é uma consulta de participação não compulsória.

Governador Responde

Esta ferramenta prevê que qualquer cidadão(ã) possa enviar um questionamento ao Governador pelo portal. As perguntas enviadas ficam disponíveis para votação e a pergunta mais votada em cada mês, entre todos os temas, é respondida diretamente pelo Governador por meio de um vídeo. Atualmente, esta ferramenta mantém a mesma lógica só que ao invés de poder enviar uma questão a respeito de qualquer assunto, deve ser em torno de uma temática pré-definida pelo Governo, como por exemplo Copa do Mundo. Desde o início do Gabinete Digital, esta ferramenta contou com 7 edições, 4 em 2011 e 3 em 2012, que perfazem 14 perguntas respondidas diretamente e 86 perguntas correlatas. A temática acerca da carreira do funcionalismo público gaúcho era bastante frequente dominando mais de 50% das edições. Mais detalhes sobre cada uma das edições podem ser observados no Anexo H.

³⁰ Na edição de 2012, além do acesso direto em computadores, *tablets* ou *smartphones*, haviam 150 pontos fixos de participação em Batalhões da Brigada Militar no Rio Grande do Sul e também duas vans (as Vans da Participação) equipadas com *tablets* e acesso a Internet que circularam por espaços públicos da capital, região metropolitana e interior, perfazendo 22 cidades visitadas.

Agenda Colaborativa

A ideia da agenda colaborativa é que um dia por mês o Governo do Estado transfira-se para uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. O objetivo é se aproximar das comunidades mais distantes fisicamente da sede do governo, tornando-o mais permeável às demandas específicas de cada região. No dia em que o Governo está numa determinada cidade ocorre um evento em que o Governador discute alguns temas. Esses temas são sugeridos pela população por meio do portal, a sistematização fica a cargo da Equipe do Gabinete Digital e o Governador contempla as que avalia de maior interesse.

4.2.2 Estrutura Organizacional

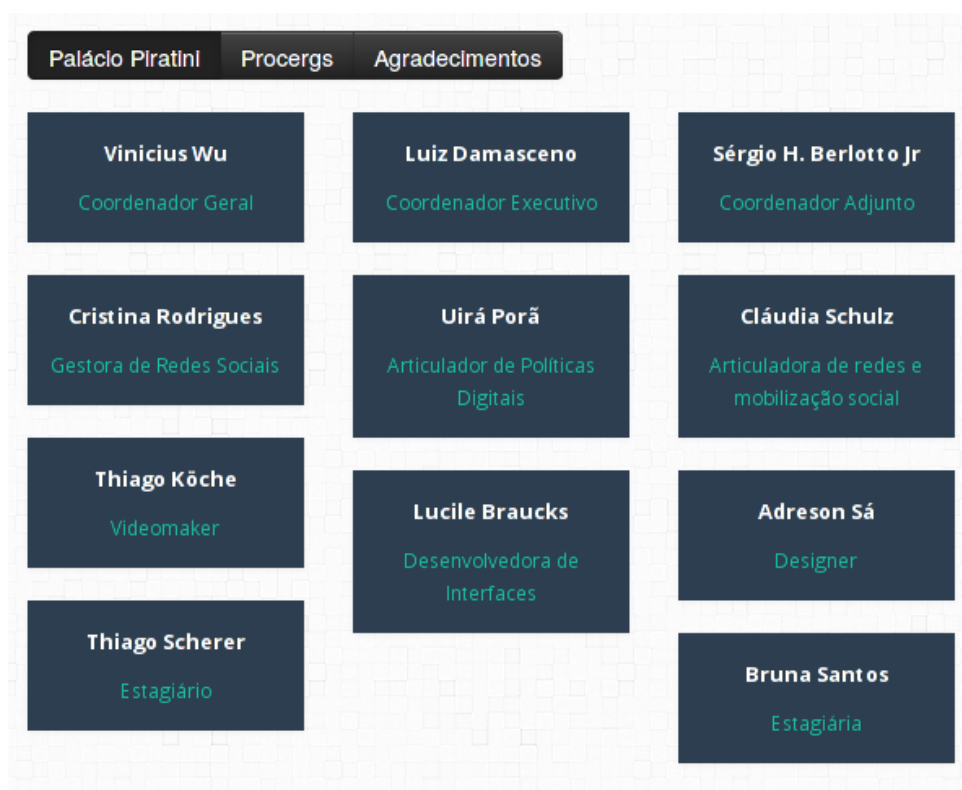
Em termos de estrutura organizacional que apoia o Gabinete Digital, tem-se duas equipes interligadas: a equipe do Palácio Piratini, a atual sede do poder executivo do governo do Rio Grande do Sul, e a equipe da Companhia de Processamento Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). A Equipe PROCERGS trata diretamente de questões mais técnicas e a equipe do Palácio Piratini faz fundamentalmente a articulação política, muito embora também atue tecnicamente contando com desenvolvedor e designer. Mesmo juntas, ambas conformam uma equipe pequena, de 14 pessoas, conforme pode-se observar nas Figuras 6 e 7.

Figura 6 – Equipe Gabinete Digital - PROCERGS



Fonte: Página Web do Gabinete Digital <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/sobre>> Acesso em 20 de julho de 2014

Figura 7 – Equipe Gabinete Digital - Palácio Piratini



Fonte: Página Web do Gabinete Digital <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/sobre>> Acesso em 20 de julho de 2014

4.2.3 Entrevistas

Entrou-se em contato para agendar as entrevistas tanto com a equipe do Palácio Piratini quanto com a equipe PROCERGS, porém, apenas houve retorno da primeira. Para a equipe PROCERGS foi enviado e-mail em 02 de junho de 2014 e, novamente em 10 de junho de 2013, sem qualquer retorno. Da equipe Piratini foram realizadas entrevistas com Vinicius Wu, Coordenador Geral; Luiz Carlos Damasceno Junior, Coordenador Executivo e Uirá Porã Carmo Maia, Articulador de Políticas Digitais. Ainda foi possível entrevistar Guilherme Guerra, desenvolvedor de interface que trabalhou no início do Gabinete Digital mas que já se desligou da equipe. No Quadro 9 que se segue são apresentadas as descrições e o principal motivo que levou a entrevistar cada uma das pessoas supracitadas.

A compilação das entrevistas que revela a visão dos gestores do Gabinete Digital, que se segue, foi estruturada em cinco partes: aspectos ligados ao seu surgimento, aspectos ligados aos impactos interno e externo, aspectos relativos à gestão e ao funcionamento, aspectos de contextualização política, e, por fim, uma avaliação síntese dos gestores. O roteiro utilizado para fazer as entrevistas é apresentado no Anexo A.

Quadro 9 – Gabinete Digital - Entrevistados

Nome	Data da Entrevista	Caracterização	Motivo para entrevista
Vinicius Wu	02/06/2014	Vinicius Wu, 34 anos, natural do Rio de Janeiro (RJ), é Secretário Geral de Governo do Rio Grande do Sul. Ele trabalha no governo gaúcho desde 2011, inicialmente era da Chefia de Gabinete do Governador do Rio Grande do Sul, onde começou o Gabinete Digital e, em 2013, foi para a Secretaria Geral de Governo do estado, para onde o Gabinete Digital também migrou.	Ele é o Coordenador Geral do Gabinete Digital, portal estadual de participação social gaúcho.
Luiz Carlos Damasceno Júnior	13/06/2014	Luiz Carlos Damasceno Junior, 29 anos, natural de Porto Alegre (SP), jornalista, trabalhou na área de comunicação junto aos governos municipais de Esteio (RS) e Canoas (RS) entre 2008 e 2012, antes de envolver-se com o Gabinete Digital.	Ele é por ele ser o Coordenador Executivo do Gabinete Digital desde setembro de 2012, uma função de caráter executivo, mas que também possibilita alguma articulação política.
Uirá Porã Carmo Maia	09/06/2014	Uirá Porã Maia do Carmo, 27 anos, natural do Ceará, trabalhou no Ministério da Cultura antes de 2007, seguiu para Fortaleza para trabalhar nos pontos de Cultura e depois na Prefeitura de Fortaleza de 2011 a 2012, antes de envolver-se com o Gabinete Digital.	Ele é o Articulador de Políticas Digitais do Gabinete Digital desde setembro de 2013, cuja função é encontrar e potencializar a atuação de pontos de conexão, tanto interna quanto externamente ao governo.
Guilherme Guerra	12/06/2014	Guilherme Guerra, 26 anos, natural do Belo Horizonte, tomou contato com o Gabinete Digital em setembro de 2011 quando fora contratado por três meses para desenvolver a ferramenta do Governador Pergunta e um novo site para o projeto, além de repensar a ferramenta do Governo Escuta. Teve inicialmente três meses para esse escopo e acabou sendo contratado em 2012, tendo saído em 2013.	Ele fez parte da primeira equipe de desenvolvedores do portal, sendo ele o responsável por produzir materiais gráficos web e desenvolver a interface final com o usuário da página do Gabinete Digital.

Fonte: compilação própria

4.2.3.1 Criação do Portal

Inicialmente, o **surgimento** do Gabinete Digital é bastante abstrato, tinha-se a ideia criar alguma coisa digital. Depois se conforma mais como ferramenta de participação e se conecta ao SEPPC ³¹, indica Maia. Pragmaticamente, o portal nasce para ser a interface digital do Gabinete do Governador do estado do Rio Grande do Sul, com intenção de aproximar o governador não só da sociedade, mas da área digital. Essa intenção vinha antes mesmo da equipe entrar no governo, de acordo com Wu, desde 2009:

já se buscava alguns elementos para formar uma experiência, uma vez assumido o governo do estado, que proporcionasse a participação da cidadania através de um canal apoiado no uso intensivo das novas tecnologias da informação e da comunicação, apoiado no uso das novas redes sociais e digitais.

³¹ O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do Rio Grande do Sul (SEPPC) é composto por instâncias que agem de forma colaborativa, e que elas realizam atividades municipais, regionais e estaduais. Informações retiradas do Portal da Participação: <<http://www.portaldaparticipacao.rs.gov.br/instancias-da-participacao/>> Acesso em 17 de setembro de 2014

Iniciativas semelhantes só haviam ocorrido antes, no Brasil, no Ministério da Cultura, que até então abrigara uma coletiva com blogueiros e a discussão do Marco Civil da Internet, mas ainda sem o caráter de participação e num Ministério de menor relevância dentro da esplanada, avalia Maia. O portal gaúcho desenvolve-se de tal forma que atinge o primeiro escalão do governo e é raro ver uma experiência com a “importância e relevância em relação à centralidade do governo como aqui [no Gabinete Digital do Rio Grande do Sul] vem sendo feito” indica ele.

Quando perguntados sobre os *stakeholders* envolvidos na **concepção** do Gabinete Digital todos citam a figura do então governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, bem como Vinícius Wu, atual Coordenador Geral do portal, e Fabrício Solagna, Coordenador Executivo antes de Damasceno e atual consultor do Participa.br. Segundo Wu, foi feito um trabalho inicial de prospecção de iniciativas de participação digital já realizadas em outras partes do mundo (Hamburgo, Islândia, entre outros) e, junto a uma equipe enxuta e com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lançaram o Gabinete Digital em maio de 2011. Assim, tudo indica que atualmente no âmbito do governo estadual do Rio Grande do Sul existe “a clareza de que é importante a presença de uma estrutura, de um canal de diálogo com a sociedade, ancorada no uso das novas tecnologias de informação e comunicação” (Wu).

Maia destaca o protagonismo do governador, que entra no cenário da democracia digital ainda quando Ministro da Justiça, pois fez a articulação com o Ministério da Cultura e outros órgãos federais na aprovação do Marco Civil da Internet. Vinícius Wu trabalhava com Tarso Genro no Ministério da Justiça (2007-2010) e o acompanhou na campanha a governador do Rio Grande do Sul, momento em que usaram intensivamente as mídias digitais para estabelecer diálogos com a população. Ainda de acordo com Maia, o histórico do movimento de software livre e de cultura digital já existente no Rio Grande do Sul também corroborou para o surgimento do Gabinete Digital. Guerra complementa ainda que, além dos envolvidos já citados, houve apoio da PROCERGS.

Quando perguntados sobre os *stakeholders* envolvidos na **implementação** do Gabinete Digital, Maia aponta fundamentalmente Tarso Genro (como governador do Rio Grande do Sul) e Vinícius Wu (como seu chefe de gabinete) os principais agentes que construíram a viabilidade política do Gabinete Digital. Mas era preciso também pessoas mais diretamente relacionadas à cultura digital, aí entram em cena Fabrício Solagna ³², Everton Rodrigues ³³, Lincoln de Sousa ³⁴ e Guilherme Guerra ³⁵.

³² É membro da Associação Software Livre.org e organizador do Fórum Internacional de Software Livre, foi coordenador executivo do Gabinete Digital do Rio Grande do Sul de 2011 a 2013 e atualmente contribui na metodologia do sistema de participação digital do Governo Federal (Participa.br).

³³ Foi fundador do movimento de música livre “Música pra Baixar” e foi Gestor de Mídias Sociais nos dois primeiros anos do Gabinete Digital.

³⁴ Foi desenvolvedor no primeiro ano do Gabinete Digital.

³⁵ Foi desenvolvedor de interface no primeiro ano do Gabinete Digital.

Para Guerra, “todo mundo, o governo inteiro, cada pedacinho do governo, cada pessoa dentro do Palácio [Piratini] foi cutucada por isso [Gabinete Digital]”. A receptividade inicial do portal foi muito difícil por falta de clareza sobre a proposta e por uma série de questões (políticas também), aponta Guerra. O governo ser obrigado a responder uma questão da população era uma provocação que antes não existia, então, o Gabinete Digital acabou mexendo com vários pontos da estrutura governamental, enfrentando resistência sim, mas também ganhando adeptos com o tempo.

Maia indica a soma de três fatores como **motivação** para a criação do Gabinete Digital: (i) o contexto da primavera árabe; (ii) uma reunião de blogueiros e tuiteiros que aconteceu ainda no contexto da campanha para governador e (iii) a disposição do gestor público do nível executivo (governador) quando eleito. Ao caracterizar o contexto motivacional do qual emerge o portal, ele diz se enxergar como

de uma geração que construiu/percebeu um conceito [...] a cultura digital brasileira, que foi o que juntou rádio livre, ponto de cultura, software livre, Creative Commons ³⁶, *hackers* [...] e que foi conformando como era essa identidade brasileira nas redes [...] e o Gabinete Digital quando surge, surge muito inspirado nesse ambiente.

Damasceno também cita a Primavera Árabe e o contexto internacional ao descrever o nascimento do Gabinete Digital e sua motivação principal de se constituir como o canal de participação digital entre o governo e a sociedade civil gaúcha:

2011 foi um ano bastante significativo do ponto de vista da emergência de novos sujeitos sociais ligados às redes, às novas tecnologias. Um grande movimento em nível internacional começou a surgir (Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, os indignados na Espanha) [...] Havia uma compreensão [...] de que há uma insatisfação geral, não apenas com a política, [...] mas com a incapacidade que os governos em geral têm em dar voz, ouvir as pessoas, estabelecer canais de diálogo.

Para Guerra, a motivação principal era criar um canal para que o momento de incidir sobre a tomada de decisão política não se resumisse às eleições. E, além disso, para que fosse possível pautar o governo sem ser necessário juntar-se a um grande número de pessoas (sindicatos, partidos, etc.). Percebe-se ainda que para ele a motivação institucional do Gabinete Digital mistura-se com a sua própria, em participar de sua construção, ao afirmar que havia uma:

³⁶ Creative Commons é uma organização não governamental sem fins lucrativos localizada na Califórnia (EUA), criada por Larry Lessig, Hal Abelson, e Eric Eldred com apoio do Centro de Domínio Público em 2001. As licenças Creative Commons criadas pela organização permitem que detentores de copyright (isto é, detentores de direitos sobre estes) possam abdicar em favor do público de alguns dos seus direitos, criando o que se chama de conceito *copyleft*. Isso é operacionalizado pela combinação de módulos-padrão de licenças que oidem ser agregadas aos conteúdos que se deseje licenciar. Página da organização: <<https://creativecommons.org/>> Acesso em 25 de setembro de 2014.

insatisfação com o modelo atual de política. Tem esse distanciamento da população da própria política, das decisões de governo. Principalmente para mim o que chegava era esse desejo de criar uma nova forma das pessoas participarem mais ativamente da política.

Em relação às **expectativas iniciais** Guerra conta que se esperava que as pessoas participassem efetivamente, que se apropriassem das ferramentas e que reconhecessem o Gabinete Digital como canal de comunicação legítimo. A adesão inicial foi devagar, relembra, mas conclui que as expectativas iniciais chegaram a ser superadas em alguns momentos, como na primeira edição do Governador Pergunta (sobre saúde pública) que foi, à época, a maior consulta pública do Brasil. Nem Maia, nem Damasceno estavam na equipe do Gabinete Digital quando do seu início e, assim, pouco puderam precisar sobre essa questão.

Depreende-se das entrevistas que, para o Gabinete Digital existir, foi fundamental o chefe do executivo entendê-lo como estratégico e positivo para seu governo. O contexto internacional como a Primavera Árabe parece ter sido bastante decisivo nessa avaliação e o apoio tanto do órgão que lida com Tecnologia da Informação (PROCERGS) quanto da FGV foram decisivos na concretização do portal. A principal motivação parece nascer da insatisfação com a democracia apenas representativa, o que cria demanda por busca de soluções - neste caso, a solução se materializou num conjunto de mecanismos de participação *online*, integrado aa SEPPC.

4.2.3.2 Impacto do Portal

Nesta parte tentou-se extrair dos entrevistados informações, opiniões e sensações concernentes ao impacto gerados pelo Gabinete Digital, tanto para dentro do governo, sob o ponto de vista da influência sobre deliberações, como para fora do governo, a partir da adesão da população.

Sobre as expectativas de **impacto para dentro do governo**, Wu esclarece que o Gabinete Digital nasceu como um espaço de experimentação para estabelecer “interação direta, sem intermediação, entre o poder público [...] e a cidadania”. Ele também aponta que havia e ainda há a expectativa de que sua existência e atuação: (i) contribua para uma mudança de cultura do serviço público, ainda marcada por “traços patrimonialistas, pela cultura do sigilo e pelo distanciamento em relação à sociedade”; (ii) introduza dentro da dinâmica do poder público executivo estadual a ideia de que é possível recolher da sociedade contribuições para a tomada de decisões dos gestores públicos, utilizando as novas tecnologias; (iii) aperfeiçoe a gestão pública estimulando a lógica de compartilhamento de decisões com a sociedade; (iv) corrobore para a ressignificação da estrutura de participação, adequando os mecanismos já consolidados no Rio Grande do Sul, como o orçamento participativo, à nova sociedade em rede do século XXI. Como resultado concreto dessa

mediação Estado-sociedade feita pelo Gabinete Digital, Wu destaca a aprovação do passe livre estudantil, que identifica como sendo uma das principais reivindicações, colocadas especialmente por jovens durante as manifestações de junho e julho de 2013.

De acordo com Damasceno, não foi fácil construir um ambiente que propiciasse a legitimação da iniciativa do Gabinete Digital. Em primeiro lugar, porque encontrou alguma resistência mesmo dentro do partido do governador e dos grupos políticos aliados que tinham dúvidas “se esse tensionamento que o Gabinete [Digital] causa dentro do governo é saudável ou não para a gestão”. O tensionamento a que se refere é aquele gerado pela participação social - a seguinte fala ilustra um pouco a percepção de Damasceno em relação à visão majoritária dos gestores públicos que o Gabinete Digital encontrou ao nascer: “o que que a sociedade vai poder dizer que a gente já não saiba? Qual é a contribuição que o indivíduo, cidadão comum, vai poder dar [...] sendo que eu [gestor público] sou o especialista?” Em segundo lugar, porque houve uma confusão inicial em relação ao lugar que o Gabinete Digital deveria ocupar na estrutura de governo. Quem acabou encampando e viabilizando a ideia do Gabinete Digital, enquanto espaço diferente da comunicação tradicional, foi o governador.

Assim, quando questionado sobre a expectativa de impacto para dentro do governo, ele admite que era mais baixa do que o resultado final obtido. A mudança do Gabinete Digital para a Secretaria Geral do governo do Rio Grande do Sul o coloca numa posição de que influencia mais centralmente o governo, assim como é também mais influenciado. A Secretaria é a estrutura que realiza o monitoramento de todos projetos estratégicos do governo, reunindo técnicos e gestores semanalmente e muito da inteligência de dados do governo passa por ela. Antes da entrada do Gabinete Digital, essa inteligência era bem mais permeada pela cultura do sigilo, “que perpassa a administração pública já há muito tempo” constata Damasceno. Hoje, porém, o Gabinete Digital já consegue tornar uma parte das informações pública, por interface mais acessível.

De concreto, Damasceno ressalta que o portal faz parte do SEPPC e que seus encaminhamentos podem ser levados às secretarias de governo para ou mesmo virar projetos de lei a serem votados pelo Legislativo. Ademais, cita a movimentação Ocupa Saraí ³⁷, que contou com apoio do Gabinete Digital e culminou na promulgação do decreto de desapropriação para fim de interesse social em 04 de julho de 2014.

Segundo Maia, a equipe do Gabinete Digital percebe algumas pautas, coloca isso como agenda, empreende ações de divulgação presenciais ou pela internet para que as pessoas da sociedade civil interajam com essas agendas e, internamente, essas pautas

³⁷ Saraí é um prédio no centro de Porto Alegre que originalmente era destinado à moradia social, só que tendo passado à Caixa Econômica Federal teve uso comercial por um tempo e, depois, ficou vazio no Centro do Porto Alegre. Passou a ser objeto de ocupação e servia de abrigo para várias famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Fonte: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/post/estado-decreta-desapropriacao-do-predio-sarai-no-centro-de-porto-alegre/>>

são negociadas uma a uma, na política do dia a dia, pelo convencimento político. Ele indica ainda que o apoio do chefe do executivo às ações da equipe do portal é primordial e agiliza as negociações internas ao governo - muito embora essa forma de dinâmica política talvez não seja a ideal, mas é como funciona, Carmo ressalva. Logo, é perceptível que não há canais e fluxos institucionalizados que definem como uma determinada pauta ou encaminhamento tem consequência nas decisões de governo. Pela visão de Carmo, existe potencial de impacto muito maior do que se conseguiu até hoje, mas ainda há resistências e freios na atuação do Gabinete Digital.

Muito embora Guerra trace um paralelo entre o Gabinete Digital e o Participa.br no que tange às dificuldades iniciais enfrentadas, ele disse não saber avaliar o impacto da atuação do portal nas deliberações de governo, pois não se “envolvia na parte política” porque tinha muito “trabalho para ser feito, que consumia muitas e muitas horas”. Realmente parece que ele não interagiu muito com o próprio governo, e a “parte política ficava com a galera da política” declara. Ele e o outro desenvolvedor ficavam fisicamente destacados do restante da equipe, ficavam locados junto à PROCERGS. Tal fato deve ter contribuído para essa alienação dos processos políticos em cujo trabalho estava imerso.

Do ponto de vista de **impacto externo e adesão da população**, Damasceno explica que o Gabinete Digital foi criando um cadastro com mais de 10mil usuários ao longo dos processos consultivos que revela ser o público-alvo de maior adesão as pessoas na faixa etária de 16 a 29 anos, tendo relevância o impacto sobre outras faixas etárias também. No *Facebook*, o perfil etário do público alvo se repete sendo que a maioria (59%) são mulheres de 16 a 29 anos. O que indica certa mudança, já que na época de Guerra (primeiros anos do portal) havia grande adesão principalmente de mulheres na faixa de 30 a 40 anos. Indagado sobre o porquê desse segmento em específico, Guerra esclarece que não avançaram muito nessa investigação por falta de tempo para colher e analisar dados.

Segundo Maia, o Gabinete Digital não tem, nem procura ter, um perfil de público-alvo a ser perseguido. Embora tenha poucos indicadores sobre isso, Maia arrisca o palpite de que é um público mais jovem, de pessoas interessadas pelas áreas de tecnologia e política. Para embasar sua percepção relata o exemplo da votação de prioridades orçamentárias do governo do estado gaúcho, ocorrida no primeiro semestre de 2014, envolvendo cerca de 200 milhões de reais. Nesta consulta mais de 255 mil pessoas votaram diretamente e houve acompanhamento do Banco Mundial, de cujo relatório ³⁸ Maia destaca que, daqueles que declararam só terem participado da consulta por ser online, a maior parte eram jovens e a maior parte tinha participado dos protestos de junho de 2013. Daasceno complementa que o Gabinete Digital foi o espaço de governo que melhor conseguiu entender o que ocorria e responder às movimentações das ruas em junho de 2013.

³⁸ O Banco Mundial fez um *survey online* a ser respondido voluntariamente pelos usuários(as) da plataforma, logo após a pessoa ter participado da consulta sobre as prioridades orçamentárias. Contou com cerca de 30mil de 255mil respondentes no total.

Vale ressaltar as experiências da Agenda Colaborativa e do Governador Responde, ambas descontinuadas, mesmo que temporariamente. A Agenda Colaborativa obteve pouca adesão da população porque perceberam que quando o governador ia para uma cidade no interior do estado, a própria presença dele lá já constituía uma agenda e as pessoas não se preocupavam/mobilizavam tanto com sugerir uma agenda para ele cumprir. Havia muito mais gente interessada em comparecer no grande evento que é a Interiorização ³⁹ do que tentar pautas o governador para uma outra agenda local. O Governador Responde responde foi descontinuado em 2012 pelo motivo oposto: fez muito sucesso, mas com um público-alvo inesperado. A ferramenta teve muita adesão dos servidores de carreira do Estado (das nove edições, a maioria foi pautada pelo funcionalismo estatal). Para Damasceno, a ferramenta foi “apropriada pelos servidores, pelo público interno do governo” o que:

por um lado isso era muito interessante porque demonstrava um déficit de diálogo interno [...] por outro lado, não era bem o que o governo esperava do Gabinete Digital – a ideia é que fosse um canal de diálogo para fora e não para dentro do próprio governo, até porque o diálogo com os servidores tem outras instâncias em que acontece.

Em 2014 a ferramenta foi retomada, porém, com macro-temática pré-definida pelo governo, como o “Diálogos da Copa” que se desenrolou no primeiro semestre de 2014. A metodologia de colaboração e priorização foram mantidas.

Foi possível perceber, ao longo das entrevistas, o quanto o impacto para dentro do governo é proporcional ao apoio obtido pelo chefe do Executivo. Isso por um lado coloca o Gabinete Digital numa centralidade política de extrema relevância, por outro, pode afetar a credibilidade da plataforma visto que falta um desenho insitucional de como tratar internamente uma demanda que chega. A facilidade de trânsito entre as Secretarias proporcionadas por um determinado governo pode não se manter e, neste caso, a existência do Gabinete Digital ser garantida pelo SEPPC não implica que as demandas recebidas tenham consequência. Há de se considerar também que o desafio do impacto é concomitante ao da própria existência, ambos tendo a mudança da cultura política como prerrogativa, um desafio de que a equipe está ciente como aponta Wu. Tanto Damasceno como Wu conseguem exemplificar resultados concretos a que foram obtidos a partir de demandas que chegaram no Gabinete Digital, o que demonstra que, embora essa carência de fluxo institucional para tratar as demandas exista, o Gabinete Digital consegue de alguma forma orientar as ações de governo e incidir sobre políticas públicas.

Outro aspecto que chama a atenção são as falas de Guerra, que frequentemente retomam a falta de tempo e o excesso de trabalho. A equipe inicial parece ter sido mais

³⁹ Interiorizações é um programa do governo do estado do Rio Grande do Sul, que é quando o governador passa a despachar por um dia em alguma cidade do interior do Estado.

exígua que a atual e, além disso, o espaço físico era mais limitado. Esses fatores parecem tê-lo levado a uma posição um pouco alienada dos processos políticos em que estava inserido, sejam internos ou externos. Concluindo, conforme já era de esperar, o Gabinete Digital tem mais adesão junto à população jovem. A pesquisa do Banco Mundial indica que os mecanismos online de participação podem ser os únicos que atraem um determinado segmento social.

4.2.3.3 Funcionamento do portal

Nesta parte foram explorados alguns aspectos como: gestão, divulgação, formulação da agenda, grau de autonomia do cidadão dentro da plataforma e sistematização das discussões.

Segundo Damasceno, internamente há uma lógica de **gestão** bastante horizontal, com espaço para questionamentos e discordâncias. Maia aponta que o Gabinete Digital se propõe a atuar em três fases: (i) captar e entender uma demanda da sociedade; (ii) montar uma plataforma em que as pessoas possam opinar e dar sugestões; (iii) acompanhar e garantir que haja alguma implementação no devido órgão. Para ele o Gabinete Digital consegue atuar nessas diferentes fases porque estar ligado ao gabinete do governador lhe confere um grande trânsito dentro das estruturas do governo.

No que diz respeito à **divulgação**, Guerra dá uma perspectiva histórica e conta que no início, a propagação do Gabinete Digital foi bastante no “boca a boca”, com algum uso de *banners* e também a partir das vans da participação. Essas vans rodavam a capital e o interior do estado com *tablets* para as pessoas participarem dos processos promovidos pela plataforma. Sobre essa articulação entre o presencial e o virtual Damasceno expõe:

A gente vem aprendendo que não basta ter essa dimensão só digital porque as pessoas não vão magicamente sair do seu *Facebook* e resolver participar porque “deu na telha”. Tem que trazer, tem que dialogar, tem que sensibilizar mesmo para a importância da participação e nesse sentido essa dimensão presencial articulada com a digital é muito importante.

Maia e Damasceno igualmente acrescentaram as seguintes estratégias de divulgação, mais recentes: (i) uso da internet através das principais redes sociais (*Facebook* e *Twitter*) e (ii) publicidade patrocinada quando se tem algum grande processo por conta de verba recebida da secretaria de comunicação. Damasceno enfatiza que a equipe do Gabinete Digital entende que a estratégia de comunicação não se resume a tentar reverter os acessos das redes sociais para o site, mas considera que cada rede social tem vocação e característica distinta, o que demanda estratégia comunicativa diferente.

É evidente que a estratégia comunicativa do Gabinete Digital entende a necessidade de articulação entre a dimensão presencial e a virtual - todos entrevistados citaram as vans da participação. Pelas entrevistas foi possível perceber que há o entendimento que o uso de

ferramentas digitais sofrem com algumas barreiras como a exclusão digital, seja por falta de conhecimento, cultura ou acesso. Sobre isso, Damasceno faz a seguinte consideração:

Não se pode falar numa revolução do sistema de democracia pela internet enquanto a internet não for universal, e a gente sabe muito bem que não é o caso do Rio Grande do Sul nem de nenhum lugar do Brasil - por vício de origem, a Internet é excludente.

A **formulação da agenda** vai depender da ferramenta que se utiliza. No Governo Escuta, que são audiências públicas digitais, o governo é quem define a pauta. No Governador Pergunta, o governo (gabinete do governador e secretarias) é que define a pergunta a ser feita para a população. Em relação a estas ferramentas em que é o governo quem define a pauta, Maia esclarece que ainda não se tem uma política bem definida de como chega um tema no Gabinete Digital, acrescenta que a escolha da pauta acaba dependendo muito do *feeling* político das pessoas que estão diretamente envolvidas na gestão do portal, que procuram acompanhar as pautas que são destaque na sociedade.

No Governador Responde, a população é quem definia a pauta a partir da mobilização de suas redes: as pessoas propunham o que queriam que o governador respondesse, o que ocorreria com a mais votado no período. Porém, foi descontinuada a única ferramenta cuja formulação da agenda pertencia à população. Wu justifica esse fato por conta da necessidade de buscar uma participação mais ampliada, pois:

se num primeiro momento a ferramenta surtiu um efeito muito positivo, depois acabou se inclinando para uma discussão muito vinculada às corporações do Estado, [...] sendo quase que apropriada pelos servidores do governo do Estado que visualizaram nessa ferramenta a possibilidade de apresentação de suas demandas. [...] as categorias do Estado começaram a se organizar para fazer com que as suas questões fossem as predominantes – por isso ela [a ferramenta] foi descontinuada.

Este ano a ferramenta Governador Responde foi retomada com outra formatação: as pessoas podem levantar temas variados desde que inseridos num macro-tema, que em 2014 foi a Copa do Mundo. As pessoas poderiam enviar suas perguntas e/ou votar nas questões já enviadas por outros usuários. Todas as contribuições receberam respostas ao término da consulta e os autores das questões mais bem votadas foram convidados a participar de uma atividade com o governador do estado (“Diálogos da Copa”).

Sobre o **grau de autonomia do cidadão** dentro da plataforma, qualquer pessoa pode falar o quizer, sendo a única coisa barrada o linguajar inapropriado, segundo Guerra. Maia informa que adota-se o sistema de moderação *a posteriori*, ou seja, parte-se do pressuposto que todo mundo pode postar o que desejar, e que a moderação só será acionada se ocorrer algum problema. Ele relata que, mesmo com alguma resistência da PROCERGS, eles preferem correr o risco das pessoas entrarem e depois eventualmente

ser necessário moderar, pois entendem que as pessoas são responsáveis pelo que dizem e escrevem no ciberespaço. Maia diz que a equipe do Gabinete Digital tem um “olhar avançado em relação ao governo” e só vai:

tirar do ar se for uma coisa muito esdrúxula, muito ofensiva; se não for, se for uma crítica real ao governo, ela tem que existir porque, enfim, não cabe a nós omitir a realidade nem construir a realidade, mas sim retratar e dialogar com ela do jeito que ela existe. [...] pouquíssimas vezes que tivemos de apagar algo por ser ofensivo.

A **sistematização** do conteúdo gerado pela população dentro da plataforma depende da ferramenta empregada. No Governador Pergunta há as propostas da própria secretaria e as inseridas pelos usuários. Guerra conta que se constatassem propostas iguais ou muito semelhantes, poderiam juntá-las. As propostas eram então priorizadas por meio do voto pela população, o que já torna a sistematização automática pelo próprio procedimento. A lista de prioridades era então entregue à Secretaria que cuida do assunto em questão. No Governador Responde, as pessoas inseriam suas propostas e/ou votavam nas propostas por meio da metodologia *paiwise* (algoritmo aberto que pode ser escrutinado), o que também configura uma sistematização automática.

No Governo Escuta, uma audiência pública digital com o governador, as perguntas eram enviadas por *Twitter*, *Facebook* e formulário disponível no portal. As perguntas eram compiladas/selecionadas pela equipe do Gabinete Digital para que fossem encaminhadas para o governador efetivamente responder. Questionado sobre o critério de escolha, Guerra aponta dois: um mais objetivo e outro mais subjetivo. O objetivo seria ser um pergunta de fato e não apenas uma manifestação. O critério subjetivo reside no fato de que o julgamento dependi um pouco do *feeling* das pessoas da equipe, que buscavam selecionar perguntas que julgavam de maior relevância e interesse. Damasceno conta que no caso do “De Olho nas Obras” as contribuições visíveis, antes passavam por um filtro, mas que a equipe resolveu abrir mão da mediação/moderação e está tudo visível agora, e não enfrentaram problemas por conta disso.

Maia reconhece que o Gabinete Digital não tem estruturados os fluxos e/ou os processos de sistematização das discussões da sociedade civil. Quanto aos processos internos, ele indica que existe uma lista de discussão fechada, um grupo do *WhatsUp* e um grupo no *Facebook*. Se por um lado é preciso amadurecer os processos dentro do Gabinete Digital, por outro, Maia vê essa falta como uma dos fatores que dá liberdade de atuação política ao portal.

O caráter experimentalista do Gabinete Digital fica evidente quando se investiga aspectos de gestão do portal. Dentro da equipe o fluxo de informações atualmente parece ser fluido e permeado de bastante liberdade de expressão. Com a população não é diferente, mas a fluidez quando escalda pode deixar o usuário confuso e prejudica aspectos de controle

e fiscalização por parte da população. O fato do portal ser baseado em software livre e do algoritmo *pairwise* ser escrutinizável indicam que há uma preocupação com a auditabilidade, mas isso ainda permanece mais no plano do código do que nas práticas políticas. Quando se depende do *feeling* de algum ator no governo, a relação Estado-sociedade enfraquece e se fragiliza. Por outro lado, exatamente pelo caráter experimental, um desenho institucional que definisse procedimentos poderia cercear a liberdade e a evolução de uma plataforma que adequa-se a fenômenos ainda bastante mutáveis e indefinidos.

4.2.3.4 Contextualização Política

Nesta parte foi feita uma pergunta de caráter bem amplo, a saber, qual é a relação do portal com a democracia. E outra de caráter mais específico - se os entrevistados conheciam a PNPS e também se havia aderência do Gabinete Digital à essa mesma política.

Sobre a relação com a **democracia** Wu coloca o Gabinete Digital num contexto de construção de um canal de diálogo sem intermediários entre governo e sociedade, reconhecendo a crise da representação da atual democracia:

Os canais de abertura democrática à participação da cidadania, que vão além do voto formal a cada quatro anos, ainda estão muito vinculados à perspectiva de representação que já não encontra o mesmo respaldo que encontrava na sociedade brasileira da década de 1980 [...] hoje há uma precariedade enorme da capacidade do Estado de absorver as novas vozes e novos sujeitos que emergiram na cena pública nacional e que não encontram os canais de abertura, de interferência efetiva, de participação da cidadania, através de estruturas que possam ir além das representações tradicionais. [...] A crise da representação não atinge somente os partidos políticos e a política tradicional, ela também atinge os sindicatos, as associações, as organizações não governamentais, que tinham um papel muito importante de mobilização e de representação social, por exemplo nos anos 1990 mas que perderam força nos últimos anos também. Então o Gabinete Digital é uma experimentação que abre a possibilidade de diálogo entre o Estado e a sociedade tal como a concebemos hoje, atomizada, fragmentada, onde cada vez há menos espaço para aquele formato de participação através da representação tradicional do mundo do trabalho.

Damasceno enxerga que o Gabinete Digital estabelece uma relação de forte reflexão com a democracia. Diz ele ser preciso repensar, aprofundar e radicalizar a democracia. Reconhece que existe uma crise de legitimidade no cenário político partidário e diz que o portal não se propõe a resolver essa questão, mas se propõe a levantar caminhos alternativos possíveis, de forma que aumentem a porosidade da máquina pública às opiniões da sociedade civil organizada. ele refere-se novamente aos dados do relatório do Banco Mundial citados há pouco, reconhecendo seu caráter inconclusivo, mas interpretando-o como um indicativo das potencialidades da internet no fortalecimento da democracia participativa.

Nesse contexto, a contribuição do Gabinete Digital deve ser contribuir com esse debate e essas reflexões, e apontar para a consolidação de novo tipo de relação entre

Estado e sociedade - afirma Wu. O coordenador do Gabinete Digital alerta também que os Estados precisam estar dispostos efetivamente a alterar seu padrão de funcionamento e sua forma de relação com a sociedade, que deve caminhar no sentido da abertura à participação e interferência direta dos cidadãos. Wu mostra-se entusiasta da democracia digital, para ele “é possível utilizar instrumentos digitais de participação e cidadania na administração pública para alargar, aprofundar e aperfeiçoar a nossa democracia”.

Indagados se conheciam a **PNPS** todos, com exceção de Guerra, afirmaram conhecê-la. Dos que conhecem, há unanimidade na avaliação de que o Gabinete Digital tem aderência a essa política. Damasceno indica que antes da política nacional, o Rio Grande do Sul já contava com a política estadual de participação e os sistemas apresentam grandes intersecções entre si. Por esse motivo Maia enxerga que existe mais do que aderência, existe referência:

A gente tem mais do que aderência... de certa forma é filho e é pai desse processo; e talvez não tenha tão integrado agora quanto deveria, quanto poderia, mas com certeza o caminho natural é que [o sistema estadual] se integre [ao sistema nacional de participação social].

Wu, por sua vez, reconhece a aprovação da PNPS como um grande avanço para a democracia no país, pois busca institucionalizar todo um conjunto de mecanismos de participação que precisavam ser sistematizados. Ele vê como um passo muito importante que aprofunda e enriquece o processo democrático, possibilitando ao Estado absorver novas dinâmicas e acolher novas vozes, além de que pela primeira vez reconhece formalmente a dimensão da participação digital.

4.2.3.5 Avaliação síntese

No trecho final da entrevista se propunha fazer ao entrevistado fazer uma síntese da sua opinião sobre a plataforma da seguinte maneira: perguntava-se quais seriam os três principais pontos positivos, quais seriam os três principais pontos negativos, quais seriam os três maiores desafios e quais deveriam ser os próximos passos e principais metas para os próximos quatro anos. A compilação sintética dessas respostas, por entrevistado(a) pode ser observada nos Quadros 10 a 13.

Quadro 10 – Gabinete Digital - Pontos positivos

Nome	Aponte os 3 principais pontos positivos do portal
Vinicius Wu	<p>Contribuição importante para uma necessária mudança de cultura na gestão pública do estado do Rio Grande do Sul e para uma mudança de linguagem dentro das estruturas formais de participação</p> <p>Possibilidade efetiva de estabelecer ligações de novo tipo entre Estado e sociedade pela conformação de um espaço público não estatal, onde a cidadania perceba que o ambiente não é pertencente a um determinado governo</p> <p>Aumento da porosidade do Estado - como exemplo, tem-se o Gabinete Digital sendo um canal de interlocução fundamental entre Estado e sociedade durante os protestos de 2013</p> <p>Demonstração de que é possível que os governos adotem novas tecnologias de informação e comunicação para proporcionar o fortalecimento da cidadania</p>
Luiz Carlos Damasceno Junior	<p>Inovação</p> <p>Caráter público e não institucional</p> <p>Capacidade de tensionar e trazer novas dinâmicas de participação p/ dentro do governo (questionar por dentro / caráter ombudman)</p>
Uirá Porã Carmo Maia	<p>Inovação</p> <p>Laboratório</p> <p>Respaldo político do chefe do executivo</p>
Guilherme Guerra	<p>Ferramenta que aproxima o cidadão para além das eleições</p> <p>Ferramenta de código aberto, disponível para todos que quiserem participar tecnicamente</p> <p>Início de uma nova forma de pensar a política e o governo</p>

Fonte: compilação própria

Quadro 11 – Gabinete Digital - Pontos negativos

Nome	Aponte os 3 principais pontos negativos do portal
Vinicius Wu	<p>Não se conseguiu introduzir alguns elementos indutores que inscrevessem na estrutura do Estado mecanismos que cristalizassem a mudança cultural inicialmente almejada</p> <p>Não se conseguiu avançar a articulação da experiência do Gabinete Digital a outras estratégias que mobilizassem outros órgãos, no sentido de abertura de dados e do uso de tecnologias livres</p>
Luiz Carlos Damasceno Junior	<p>Falta de institucionalidade</p> <p>Certa dificuldade de escoar demandas que chegam</p> <p>Não ter conseguido criar um espaço permanente de participação/relacionamento com o cidadão</p>
Uirá Porã Carmo Maia	<p>Falta de respaldo do resto do governo</p> <p>Falta de interesse da população no processo de governança como um todo</p> <p>Falta de institucionalidade dessas ferramentas digitais e das estruturas de participação – processo mais claros e automáticos</p>
Guilherme Guerra	<p>Ter uma equipe técnica pequena para a demanda e potencial do portal</p> <p>Não ter muita gente participando ativamente como comunidade de desenvolvimento técnico</p> <p>Governo é lento e muito atrasado ainda, e o Gabinete Digital depende do governo para poder funcionar</p>

Fonte: compilação própria

Quadro 12 – Gabinete Digital - Desafios

Nome	Quais seriam os 3 maiores desafios do Portal?
Vinicius Wu	Aumentar capacidade de comunicação Ampliar a participação por meio do Gabinete Digital e apropriação do portal por parte da população Inspirar outros órgãos da administração pública
Luiz Carlos Damasceno Junior	Conseguir fazer com que não haja só uma caixinha Gabinete Digital na internet → lógica digital permeie toda a máquina pública → governança digital Como o governo pode se repensar p/ oferecer ao cidadão explorar o acesso do cidadão à internet Conseguir c/ q o participação participe desde o início da política pública (desde a priorização no início até o fim do processo, obter um feed-back)
Uirá Porã Carmo Maia	Abrir mais o governo, estabelecendo canais efetivos e permanentes para participação e intervenção da população, pois hoje o Gabinete Digital atua muito como intermediário entre sociedade de governo, logo, ainda não se configura um canal que abre o poder, mas um canal que intermedeia os processos de diálogo. Se firmar e conseguir quebrar barreiras em relação à questão de linguagem, formato e postura não só com o governo, mas também com a população Ter relevância e respaldo como um canal a que de fato se pode recorrer, que gerará alguma consequência (resposta/resultado) Conseguir massificar os acessos (Carmo aponta que há aproximadamente 10mil acessos mensais no site, uma marca baixa) Grande participação no Facebook, mas dificuldade de converter isso para a plataforma - tem-se até o crescimento do acesso ao site, mas que não se traduz em engajamento participativo nas ações propostas.
Guilherme Guerra	Ter uma equipe técnica que desse conta de todas coisas fantásticas que ele poderia fazer Vencer preconceito e a forma antiga de governo que temos Superar os desafios políticos das engrenagens do sistema, de como as coisas funcionam

Fonte: compilação própria

Quadro 13 – Gabinete Digital - Próximos Passos

Nome	Quais são / deveriam ser os próximos passos e principais metas do Portal para os próximos 4 anos?
Vinicius Wu	Não houve tempo hábil na entrevista para perguntar
Luiz Carlos Damasceno Junior	Não respondeu esta pergunta
Uirá Porã Carmo Maia	Estabelecer o login cidadão porque é estratégico - através dessa conta o governo pode conhecer melhor e estabelecer uma interação de relacionamento com cada cidadão, pois hoje se participa um conjunto de pessoas numa consulta e um conjunto de pessoas noutra consulta, não se sabe se são as mesmas pessoas ou não, nem o governo consegue estabelecer uma relação mais amigável com elas Adotar as ferramentas e tecnologias de participação desenvolvidas no Gabinete Digital e implementá-las em outras áreas e setores do governo gaúcho Estruturar e abrir a gestão da informação do governo do estado do Rio Grande do Sul
Guilherme Guerra	Fortalecer uma comunidade/equipe de desenvolvimento Fortalecer ele com essa forma de fazer política, de maneira inovadora Ele espalhar, “que cada secretaria tenha seu gabinete digital, por exemplo, para agilizar os processos”

Fonte: compilação própria

Na avaliação dos pontos positivos do Gabinete Digital um aspecto levantado por todos entrevistados foi o caráter de inovação que ele comporta. Outro aspecto predominante nas foi a promoção da participação social, que ao mesmo tempo tensiona o oxigênio do Estado. Tanto Wu como Damasceno, que trabalham em posições mais estratégicas, reconhecem como vantagem o caráter público não estatal do portal. Somente Guerra lembra de citar o fato do portal ser desenvolvido em software livre como vantagem.

Na avaliação dos pontos negativos, percebe-se mais frequente a resistência interna do próprio Estado seja pela dificuldade de respaldo, seja pela dificuldade de institucionalização na estrutura. Percebe-se, em menor grau, preocupação com um diagnóstico relativo à participação da população, que ainda precisa ser bastante ampliada. Aspectos técnicos são lembrados por Wu (ampliação da abertura de dados e uso de tecnologias livres) e por Guerra (ampliação da comunidade de desenvolvimento).

As respostas dadas aos desafios é mais dispersa que as anteriores, embora ainda seja presente a ideia da inovação e abertura do governo. A maioria parte das falas coloca como desafio ampliar a participação por parte da população e atenta para as novas formas comunicativas usando palavras como “internet” (Damasceno), “linguagem” (Maia) e “comunicação” (Wu). Foram também citadas a dificuldade de engajamento e a de compor equipe técnica.

Em relação a próximos passos e desafios não se obteve as respostas de Wu nem de Damasceno. As respostas de Maia e de Guerra indicam que devam ser os próximos passos o fortalecimento do Gabinete Digital e “evangelização” de outros setores do governo, ampliando o impacto interno e o tornando o estado do Rio Grande do Sul mais permeável à democracia participativa.

Concluindo, é possível extrair das falas um anseio da equipe do Gabinete Digital de promover uma mudança da cultura política fortalecendo as instituições democráticas. Em algum momento da entrevista Wu vislumbra como um dos principais pontos de tensão entre Estado e sociedade nas próximas décadas a abertura de informações e de dados. A atual equipe do portal parece ter esse horizonte em seu entendimento, compreendem que a abertura de informações públicas proporciona o aumento da transparência e do controle social sobre o Estado. Assim, a inovação na política, o surgimento de novos sujeitos sociais e o necessário avanço da democracia representativa em direção à participativa são aspectos que permeiam todas as entrevistas, e que na prática, encontram na base tecnológica seu grande suporte material e imaterial.

4.3 Análises comparativas

Nesta seção serão analisadas as semelhanças e as diferenças entre o Participa.br e o Gabinete Digital de acordo com o que foi possível extrair da documentação disponibilizada e das entrevistas realizadas com os gestores.

É possível traçar paralelos em relação aos momentos políticos que cercaram a criação dos dois portais públicos. O Gabinete Digital, no seu nascedouro, tem influência das manifestações populares internacionais, como Primavera Árabe e *Occupy Wall Street* em que é possível perceber uma insatisfação geral, uma soma de indivíduos, mas sem liderança clara. O Participa.br também é influenciado por manifestações populares, agora no Brasil, em junho de 2013. Também aqui as manifestações comportam um mosaico de reivindicações, sem unificação de pauta ou identificação de líderes. Em junho e julho de 2013 o Gabinete Digital já existia e, de acordo com os gestores entrevistados, foi o melhor canal de diálogo e responsividade que o Rio Grande do Sul teve à época. Ambos tiveram no nascimento da ideia de um portal, um encontro com a sociedade: um seminário para o Participa.br e um encontro com blogueiros e tuiteiros para o Gabinete Digital.

Ficou nítido como objetivo central comum às duas experiências se estabelecer como um espaço de diálogo e interlocução entre governo e sociedade civil. Ambos incorporam a faceta digital da participação social. Ambos tinham como expectativa inicial uma participação popular efetiva e/ou ativa. Entretanto, os dois ainda tem a maior parte de suas ferramentas focadas em consultas do governo à população e pouco, em caráter de oitiva. A vinculação compulsória do rumo da política pública a partir da expressão popular nas plataformas inexistem em todas as ferramentas apresentadas. Há sim a preocupação de ambas equipes em fazer com que as demandas sociais incidam sobre as políticas públicas - mas não há um caminho ou procedimento que garanta.

Uma das formas de garantir a interação poder público - sociedade para o Participa.br é fazer a gestão descentralizada das comunidades. Então, se houver demanda social e não houver responsividade do órgão do governo, o processo para no início, antes mesmo de formar a comunidade e promover qualquer ação. Já no Gabinete Digital, a gestão é centralizada, ou seja, não é compartilhada com os órgãos executivos. Assim, corre-se o risco de alguma demanda chegar e não encontrar eco dentro do governo.

Um traço comum foi a predominância de ferramentas cuja determinação da agenda política pertence ao governo. O Governador Responde, a ferramenta do Gabinete Digital que era feita para a população definir a pauta, sofreu um problema de continuidade e quando retornou, adota a mesma metodologia mas com macro-tema definido pelo governo. No Participa.br a pauta é vinculada à criação da comunidade, então a população pode até propor, mas se não houver interesse do governo em encaminhar as discussões sobre um determinado assunto, basta simplesmente não se dispor a compor e gerir a comunidade,

exercendo, portanto, um poder de veto sobre a agenda.

Os dois também entendem e reconhecem como benéfica a articulação entre as instâncias presencial e virtual. O Participa.br, com suas divulgações e atividades em eventos do governo federal. E o Gabinete Digital, com as Vans da participação. Essa estratégia parece fundamental para vencer algumas barreiras tecnológicas que dificultam o uso de ferramentas digitais de participação, como falta de infraestrutura e dificuldade cultural. A dimensão presencial é a mais utilizada nos convencimentos políticos internos do governo, tanto para a equipe do portal federal quanto do estadual. As resistências do governo foram relatadas por todos entrevistados e alguns conseguem reconhecer alguns avanços.

O caráter experimentalista e a motivação de tratar a política a partir de outras linguagens são características ousadas, defendidas por todos entrevistados, mas que incomodam quem está bem estabelecido com o poder na forma atual. A crise da representação bateu à porta em 2013, gerou efeitos, mas recrudescceu. Emergiram novos sujeitos sociais, de atuação política atomizada, que se articulam fluidamente pelas redes e reivindicam a abolição de mediadores (mídia, partidos políticos, etc.) entre representantes e representados. Mas fica a questão: não seriam esses portais também mediadores, pois que novos mediadores?

No quesito técnico, os dois casos estudados adotam licenças *copyleft* CC para conteúdo e Afero GPL para código. Os códigos deles ficam disponíveis em repositório público, podendo ser tomado de exemplo e replicado, além de poder ser auditado. Tanto o Participa.br, que tem estrutura em rede social, quanto o Gabinete Digital, que tem a estrutura de um site, adotaram plataformas software livre. Porém, ter seu código livre parece ser um valor a que a equipe do Participa.br dá mais importância - é lembrado e visto como vantagem por todos. Já para o Gabinete Digital, também é colocado que é importante, mas a ênfase dada a esse fato nas falas e mesmo na síntese final revela que é um valor muito mais caro a quem detém função técnica e menos lembrado por quem tem atuação mais política.

Nas entrevistas com pessoas ligadas ao Participa foi mais de uma vez citado que, embora utilizem as redes sociais *Facebook* e *Twitter* como estratégia de divulgação, eles têm claro que se trata de redes privadas, logo, pouco a população brasileira pode incidir sobre a política de privacidade de dados pessoais, por exemplo. Essa ressalva não aparece em nenhuma fala dos entrevistados do Gabinete Digital. Esse cuidado com a privacidade do usuário é percebida pelo fato de que o cadastro do Participa.br é bastante simples, para que não seja impedimento para a participação. Por outro lado, isso pode levar à desconfiança sobre a veracidade dos resultados. O Gabinete Digital tem a ideia de estabelecer o *login cidadão* que permitiria o acesso exclusivo do indivíduo a um sistema integrado de informações e serviços do estado. Isso, por um lado, deixa em aberto a questão

delicada da privacidade dos dados pessoais, por outro, dá mais confiabilidade às consultas e permite ao Estado estabelecer relação mais próxima e ao Ambiente Digital conhecer melhor seu público.

No que tange a perfil do público, o Participa.br tem pouca informação a esse respeito, mas fica a impressão que os públicos atraídos variam de acordo com o tema abordado pelas ferramentas participativas. No Gabinete Digital, as informações fornecidas indicam o público ser majoritariamente jovem, com maioria feminina. O perfil jovem também caracteriza as equipes de ambos portais, que tem média de idade em torno dos 30 anos. Elas possuem tamanho semelhante: 10 pessoas no Participa.br e 14 no Ambiente Digital, sendo 11 do Palácio Piratini.

Ambos casos estudados contam com o apoio órgão responsável pelo processamento de dados (SERPRO, em nível federal e PROCERGS, em nível estadual) para o desenvolvimento de suas atividades. Consonantes também são os apoios do poder executivo, cada qual em seu nível. No âmbito federal não é feita menção explícita de que a presidenta tenha sido a grande entusiasta do Participa.br. Já no Ambiente Digital, o papel que o chefe do executivo exerce é bastante marcante e abre muitas portas internamente ao governo. Esse apoio é fragilizado pelas sucessões eleitorais, pois as convicções e forças políticas do executivo podem ser completamente alteradas. Contudo, a construção de casos de sucesso, com resultados concretos, e a adesão da população são os fatores que podem tornar as duas iniciativas algo perene. O Gabinete Digital apresenta o passe livre estudantil, o Ocupa Saraí e a votação online das prioridades orçamentárias para 2015 como resultados atingidos. O Participa.br apresenta a consulta da minuta do decreto da PNPS e a experiência da COMIGRAR. Fica ainda a dúvida do quanto a população reconhece essas conquistas e o papel dos portais nelas.

5 A visão da sociedade civil organizada

Buscou-se captar a avaliação e o uso que membros da sociedade civil organizada fazem das ferramentas digitais de participação existentes. Para tanto foi elaborado um questionário cujo resultado serviu de *input* para a elaboração de um *survey online* aplicado numa segunda etapa. Como mecanismos de participação que se baseiem ou contem com etapas digitais ainda são experiências esporádicas, o recorte de público-alvo desses questionários visou principalmente a sociedade civil organizada, pois este segmento funciona como um *hub* – a ele as informações chegam com mais facilidade, servindo como difusores/multiplicadores das mesmas.

Como ferramentas de coleta e análise de dados foram usados 1) o serviço gratuito web *Qualtrics*¹ para estruturar o *survey online*, bem como para armazenar suas respostas; 2) o programa STATA² (FÁVERO et al., 2014) versão 11.1 em sistemas operacionais de núcleo Linux³ para as análises estatísticas do banco de dados; 3) o serviço gratuito web *Wordle*⁴ para gerar as nuvens de palavras. Vale ressaltar que a cobertura do questionário não dá conta da totalidade do território brasileiro e que ele também não busca avaliar todas as especificidades das plataformas apresentadas no capítulo anterior, mas há sim a intenção de captar percepções mais gerais em relação às ferramentas de participação *online*, bem como ao Particpa.br e ao Gabinete Digital dentro de um conjunto de plataformas disponíveis.

5.1 Aplicação de questionário piloto

O questionário (ver Anexo C), que contou com cinco blocos de questões, começa com a caracterização do indivíduo, passa pela caracterização da entidade ou movimento em que atua, traça uma panorama macro de instrumentos de diálogo utilizados com diversos atores, fecha o foco nos mecanismos digitais, testa a percepção do(a) respondente em relação a algumas plataformas específicas e por fim abre espaço para que as pessoas escrevam livremente o que pensam sobre instrumentos digitais de participação. A seguir estão descritos cada um dos blocos com mais profundidade.

O primeiro bloco visa caracterizar o(a) respondente e sua entidade com nome (não é anônimo), e-mail de contato, idade, sexo, entidade / movimento social a que pertence, qual é área de atuação da entidade/movimento social, qual é a função do(a) respondente

¹ Plataforma *Qualtrics*: <<http://www.qualtrics.com>> Acesso em 30 de maio de 2014

² Como obter o software STATA: <<http://www.stata.com>> Acesso em 30 de maio de 2014

³ Sobre o sistema operacional Linux: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Linux>> Acesso em 30 de maio de 2014

⁴ Serviço *online* Wordle: <<http://www.wordle.net>> Acesso em 30 de maio de 2014

dentro da entidade / movimento social, há quanto tempo atua na entidade, qual a cidade e o estado de origem. O segundo bloco procura investigar as formas de comunicação: quais as formas de comunicação usadas dentro da entidade / movimento, qual efetividade dessas formas, como atingem pessoas de fora, como se comunicam com o governo, como ficam sabendo de atividades / eventos de outras entidades / movimentos e como ficam sabendo das atividades / eventos do governo.

Maia (2011) afirma que “movimentos sociais e ONGs poderiam aperfeiçoar suas dinâmicas de organização e atuação devido às facilidades de produção, disseminação de material informativo e comunicação entre si e com o público em geral”. Assim, o terceiro bloco fecha o foco nos meios digitais e indagar se o(a) respondente ou a entidade / movimento utiliza algum meio digital para mobilização e se usar, quais e como os utiliza. A mesma estrutura de pergunta é feita em relação à interface com o governo. Na sequência são feitas perguntas específicas em relação a cada nível de governo (federal, estadual e municipal): 1) se conhece ou não instrumento digital de participação e, se conhecer, pede-se para especificar quais; 2) se já usou ferramentas digitais de participação daquele nível de governo e, se já houver utilizado, com qual frequência o fez.

O quarto bloco consiste de cinco perguntas na sequência que tenta aferir o grau de conhecimento / envolvimento dos(as) respondentes em relação a alguns portais do governo, a saber, Portal da Transparência⁵, e-SIC⁶, e-democracia⁷, Participatório⁸ e Participa.br. Esperava-se que o(a) respondente assinalasse, de acordo com sua experiência e para cada um dos portais, uma das alternativas de uma escala que variava do menor para o maior grau de conhecimento e envolvimento. Essa escala era do tipo Likert⁹ com cinco pontos:

⁵ O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre>> Acesso em: 03 de junho de 2014

⁶ O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>> Acesso em: 03 de junho de 2014

⁷ O Portal e-Democracia foi desenvolvido pela Câmara dos Deputados do Brasil, é dividido em dois grandes espaços de participação: as Comunidades Legislativas e o Espaço Livre. No primeiro, é possível participar de debates de temas específicos, normalmente, relacionados a projetos de lei já existentes. Essas Comunidades oferecem diferentes instrumentos de participação e, ainda, orientações quanto ao andamento da matéria no Congresso Nacional. Já no Espaço Livre, a população pode definir um tema para debate e iniciar a discussão. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal_E-Democracia> Acesso em: 03 de junho de 2014

⁸ O Participatório é uma plataforma virtual interativa voltada à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com capacidades de participação e de mobilização social. Disponível em: <<http://participatorio.juventude.gov.br/about>> Acesso em: 03 de junho de 2014

⁹ Likert elaborou uma escala intervalar para medir níveis de aceitação de produtos e serviços por consumidores. Essa escala (qualitativa) leva os indivíduos a apontar o seu grau de concordância ou discordância em relação a um tema (OLIVEIRA, 2001). No presente caso, grau de conhecimento ou desconhecimento dos portais citados, oferecendo respostas para cada item variando de acordo com o

nunca ouvi falar / desconheço; já ouvi falar, mas não sei o que é; já ouvi falar, sei o que é, mas nunca usei; já ouvi falar, sei o que é e usei uma ou poucas vezes; já ouvi falar, sei o que é e usei várias vezes / uso frequentemente. Por fim o quinto e último bloco consiste apenas de uma pergunta aberta em que o(a) respondente pode escrever livremente o que acha dos instrumentos digitais de participação.

O questionário foi aplicado nos dias 24 e 25 de maio, presencialmente, em Brasília, na *Arena da Participação Social*, um evento que contou com mais de 2500 pessoas reunidas em torno de atividades sobre os Objetivos do Milênio, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e que contou com a promulgação do Decreto 8.243/2014 pela presidenta da República. Como um dos critérios para abordar as pessoas apenas buscou-se um balanceamento de gênero, entregando-se alternadamente questionários para homens e para mulheres. Isso porque sabe-se que existe um equilíbrio de homens e mulheres na população brasileira (IBGE, 2010) e também tem-se evidências de que homens e mulheres têm diferente inserção e apropriação das tecnologias digitais ¹⁰. Outro critério utilizado foi abordar pessoas dos mais diferentes estados do Brasil respondessem, pois entende-se também que há uma heterogeneidade de inclusão digital no país (SANTOS, 2006).

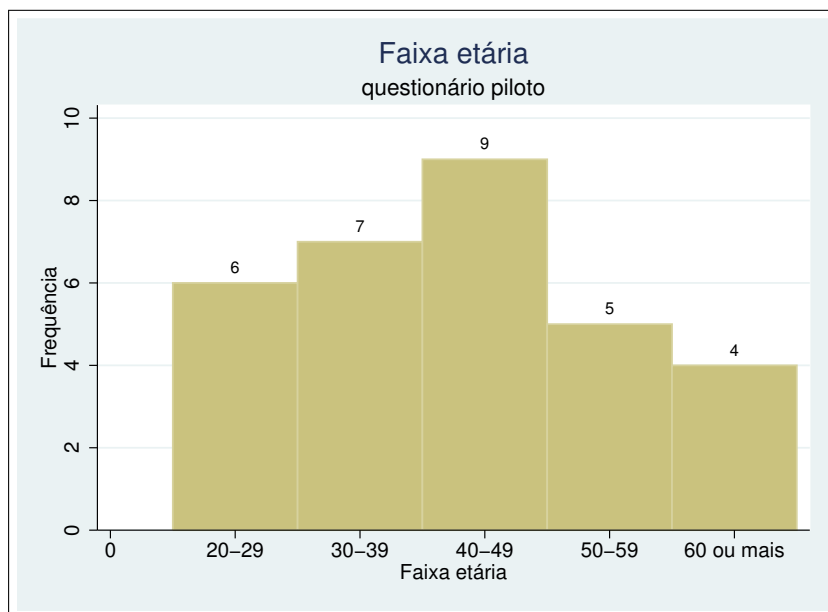
Desta forma, 31 questionários foram respondidos, 16 por mulheres e 15 por homens. A distribuição etária dos(as) respondentes pode ser observada da Figura 8. A idade média foi 42,5 anos, com desvio padrão de 13,04 anos. O tempo de atuação médio em entidades ou movimentos sociais foi 10,7 anos, com desvio padrão de 6,82 anos. Houve respondentes de todos estados brasileiros e Distrito Federal, sendo 5 da região Centro-Oeste, 6 da Norte, 10 da Nordeste, 3 da Sul e 7 da Sudeste. Apesar de haver questionários provenientes de todas regiões do Brasil, é preciso esclarecer que não é intuito afirmar que as respostas obtidas possam nem dos movimentos citados, nem da totalidade das pessoas presentes na *Arena da Participação*.

Em relação à função na entidade, as respostas foram agrupadas em duas grandes categorias: direção / coordenação e voluntário(a) / militante / colaborador(a). Só foi de interesse entrevistar quem fosse de alguma forma atuante em entidade ou movimentos social, então, esta pergunta tinha por intenção indicar o grau de comprometimento formal do(a) respondente dentro da organização. Assim, entende-se que quem ocupa cargos como presidente, vice-presidente, coordenador(a), vice-coordenador(a), tesoureiro(a), secretário(a), gestor(a) entre outras descrições compõem a categoria direção / coordenação.

grau de intensidade, de maneira a permitir o estudo da atitude que se deseja avaliar. Existe discussão na área de metodologia científica se é melhor a adoção de um número par (sem posição neutra) ou ímpar (com posição neutra) de pontos. Foi adotado um número ímpar neste trabalho, pois entende-se que um número par poderia forçar o(a) respondente a uma resposta que não revela seu comportamento de fato.

¹⁰ “Em janeiro de 2013, a Intel divulgou o relatório “Mulheres e a Web”, com dados concretos sobre a enorme diferença entre os gêneros na Internet no mundo em desenvolvimento” - Disponível no site da Intel: <<http://newsroom.intel.com/docs/DOC-4521>> Acesso em 30 de setembro de 2014

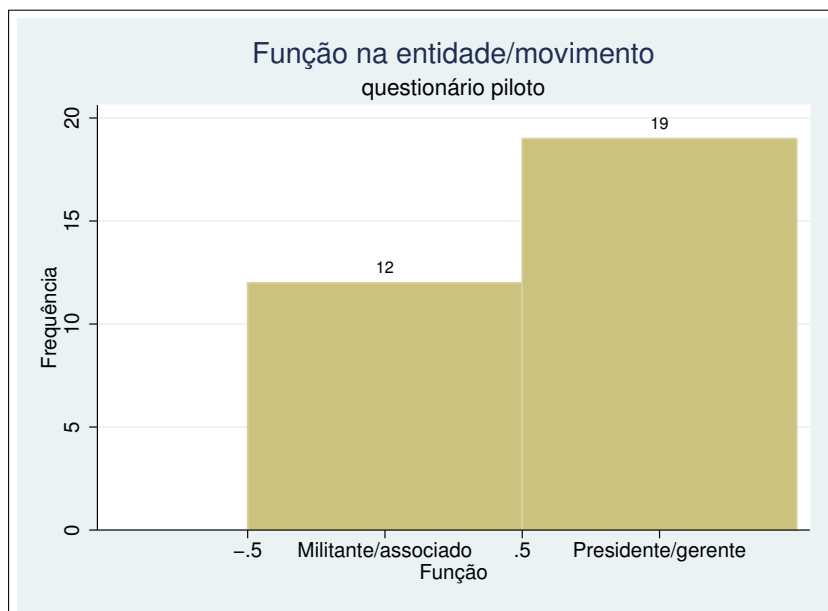
Figura 8 – Distribuição de frequência das faixas de idade dos(as) respondentes



Fonte: Compilação própria

As demais funções compõem a categoria voluntário(a) / militante / colaborador(a). A distribuição de frequência pode ser observada na Figura 9

Figura 9 – Distribuição de frequência da função na entidade/movimento



Fonte: Compilação própria

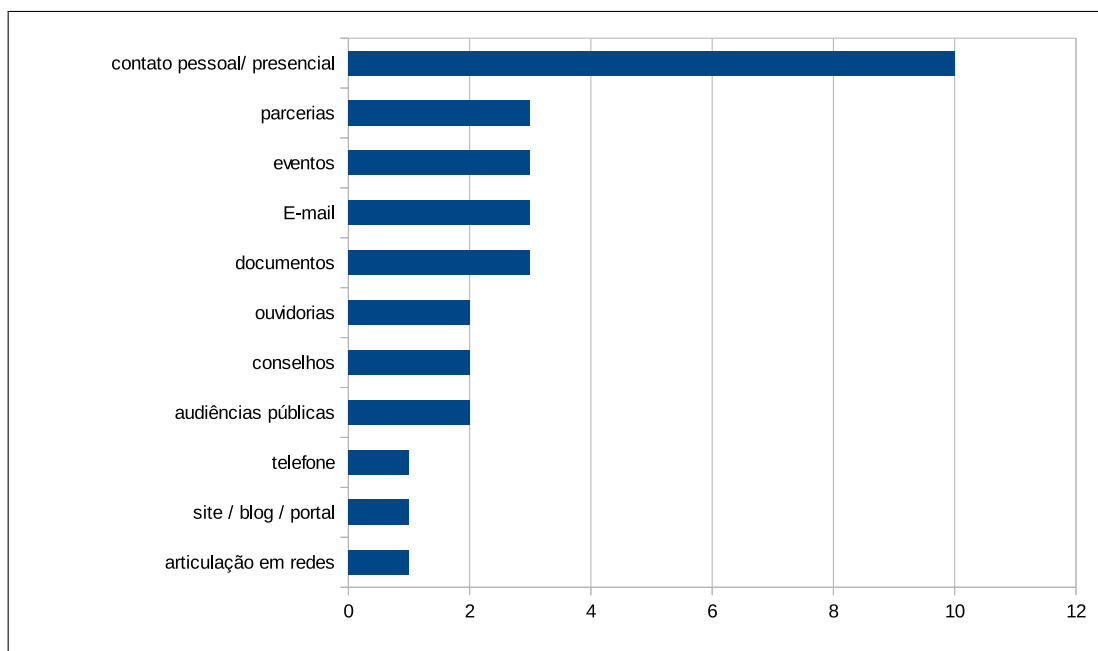
Em relação às áreas de atuação, as respostas eram abertas o que dificultou a categorização, e resultou em categorias que se sobrepõem de alguma forma. Após análise resolveu-se agrupar as respostas nas seguintes categorias: agroecologia, agricultura familiar, assistência social, comunicação, convivência com o semiárido, cultura, cultura digital, direitos humanos, educação, meio ambiente, mobilização de movimentos, movimento negro, responsabilidade social, saúde. Se por um lado ter sido uma questão aberta foi um problema para a categorização, por outro lado, ajudou a determinar as categorias no *survey online*.

As questões relativas às formas de comunicação também eram de resposta espontânea, abertas e contaram com uma diversidade grande de respostas. Por agrupamento chegou-se a 22 categorias: audiências públicas; boletim / relatório; cartas / convites (via correio); conferências; conselhos; consultas públicas; contato pessoal / presencial (reuniões, encontros, visitas, etc.); e-mail (e-mail direto, *mailing list*, *e-group*, etc.); eventos (palestras, oficinas, seminários, cursos, etc.); *folder* / informativo / carta aberta; fóruns; jornal / revista; manifestações (greves, atos, mobilizações sociais, etc.); mesas de diálogo; escritórios; ouvidorias; rádio; redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Orkut*, etc.); site / blog / portal; telefone (fixo ou celular); TV. Vale destacar que apareceram espontaneamente os mecanismos de participação já consolidados “conselhos”, “conferências” e “audiências públicas”, com maior frequência na questão que abordava a interface de comunicação da entidade / movimento social com o governo. A distribuição de frequências das formas de diálogo das entidades ou movimentos com o governo, olhando para primeira opção citada na resposta, pode ser observada na Figura 10 a seguir. A distribuição de frequências das formas de diálogo das entidades ou movimentos com outras entidades/movimentos, olhando para primeira opção citada na resposta, pode ser observada na Figura 11 a seguir.

No quarto bloco, inicialmente teve-se a intenção de analisar cada portal versus as características do indivíduo e/ou da entidade (área de atuação) por meio de uma análise de correspondência múltipla que confere ao final um mapa perceptual, afinal alguns autores recomendam inclusive que a análise de dados qualitativos preferencialmente se ampare em representações visuais, gráficos e esquemas (MILES; UBERMANN, 1984).

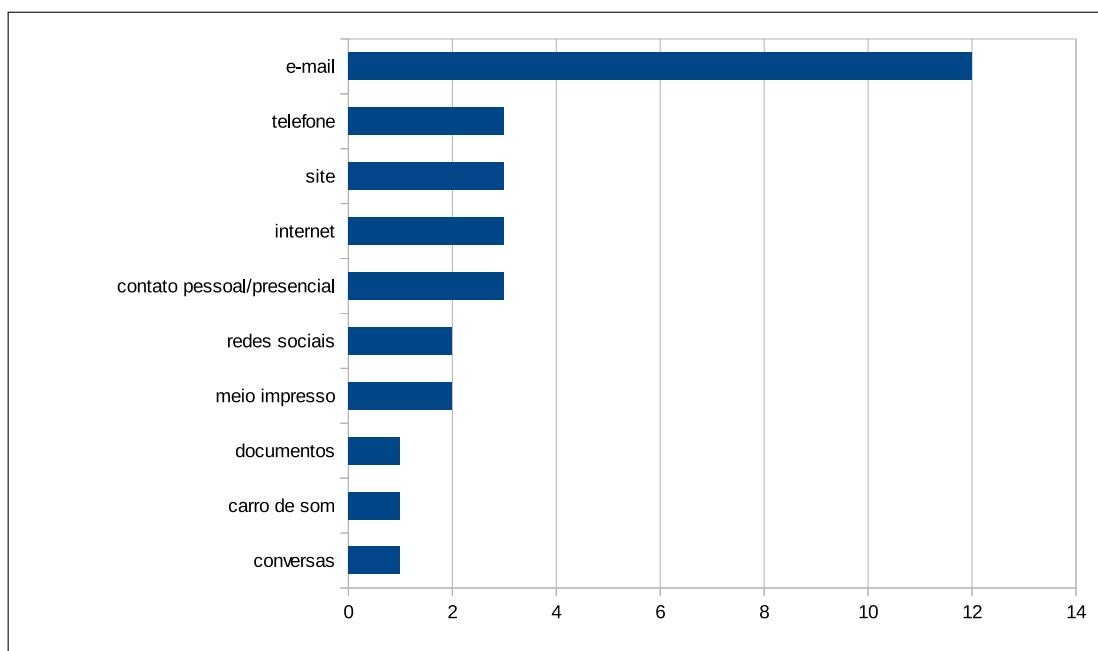
Para que seja válida a análise múltipla proposta é preciso que seja feita uma análise de correspondência entre todas as variáveis, duas a duas, de forma que o valor p encontrado em pelo menos algum dos testes χ^2 seja inferior a um nível de significância determinado. Isso porque o teste do χ^2 esclarece se a relação entre duas variáveis é aleatória ou se há um padrão determinado por dependência (FÁVERO et al., 2009).

Figura 10 – Meios de comunicação de entidades/movimentos com governo - 1ª opção de resposta



Fonte: Compilação própria

Figura 11 – Meios de comunicação interno de entidades/movimentos - 1ª opção de resposta



Fonte: Compilação própria

Estabelecido nível de significância de 10%, correspondente a intervalo de confiança de 90%, construiu-se a Tabela 3 dos valores p obtidos nas 136 análises de correspondências realizadas, entre as seguintes variáveis (duas a duas):

(i) que caracterizam o respondente: faixa de idade, sexo, função na entidade, faixa de tempo de atuação, estado, região do país; (ii) que indicam grau de conhecimento de algumas ferramentas: Conhece o Portal da Transparência?, Conhece o e-SIC?, Conhece o e-democracia?; Conhece o Participatório?; Conhece o Participa.br? (iii) que indicam principais mecanismo de diálogo dentro da organização e com o governo: Comunicação dentro da entidade / movimento? [1ª opção]; Comunicação dentro da entidade / movimento? [2ª opção]; Comunicação dentro da entidade / movimento? [3ª opção]; Como se comunicam com o governo? [1ª opção]; Como se comunicam com o governo? [2ª opção]; Como se comunicam com o governo? [3ª opção].

Para esta amostra, constatou-se diretamente que:

(i) Faixa de idade apresenta associação com forma de comunicação com o governo em primeira e terceira opções;

(ii) Faixa de tempo de atuação apresenta associação com conhecimento da ferramenta e-SIC;

(iii) Sexo, função na entidade, estado e região não apresentam associação com nenhuma outra variável;

(iv) há associações entre o conhecimento dos diversos portais, à exceção do Portal da Transparência;

(v) Forma de comunicação dentro da entidade / movimento (primeira opção) não apresenta associação com nenhuma outra variável;

(vi) Forma de comunicação com o governo (primeira opção) só apresenta associação com faixa etária e forma de comunicação dentro da entidade / movimento (terceira opção).

Majoritariamente, as associações observadas ocorreram fortemente dentro do próprio conjunto de perguntas. Entre os próprios portais, por exemplo, isso pode indicar que o conhecimento de uma ferramenta digital pode facilitar o conhecimento de outra – à exceção do Portal da Transparência, sobre o qual nada se pode afirmar. Ou ainda, que a utilização de alguns meios de informação induzem a outros, dentro do mesmo contexto. Entretanto, não se conseguiu estabelecer alguma relação nem entre as características individuais e o conhecimento das ferramentas, nem entre as características individuais e as formas de comunicação adotadas no contexto interno às entidades / movimentos ou na interface com o governo.

Tabela 3 – Valores p das análises de correspondências - etapa piloto

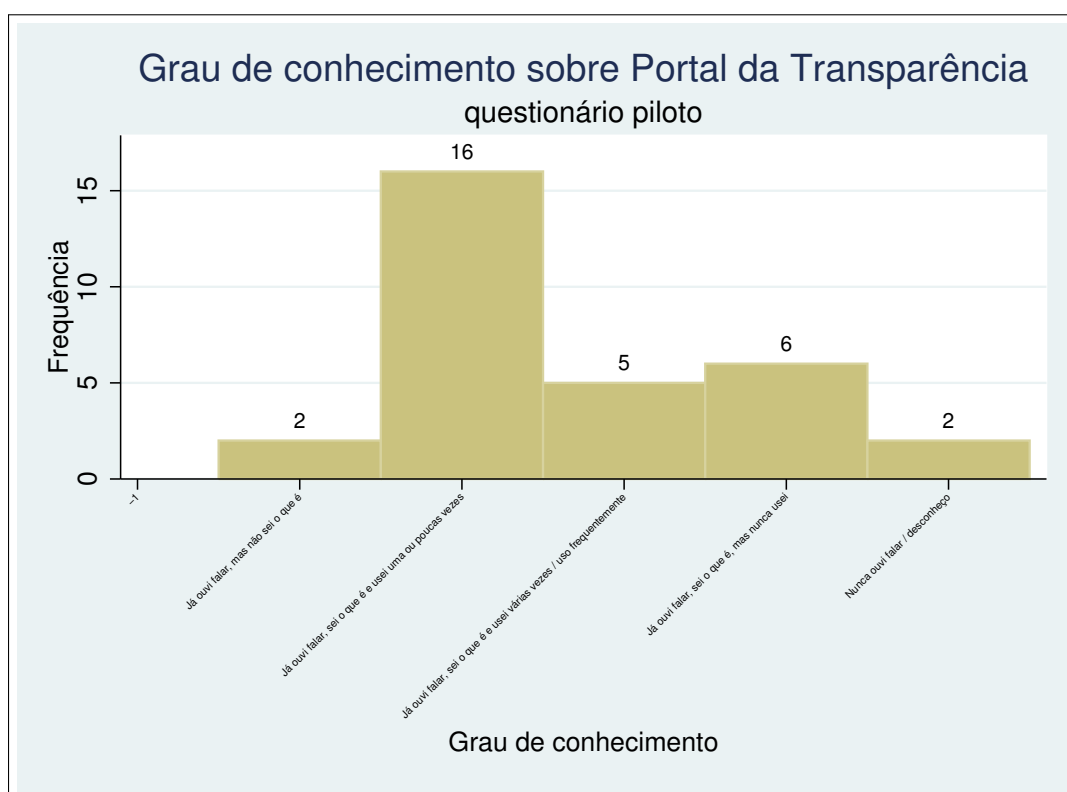
	Faixa de idade	Sexo	Função na entidade	Faixa de tempo de atuação	Estado	Região	Conhece Portal da Transparência?	Conhece e-SIC?	Conhece e-democracia?	Conhece Participatório?	Conhece Participa.br?	Comunicação dentro da entidade / movimento? [1ª opção]	Comunicação dentro da entidade / movimento? [2ª opção]	Comunicação dentro da entidade / movimento? [3ª opção]	q10d	q10e	q10f	q10g	Como se comunicam com o governo? [1ª opção]	Como se comunicam com o governo? [2ª opção]	Como se comunicam com o governo? [3ª opção]
Faixa de idade	-																				
Sexo	0,5537	-																			
Função na entidade	0,1855	0,8864	-																		
Faixa de tempo de atuação	0,1801	0,1754	0,1472	-																	
Estado	0,4646	0,8038	0,4091	0,3903	-																
Região	0,3663	0,5821	0,6198	0,3279	0,0004	-															
Conhece Portal da Transparência?	0,3959	0,5854	0,7896	0,4299	0,5481	0,3459	-														
Conhece e-SIC?	0,4073	0,5688	0,8027	0,0964	0,8448	0,7863	0,3514	-													
Conhece e-democracia?	0,1858	0,2453	0,6256	0,3148	0,2168	0,5902	0,4922	0,0050	-												
Conhece Participatório?	0,4366	0,6801	0,3379	0,4838	0,6440	0,2207	0,3429	0,0375	0,0063	-											
Conhece Participa.br?	0,2177	0,6841	0,9609	0,1258	0,4833	0,3931	0,7433	0,0632	0,0051	0,0002	-										
Comunicação dentro da entidade / movimento? [1ª opção]	0,3357	0,7088	0,5526	0,7350	0,5617	0,2053	0,0475	0,1961	0,3598	0,8012	0,3403	-									
Comunicação dentro da entidade / movimento? [2ª opção]	0,7443	0,5306	0,5741	0,2455	0,2611	0,6970	0,0394	0,0564	0,2854	0,7792	0,6336	0,0119	-								
Comunicação dentro da entidade / movimento? [3ª opção]	0,7521	0,4629	0,3568	0,5980	0,3065	0,8825	0,8863	0,4177	0,0145	0,5048	0,9065	0,0392	0,0630	-							
q10d	0,1872	0,5011	0,4276	0,5002	0,2589	0,6387	0,3805	0,5616	0,6460	0,6460	0,2440	0,1998	0,3532	0,0815							
q10e	0,2498	0,5105	0,3987	0,4336	0,3944	0,3821	0,2955	0,5984	0,2959	0,2959	0,3787	0,1771	0,4154	0,3405	0,2613						
q10f	0,3115	0,6823	0,6823	0,1413	0,4373	0,2771	0,3115	0,1223	0,4936	0,4936	0,2381	0,1223	0,1223	0,4815	0,2627	0,2133					
q10g	0,1991	0,2231	0,2231	0,1991	0,2231	0,2231	0,1991	0,2231	0,2231	0,1991	0,1991	0,2231	0,1991	0,1991	0,1991				
Como se comunicam com o governo? [1ª opção]	0,0226	0,4483	0,7540	0,1019	0,3841	0,3727	0,4543	0,6861	0,4337	0,1294	0,5263	0,2042	0,8359	0,0403	0,4104	0,0338	0,4232	0,2231	-		
Como se comunicam com o governo? [2ª opção]	0,5669	0,7223	0,4174	0,3569	0,2739	0,0943	0,1426	0,6150	0,0271	0,1587	0,4670	0,5985	0,6625	0,1253	0,3446	0,3115	0,3505	0,1573	0,1266	-	
Como se comunicam com o governo? [3ª opção]	0,0841	0,2399	0,5105	0,4579	0,3560	0,2316	0,4605	0,2781	0,6288	0,3542	0,2112	0,3656	0,1858	0,3286	0,2436	0,2133	0,2231	..	0,3225	0,4347	-

Fonte: Compilação própria

Após alguma verificação estabeleceu-se a hipótese de que a amostra pudesse ser muito pequena para chegar ao nível de significância desejado o que, portanto, justificaria uma amostragem maior na segunda etapa.

Ainda no quarto bloco, analisando comparativamente as frequências de respostas obtidas utilizando uma escala Likert de cinco pontos, observa-se (figuras 12 a 16) que a maior parte dos respondentes desconhece as ferramentas indicadas, incluindo o Participa.br, estudo de caso do presente trabalho. Porém, o Portal da Transparência foge a esse comportamento visto que mais da metade dos respondentes declara pelo menos conhecer, saber o que é e ter interagido ao menos uma vez com ele. Isso pode ocorrer tanto em função da natureza da ferramenta quanto do tempo de existência.

Figura 12 – Likert Portal da Transparência - etapa piloto

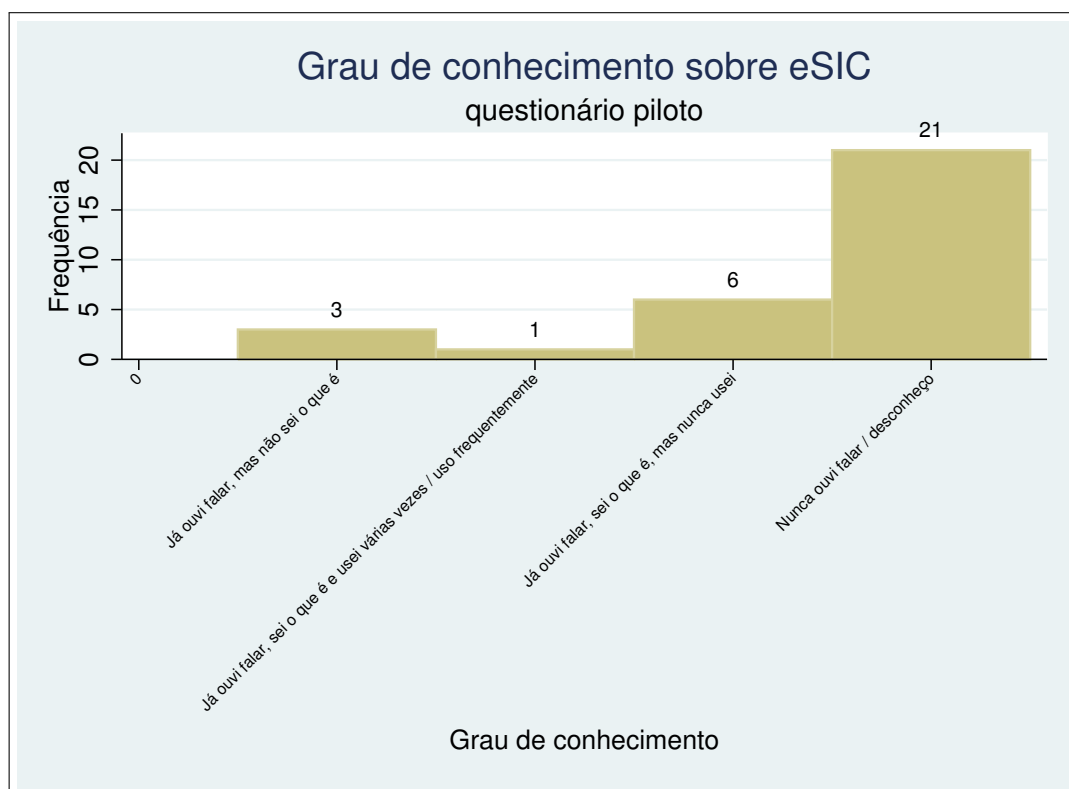


Fonte: Compilação própria

Os portais e-democracia, Participatório e Participa.br têm estrutura de rede social, comportando discussões e inputs de conteúdos dos usuários em suas plataformas. Isso significa que sua utilização implica grau mais profundo de interação com a ferramenta, indo para além de uma simples consulta, como é possível no Portal da Transparência. Já o e-SIC é um canal de engajamento intermediário, não serve apenas para consulta mas para a demanda ativa (mediante pedido) de informação por parte do cidadão. Isto é, assemelha-se a uma ouvidoria via web; está à disposição mas só é acionado mediante demanda. Quanto ao conteúdo, os portais com arquitetura de rede social comportam discussões bastante

amplas acerca da política, ao passo que o Portal da Transparência tem um escopo muito específico e que mobiliza interesse: o orçamento público. O Participatório tem público-alvo específico, a juventude, mas isso não restringe a temática ou fecha o foco dos assuntos tratados no portal. O e-SIC nasce em decorrência da Lei de Acesso à Informação Pública¹¹ e também pode ser acionado em relação a qualquer tema / assunto / pauta.

Figura 13 – Likert e-SIC - etapa piloto



Fonte: Compilação própria

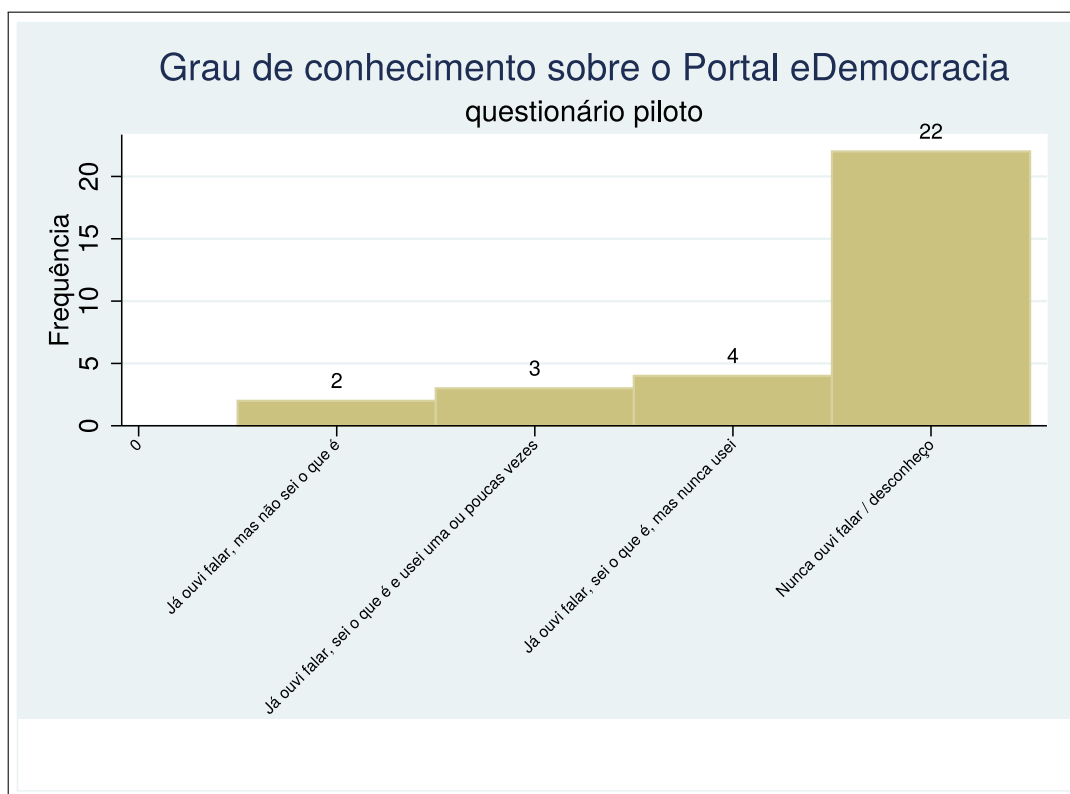
Outra componente que parece poder explicar a distinção entre o Portal da Transparência e os demais no que diz respeito ao grau de conhecimento e engajamento é o tempo de existência. O Portal da Transparência nasceu em novembro de 2004, têm quase dez anos. Já os demais não completam cinco anos: e-Democracia nasce em junho de 2011; o Participatório, em outubro de 2011; o e-SIC, em maio de 2012 e o Participa.br, em novembro de 2013. Assim, o tempo que o Portal da Transparência teve de exposição a cidadãos e acúmulo de conteúdo é mais que o dobro dos outros aqui em questão, o que sem dúvida ajuda muito no processo de apropriação da ferramenta pela população.

No caso específico do Participa.br vale ressaltar que, à exceção do portal mais consolidado (Portal da Transparência), é o único que apresenta menos da metade dos respondentes declarando que nunca ouviram falar. Ou seja, é a menor frequência de

¹¹ Lei nº 12527, de 18/nov/2011, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: XX

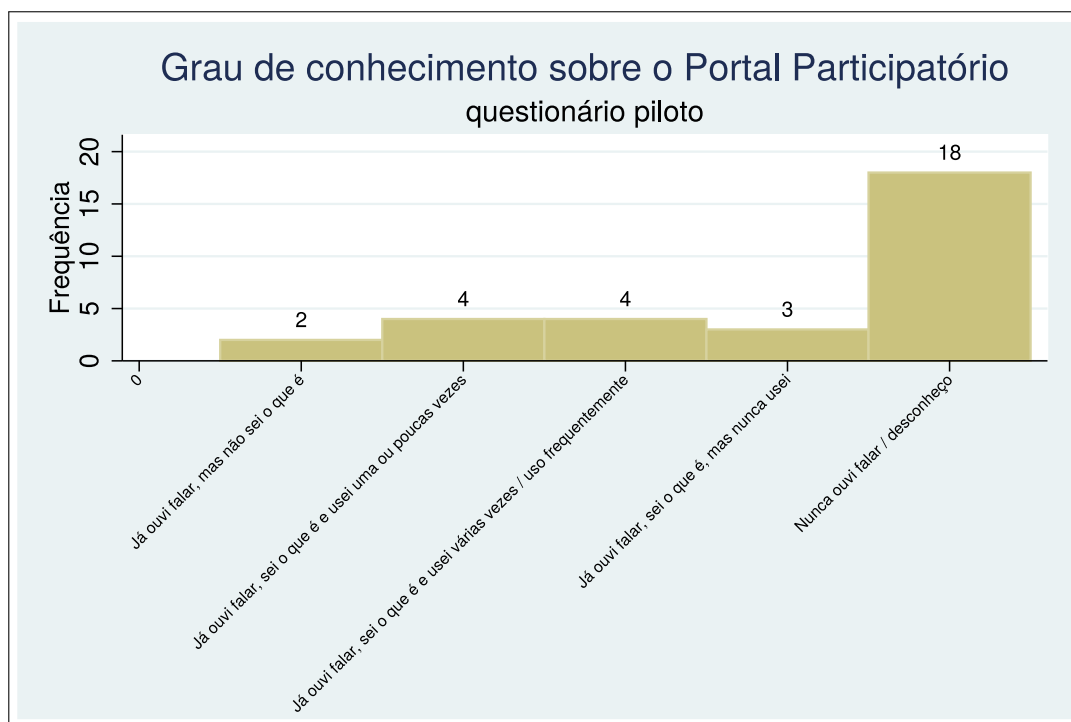
desconhecimento entre as plataformas menos consolidadas, a despeito de ser o mais novo de todas em análise. O fato da amostra ter sido tomada em evento nacional do governo executivo federal, explica em parte porque o grau de desconhecimento do Particpa.br (executivo) é menor que o do e-Democracia (legislativo), mas pouco explica o mesmo comportamento em relação ao e-SIC e ao Participatório.

Figura 14 – Likert e-Democracia - etapa piloto



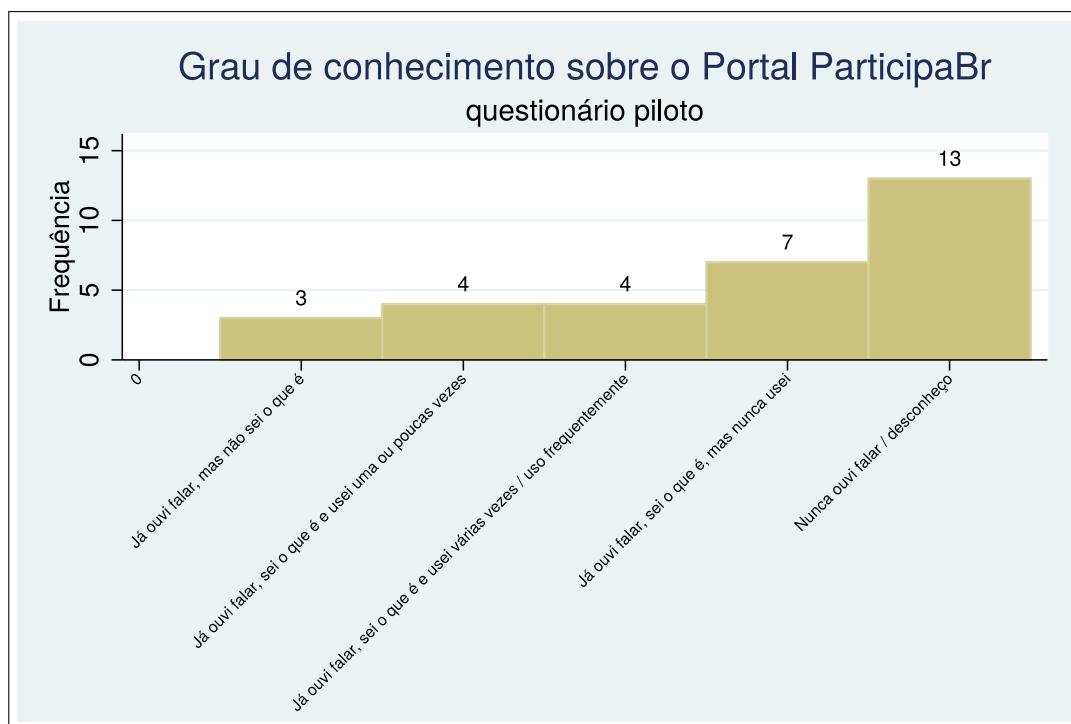
Fonte: Compilação própria

Figura 15 – Likert Participatório - etapa piloto



Fonte: Compilação própria

Figura 16 – Likert ParticipaBr - etapa piloto



Fonte: Compilação própria

Ao analisar as respostas (ver Anexo E) obtidas para a questão aberta final “o que você acha dos instrumentos digitais de participação?” constata-se que a maioria das pessoas entrevistadas acha os instrumentos digitais de participação importantes (ver Figura 17¹²) ao mesmo tempo que reconhece que são pouco conhecidos e difundidos. Ressaltam que, se por um lado aproxima cidadãos e governo, configurando-se como um componente de democracia direta que empodera a sociedade, por outro lado, é preciso que para desfrutar disso a população tenha mais acesso à Internet, provavelmente porque experienciam de falta de infraestrutura em alguma medida. Outras preocupações levantadas foram em relação à qualidade da informação, à necessidade de considerar e respeitar especificidades regionais e à efetiva articulação com políticas públicas para ter efeito real. Houve ainda uma referência à necessidade de se promover uma reeducação em relação ao uso das tecnologias ligadas à informação.

Figura 17 – Nuvem de palavras das respostas à questão “o que você acha dos instrumentos digitais de participação?”



Fonte: Compilação própria

¹² A Nuvem de Palavras é uma técnica de visualização em que a frequência de ocorrência de cada palavra reflete-se no tamanho da fonte da palavra, isto é, quanto maior o tamanho da letra da representação da palavra, mais frequente ela é e quanto menor o tamanho da letra de uma palavra, menos frequente é num dado conjunto do texto analisado. Imagem disponível em: <http://www.wordle.net/show/wrdl/7983993/instrumentos_digitais_participacao_piloto> Acesso em: 07 de julho de 2014.

5.2 Aplicação de questionário online

A segunda etapa do questionário foi empreendida *online*, pois um dos objetivos era obter uma amostra maior, de grande abrangência geográfica e de perfil. Foi utilizada a base de dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil¹³ como fonte de obtenção de cerca de 180mil endereços eletrônicos de contato disponibilizados publicamente. Lakatos e Marconi (2003) recomendam que se envie uma nota explicando a natureza da pesquisa, sua importância para aumentar o interesse dos potenciais respondentes, considerando também o prazo que se tem disponível. Assim, foi encaminhada a seguinte mensagem aos destinatários:

“Olá,

gostaria de pedir que você contribua para uma pesquisa que investiga mecanismos de participação social, parte de uma monografia que faço para o Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG / PRODEP. Para isso, basta responder a um questionário, clicando no seguinte link: <https://qtrial2014.az1.qualtrics.com/SE/?SID=SV_bC2yHOCNQ8veK21>.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e de antemão agradeço sua atenção,

Haydée Svab”

O link fornecido na mensagem acima conduzia ao formulário online na Plataforma *Qualtrics* que explicava inicialmente que o questionário era estruturado em três blocos: o primeiro bloco era de caracterização do(a) respondente e por isso foram pedidos alguns dados pessoais, o segundo bloco era de mapeamento de mecanismos de comunicação e participação e o terceiro e último bloco incluía a questão aberta sobre o tema. Eram informados o tempo estimado de resposta (10 minutos), um e-mail de contato (pesquisaparticipacao@datapublica.com), que os dados seriam utilizados apenas para esta pesquisa e que era garantido o anonimato dos dados pessoais dos respondentes. Foram recebidas 27 mensagens por esse endereço fornecido pedindo maiores informações ou esclarecimentos, que prontamente foram fornecidos.

Serão ressaltadas aqui principalmente as modificações feitas em relação ao questionário aplicado presencialmente, para evitar repetições em relação àquilo que fora mantido. O campo sexo foi alterado para gênero, deixou de ser uma questão aberta e passou a ser de múltipla escolha com as categorias feminino, masculino e outro. A área de atuação também passou a ser de múltipla escolha, sendo que foram colocadas como alternativas aquelas que apareceram como resposta livre na etapa piloto, além da opção “outra”. O mesmo procedimento foi utilizado com as perguntas relativas às formas de comunicação (dentro

¹³ Endereços e método usados para extração da base de dados está disponível em:<<http://polignu.org/artigo/importando-base-de-dados-do-mapa-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-da-sociedade-civil>> Acesso em 03 de agosto de 2014.

da organização, com pessoas de fora da organização e com o governo) – foram dadas alternativas que nasceram de compilação da etapa piloto. As perguntas específicas sobre os portais foram mantidas idênticas, com mesma escala e descrições; a única alteração que ocorreu foi adicionar o Gabinete Digital como mais uma opção a ser avaliada pelo respondente. Por fim, há uma correspondência direta do primeiro e último blocos das etapas presencial e online. O segundo bloco da etapa online corresponde aos blocos dois, três e quatro da etapa presencial.

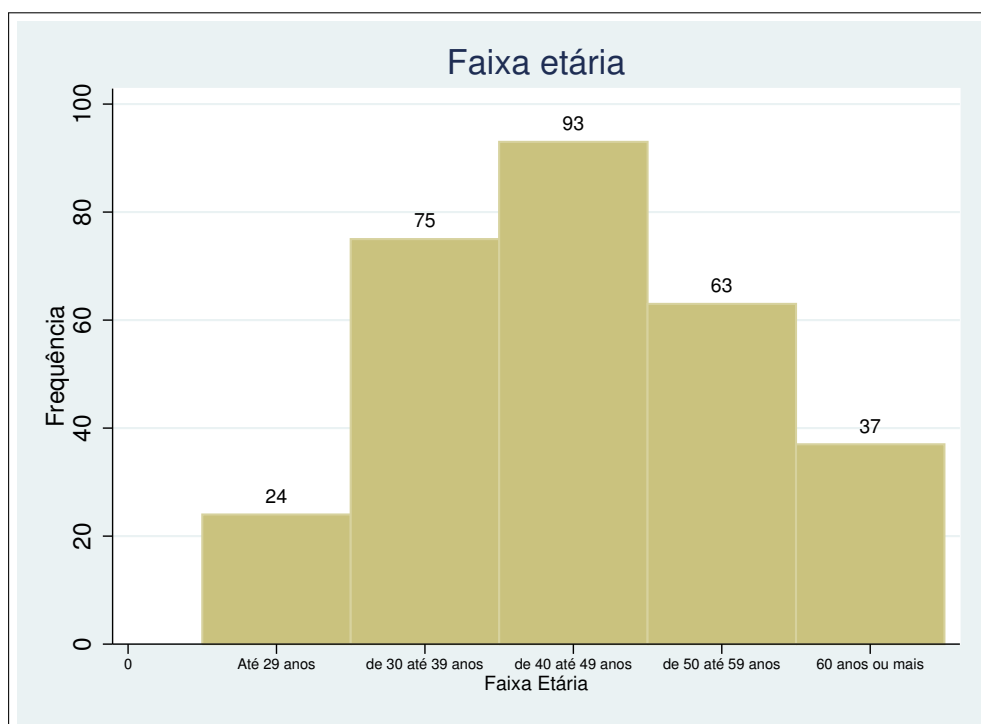
A mensagem com o endereço do questionário online foi enviada entre 04 e 13 de junho de 2014 e foram recebidas 548 respostas entre 04 e 16 de junho de 2014. Destas, 357 foram consideradas completas pela plataforma *Qualtrics*. Embora tenham sido considerados pela ferramenta questionários completos, foram considerados incompletos 38 registros que não inseriram estado de origem e/ou que não completaram as avaliações de grau de conhecimento/engajamento das plataformas (escala Likert). Foram ainda desconsiderados 27 registros que ou não preencheram ou que descreveram não atuar em nenhuma entidade/movimento social.

Tem-se então uma base de dados consolidada de 292 registros, 142 respondidos por mulheres e 150, por homens. A idade média de respondentes foi 45,2 anos, com desvio padrão de 11,86 anos – média um pouco maior que a obtida na etapa piloto e com menor desvio padrão. A distribuição etária pode ser observada na Figura 18. O tempo de atuação médio foi 10,8 anos, com desvio padrão de 8,72 anos – média muito próxima da obtida na etapa piloto, mas com desvio padrão maior. A distribuição por faixa de tempo de atuação pode ser observada na Figura 19. Novamente houve respondentes de todos estados brasileiros e Distrito Federal, sendo que agrupando por região obteve-se 11 da Centro-Oeste, 18 da Norte, 68 da Nordeste, 57 da Sul e 138 da Sudeste.

Em relação à função na entidade, novamente agrupou-se as respostas em duas grandes categorias: direção / coordenação e voluntário(a) / militante / colaborador(a). Só foram consideradas respostas de quem fosse de alguma forma atuante em entidade ou movimentos social, então, esta pergunta tinha por intenção indicar o grau de comprometimento formal do(a) respondente. Na etapa piloto, cerca de 61% de respondentes eram parte da direção da entidade / movimento social, nesta etapa o perfil não mudou significativamente, já que essa marca ficou em aproximadamente 63% (185 dos 292 respondentes, conforme Figura 20).

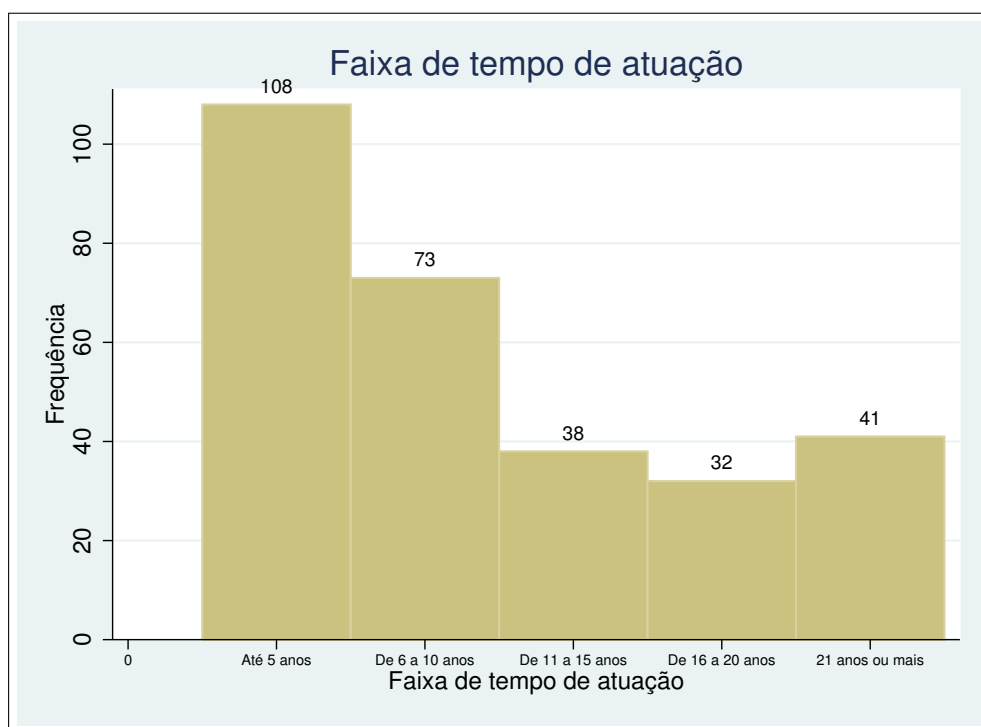
Em relação às áreas de atuação as três categorias que mais contaram com respostas foram Educação, Assistência Social e Criança e Adolescente (ver Figura 21). Aparece o movimento de Cultura Digital, talvez porque o meio pelo qual foi empreendido o questionário tenha sido a Internet. Notar que o total de respostas não precisa encerrar 292, pois era uma pergunta de múltipla escolha em que era possível marcar mais de uma área de atuação como resposta.

Figura 18 – Distribuição etária de respondentes – segunda etapa



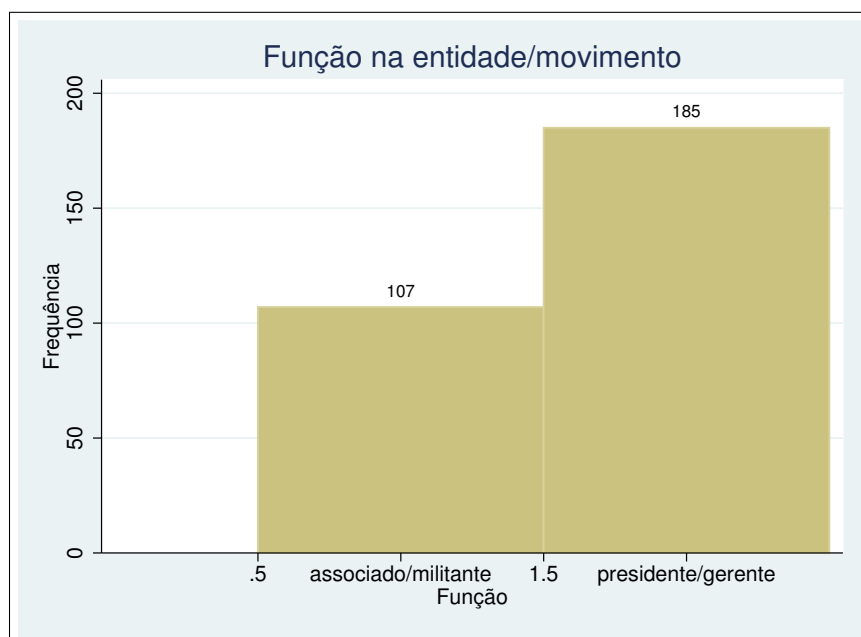
Fonte: Compilação própria

Figura 19 – Distribuição de frequência das faixas de tempo de atuação na entidade / movimento – segunda etapa



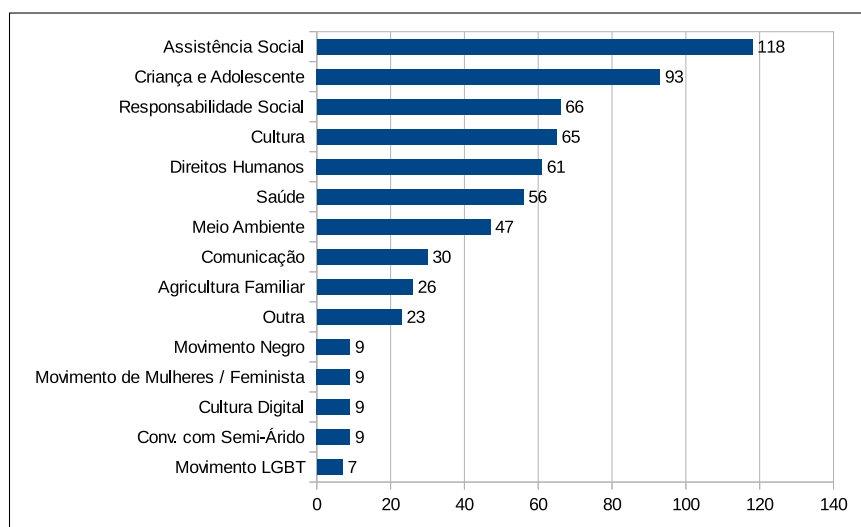
Fonte: Compilação própria

Figura 20 – Distribuição de frequência da função na entidade/movimento - segunda etapa



Fonte: Compilação própria

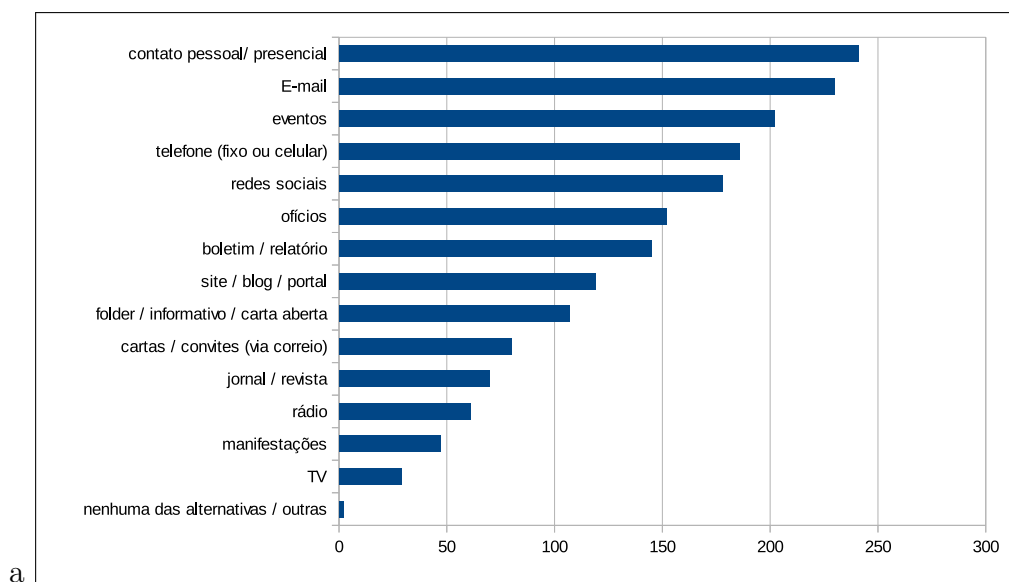
Figura 21 – Distribuição de frequência da área de atuação da entidade/movimento - segunda etapa



Fonte: Compilação própria

Na questão relativa às formas de comunicação dentro da entidade há a presença de instrumentos digitais de comunicação como o e-mail (que aparece em segundo lugar) e as redes sociais (em quinto lugar), indicando que a ferramenta digital mais capilarizada nesta amostra é o correio eletrônico. No entanto, o predomínio ainda é das formas presenciais: primeiro lugar ficou com contato pessoal / presencial e terceiro lugar ficou com eventos (ver Figura 22). O telefone tem um papel importante e figura na quarta posição, à frente das redes sociais. Essa configuração era de se esperar visto que a idade média da amostra é superior a 40 anos de idade, logo, os métodos de comunicação mais tradicionais prevalecem sobre os mais inovadores e recentes. Mesmo quando se trata de ferramentas digitais, o e-mail é mais utilizado – o que pode se dever ao fato de estabelecer analogia à correspondência escrita tradicional, enquanto as redes sociais estabeleceram outra lógica comunicativa.

Figura 22 – Respostas sobre as formas de comunicação dentro da entidade / movimento do respondente que participa

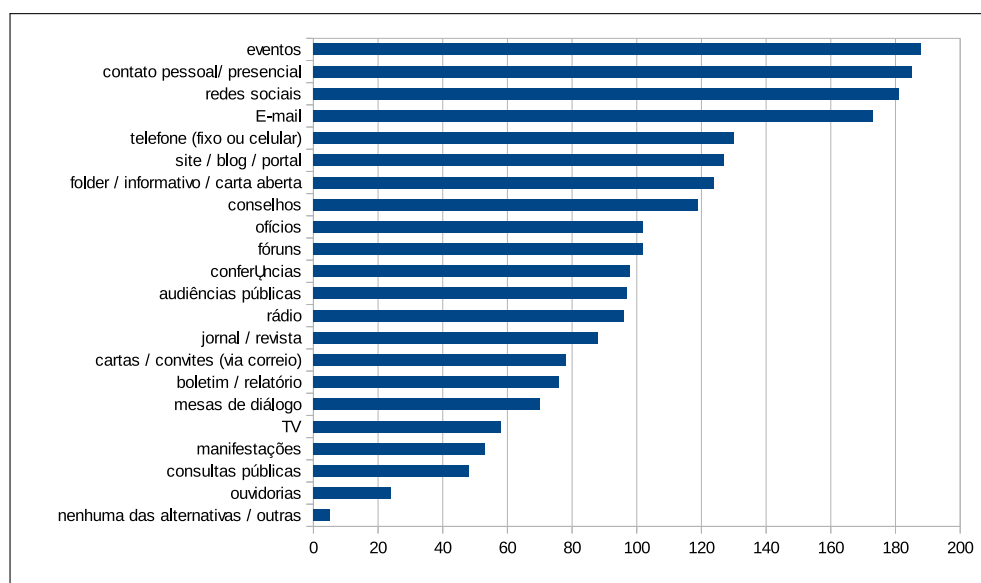


Fonte: Compilação própria

Ao perguntar “Quais as formas de comunicação para atingir pessoas de fora da entidade / movimento de que participa?” foram dadas além das alternativas da questão anterior, as opções: audiências públicas, conferências, conselhos, consultas públicas, fóruns, manifestações e ouvidorias. Esses mecanismos, fundamentalmente de participação, mas também de diálogo, foram apontados livremente na etapa piloto. Entende-se então que, embora sejam pensados para estabelecer prioritariamente uma relação entre governo e sociedade civil, também acabam sendo espaços de articulação da própria sociedade civil. Ademais, quando se trata de atingir pessoas de fora da entidade / movimento, ou seja, engajar novos integrantes, o predomínio das formas presenciais torna-se ainda mais evidente (ver Figura 23): em primeiro lugar encontra-se eventos, seguido por contato pessoal / presencial. Redes sociais aparecem em terceiro com mais expressividade, seguido por e-mail

e telefone. Percebe-se que, quando se deseja que outras pessoas engajem-se na sua causa, as formas de comunicação um para um perdem um pouco a preferência e aquelas em que se estabelece uma relação de *broadcast*, de um emissor para muitos receptores, ganham mais relevância, como os eventos e redes sociais.

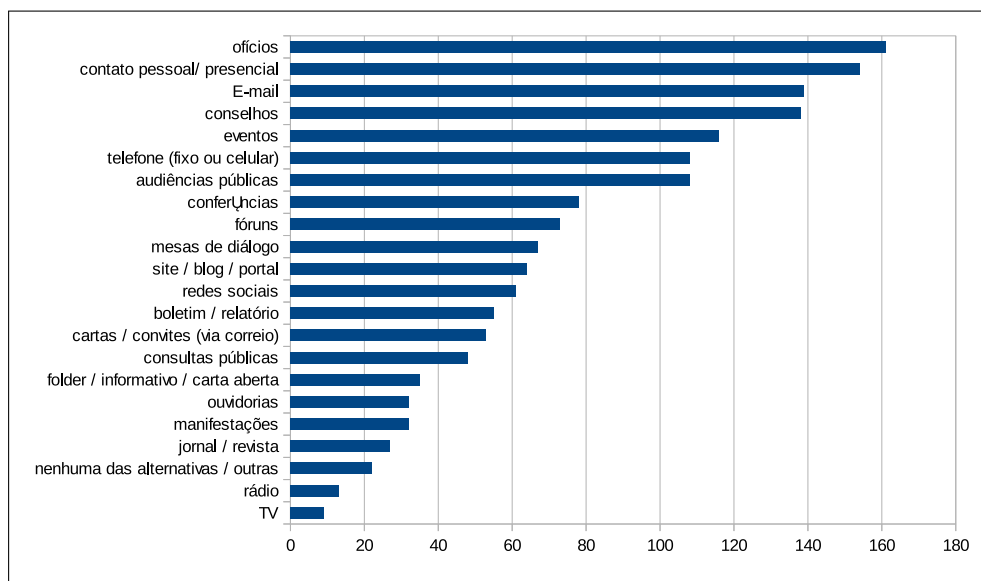
Figura 23 – Respostas sobre quais as formas de comunicação para atingir pessoas de fora da entidade / movimento de que o respondente participa



Fonte: Compilação própria

Ao perguntar “Como você ou a entidade / movimento social de que participa se comunicam com o governo?” foram dadas as mesmas alternativas da questão anterior – incluídos os mecanismos de participação tradicionais. As seis primeiras posições, dos meios mais utilizados para os menos utilizados, foram: ofícios, contato pessoal / presencial, e-mail, conselhos, eventos, audiências públicas (ver Figura 24). Houve valorização dos mecanismos comunicativos um para um (*unicast*) e mais formais. Ofícios e e-mails são formas escritas, o que aumenta o grau de formalidade, trocados quando se sabe o(s) destinatário(s) que se deseja atingir. Os conselhos e conferências ganham importância e as redes sociais perdem reconhecimento como canal de diálogo oficial entre sociedade civil e governo. Quando se trata de interface com o governo, essa maior ocorrência da comunicação um a um reflete em grande medida uma cultura política tradicional, em que quem (da sociedade civil) trava o diálogo com o poder é a liderança, ou seja, parte de uma estrutura também hierarquizada, operando majoritariamente na lógica representativa, ainda que se esteja utilizando mecanismos participativos.

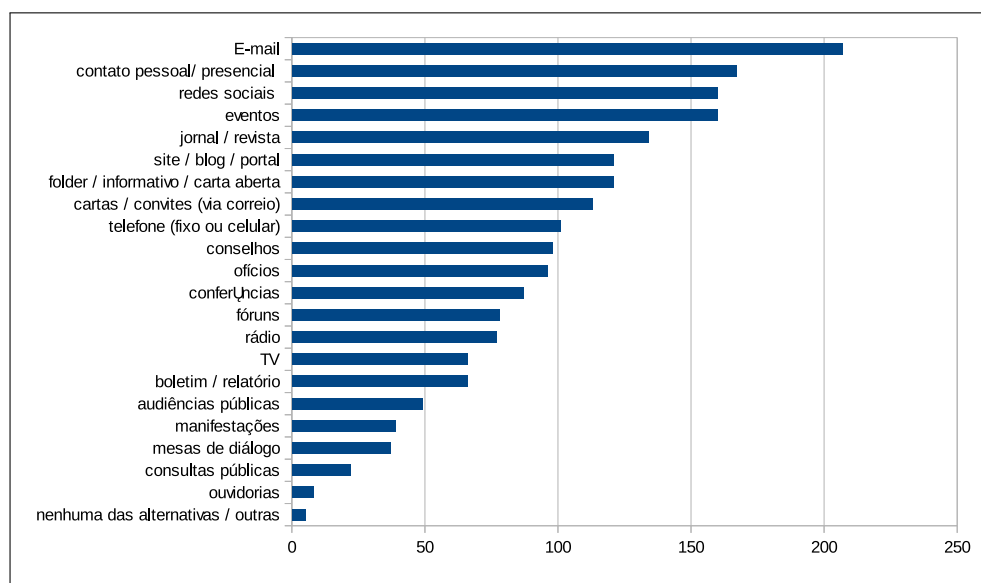
Figura 24 – Respostas sobre como o respondente ou a entidade / o movimento social de que participa se comunicam com o governo



Fonte: Compilação própria

Ao perguntar “Como ficam sabendo das atividades de outras entidades / movimentos?” também foram dadas as mesmas alternativas que incluíam os mecanismos de participação tradicionais. As seis primeiras posições, dos meios mais utilizados para os menos utilizados, foram: e-mail, contato pessoal / presencial, redes sociais, eventos, jornal / revista, site / blog / portal (ver Figura 25). Como receptora da informação, a pessoa da entidade / movimento social recebe prioritariamente informações via meios de comunicação unidirecional – e-mail e contato pessoal – o que pode refletir o capital social e status desfrutado; lembrando que a amostra é composta de pessoa que têm atuação em entidades / movimentos sociais, sendo mais de 60% em posições de direção. Na sequência, observa-se o ganho de relevância de forma de comunicação tipo *broadcast*, sendo as redes sociais o mais citado entre eles e sites/blog/portais aparecendo na sexta posição – posições idênticas às obtidas na pergunta que visa entender quais os principais meios de comunicação para engajar pessoas novas na entidade/movimento social. Depreende-se que para este público, então, existe um certo grau de inclusão e utilização de ferramentas digitais – redes sociais, sites, blogs e portais são reconhecidos em igual importância relativa no processo de comunicação seja como emissor da informação, seja como receptor dela, no contexto da organização da sociedade civil.

Figura 25 – Respostas sobre como o respondente ou a entidade / o movimento ficam sabendo das atividades de outras entidades / movimentos sociais



Fonte: Compilação própria

Na sequência, decidiu-se analisar se existe, para esta amostra, alguma relação não aleatória entre o fato de conhecer ou não um portal e o grau de proximidade do nível de governo da ferramenta digital. Para isso, as respostas das perguntas “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo federal?”, “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?” e “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo municipal?” foram agrupadas sob a mesma variável: “conhecimento de alguma ferramenta digital de participação”. Para que não se perdesse a informação sobre o grau de proximidade (federal, estadual ou municipal), criou-se a variável “grau de proximidade” com categorias “federal”, “estadual” e “municipal”.

Foi feita então a análise de correspondência entre as variáveis grau de proximidade e conhecimento de ferramentas digitais de participação. A análise de correspondência é uma técnica exploratória (FÁVERO et al., 2009) de “representação gráfica em projeção plana das relações multidimensionais das distâncias χ^2 entre as categorias das variáveis estudadas”, ou seja, “categorias com localização próxima na projeção plana têm relação mais forte do que categorias separadas por distâncias maiores” (BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004, p.632). Assim, cada categoria de cada variável é representada por um ponto no mapa perceptual e pode ser analisada separadamente a partir de sua posição relativa aos pontos que representam outras categorias.

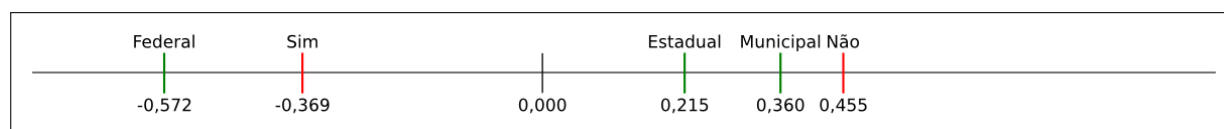
Manteve-se o nível de significância estabelecido em 10%, correspondente a intervalo de confiança de 90% e fez duas análises de correspondência (ANACOR): (i) e (ii) . (i) com

todas observações porque tem respondentes de todos estados e um dos estudos de caso é o Participa.br, de abrangência nacional; e (ii) apenas com as respostas dadas por pessoas do Rio Grande do Sul porque a outro estudo de caso é o Gabinete Digital, de abrangência estadual.

ANACOR com todas observações

Na primeira ANACOR realizada (abrangência nacional), obteve-se um valor p 0,00 que é inferior a 0,10, o que implica dizer que existe indício que a associação entre as variáveis analisadas não se dá de forma aleatória. Além disso, houve apenas uma dimensão resultante para ser expressa no mapa percentual, o que implica plotar as coordenadas resultantes em uma reta conforme pode ser visto da Figura 26.

Figura 26 – Mapa perceptual do grau de proximidade versus conhecimento - abrangência nacional



Fonte: Compilação própria

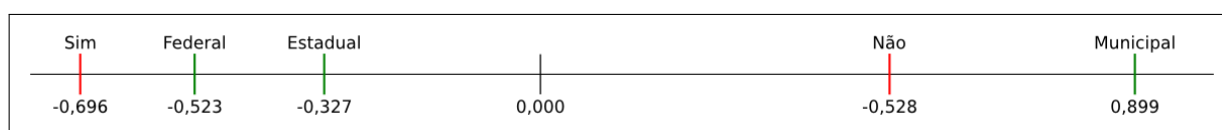
Analisando o mapa perceptual da Figura 26, observa-se que “federal” encontra-se mais próximo do “sim” do que do “não”, indicando que mais frequentemente é indicado que se conhece uma ferramenta digital de participação de nível federal do que não se conhece. Em situação análoga encontra-se a categoria “estadual”. Já a categoria “municipal” encontra-se mais próxima do não do que do sim, indicando que é mais frequentemente é indicado o desconhecimento de uma ferramenta digital de participação de nível municipal do que seu conhecimento. Isso já era esperado de alguma forma, visto que são poucos municípios que contam com ferramentas digitais como mecanismo institucional de participação.

ANACOR com subamostra do Rio Grande do Sul

Na segunda ANACOR realizada (abrangência do estado do Rio Grande do Sul), obteve-se um valor p 0,03 que é inferior a 0,10, o que implica dizer que existe indício que a associação entre as variáveis analisadas não se dá de forma aleatória. Além disso, houve apenas uma dimensão resultante para ser expressa no mapa percentual, o que implica plotar as coordenadas resultantes em uma reta conforme pode ser visto da Figura 27.

Analisando o mapa perceptual da Figura 27, observa-se que “federal” encontra-se mais próximo do “sim” do que do “não”, indicando que mais frequentemente é indicado que se conhece uma ferramenta digital de participação de nível federal do que não se

Figura 27 – Mapa perceptual do grau de proximidade versus conhecimento - abrangência estadual (RS)



Fonte: Compilação própria

conhece. As categorias “estadual” e “municipal” encontram-se mais próxima do não do que do sim, indicando que é mais frequentemente é indicado o desconhecimento de uma ferramenta digital de participação de níveis estadual e municipal do que seu conhecimento. Essa alteração da posição relativa da categoria estadual (ver Tabela 4) pode causar certa estranheza num primeiro momento, visto que o Gabinete Digital vem conquistando crescente adesão pela população gaúcha. Mas é preciso lembrar que o perfil da presente amostra conta com idade média de pouco mais de 45 anos, composta de pessoas que fazem parte de alguma entidade ou movimento social. E mais, esta amostra é derivada de um recorte de sociedade civil organizada, majoritariamente de forma hierárquica (mais de 60% da amostra faz parte da direção da entidade o movimento). Considerando ainda que conforme já exposto na seção 4.2.3.2, o público aqui representado é em grande medida diferente do que aquele que o Gabinete Digital vem alcançando. O relatório do Banco Mundial sobre a Votação de Prioridades do Orçamento Estadual do Rio Grande do Sul, que ocorreu entre 2 e 4 de junho de 2014, indica que o público atingido pela votação online de prioridades é principalmente: jovem (quase 40% têm menos de 30 anos), com 10 anos ou mais de escolaridade, pouco ou nada engajado politicamente (quase metade não teve atividade política no último ano) e que usa intensivamente a internet (quase 95% usa diariamente). Essa votação de prioridades orçamentária foi bastante ancorada politicamente pelo Gabinete Digital e teve mais de 1,3milhões de votantes. A inconsistência disso com o revelado pelo mapa perceptual, na realidade só indica que por um lado o Gabinete Digital tem conseguido atingir um público não cativo e a priori mobilizado para atuação política, por outro lado, O Gabinete Digital ainda é pouco difundido nos setores mais tradicionais da sociedade civil organizada (entidades, movimentos sociais, organizações não governamentais).

Tabela 4 – Sistematização das distâncias dos mapas perceptuais - das categorias do “grau de proximidade” versus as categorias sim / não relativas ao conhecimentos dos portais

Amostra: abrangência nacional			Amostra: abrangência estadual (RS)		
Grau de proximidade	Distância até o SIM	Distância até o NÃO	Grau de proximidade	Distância até o SIM	Distância até o NÃO
federal	0,713	1,051	federal	0,203	1,027
estadual	0,369	0,855	estadual	0,584	0,240
municipal	1,545	0,321	municipal	0,729	0,095

Fonte: Compilação própria

Construiu-se a Tabela 5 dos valores p obtidos nas 136 análises de correspondências realizadas, entre as seguintes variáveis (duas a duas):

(i) que caracterizam o respondente: faixa etária, estado, região, gênero, faixa de tempo de atuação;

(ii) que indicam grau de conhecimento de alguma ferramenta digital de participação: Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo federal?; Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?; Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo municipal?; Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo municipal?.

(iii) que indicam grau de engajamento em relação a alguma ferramenta digital de participação: Já usou algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo federal?; Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do governo federal?; Já usou algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?; Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do governo estadual?; Já usou algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo municipal?; Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do governo municipal?.

(iv) que indicam grau de conhecimento / envolvimento em relação a ferramentas digitais de participação específicas: Grau de conhecimento / envolvimento em relação ao Portal da Transparência; Grau de conhecimento / envolvimento em relação ao Participa.br; Grau de conhecimento / envolvimento em relação ao Gabinete Digital.

Para esta amostra, ao nível de significância de 10%, vale destacar que:

(i) As categorias de algumas variáveis que caracterizam o perfil do respondente apresentam associação com categorias de outras variáveis que cumprem a mesma função. Como relacionar duas características de perfil do respondente não é objetivo deste trabalho,

variáveis como gênero e faixa de tempo de atuação não serão consideradas nas análises posteriores;

(ii) Como dentre os estudos temos um de nível federal e outro de nível estadual, não serão consideradas nas análises posteriores as variáveis ligadas ao nível municipal;

(iii) Quem conhece ferramentas digitais de participação em nível federal, frequentemente conhece também em nível estadual e/ou municipal. O mesmo ocorre em relação ao uso das ferramentas: quem declara já ter utiliza em nível federal, frequentemente também o declara para os níveis estadual e municipal;

(iv) As categorias da variável frequência de utilização de ferramenta digital de participação em nível federal apresentam associação com as categorias das variáveis também relativas à frequência de uso, mas nos demais níveis;

(v) As categorias da variáveis que indicam conhecimento de ferramentas digitais de participação (seja nível federal, seja nível estadual) apresentam associação com as categorias das variáveis relativas ao grau de conhecimento / envolvimento dos portais específicos analisados neste trabalho: Participa.br e Gabinete Digital; e

(vi) As categorias da variáveis específicas dos portais Participa.br e Gabinete Digital apresentam associação entre si e com as categorias do Portal da Transparência, o mais consolidado entre os exemplos expostos ao respondente.

Tabela 5 – Valores p das análises de correspondências - etapa piloto

	Faixa de idade	Sexo	Função na entidade	Faixa de tempo de atuação	Estado	Região	Conhece Portal da Transparência?	Conhece e-SIC?	Conhece e-democracia?	Conhece Participatório?	Conhece Participa.br?	Comunicação dentro da entidade / movimento? [1ª opção]	Comunicação dentro da entidade / movimento? [2ª opção]	Comunicação dentro da entidade / movimento? [3ª opção]	Como se comunicam com o governo? [1ª opção]	Como se comunicam com o governo? [2ª opção]	Como se comunicam com o governo? [3ª opção]
Faixa de idade	-																
Sexo	0,5537	-															
Função na entidade	0,1855	0,8864	-														
Faixa de tempo de atuação	0,1801	0,1754	0,1472	-													
Estado	0,4646	0,8038	0,4091	0,3903	-												
Região	0,3663	0,5821	0,6198	0,3279	0,0004	-											
Conhece Portal da Transparência?	0,3959	0,5854	0,7896	0,4299	0,5481	0,3459	-										
Conhece e-SIC?	0,4073	0,5688	0,8027	0,0964	0,8448	0,7863	0,3514	-									
Conhece e-democracia?	0,1858	0,2453	0,6256	0,3148	0,2168	0,5902	0,4922	0,0050	-								
Conhece Participatório?	0,4366	0,6801	0,3379	0,4838	0,6440	0,2207	0,3429	0,0375	0,0063	-							
Conhece Participa.br?	0,2177	0,6841	0,9609	0,1258	0,4833	0,3931	0,7433	0,0632	0,0051	0,0002	-						
Comunicação dentro da entidade / movimento? [1ª opção]	0,3357	0,7088	0,5526	0,7350	0,5617	0,2053	0,0475	0,1961	0,3598	0,8012	0,3403	-					
Comunicação dentro da entidade / movimento? [2ª opção]	0,7443	0,5306	0,5741	0,2455	0,2611	0,6970	0,0394	0,0564	0,2854	0,7792	0,6336	0,0119	-				
Comunicação dentro da entidade / movimento? [3ª opção]	0,7521	0,4629	0,3568	0,5980	0,3065	0,8825	0,8863	0,4177	0,0145	0,5048	0,9065	0,0392	0,0630	-			
Como se comunicam com o governo? [1ª opção]	0,0226	0,4483	0,7540	0,1019	0,3841	0,3727	0,4543	0,6861	0,4337	0,1294	0,5263	0,2042	0,8359	0,0403	-		
Como se comunicam com o governo? [2ª opção]	0,5669	0,7223	0,4174	0,3569	0,2739	0,0943	0,1426	0,6150	0,0271	0,1587	0,4670	0,5985	0,6625	0,1253	0,1266	-	
Como se comunicam com o governo? [3ª opção]	0,0841	0,2399	0,5105	0,4579	0,3560	0,2316	0,4605	0,2781	0,6288	0,3542	0,2112	0,3656	0,1858	0,3286	0,3225	0,4347	-

Fonte: Compilação própria

Foram então realizadas duas análises de correspondência múltiplas¹⁴. A primeira envolve as variáveis “estado”, “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?” e “Grau de conhecimento / envolvimento em relação ao Gabinete Digital”. A segunda envolve as variáveis “região”, “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?”, “Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do governo federal?” e “Grau de conhecimento / envolvimento em relação ao Participa.br”. Em ambos casos foi utilizada a projeção simétrica e existe associação entre as categorias de cada variável com as categorias de pelo menos uma das demais envolvidas na análise, com um intervalo de confiança de 90%, conforme pode ser conferido na Tabela 5.

Antes de prosseguir a análise é prudente relembrar que como uma técnica exploratória, a análise de correspondência não implica nem capacidade preditiva nem relação causa e efeito. “A análise de correspondência oferece informações de contraste entre relações de categorias de variáveis contingenciadas, de modo que uma relação mais forte entre duas categorias em comparação com outras relações não pressupõe efeitos de uma sobre a outra” (BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004, p. 633).

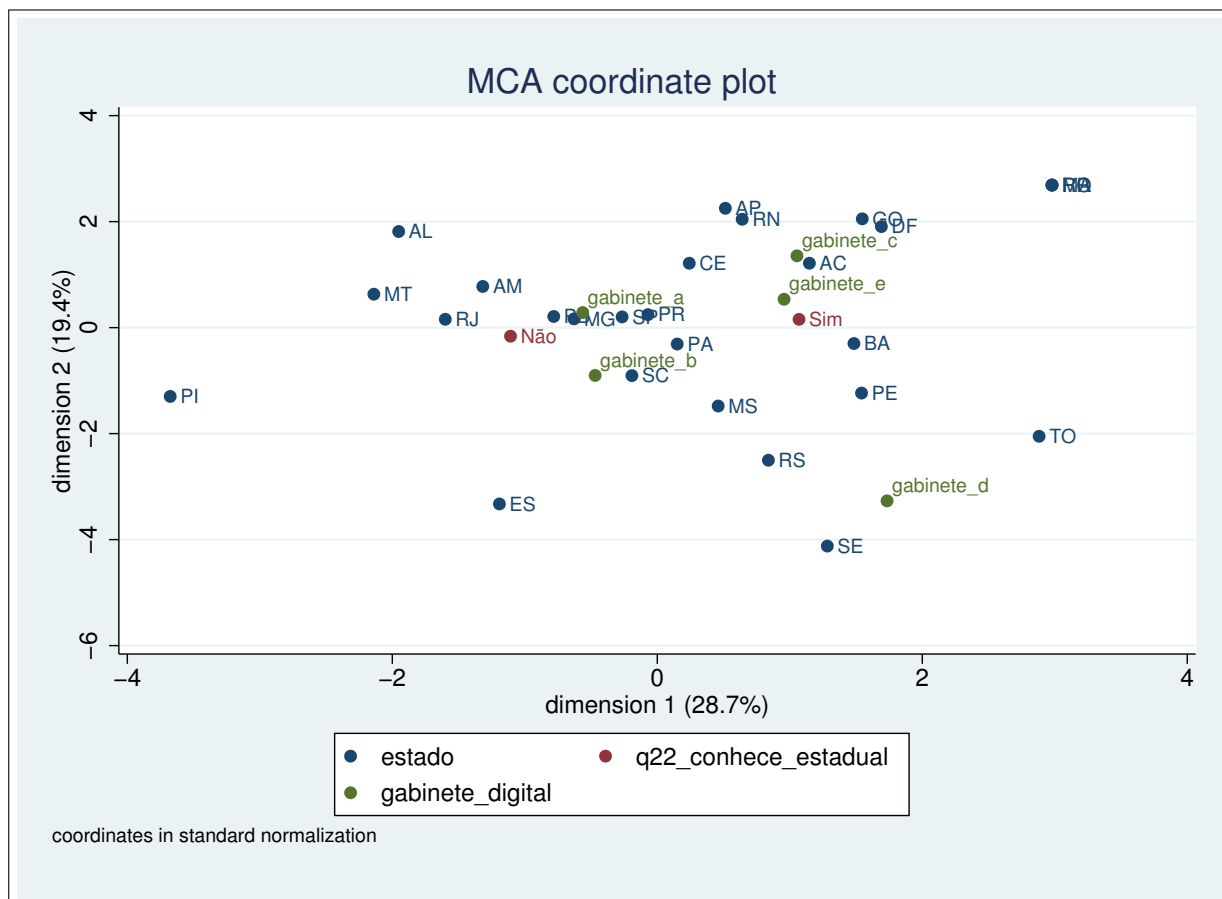
Da primeira análise de correspondência múltipla, envolvendo estados e o Gabinete Digital, obtém-se o mapa perceptual da Figura 28. A leitura da primeira dimensão (horizontal) deve ser feita pensando na pergunta “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?”, pois o sim e o não praticamente alinham-se horizontalmente, na gradação nula da ordenada.

Assim, quanto mais próximo um estado estiver do Não e mais distante do Sim, mais frequentemente os respondentes desse estado responderam desconhecer ferramentas digitais de participação do governo estadual, e vice-versa. O estado do Rio Grande do Sul, em específico, situa-se mais próximo do Sim do que do Não, assim, a ocorrência de pessoas que declaram conhecer as ferramentas (digitais) de participação estaduais é maior do que as que declaram desconhecer. Percebe-se que estão mais próximas do Não as respostas dadas ao Gabinete Digital a) e b), respectivamente, “Nunca ouvi falar / desconheço” e “Já ouvi falar, mas não sei o que é”. E mais próximas do Sim estão as respostas c), d) e e), respectivamente, “Já ouvi falar, sei o que é, mas nunca usei”, “Já ouvi falar, sei o que é e usei uma ou poucas vezes” e “Já ouvi falar, sei o que é e usei várias vezes / uso frequentemente”.

Fica a ressalva de que a primeira dimensão representa quase 29% da variância enquanto a segunda dimensão explica pouco mais de 19%. Juntas, ambas dimensões não chegam a representar 50%, indicando que faltam variáveis na análise (e provavelmente na tomada de dados) para explicar melhor o fenômeno.

¹⁴ A análise de correspondência múltipla também é conhecida como análise de homogeneidade ou HOMALS.

Figura 28 – Mapa perceptual que relaciona as categorias das variáveis “estado”, “grau de conhecimento/envolvimento com o Gabinete Digital” e “se conhece algum instrumento ou ferramenta digital de participação do governo estadual”

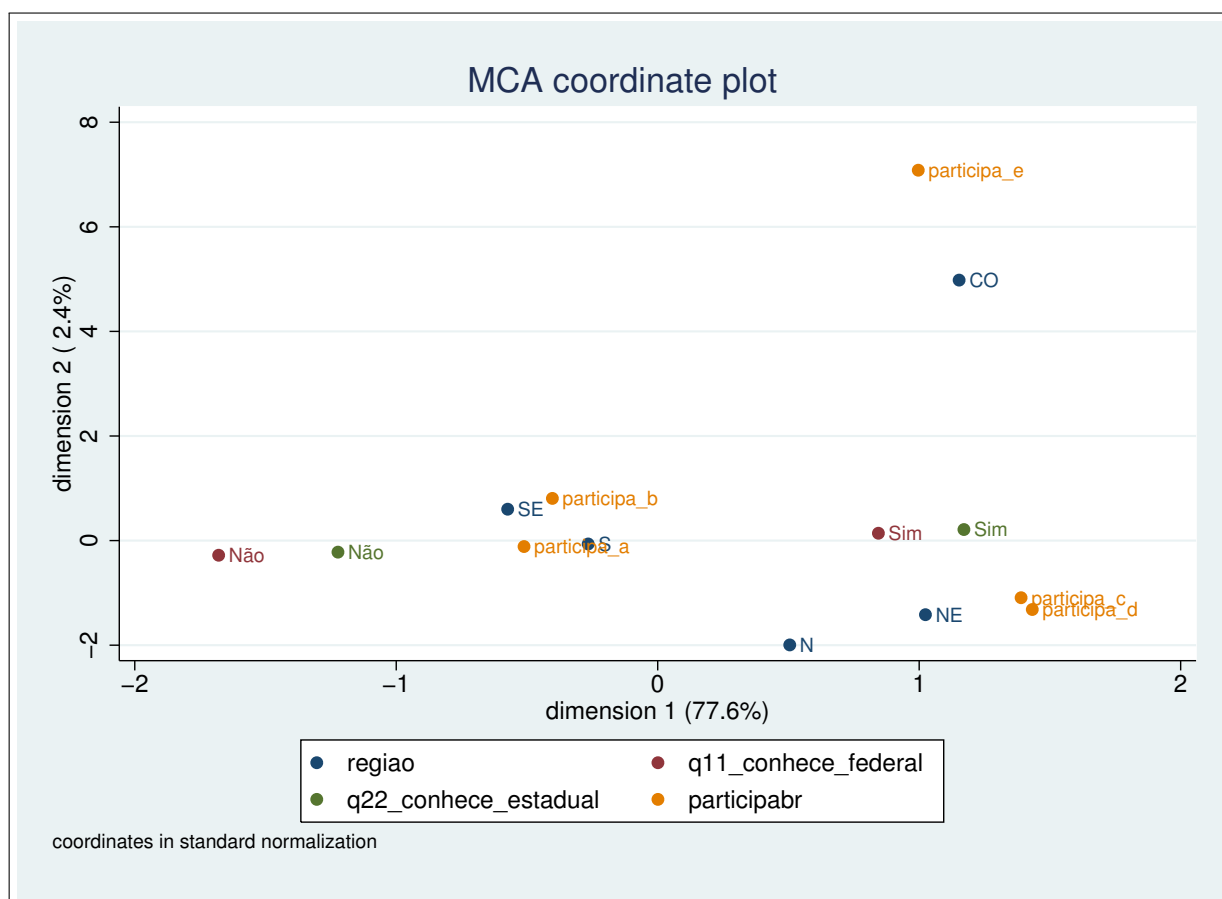


Fonte: Compilação própria

Da segunda análise de correspondência múltipla, envolvendo região e o Participa.br, obtém-se o mapa perceptual da Figura 29. A leitura da primeira dimensão (horizontal) deve ser feita pensando na pergunta “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo estadual?” e “Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do governo federal?” , pois o sim e o não praticamente alinham-se horizontalmente, na gradação nula da ordenada. Vê-se que os Sins ficam bastante próximos, bem como os Nãos.

Logo, quanto mais próxima uma região estiver do Não e mais distante do Sim, mais frequentemente os respondentes dela responderam desconhecer ferramentas digitais de participação do governo estadual ou federal, e vice-versa. Percebe-se ainda que estão mais próximas do Não as respostas dadas ao Participa.br a) e b), respectivamente, “Nunca ouvi falar / desconheço” e “Já ouvi falar, mas não sei o que é”. E mais próximas do Sim (considerando o eixo horizontal) estão as respostas c), d) e e), respectivamente,

Figura 29 – Mapa perceptual que relaciona as categorias das variáveis “região”, “grau de conhecimento/envolvimento com o Participa.br”, “se conhece algum instrumento ou ferramenta digital de participação do governo estadual” e “se conhece algum instrumento ou ferramenta digital de participação do governo federal”



Fonte: Compilação própria

“Já ouvi falar, sei o que é, mas nunca usei”, “Já ouvi falar, sei o que é e usei uma ou poucas vezes” e “Já ouvi falar, sei o que é e usei várias vezes / uso frequentemente”. Tal comportamento é coerente e já era esperado. Por fim, estão mais próximas dos Nãos e das respostas a) e b) do Participa.br as regiões Sul e Sudeste. Mais próximas dos Sims estão as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. As regiões Nordeste e Norte encontram-se mais próximas das respostas c) e d) do Participa.br, indicando maior grau de conhecimento e envolvimento com o Portal do que as regiões Sul e Sudeste. Já a região Centro-Oeste aproxima-se mais da resposta e), indicando maior conhecimento e uso mais frequente do portal – esse fato pode ser explicado em grande medida pelo fato de Brasília e o Distrito Federal encontrarem-se na região Centro-Oeste. Por fim, a primeira dimensão representa quase 78% da variância enquanto a segunda dimensão explica pouco mais de 2%. Juntas, ambas dimensões representam 80% do fenômeno.

Parte III

Considerações Finais

6 Considerações Finais

No primeiro capítulo foi feita breve discussão em cima dos conceitos de soberania e democracia, explorando com mais atenção a crise da representação, que advém da predominância da democracia identificada como eleição de governantes. É cada vez mais premente, inclusive pelas manifestações populares nacionais e internacionais, que esse entendimento de democracia não responde mais aos anseios sociais. Fomentar mecanismos de participação e articulá-los aos de representação parece ser uma saída que fortalece a democracia e responde às demandas da sociedade. Como promover essa articulação, isto é, como criar um desenho institucional e de governança que mescle as dimensões de participação com as de representação ainda é um desafio a ser superado e sem solução mágica. Para ilustrar quais caminhos vem sendo trilhados nesse sentido, são apresentadas várias experiências brasileiras e estrangeiras, inclusive de democracia digital. A experiência da Cidade Digital em Amsterdã mostrou o quão frágil pode ser uma experiência de democracia digital ancorada num ente privado e a da Islândia mostrou o quanto ainda há entraves a serem superados quando a experiência envolve a esfera pública.

No segundo capítulo foram apresentados os conceitos de rede e de ciberespaço, que embasam um ativismo político marcado pela desterritorialização. O ciberespaço como campo simbólico, e a Internet como sua infraestrutura física, constroem uma dinâmica política sem centro e com inteligência distribuída nas pontas. As relações em rede tem como características a governança horizontal, a cultura de troca e inovação coletivas e o alargamento do espaço público. Essa ampliação da noção de público proporcionada pela Internet empodera cidadãos e cidadãs: as pessoas passam a ser ver tanto como receptoras como geradoras de informação, tanto passivas como ativas politicamente. Observa-se nos últimos tempos um enfraquecimento da mediação política feita pela mídia ou pelos partidos, concomitante ao nascimento de novos sujeitos sociais - aqueles de atuação atomizada, insatisfeitos com os rumos da política, descrentes dos mecanismos de representação e que reivindicam voz própria. Nesse contexto, a tríade ciberespaço-Internet-rede é vista como provedora de uma miríade de possibilidades. Uma possibilidade a ressaltar é a de teoricamente resolver o problema de escala intrínseco à democracia participativa, pois se no espaço-tempo físico/presencial não é possível reunir todos cidadãos e cidadãs para que se expressem, no espaço-tempo virtual essa possibilidade existe. Infelizmente é mais palpável no plano teórico que no prático porque, para se concretizar, é necessário que a Internet seja acessível a toda população, que seja um fator de inclusão e não de exclusão, perspectiva ainda distante no Brasil.

O terceiro capítulo apresentou brevemente os métodos utilizados, bem como suas justificativas. Para cada um dos estudos de caso escolhidos, Participa.br e Gabinete Digital,

foram analisados arquivos e feitas entrevistas semi-estruturadas com seus gestores. Foi feita análise das entrevistas por portal e comparativamente. À abordagem qualitativa soma-se uma camada quantitativa: foi aplicado um *survey* a membros da sociedade civil organizada. Inicialmente previra-se apenas uma etapa de estudo, mas a primeira aplicação (presencial) não se mostrou representativa para proceder uma análise mais robusta entre as variáveis. Algumas lições aprendidas foram aprendidas e este estudo passou a ser encarado como um piloto, a partir do qual mudou-se a forma de aplicação para *online* afim de adquirir maior abrangência e algumas questões abertas foram transformadas em múltipla escolha, com categorias definidas a partir das respostas obtidas na etapa piloto. Então, foi feita a aplicação de *survey online* que atingiu 292 registros válidos provenientes de todos estados brasileiros. Além das análises ligadas às frequências foram feitas análises de correspondências, exploratórias, ao nível de significância de 10%, tanto com a amostra completa (nível nacional) como com um extrato somente com indivíduos do Rio Grande do Sul (nível estadual). Em decorrência, foram gerados mapas perceptuais cujas distâncias indicam a intensidade das relações entre as categorias das variáveis avaliadas.

O quarto capítulo buscou desvelar um pouco da visão dos gestores acerca dos portais estudados, com o objetivo de investigar como é o impacto dos mecanismos digitais de participação para o governo. Constatou-se que: (i) as manifestações populares influenciaram quando não fortaleceram a existência dos portais; (ii) ambas iniciativas têm como foco estabelecer interlocução profícua entre Estado e sociedade; (iii) o aval do executivo foi fundamental para a materialização dos portais, muito embora não seja garantia de apoio interno; (iv) a utilização de novas linguagens e de mudança de cultura política pelo governo são necessidades identificadas por todos entrevistados; (v) o modelo de governança dos portais ainda é um tanto indefinido e depende muito do desenho de cada experiência (se rede social ou site); (vi) embora haja uma enorme predisposição em articular sociedade civil e governo, a formulação das pautas ainda reside muito nas mãos dos gestores públicos, sendo pouco partilhada com a sociedade; (vii) ambos portais contam com tecnologias livres, garantindo controle e participação social também na formulação do código, porém, questões como privacidade e autonomia, parece ser uma preocupação muito maior no portal de nível nacional; (viii) a gestão do Gabinete Digital parece ser mais centralizada e também mais ágil que a do Participa.br, muito pelo trânsito que o aval do chefe do executivo proporciona; (ix) o perfil do público alvo atingido parece variar de acordo com a pauta e concentra-se nas faixas etárias mais jovens, o que já era esperado dado que as gerações mais jovens têm maior afeição à tecnologia; (x) tanto o Participa.br como o Gabinete Digital identificam a interação da instância virtual com a presencial como imprescindível para o sucesso dos mecanismos de participação política.

O quinto e último capítulo teve por intenção estudar o quanto as pessoas da sociedade civil conhecem e reconhecem mecanismos de participação por meios digitais. A etapa *online* tinha como principal objetivo obter uma amostra maior. Aproveitou-se

para fazer alterações na forma de algumas perguntas e inclusão do Gabinete Digital entre os portais a serem avaliados com a escala Likert - ele não aparecia na versão piloto. As comunicações com governo predominantes são as presenciais e/ou mais formais; pouco se reconhece as redes sociais como canais oficiais – o que configura um enorme desafio cultural a ser vencido em especial pelo Participa.br, que adota formato de rede social e, embora não seja .gov, se propõe a ser ponte de diálogo entre sociedade e governo. A comunicação dentro e com outras entidades ou movimentos são feitas principalmente por e-mail, numa lógica *unicast*. As redes sociais ganham importância quando se trata de atingir outras pessoas de fora, para engajá-las ou por serem de outra entidade ou movimento, isto é, a rede social é mais usada em processos comunicativos *broadcast*. Em relação aos mapas perceptuais vê-se mais frequentes as respostas de gente que conhece os portais quando se trata de nível federal. Quanto mais próximo do cidadão(ão) menos frequentemente é conhecido. Embora contrarie alguma expectativa inicial, isso pode ser explicado pelo fato de poucos municípios contarem com instrumentos digitais de participação. Analisando a amostra gaúcha, o Gabinete Digital é pouco difundido no perfil da amostra deste estudo, que não coincide com o público-alvo majoritário do portal, conforme revelam entrevistas e relatório do Banco Mundial. Ao analisar o conhecimento/desconhecimento do Participa.br no último mapa perceptual, vê-se que quem conhece portais estaduais, frequentemente, também conhecem federais. Acrescenta-se a isso que a difusão do Participa.br é heterogênea no Brasil, mais popular nas regiões Norte e Nordeste, e menos, nas Sul e Sudeste. As duas nuvens de palavras geradas indicam que os(as) respondentes acham os instrumentos digitais de participação importantes, que tem potencial de fortalecer a democracia, mas que são pouco divulgados e também é frequente a crítica à falta de acesso, muitas pessoas não enxergam esse espaço de diálogo como feito para elas.

Concluindo, a mera existência da Internet não implica aumento de organização e de participação política. Porém, é preciso o Estado prover as infraestruturas necessárias para que todos tenham acesso aos diversos mecanismos de participação, o que inclui os digitais, em especial após a aprovação da PNPS. Com este estudo foi possível perceber que ainda é um desafio estabelecer um desenho político-organizacional capaz de institucionalizar a participação *online*, assegurar mecanismos de controle social. As experiências de democracia digital de maior expressão no Brasil ainda precisam avançar em pelo menos três fatores, estratégicos para a oxigenação do poder público: a construção da pauta por entes da sociedade civil, organizados ou não; a transparência e clareza na sistematização das discussões promovidas; e a garantia de incidência sobre as políticas públicas. Isso porque é preciso que as iniciativas de democracia digital sejam vistas como oportunidades vantajosas para os que participarem. É sabido que fomentar a participação no geral, e a *online* em específico não é tarefa de implementação nem rápida, nem fácil; mas fruto de um processo de articulação entre esfera civil e política institucional que, para ser exitoso deve respeitar as especificidades e complexidades em que se desenvolve sem, porém, deixar de ousar e inovar.

Se por um lado, uma iniciativa de democracia digital pode contribuir para a participação por não demandar participação massiva nem constante, por outro, deve sempre ter em vista a possibilidade de aumentar a escala caso seja preciso, pois esse é dos grandes trunfos da Internet. Vale deixar o lembrete de que um novo desenho visando a consolidação da dimensão digital da democracia não implica a abolição de outros já existentes e exitosos. Muito pelo contrário, quanto maior for a articulação entre os mecanismos de participação novos e já consolidados, entre o real e o virtual, tanto melhor para a sociedade. Futuros estudos que explorem esses pontos de contato e conexão podem contribuir bastante com o debate da democracia digital e da participação *online*.

Referências

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 352 p. Citado na página 48.

AVRITZER, L. Sociedade Civil e Participação Social no Brasil. 2005. Disponível em: <<http://ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/1b1f265f82523b57537f1cfac0b66dee.pdf>>. Citado na página 38.

AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443–464, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 27 e 29.

AVRITZER, L. *Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil*. Rio de Janeiro, 2012. 28 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1739.pdf>. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 32.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. D. S. *Para ampliar o cânone democrático*. 2003. 1–30 p. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/pdf/2003-11-03-santos-pt.pdf>>. Citado na página 28.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Citado na página 55.

BAIOCCHI, G. Participation, Activism, and Politics: The Porto Alegre Experiment. In: FUNG, A.; OLIN, W. E. (Ed.). *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance - The Real Utopias Project IV*. London: Verso, 2003. p. 45–76. Disponível em: <<http://archonfung.net/docs/DeepeningDemocracyAll.pdf>>. Citado na página 37.

BANI, M. Crowdsourcing Democracy: the Case of Icelandic Social Constitutionalism. *Politics and Policy in the Information Age*, p. 1–20, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2128531>>. Citado na página 35.

BARLOW, J. P. *A Declaration of the Independence of Cyberspace*. 1996. Disponível em: <<https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>>. Citado na página 46.

BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. R. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. *Revista da Saúde Pública*, v. 38, n. 5, p. 630–636, 2004. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp>. Citado 2 vezes nas páginas 129 e 135.

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. SiSU, 2006. 398 p. ISSN 00440094. ISBN 9780300110562. Disponível em: <http://www.jus.uio.no/sisu/the_wealth_of_networks.yochai_benkler/sisu_manifest.html>. Citado na página 47.

BENNET, W. L. Communicating global activism - strenghts and vulnerabilities of networked politics. *Informatio, Communication and Society*, v. 6, n. 2, p. 143–168, 2003. Citado na página 51.

BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 572 p. Citado na página 53.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. 61 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 30.

BRASIL. *Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências*. 2014. 3–9 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Citado na página 23.

CARDON, D. *A Democracia Internet: Promessas e Limites*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 116 p. Citado 5 vezes nas páginas 45, 46, 47, 48 e 51.

CARVALHO, A. I. *Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995. 135 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=GoxgAAAAMAAJ&redir_esc=y>. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 34.

CARVALHO, J. M. d. *Cidadania no Brasil - O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citado na página 33.

CARVALHOSA, M. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Citado na página 35.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. ISBN 972-31-0984-0. Citado na página 24.

CASTELLS, M. *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Citado 2 vezes nas páginas 35 e 45.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Ed.). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 17–30. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Citado na página 46.

CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p. Citado na página 24.

CUNHA JUNIOR, D. d. *Curso de Direito Constitucional*. 4ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2010. Citado na página 35.

DAHL, R. A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971. Citado na página 31.

DAHL, R. A. *On Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1998. Citado na página 48.

- DAHLBERG, L. Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation. *New Media and Society*, v. 9, n. 5, p. 827–847, 2007. Citado na página 49.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002. 328 p. Citado na página 28.
- D'ANDREA, C. *Colaboração por Pares em Rde: Conceitos, Modelos, Desafios*. Salvador: [s.n.], 2013. 19 p. Disponível em: <http://gitsufba.net/anais/wp-content/uploads/2013/09/13n5_colaboacao_49375.pdf>. Citado na página 46.
- DRYZEK, J. *Deliberative Democracy and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2000. Citado na página 30.
- FÁVERO, L. P. et al. *Análise de Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 650 p. Citado 2 vezes nas páginas 113 e 129.
- FÁVERO, L. P. et al. *Métodos quantitativos com Stata: procedimentos, rotinas e análise de resultados*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 250 p. Citado na página 109.
- FERRAREZI JUNIOR, C. *Guia do Trabalho Científico: do Projeto à Redação Final - monografia, dissertação e tese*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 153 p. Citado na página 53.
- FLICHY, P. *The Internet Imaginaire*. 1ª. ed. Cambridge: MIT Press, 2007. 255 p. Citado na página 45.
- FUNG, A. Deliberative Democracy, Chicago Style: Grass-roots Governance in Policing and Public Education. In: FUNG, A.; OLIN, W. E. (Ed.). *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance - The Real Utopias Project IV*. London: Verso, 2003. p. 111–143. Disponível em: <<http://archonfung.net/docs/DeepeningDemocracyAll.pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 37.
- FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. [S.l.]: Oxford: Princeton University Press, 2004. Citado na página 49.
- GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>>. Citado na página 54.
- GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L.; BERGO, R. S. Sobre o Projeto e o processo de Pesquisa na Elaboração de Monografias. In: GOMES, A. M. R. (Ed.). *Metodologias e Participação*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Citado na página 53.
- GOMES, W. A Democracia Digital e o Problema da Participação Civil na Decisão Política. *Revistaq Fronteiras*, v. 7, n. 3, p. 214–222, 2005. Citado na página 49.
- GOMES, W. Participação Política online: Questões e Hipóteses de Trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Ed.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19–46. Citado na página 49.

- GUEDES, O. *New technologies democracy and social movement*. Montreal: Bugs - Globalism and Pluralism, 2002. Citado na página 50.
- GUERREIRO, E. P. *Cidade Digital: infoinclusão social e tecnologia em rede*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2006. 351 p. Citado na página 35.
- HABERMAS, J. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: MIT Press, 1991. Citado na página 48.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 170 p. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Medologias_Qualitativas.pdf>. Citado na página 54.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo*. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Citado na página 111.
- ISAAC, T. T.; HELLER, P. Democracy and Development: Decentralized Planning in Kerala. In: FUNG, A.; OLIN, W. E. (Ed.). *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance - The Real Utopias Project IV*. London: Verso, 2003. p. 77–110. Disponível em: <<http://archonfung.net/docs/DeepeningDemocracyAll.pdf>>. Citado na página 36.
- JOHNSON, S. *Cultura da Interface: Como o Computador Transforma a Nossa Maneira de Criar e Comunicar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Citado na página 46.
- JURIS, J. S. The new digital media and activist networking within anti-corporate globaliglobal movements. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 597, p. 189–208, 2005. Citado na página 51.
- KRUEGER, B. S. Assessing the potential of internet political participation in the united states: a resource approach. *Amercian Politcs Reasearch*, v. 30, n. 5, p. 476–498, 2002. Citado na página 51.
- KVALE, S.; BRINKMANN, S. *Interviews - Learning the Craft of Qualitative Reasearch Interviewing*. 2. ed. [S.l.]: Sage Publisher, 2009. Citado 2 vezes nas páginas 54 e 55.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. [S.l.]: Atlas, 2003. Citado 2 vezes nas páginas 55 e 122.
- LANDEMORE, H. Inclusive Constitution-Making: The Iceland Experiment. *Journal of Political Philosophy*, p. 1–26, 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jopp.12032/pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 36 e 37.
- LAVALLE, A. G.; AHARYA, A.; HOUTZAGER, P. Atores da sociedade civil e atores políticos - participação nas novas políticas democráticas em são paulo. In: AVRITZER, L. (Ed.). *A Participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. v. 1, p. 257–322. Citado na página 49.
- LE MOS, A. *Cibercidades: As Cidades na Cibercultura*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. 19–26 p. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/modelo.pdf>>. Citado na página 34.

- LESSIG, L. *The Future of Ideas—The fate of the commons in a connected world*. New York: Random House, 2001. 368 p. ISBN 0375505784. Disponível em: <<http://the-future-of-ideas.com/download>>. Citado na página 45.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 272 p. Citado na página 46.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?* 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 160 p. Citado na página 46.
- LIMA, V. A. de. *Mídia: Teoria e Política*. [S.l.]: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 368 p. Citado na página 32.
- LÜCHMANN, L. H. H. A Representação no Interior das Experiências de Participação. *Lua Nova*, v. 70, p. 139–170, 2007. Citado na página 27.
- MAIA, R. C. M. Internet e Esfera Civil: Limites e Alcances da Participação Política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Ed.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 47–94. Citado 3 vezes nas páginas 49, 51 e 110.
- MAINWARING, S. Introduction: Democratic Accountability in Latin America. In: *Democratic Accountability in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 3–33. Citado na página 37.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. *A Internet e a Rua: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 51.
- MANIN, B. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 28 e 31.
- MARQUES, F. P. J. A. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 33, p. 53–79, 2010. Disponível em: <<http://200.144.189.84/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewArticle/147>>. Citado na página 23.
- MARQUES, F. P. J. A. Participação, Instituições Políticas e Internet: um Exame dos Canais Participativos Presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Ed.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 95–122. Citado na página 50.
- MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. Internet e Parlamento: um Estudo dos Mecanismos de Participação Oferecidos pelo Poder Legislativo Através de Ferramenta online. *E-Compós*, v. 9, p. 1–20, 2007. Citado na página 49.
- MARQUETTI, A. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em porto alegre. *A inovação democrática no Brasil*, Cortez São Paulo, v. 1, p. 129–156, 2003. Disponível em: <http://democraciajustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/participacao_e_redistribuicao_orcamento_participativo_em_porto_alegre_adalmar_marquetti.pdf>. Citado na página 36.

- MIGUEL, L. F. Representação Política em 3D: Elementos para uma TEoria Ampliada da Representação Política. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, v. 18, n. 51, p. 123–193, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989>>. Citado na página 31.
- MILES, M. B.; UBERMANN, A. M. *Qualitative Data Analysis: a Sourcebook of New Methods*. Bervely Hills: Sage Publisher, 1984. Citado na página 113.
- MILLS, C. W. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Citado na página 31.
- MINAYO, M. C. d. S. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996. Citado na página 54.
- MORRIS, D. *Vote.com*. Los Angeles: Renaissance Books, 2000. Citado na página 51.
- NORRIS, P. Democratic Divide? The Impact of the Internet on Parliaments Worldwid. In: *American Political Science Association*. Washington DC: APSA, 2000. p. 1–26. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/apsa2000demdiv.pdf>>. Citado na página 23.
- O'DONELL, G. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. *Revista Lua Nova*, n. 44, p. 27–54, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Citado na página 37.
- OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de mensuração de atitudes: Thustone, osgood, stapel, likert, guttman, alpert. *Revista Administração Online*, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm>. Citado na página 110.
- PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 49.
- PEREIRA, A. R. S. O Movimento Operário Brasileiro e as Massas Populares: Massas Obreiras / revolucionárias ou Massas Ignorantes / Inertes? *Revista de Sociologia Política*, v. 13, p. 125–140, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a10n13.pdf>>. Citado na página 34.
- PEREIRA, J. C. R. *Análises de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 157 p. Citado na página 54.
- PERUZZOTTI, E. Civil Society, Representation and Accountability: Restating Current Debates on the Representativeness and Accountability os Civil Associations. In: JORDAN, L.; Van Tuijl, P. C. (Ed.). *NGO Accountability - Politics, Principles and Innovations*. London: Earthscan, 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/4986535/Civil_Society_Representation_and_Accountability_Restating_Current_Debates_on_the_Representativeness_and_Accountability_of_Civil_Assciations>. Citado na página 30.
- PINHEIRO, M. C.; WESTPHAL, M. F.; AKERMAN, M. Equidade em saúde nos relatórios das conferências nacionais de saúde pós-constituição federal brasileira de 1988. *Cad.Saúde Pública*, v. 21, n. 2, p. 449–458, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Citado na página 40.

- SAMPAIO, A. A. o. et al. *Desafios da transparência no sistema de justiça brasileiro*. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/arquivos/transparencia-sistema-justica.pdf>>. Citado na página 51.
- SAMPAIO, R. C. Quão Delibertaivas são as discussões na Rede? In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Ed.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 197–230. Citado na página 49.
- SANTANA, B.; SILVA, D. B. Brasil: «No es por 0, 20. Es por los derechos». *Nueva Sociedad*, v. 247, p. 4–15, 2013. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3973_1.pdf>. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 51.
- SANTOS, B. d. S. Participatory budgeting in porto alegre: towards a redistributive justice. *Politics and Society*, v. 26, n. 4, p. 13–23, 1998. Citado na página 36.
- SANTOS, E. S. *Desigualdade social e inclusão digital no Bras*. Dissertação (Mestrado) — IPPUR/UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/EdvalterSouzaSantos-tese.pdf>>. Citado na página 111.
- SCHIMIDTKE, O. Berlin in the net: prospect for cyberdemocracy from above and below. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (Ed.). *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. Londres: Routledge, 1998. p. 60–83. Citado na página 50.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy (1947)*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2010. 424 p. Disponível em: <<http://www.amazon.com/Capitalism-Socialism-Democracy-Joseph-Schumpeter/dp/1169832121>>. Citado na página 27.
- SILVA, S. P. da. Graus de Participação Democrática no Uso da Internet pelos Governos das Capitais Brasileiras. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 268–278, 2005. Citado na página 49.
- SILVA, S. P. da. Exigências Democráticas e Dimensões Analíticas para a Interface Digital do Estado. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Ed.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 123–146. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 51.
- SOUZA, L. d. S. de. *Cidade, Informação, Internet e Política: uma Análise de Sites Governamentais de Serviços Públicos da Cidade de Salvador*. 176 p. Tese (Dissertação de Mestrado) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Citado na página 49.
- SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1991. Citado na página 33.
- TAMBINI, D. The civis networking movement. *New Media and Society*, v. 1, n. 3, p. 305–329, 1999. Citado na página 50.
- THOMAS, C. W. Habitat Conservation Planning. In: FUNG, A.; OLIN, W. E. (Ed.). *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance - The Real Utopias Project IV*. London: Verso, 2003. p. 144–174. Disponível em: <<http://archonfung.net/docs/DeepeningDemocracyAll.pdf>>. Citado na página 34.

URBINATI, N. *Representative Democracy: Principles and Genealogy*. Chicago: University of Chicago Press, 2006. 326 p. Disponível em: <<http://www.press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/R/bo3793416.html>>. Citado na página 30.

VALLA, V. V.; CARVALHO, M. de; ASSIS, M. de. *Participação Popular e os Serviços de Saúde: o Controle Social como Exercício da Cidadania*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 1993. 38 p. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=160325&indexSearch=ID>>. Citado na página 34.

VEIGA, L. F. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340–365, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a05v13n2.pdf>>. Citado na página 28.

WARREN, M. E. Democracy and the State. In: DRYZEK, J.; HONG, B.; PHILLIPS, A. (Ed.). *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 382–399. Citado na página 45.

WILHEM, A. G. *Democracy in the digital age*. Londres: Routledge, 2000. Citado na página 49.

WRIGHT, E. O.; FUNG, A. Thinking about Empowered Participatory Governance Archon. In: FUNG, A.; OLIN, W. E. (Ed.). *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance - The Real Utopias Project IV*. London: Verso, 2003. p. 3–43. Disponível em: <<http://archonfung.net/docs/DeepeningDemocracyAll.pdf>>. Citado na página 37.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Método*. 4^a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p. Citado na página 53.

Anexos

ANEXO A – Roteiro da entrevista semi-estruturada do Gabinete Digital

1) Nome: _____ 2) Idade: _____

3) e-mail: _____ 4) Sexo: _____

5) Órgão do Governo em que trabalha: _____

6) Cargo: _____

7) Dentro do organograma de gestão do Gabinete Digital onde você está, qual é a sua função?

8) Há quanto tempo está no governo? _____ 9) Cidade / Estado: _____

10) Poderia contar um pouco a história da construção do Gabinete Digital?

11) Quem participou da concepção do Gabinete Digital?

12) Quais eram as motivações para a criação do Gabinete Digital?

13) Quem foi necessário mobilizar para que ele existisse?

14) Quais eram as expectativas iniciais em relação ao portal no que diz respeito à participação?

14.1) Qual era a expectativa inicial de participação/adesão da população?

14.2) Qual era a expectativa inicial de impacto dentro do governo?

15) Como o portal é gerido?

15.1) Quem é o público-alvo cativo, de maior adesão/presença no Gabinete Digital?

15.2) Como é divulgado o portal para quem ainda não o conhece?

15.3) Quem são os atores envolvidos na gestão do Gabinete Digital?

15.4) Como são definidas as pautas de discussão do Gabinete Digital?

15.5) Qual é o grau de autonomia do cidadão dentro da plataforma?

15.6) Como são sistematizadas as discussões que ocorrem no Gabinete Digital?

15.7) Quais têm sido os impactos das discussões ocorridas no portal dentro do governo, ou seja, nas deliberações?

- 16) Qual é a relação do P Gabinete Digital com a democracia?
 - 17) Qual é o papel do Gabinete Digital no contexto da participação de cidadãos e cidadãs na vida pública?
 - 18) Você conhece a Política Nacional de Participação Social?
 - 19) Existe aderência do Gabinete Digital à Política Nacional de Participação Social? S / N
- Se sim, 19.1) Como é essa aderência?
- 20) Aponte os 3 principais pontos positivos do Gabinete Digital:
 - 21) Aponte os 3 principais pontos negativos do Gabinete Digital:
 - 22) Quais seria os 3 maiores desafios do Gabinete Digital?
 - 23) Quais são os próximos passos e principais metas do Gabinete Digital para os próximos 4 anos?

ANEXO B – Roteiro da entrevista semi-estruturada do Participa.Br

1) Nome: _____ 2) Idade: _____

3) e-mail: _____ 4) Sexo: _____

5) Órgão do Governo em que trabalha: _____

6) Cargo: _____

7) Dentro do organograma de gestão do Participa.br onde você está, qual é a sua função?

8) Há quanto tempo está no governo? _____ 9) Cidade / Estado: _____

10) Poderia contar um pouco a história da construção do Participa.br?

11) Quem participou da concepção do Participa.br?

12) Quais eram as motivações para a criação do Participa.br?

13) Quem foi necessário mobilizar para que ele existisse?

14) Quais eram as expectativas iniciais em relação ao portal no que diz respeito à participação?

14.1) Qual era a expectativa inicial de participação/adesão da população?

14.2) Qual era a expectativa inicial de impacto dentro do governo?

15) Como o portal é gerido?

15.1) Quem é o público-alvo cativo, de maior adesão/presença no Participa.br?

15.2) Como é divulgado o portal para quem ainda não o conhece?

15.3) Quem são os atores envolvidos na gestão do Participa.br?

15.4) Como são definidas as pautas de discussão do Participa.br?

15.5) Qual é o grau de autonomia do cidadão dentro da plataforma?

15.6) Como são sistematizadas as discussões que ocorrem no Participa.br?

15.7) Quais têm sido os impactos das discussões ocorridas no portal dentro do governo, ou seja, nas deliberações?

- 16) Qual é a relação do Participa.br com a democracia?
 - 17) Qual é o papel do Participa.br no contexto da participação de cidadãos e cidadãs na vida pública?
 - 18) Você conhece a Política Nacional de Participação Social?
 - 19) Existe aderência do Participa.br à Política Nacional de Participação Social? S / N
- Se sim, 19.1) Como é essa aderência?
- 20) Aponte os 3 principais pontos positivos do Participa.br:
 - 21) Aponte os 3 principais pontos negativos do Participa.br:
 - 22) Quais seria os 3 maiores desafios do Participa.br?
 - 23) Quais são os próximos passos e principais metas do Participa.br para os próximos 4 anos?

ANEXO C – Questionário Piloto para Sociedade Civil

1) Nome: _____ 2) Idade: _____

3) e-mail: _____ 4) Sexo: _____

5) Entidade ou Movimento Social a que pertence: _____

6) Qual é a área de atuação da entidade / movimento social? _____

7) Você poderia descrever um pouco a sua atuação na entidade / movimento social? (sua função)

8) Há quanto tempo atua? _____ 9) Cidade / Estado: _____

10) Quais as formas de comunicação dentro da sua entidade/movimento? _____

11) Você considera que essas formas de comunicação conseguem ser efetivas / funcionam? _____

12) Como atingem as pessoas de fora da entidade/movimento? _____

13) Como se comunicam com o governo? _____

14) Como ficam sabendo de atividades / eventos de outras entidades / movimentos? _____

15) Como ficam sabendo de atividades / eventos do governo? _____

16) Você ou a sua entidade/seu movimento utilizam algum meio digital para mobilização?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 16.1) Quais? _____

16.2) Como? _____

17) Você ou a sua entidade/seu movimento usam algum meio digital na interface com o governo?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 17.1) Quais? _____

17.2) Como? _____

18) Você **conhece** algum instrumento de participação do **governo federal**?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 18.1) Quais? _____

18.2) **Já usou** ferramentas digitais de participação do **governo federal**?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 18.2.1) Com qual frequência? _____

19) E do seu **Estado**, **conhece** ferramentas digitais de participação?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 19.1) Quais? _____

19.2) **Já usou** ferramentas digitais de participação no seu **Estado**?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 19.2.1) Com qual frequência? _____

20) E da sua **cidade**, **conhece** ferramentas digitais de participação?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 20.1) Quais? _____

20.2) **Já usou** ferramentas digitais de participação na sua **Cidade**?

☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, 20.2.1) Com qual frequência? _____

Assinale qual o seu grau de conhecimento / envolvimento em relação aos seguintes portais:

	Nunca ouvi falar / desconheço	Já ouvi falar, mas não sei o que é	Já ouvi falar, sei o que é, mas nunca usei	Já ouvi falar, sei o que é e usei uma ou poucas vezes	Já ouvi falar, sei o que é usei várias vezes / uso frequentemente
21) Portal da Transparência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22) e-SIC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23) e-democracia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24) Participatório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25) Participa.br	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

26) Por fim, o que você acha dos instrumentos digitais de participação?

ANEXO D – Questionário Eletrônico para Sociedade Civil

Português ▼

Default Question Block

Este questionário tem por intenção investigar mecanismos de participação social como parte de uma monografia de especialização do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG / PRODEP.

Esta pesquisa é estruturada em 3 blocos. O primeiro bloco é de caracterização do(a) respondente por isso são pedidos alguns dados pessoais. O segundo bloco é de mapeamento de mecanismos de participação. O terceiro e último bloco inclui questões abertas sobre o tema.

Estima-se que o tempo de resposta deste questionário gire em torno de 10 minutos.

Os dados coletados são confidenciais e serão utilizados (anonimizados) apenas para esta pesquisa.

Se desejar saber mais sobre este trabalho ou tiver dúvidas, escreva para pesquisaparticipacao@datapublika.com.

Queremos saber um pouco sobre você

Nome

e-mail

idade

cidade

estado

Gênero

☐ feminino☐ masculino☐ outro

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Queremos conhecer um pouco de sua atuação

Em qual entidade ou movimento social atua? (nome)

Qual é a sua função / atuação na entidade ou movimento social?

Há quanto tempo atua na entidade / movimento social?

Qual é a área de atuação da entidade ou do movimento social em que atua?

☐ Agricultura Familiar

☐ Educação

☐ Assistência Social

☐ Meio Ambiente

☐ Comunicação

☐ Movimento de Mulheres / Feminista

☐ Convivência com Semi-Árido

☐ Movimento LGBT

☐ Criança e Adolescente

☐ Movimento Negro

☐ Cultura

☐ Responsabilidade Social

☐ Cultura Digital

☐ Saúde

☐ Direitos Humanos

☐ Outra

Especifique a área de atuação da sua entidade / movimento social?

Quais mecanismos / formas de participação que você conhece?

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Quais as formas de comunicação **dentro** da entidade / movimento de que participa?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> boletim / relatório | <input type="checkbox"/> ofícios |
| <input type="checkbox"/> cartas / convites (via correio) | <input type="checkbox"/> rádio |
| <input type="checkbox"/> contato pessoal/ presencial (reuniões, encontros, visitas, etc.) | <input type="checkbox"/> redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut, etc.) |
| <input type="checkbox"/> e-mail (email direto, mailing list, e-group, etc.) | <input type="checkbox"/> site / blog / portal |
| <input type="checkbox"/> eventos (palestras, oficinas, seminários, cursos, etc.) | <input type="checkbox"/> telefone (fixo ou celular) |
| <input type="checkbox"/> folder / informativo / carta aberta | <input type="checkbox"/> TV |
| <input type="checkbox"/> jornal / revista | <input type="checkbox"/> nenhuma das alternativas / outras |
| <input type="checkbox"/> manifestações (greves, atos, mobilizações sociais, etc.) | |

Você considera que essas formas e comunicação conseguem ser efetivas / funcionam?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Quais as formas de comunicação para **atingir pessoas de fora** da entidade / movimento de que participa?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> audiências públicas | <input type="checkbox"/> jornal / revista |
| <input type="checkbox"/> boletim / relatório | <input type="checkbox"/> manifestações (greves, atos, mobilizações sociais, etc.) |
| <input type="checkbox"/> cartas / convites (via correio) | <input type="checkbox"/> mesas de diálogo |
| <input type="checkbox"/> conferências | <input type="checkbox"/> ofícios |
| <input type="checkbox"/> conselhos | <input type="checkbox"/> ouvidorias |
| <input type="checkbox"/> consultas públicas | <input type="checkbox"/> rádio |
| <input type="checkbox"/> contato pessoal/ presencial (reuniões, encontros, visitas, etc.) | <input type="checkbox"/> redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut, etc.) |
| <input type="checkbox"/> e-mail (email direto, mailing list, e-group, etc.) | <input type="checkbox"/> site / blog / portal |
| <input type="checkbox"/> eventos (palestras, oficinas, seminários, cursos, etc.) | <input type="checkbox"/> telefone (fixo ou celular) |
| <input type="checkbox"/> folder / informativo / carta aberta | <input type="checkbox"/> TV |
| <input type="checkbox"/> fóruns | <input type="checkbox"/> nenhuma das alternativas / outras |

Como você ou a entidade / o movimento social de que participa se comunicam com o **governo**?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> audiências públicas | <input type="checkbox"/> jornal / revista |
| <input type="checkbox"/> boletim / relatório | <input type="checkbox"/> manifestações (greves, atos, mobilizações sociais, etc.) |
| <input type="checkbox"/> cartas / convites (via correio) | <input type="checkbox"/> mesas de diálogo |
| <input type="checkbox"/> conferências | <input type="checkbox"/> ofícios |
| <input type="checkbox"/> conselhos | <input type="checkbox"/> ouvidorias |
| <input type="checkbox"/> consultas públicas | <input type="checkbox"/> rádio |
| <input type="checkbox"/> contato pessoal/ presencial (reuniões, encontros, visitas, etc.) | <input type="checkbox"/> redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut, etc.) |
| <input type="checkbox"/> e-mail (email direto, mailing list, e-group, etc.) | <input type="checkbox"/> site / blog / portal |
| <input type="checkbox"/> eventos (palestras, oficinas, seminários, cursos, etc.) | <input type="checkbox"/> telefone (fixo ou celular) |
| <input type="checkbox"/> folder / informativo / carta aberta | <input type="checkbox"/> TV |
| <input type="checkbox"/> fóruns | <input type="checkbox"/> nenhuma das alternativas / outras |

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Como ficam sabendo das atividades **de outras** entidades / movimentos?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> audiências públicas | <input type="checkbox"/> jornal / revista |
| <input type="checkbox"/> boletim / relatório | <input type="checkbox"/> manifestações (greves, atos, mobilizações sociais, etc.) |
| <input type="checkbox"/> cartas / convites (via correio) | <input type="checkbox"/> mesas de diálogo |
| <input type="checkbox"/> conferências | <input type="checkbox"/> ofícios |
| <input type="checkbox"/> conselhos | <input type="checkbox"/> ouvidorias |
| <input type="checkbox"/> consultas públicas | <input type="checkbox"/> rádio |
| <input type="checkbox"/> contato pessoal/ presencial (reuniões, encontros, visitas, etc.) | <input type="checkbox"/> redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut, etc.) |
| <input type="checkbox"/> e-mail (email direto, mailing list, e-group, etc.) | <input type="checkbox"/> site / blog / portal |
| <input type="checkbox"/> eventos (palestras, oficinas, seminários, cursos, etc.) | <input type="checkbox"/> telefone (fixo ou celular) |
| <input type="checkbox"/> folder / informativo / carta aberta | <input type="checkbox"/> TV |
| <input type="checkbox"/> fóruns | <input type="checkbox"/> nenhuma das alternativas / outras |

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do **governo federal**?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais instrumentos / ferramentas digitais de participação do **governo federal** que você conhece?

Já usou algum instrumento / ferramenta digital de participação do **governo federal**?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do **governo federal**?

- ☐ 1 vez por dia
- ☐ 1 vez por semana
- ☐ 1 vez a cada 15 dias
- ☐ 1 vez por mês
- ☐ 1 vez por semestre
- ☐ 1 vez por ano

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do **governo estadual**?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais instrumentos / ferramentas digitais de participação do **governo estadual** que você conhece?

Já usou algum instrumento / ferramenta digital de participação do **governo estadual**?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do **governo estadual**?

- ☐ 1 vez por dia
- ☐ 1 vez por semana
- ☐ 1 vez a cada 15 dias
- ☐ 1 vez por mês
- ☐ 1 vez por semestre
- ☐ 1 vez por ano

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: 0 seconds.

Last Click: 0 seconds.

Page Submit: 0 seconds.

Click Count: 0 clicks.

Conhece algum instrumento / ferramenta digital de participação do **governo municipal**?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais instrumentos / ferramentas digitais de participação do **governo municipal** que você conhece?

Já usou algum instrumento / ferramenta digital de participação do **governo municipal**?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Com que frequência (em média) usa instrumentos / ferramentas digitais de participação do **governo municipal**?

- ☐ 1 vez por dia
☐ 1 vez por semana
☐ 1 vez a cada 15 dias
☐ 1 vez por mês
☐ 1 vez por semestre
☐ 1 vez por ano

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: *0 seconds*.

Last Click: *0 seconds*.

Page Submit: *0 seconds*.

Click Count: *0 clicks*.

Assinale qual é o seu grau de conhecimento / envolvimento em relação aos seguintes instrumentos digitais:

	Nunca ouvi falar / desconheço	Já ouvi falar, mas não sei o que é	Já ouvi falar, sei o que é, mas nunca usei	Já ouvi falar, sei o que e usei uma ou poucas vezes	Já ouvi falar, sei o que é e usei várias vezes / uso frequentemente
Portal da Transparência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e-SIC	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e-democracia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participatório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participa.br	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gabinete Digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por fim, o que você acha dos instrumentos digitais de participação?

O temporizador desta página não será mostrado ao destinatário.

First Click: *0 seconds*.

Last Click: *0 seconds*.

Page Submit: *0 seconds*.

Click Count: *0 clicks*.

Agradecemos por sua participação!

Se tiver dúvidas escreva para pesquisaparticipacao@hsvab.eng.br.

ANEXO E – Compilação questão aberta - Sociedade Civil Piloto

Respondente 1

Acredito serem importantes, porém precisam chegar na população em geral, além disso, a população precisa ter mais acesso aos meios digitais.

Respondente 2

Bons, mas é preciso garantir qualidade na informação incluída e uso estratégico do monitoramento (uso da informação registrada).

Respondente 3

São instrumentos de grande importância para a consolidação da democracia. Pois, aproxima o cidadão da gestão pública, com vistas a contribuir, dando suas opiniões, para uma melhor execução das ações políticas.

Respondente 4

Acho que precisam ser mais abordados ainda. Neste evento da Arena podemos ter conhecimento do Participa.br, bem interessante. Porém, precisamos ter mais conhecimento e acesso a esses instrumentos.

Respondente 5

Achei super interessante a pesquisa pode esclarecer um pouco dos site que particularmente não sabia e não tinha conhecimento destes site.

Respondente 6

São vitais frente ao novos meios.

Respondente 7

Creio que são ferramentas importantes mas que devem levar em consideração as especificidades de cada região, a exemplo, a que resido e atuo, área rural, a qual a maioria da população ainda tem pouco acesso à Internet. Outra questão é que sem uma articulação efetiva deste instrumento com a efetivação de políticas públicas pouca validade na prática terá.

Respondente 8

São a melhor forma para chegarmos à democracia direta.

Respondente 9

Muito positivo pois empoderam a sociedade, e nos vemos como atuantes diante da política.

Respondente 10

Excelentes iniciativas, carecem de mais divulgação e estímulos por parte de quem faz a gestão destas, considerando ferramentas de utilidade pública. 11 Importantes formas de divulgar informações. Em minha experiência de trabalho, temos muitas dificuldades para o acesso de agricultores familiares a esses instrumentos.

Respondente 12

São importantes, acredito neles e que funcionam, mas, são pouco divulgados. Também acho que estamos num processo ainda de construção e aproximação da população com esses instrumentos e que é também uma questão de reeducação das pessoas em relação ao uso das tecnologias da informática.

Respondente 13

Acho uma ferramenta que agiliza, mas ainda é pouco utilizada. Pode ser uma ferramenta ainda de grande alcance, se mais difundida e acessível.

Respondente 14

Eu até acho que devem ser mais divulgados nos estados e município da federação.

Respondente 15

Uma faca de dois gumes, se bem utilizados são muito bons, tanto para promover justiça como para fazer injustiça. São meios em si neutros, no sentido ético. Além disso, as chamadas redes sociais são um falatório. Mas isso não significa dizer que esses canais não foram invenções muito importantes para o Brasil e humanidade. O que precisamos cada vez mais é enfrentar o desafio de usá-los cada vez melhor e contribuir para que outros também o façam.

Respondente 16

São ferramentas excelentes mas muitas cidades só conhecem em mídias de TV ou reuniões públicas.

Respondente 17

Entendo que não importantes, mas a população em geral pouco acessam.

Respondente 18

Muito importante (embora nunca podem nem devem substituir as formas de comunicação das massas: manifestações em praça pública tipo MST, Sem teto, sindicatos). As mobilizações de índios são as mais democráticas porque não têm REPRESENTANTES, o grupo sempre se manifesta como tal. As formas digitais de participação devem ser

incentivadas e divulgadas particularmente entre os grupos organizados. É necessário para tanto mapear por interesse os grupos organizados em cada estado e região do Brasil.

Respondente 19

Uma ferramenta boa para comunicação.

Respondente 20

Boas iniciativas. Precisam levar à respostas mais ágeis e efetivas.

Respondente 21

-

Respondente 22

São instrumentos importantes e eficazes e deveriam ser mais divulgados e também colocados mais à disposição da sociedade, ou seja, orientação e motivação para um maior acesso.

Respondente 23

Acho muito importante, mas não tenho acesso, pois pertenço a uma instituição muito simples. Estamos iniciando instrumentos digitais com muito atraso.

Respondente 24

Precisam ser mais difundidos para atingirem seus objetivos propostos.

Respondente 25

Um elo entre a sociedade civil e os representantes.

Respondente 26

São instrumentos e canais de comunicação que procura interagir redes que abrangem entre si, seja ela da sociedade civil, instituições públicas ou privadas e governos. Apesar da boa intenção, nosso país precisa muito avançar nesta metodologia de unir informações, com falhas na própria comunicação, nos programas digitais, no próprio acesso e na falta de conexão como, na nossa região norte. Assim, como melhorar a cultura digital brasileira. São meios de comunicações que podem ampliar a cidadania, a colaboratividade e o compartilhamento de conhecimentos, quando usados de maneira correta e acessível para todos.

Respondente 27

Acho que é preciso especificar esse conceito. Vejo que a pesquisa aqui restringe a portais sobre o tema, mas entendo que a participação pode acontecer até mesmo em redes sociais.

Respondente 28

Precisam atingir um maior número de pessoas; precisam chegar nas bases dos movimentos sociais, na ponta. São ótimos meios para fortalecer a democracia no Brasil e para articulação com outros movimentos sociais e com o governo.

Respondente 29

-

Respondente 30

-

Respondente 31

Deve servir para melhorar, mas desconheço vários instrumentos Digitais.

ANEXO F – Compilação questão aberta - Sociedade Civil Eletrônico

Respondente 1

*EXCELENTES MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA DA RCONHECIMENTO
AO POVO PARA EXERCICIO DA CIDADANIA.*

Respondente 2

DEVE SER UM INSTRUMENTO ONDE O PUBLICO TEM ACESSO.

Respondente 3

*São ferramentas que estimulam a participação da Sociedade Civil e podem servir
de instrumento para uma ampliação dos espaços democráticos.*

Respondente 4

Excelente

Respondente 5

-

Respondente 6

*Acho muito importante. Mas para que realmente tenha sucesso é necessário uma
política de educação para o uso destes instrumentos.*

Respondente 7

*Críticas à pesquisa: Sugiro explicar melhor o foco da pesquisa no início; o fato de
não conseguir voltar para a página anterior, no caso de digitação incorreta prejudicará o
resultado. / Respondendo a pergunta, tem um abismo entre teoria e prática, vamos dividir
a sociedade apenas em duas classes os menos favorecidos, não têm comida na mesa, não
têm saúde pública de qualidade, não têm ensino digno, se quer possuem saneamento básico,
nestes casos, dentre eles boa parcela da sociedade encontra-se inclusa. não há que se falar
em instrumentos digitais de participação, pois se quer há discernimento para compreensão
dos direitos fundamentais de cidadão! Já em outro viés, a camada social que goza dos
privilegios, utiliza os instrumentos em baixa escala, pois não necessitam diretamente dos
serviços públicos de base, a exemplo da educação, saúde, alimentação, etc. / Creio que
os instrumentos digitais de participação estão em sinergia com o avanço tecnológico da
sociedade, mas não possuem efetividade pelos motivos apontados acima. / Quem sabe no
futuro, um dia quando o cidadão tiver de fato status de cidadão, tais mecanismos possam*

se tornar efetivos.

Respondente 8

Um avanço rumo à participação e ao diálogo.

Respondente 9

*Excelentes formas de interagir povo e os governos estaduais, federais e municipais.
/ Meios de comunicação para informar aos cidadãos brasileiros os seus direitos e deveres
/ Formas de facilitar informações aos cidadãos brasileiros sobre as Leis do Brasil.*

Respondente 10

Apesar de usar pouco as ferramentas digitais em relação ao portal de transparência, em uma democracia deve haver aberturas em todos os órgãos governamentais, a clareza dos recursos públicos.

Respondente 11

Boa tarde!! Os instrumentos digitais de participação é ser a base da comunicação social em processo de trocas de informações para o centro das atenções seja interna ou externa, instrumentos nos quais são espaços onde deve ser de forma integral e estratégicas em plano de comunicação bem elaborado. Instrumentos fáceis, educativos, transparentes e outros.

Respondente 12

Muitos são muito complicados de encontrar e não tem muita divulgação a população.

Respondente 13

Importantes e fundamentais para consolidar a cidadania não só pela Democracia Representativa, mas também pela Democracia Participativa e Direta.

Respondente 14

Úteis ao extremo, facilitam enormemente a participação popular na formulação e avaliação das políticas públicas.

Respondente 15

Na esfera federal é o melhor com fácil acesso! Mas, pode ser melhorado e muito! / No Estado do Rio de Janeiro quase é impossível de se usar! / No Município do Rio de Janeiro é muito difícil de encontrar as informações e o que se procura!

Respondente 16

-

Respondente 17

-

Respondente 18

-

Respondente 19

Excelentes

Respondente 20

Acho que não são muito divulgados, e provavelmente não são eficientes, pois se fosse haveria muitas pessoas utilizando

Respondente 21

-

Respondente 22

Há sim um potencial de uso das TICs para potencializar a participação. Entretanto, para que essas ferramentas não sejam apropriadas pelas forças políticas de forma espúria, sendo usadas para legitimar decisões já tomadas e não para promover a efetiva participação, é necessário que antes haja uma mudança na cultura política do país.

Respondente 23

Deve servir para melhorar, mas desconheço vários instrumentos Digitais.

Respondente 24

No caso específico da Associação Jardim Vista alegre, ela não se utiliza de nenhum instrumento/ferramenta governamental, ela conta apenas com a boa vontade do fundador da Associação que paulatinamente e fielmente a comunidade divide o pouco / que possui com os membros da comunidade(associação).

Respondente 25

Pouca divulgação e modo de usar pouco divulgado.

Respondente 26

Pouco uso, sem opinião formada.

Respondente 27

Excelente , muito boa

Respondente 28

Bons

Respondente 29

Conheçemos muito pouco.

Respondente 30

TALVEZ EU PRECISE ME INTEIRAR MAIS

Respondente 31

Bom. Põe o cidadão interagido com a sociedade e tira as dúvidas que ora pensa o que os governos (Federal, estadual e Municipal) tem para oferecer nos direitos dos cidadãos.

Respondente 32

Penso que é um instrumento importantíssimo na atualidade, pois atinge o numero maior de dados que podem contribuir na construção de programas em beneficio da comunidade, mostrando transparência a quem interessar.

Respondente 33

Acho que as ONGs tem que ter treinamento para utilizar tais instrumentos. Mas muitas vezes o governo lança os instrumentos e esquece que as pessoas mais interessadas não tem acesso a tal ferramenta.

Respondente 34

A VELOCIDADE DE COMUNICAÇÃO, DECORRENTE DA ERA DIGITAL, NOS OBRIGA À INTERAÇÃO.

Respondente 35

No momento não conheço instrumento digitais de participação, pois o nosso trabalho é mais operacional, somos leigos em muitas áreas no que se diz digital, como somos leigos não tenho o que falar.

Respondente 36

BONS CANAIS DE COMUNICACAO, ENTRETANTO POUCO CONHECIDO OU POUCO INVESTIDO EM POPULARIZAR AS FERRAMENTAS, COMO TAMBÉM POUCO FISCALIZADO POR ORGAOS EXTERNOS (CGU / TCEs / SOCIEDADE)

Respondente 37

-

Respondente 38

MUITO POSITIVO

Respondente 39

São ótimas oportunidades de cada um manifestar sua vontade.

Respondente 40

O portal é muito bom, mas pouco usado

Respondente 41

Bonito na teoria, mas ainda pouco eficiente na prática.

Respondente 42

Acredito que carecem de maior divulgação. Pode ser um bom meio de interação com o cidadão.

Respondente 43

São ferramentas importante por serem democráticas e estarem sempre a disposição do cidadão e são confiáveis

Respondente 44

-

Respondente 45

-

Respondente 46

Tenho conhecimento de outros instrumentos digitais para divulgação de dados de saúde pública, perfil epidemiológico e uso de recursos públicos, porém todos são pouco divulgados para a população. A maioria dos que conheço passam constantemente por problemas técnicos.

Respondente 47

Acho excelentes, mas nem todos dominam as ferramentas ou tem acesso a a elas.

Respondente 48

Eu penso que todos esses meios são de excelência e cidadania, apenas precisamos ensinar o POVO (nação) a usá-los, utilizá-los para que os governos municipais, estaduais e federais não gastem o dinheiro da nação em propagandas inúteis, as quais darariam para construir escolas, creches, equipar e formar mais policiais, remunerar e educação continuada para os professores desse país tão lindo e próspero por conta do seu POVO e não de políticos.

Respondente 49

-

Respondente 50

São ferramentas que, se em utilizadas, contribuem significativamente para a cidadania.

Respondente 51

Pouco útil

Respondente 52

Nós ainda não aprendemos a utilizar os instrumentos colocados a nossa disposição, pois ainda estamos como adestrados, aceitando tudo que é nos impostos, assim não damos importância a esses instrumentos, pois inconscientemente pensamos que não seremos ouvidos e/ou atendidos.

Respondente 53

Acho ótimo, desde que não se torne um quarto poder.

Respondente 54

Distantes

Respondente 55

Ótimos

Respondente 56

São bons instrumentos, mas não podem ser os únicos porque grande parte da população não tem internet ou tem dificuldade de utiliza-la. Tem que ser incentivado paralelamente a inclusão digital

Respondente 57

Acho meios eficazes, porém lentos quanto aos resultados, ainda, precisam ser mais democratizados através de campanhas informativas.

Respondente 58

-

Respondente 59

São um avanço, mas precisam de maior capacidade de se reinventarem considerando as novas tecnologias e as novas formas de participação social

Respondente 60

Acho interessante pois nele sabemos o que esta acontecendo em relações as verbas e onde estão sendo empregadas.

Respondente 61

Fundamentais para o futuro que está chegando.

Respondente 62

eu acho que é muito válido

Respondente 63

Interessantes. Uma forma rápida e eficiente de interação com os gestores.

Respondente 64

A informatica é a formula atual de se comunicar rapidamente, embora seja favoravel ao corpo a corpo, com visual ativo e frente a frente, lho no olho, assim a comunicação se grava no cerebro e voce tem conhecimentos das relaidades.

Respondente 65

-

Respondente 66

-

Respondente 67

nos dias de hoje é fundamental e indispensável

Respondente 68

São ferramentas importantes que deveriam ser mais divulgadas e apresentar navegação e linguagem mais fáceis.

Respondente 69

Penso que eles devem ser mais difundidos em redes sociais e em folhetos explicativos em escolas em âmbito nacional.

Respondente 70

acho que tem pouca divulgação de suas existências, a sua divulgação em meu entendimento ruim

Respondente 71

- 72 NECESSARIOS, POREM DESCONHECIDOS.

Respondente 73

Devem ser melhor divulgados e aperfeiçoados para facilitar o acesso de forma simples

Respondente 74

São muito importantes mas as vezes confusos .

Respondente 75

Ainda muito pouco divulgados e pouco tratados para acesso da população em geral. O tecniquês prejudica todos os objetivos de transparência e comunicação almejados.

Respondente 76

Os Portais do Governo Federal são razoavelmente bons, os Portais estaduais são bons em alguns estados, em outros estados são ineficientes, de difícil acesso as informações e sem nenhuma transparência. Nos Portais dos municípios a maioria são ineficientes, de

difícil acesso as informações e sem nenhuma transparência.

Respondente 77

Fundamentais para o desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade democrática, consequentemente, como instrumentos de combate à corrupção (preventivos).

Respondente 78

Seria interessante que todos participassem com frequência mas não é o que acontece, muitas vezes lanço os dados no portal da transparência ao qual tenho que abastecer frequentemente fazendo as prestações de contas da instituição a qual atuo, mas por falta de tempo, ou curiosidade, não faço mais pesquisas.

Respondente 79

Que as entidades dos governos federal, estadual e municipal, ajudasse os projetos sociais, com a ajuda financeira, mudaria essa coisa chamada drogas.

Respondente 80

Democrático

Respondente 81

Perfeito! Onde o cidadão toma conhecimento do desempenho dos instrumentos digitais na esfera governamental.

Respondente 82

bem práticos e fáceis de utilizar

Respondente 83

quase não usamos vemos mais tv internet mas face paginas de documentos da ong e email

Respondente 84

O Portal da Transparência é uma boa fonte de pesquisa de aplicação de recursos, porém não oferece mecanismos de controle para o cidadão.

Respondente 85

E uma forma de comunicação da atualidade que vem de encontro com as necessidades dos usuários

Respondente 86

Muito bom

Respondente 87

Nunca utilizei.

Respondente 88

é um instrumentos que o cidadão comum tem de participar da vida de seu País!!

Respondente 89

É essencial para se exercer o controle social.

Respondente 90

Podem caracterizar transparência e facilidade de acesso aos dados

Respondente 91

são necessários. mas necessitam de ambientes mais amigáveis de relacionamento

Respondente 92

pouco divulgados, e as vezes de difícil acesso a informação que nós buscamos.

Respondente 93

Acho bons, mas penso que poderiam ter uma acessibilidade melhor e um amaior divulgação por parte das entidades governamentais, junto a população em geral.

Respondente 94

São imprescindíveis como instrumentos de controle social, contudo necessitam de serem melhor divulgados para se tornarem mais usuais.

Respondente 95

EMBORA NÃO TENHA UTILIZADO, MAS É DE GRANDE IMPORTANCIA

Respondente 96

-

Respondente 97

-

Respondente 98

Acredito que atenda aos princípios da administração pública, particularmente em relação a Legalidade e a publicidade.

Respondente 99

Muito válidos. / A pessoa passa a participar como cidadão documentado.

Respondente 100

São muito excludentes ainda e quem os utiliza tira conclusões que o Brasil pensa assim e esquece que mais de 50% da população é analfabeta digital e não tem sequer acesso a internet

Respondente 101

UMA ÓTIMA FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO ENTRE O GOVERNO E O POVO.

Respondente 102

ainda não achei ...

Respondente 103

-

Respondente 104

são importantes para o dialogo e a participação da sociedade.

Respondente 105

uma forma nova, porem que não está acessível a todos os brasileiros

Respondente 106

-

Respondente 107

Muito importante, porém há um desconhecimento por parte sociedade organizada

Respondente 108

Os instrumentos digitais de participação são importantes na divulgação e transparência das ações e do acesso a informação .

Respondente 109

Não tenho muito conhecimento

Respondente 110

Acho que devem ser utilizados com mais intensidade por todos nós e que devem tornar-se mais conhecidos do grande público.

Respondente 111

na realidade atual são indispensáveis para comunicação entre as esferas de governo e a população.

Respondente 112

Os portais são as formas que temos para,nos comunicarmos e interagirmos em longas distâncias físicas mas bem próximas via on line.

Respondente 113

Sempre ajuda, mas não resolve

Respondente 114

-

Respondente 115*Desconheço***Respondente 116**

Nunca tinha parado pra pensar ou nunca me interessei em pesquisar e ter esse conhecimento. Mas, penso que sejam instrumentos importantes para o cidadão, e que todos deveriam ter acesso. E com certeza com esse questionário, terei mais consciência sobre o assunto!!!

Respondente 117*Conheço poucos***Respondente 118**

Vitais e necessários devido a um aperfeiçoamento que falta da Democracia para uma Democracia Direta, Fórum Participativa e Digital Funcional

Respondente 119

Pode ser uma ferramenta importante, desde quando, disponibilizas, desburocratizadas, e que chegue ao conhecimento público

Respondente 120

Acho bom, porém o mais importante é a capacitação das entidades para melhor utilização das ferramentas, participação em editais e convênios.

Respondente 121*Pouco divulgados e muitos às vezes complicados de manusear.***Respondente 122**

não sei responder, penso que não temos a cultura de participar por estes instrumentos

Respondente 123

ACHO LEGAL E DEVEM PERMANECER EXISTINDO, PORÉM SEI QUE NO BRASIL, OS RESULTADOS POSITIVOS PARA ESSES INSTRUMENTOS POUCO SURTEM EFEITOS.

Respondente 124*Muito restritos. Não permitem maior interação.***Respondente 125**

EM SE TRATANDO DE QUALQUER BOLETIM, INSTRUMENTO REFERENTE A GOVERNO É TUDO UMA DEMAGOGIA;; / EXPLICO SE O INSTRUMENTO FOR DO PT O PSDB BARRA TUDO EU DIGO ISSO PORUQE SINTO NA PELE COM O MINHA ONG E OLHA QUE NÃO SOU FILIADO NEM AO PSDB E NEM AO PT. / / E: DILMA APOIO O COMBATE DE DROGAR LANCA PROJETOS E PROGRAMAS AQUI NO FINAL DA LINHA O PREFEITO QUE É DO PSDB CORTA TUDO NÃO DEIXA ACONTECER. / É ACHO QUE JA FALEI DEMAIS

Respondente 126

-

Respondente 127

Pouco divulgados.

Respondente 128

AINDA SÃO ACESSADOS POR POUCAS PESSOAS

Respondente 129

Devem ser melhor divulgados para população.

Respondente 130

Que o governo não ouve a opinião das pessoas e planeja suas ações com base nos interesses de empresas e empresários.

Respondente 131

Uma ferramenta de acompanhamento de como os governantes estão gestando.

Respondente 132

Importantes para que a população participe democraticamente das decisões que afetam a sociedade.

Respondente 133

-

Respondente 134

Acho que podem ser interessante porém não tenho tanta certeza quanto a sua real eficacia. /

Respondente 135

São interessantes.

Respondente 136

-

Respondente 137

excelente ferramenta para melhorar e agilizar a gestão.

Respondente 138

E a revolução da contabilidade, e uma ferramenta para facilitar a vida dos usuarios.

Respondente 139

Acho que são poucos divulgados, pois acredito que a maioria das pessoas não conhecem. Penso que são instrumentos que tem muito a contribuir com a participação cidadã, principalmente por ser por meio digital.

Respondente 140

Bons, pois aproxima a população dos governantes, possibilitando maior participação política do cidadão.

Respondente 141

Não conheço.

Respondente 142

a sociedade vem cada vez mais cobrar dos gestores prestações de contas, pelo fato de estar evoluindo e se informando a respeito do assunto. Aquele tabu que política não se discute vem caindo por chão aos poucos. Com isso cada vez mais os gestores se veem em uma situação de extrema cobrança, que os levam a prestar contas de forma integra apresentando a real situação de sua administração. esta prestação de contas caminha para demonstrar um novo conceito de prestação de contas, onde contemple os resultados alcançado em relação aos objetivos que o gestor utilizou para realizar a atividade demonstrando o real impacto desta ação na sociedade deixando claro a sua efetividade. mas ainda e necessario que estes winstrumentos de participação social seja disponibilizados para a população com uma linguagem que as pessoas possam compreender ,pois um exemplo de participação social e a prestação de contas por parte dos gestores .

Respondente 143

Não conheço

Respondente 144

Não!

Respondente 145

Tudo é sempre muito demorado. Necessita de agilidade.

Respondente 146

-

Respondente 147

POUCO DIVULGADOS E NA MINHA REALIDADE (ONDE A MAIORIA DA POPULAÇÃO VIVE NO SÍTIO) QUASE QUE DESCONHECIDO OU MUITO POUCO UTILIZADO

Respondente 148

Embora tenha essa disponibilidade, não acho que atinge a população pois não percebo essa cultura no brasileiro

Respondente 149

Bons

Respondente 150

Ineficazes

Respondente 151

não tenho muito a relatar pois não tenho conhecimento dos mesmos

Respondente 152

sao esclarecedores, porém poucos divulgados pela midia(TV, rádios, redes sociais).

Respondente 153

importantissimo, porém quando trata-se do governo federal não se pode confiar, pois fazem uso politico partidário de convencimento, não usam como metodo científico ou mesmo de compreensão ou escuta das demandas da população. já fizemos denuncias de uso errado de verbas federais e nunca nos responderam, pois que agiu errado tem ligação politica com o governo federal e foi no site converse com a presidenta, deu em nada

Respondente 154

Ainda esta longe do alcance das pessoas, poucos conhecem e tem acesso ou tempo para acessar. São bons, mas precisa de tempo e equipamentos para acompanhar. acredito que o papel ainda chega primeiro do que as informações digitais. Ainda precisa muito tempo para o Brasil sair deste analfabetismo digital. E tem outro dado, quando você esta entendendo o processo muda tudo de novo.

Respondente 155

Não tenho muito conhecimento, mas são necessários e deveriam ser mais divulgados

Respondente 156

Importantes, porém não muita garantia se os dados são realmente o que se mostra.

Respondente 157

É UMA FERRAMENTA PARA USAR COM RESPONSABILIDADE AS VEZES

AS PESSOAS EMBARCAM EM COMUNICAÇÕES SEM SABER A ORIGEM E QUEM PATROCINA AQUELE SITE E OUTROS

Respondente 158

UMA EVOLUÇÃO, QUE NOS AJUDA A ESTARMOS LIGADOS COM OS GOVERNOS E TENDO MAIS EFICÁCIA NAS AÇÕES A SEREM FEITAS E CONSCIENTES DE TODOS OS PROGRAMAS, PROCESSOS. E FINANCIAMENTOS E GASTOS FEITOS E OS QUE SERÃO CONCRETIZADOS.

Respondente 159

Desconheço.

Respondente 160

-

Respondente 161

Acredito que são pouco usados devido o desconhecimento por parte da população. Poderiam ser mais divulgados, bem como, haver mais interesse por parte de cada cidadão;

Respondente 162

-

Respondente 163

bons, mas deve haver mais divulgação sobre os trabalhos realizados e que podem ser úteis para a comunidade em geral

Respondente 164

ABERTURA DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO

Respondente 165

A MELHOR E MAIS FÁCIL

Respondente 166

São essenciais e positivos para atender a quem realmente necessita

Respondente 167

Uma forma inclusiva de participação, mas pouca divulgada para uso da população.

Respondente 168

Preciso conhecê-los.

Respondente 169

Dos poucos que conheço, bons, mas ainda sem a devida divulgação.

Respondente 170

Excelente forma de participação popular, quando o cidadão tem domínio e tempo para desfrutar dos benefícios dos instrumentos digitais disponíveis.

Respondente 171

-

Respondente 172

Acha importante, pois hoje com o avanço tecnológico é importante.

Respondente 173

São, geralmente genéricos e não permitem o usufruto da maioria da população. Principalmente, a parcela da população que vive no meio rural em que até cobertura de telefonia fixa e móvel é incipiente.

Respondente 174

ENVOLVE A POPULAÇÃO NAS INFORMAÇÕES DO GOVERNO.

Respondente 175

Desde que se tenha acesso e se saiba qual informação se quer e em que local procurar, os instrumentos digitais são eficientes. O problema é que há tanta informação em tantos lugares que se perde muito do interesse central.

Respondente 176

-

Respondente 177

o meio facilitador de comunicação

Respondente 178

Acredito que são os melhores meios da sociedade interagir com o governo como também com as entidades e organizações não governamental, mas que será consolidada sua ação na próxima década quando os adolescentes de hoje tornarem se cidadãos

Respondente 179

Acho que dependendo do local ou espaço geografico em que se localiza a instituição o seu alcance é muito restrito, principalmente no interior do nordeste.

Respondente 180

-

Respondente 181

ainda estao sem dados coerente com arealidade pois se tudo estivesse certo nao

haveria tanta robalheira e nem falta de saude assistencia a população mais tudo para a copa para nos nada

Respondente 182

É um instrumento de comunicação mais ágil e que possibilita uma maior participação popular e conhecimento sobre temas afins na defesa, garantia de direitos e na construção de políticas públicas eficazes e que resultem no processo de desenvolvimento social. Construindo uma sociedade mais igualitária.

Respondente 183

Necessário mais divulgação e participação da comunidade/governo.

Respondente 184

Importantes mas necessitam de maior divulgação

Respondente 185

excelente instrumento de participação, mas deve haver transparencia e mais facilidade de acesso

Respondente 186

Estou descrente da classe política, não acredito no que eles falam, isso, generalizando. Por isso, não quero participar de nada que envolva essa politicagem. Acredito e gosto muito de política, mas isso que é feito no Brasil não é política, é somente jogo de interesse de alguns que mandam no poder.

Respondente 187

Tenho pouco conhecimento

Respondente 188

Sao muito poucos divulgados e de doficil entendimento, apesar da importancia.

Respondente 189

Acho muito úteis no mundo globalizado em que vivemos. Sendo de maior facilidade o contato com órgãos muitas vezes distantes das nossas realidades.

Respondente 190

Uma forma de garantir a participação de diversos atores no processo de construção de políticas.

Respondente 191

burocraticos , dificeis de se aprender a lidar

Respondente 192

falta participar a existencia deles

Respondente 193

Acho que exercem um papel muito relevante.

Respondente 194

usei poucos

Respondente 195

Acredito que servem para que todos tenham acesso no gasto das finanças públicas, tendo um olhar de participação e fiscalização dos investimentos que são licitados, para que não haja os tão falados desvios de verbas públicas.

Respondente 196

IMPORTANTES, MAS SÓ MESMO QUANDO PRECISO QUE ACESSO.

Respondente 197

Instrumentais que dão transparências as ações e atividades do governo e das entidades públicas e privadas /

Respondente 198

-

Respondente 199

Creio que é um instrumento muito poderoso , ainda com falhas

Respondente 200

Não tenho conhecimento o bastante para comentar.

Respondente 201

-

Respondente 202

Acredito ser um instrumento bem eficaz de comunicação com a sociedade. No entanto, as páginas devem se mais acessíveis e disponíveis.

Respondente 203

FALTA MUITO PARA NOS APROPRIARMOS DESSES INSTRUMENTOS QUER SEJA POR DESCONHECIMENTO, DESINTERESSE.

Respondente 204

-

Respondente 205

Maneira democrática e moderna de administrar em cumprimento da lei de acesso a informação, tornando-se assim um instrumento valioso para uma gestão que atende ao princípio republicano da finalidade pública.

Respondente 206

Um ferramenta quando usada por pessoas inteligente e liberta, fantástica, na mão dos jornalistas da rede globo que são prisioneiros da emissora uma tragedia.

Respondente 207

Ainda precários em termos de utilização e especificação clara e precisa de seu uso.

Respondente 208

pouco difundidos, pouco atraentes!

Respondente 209

Uma ferramenta importante para a participação social, transparência administrativa e organização política...

Respondente 210

-

Respondente 211

São bons mas precisa ser mais divulgados a grande maioria da população não tem conhecimento.

Respondente 212

São meios importantes para informar a população sobre o que acontece nas esferas do governo; no entanto ainda há grande desconfiança por parte da população quanto à veracidade dos dados apresentados, já que as fontes oficiais poderiam servir para camuflar ou distorcer a realidade e se transformarem em instrumentos de manipulação da população; mas devem ser levados a sério e fiscalizados para que não omitam dados relevantes nem distorçam os fatos a fim de manipular a opiniao pública;

Respondente 213

-

Respondente 214

MEIOS DE INTERAÇÃO QUE APROXIMA A COMUNIDADE COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS, PRIVADOS, ONGs, ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS COMUNITÁRIOS, IGREJA, ENTRE OUTROS.

Respondente 215

Deveriam ser de ampla divulgação, para conhecimento de um maior numero de

peessoas.

Respondente 216

SÃO OTIMOS COM INFORMAÇÕES VARIADAS,

Respondente 217

Tudo que traz informações para o cidadão, é de grande serventia.

Respondente 218

que são pouco divulgados e dada pouca importancia pela população, como meio de controle social sobre os encaminhamentos da administração pública

Respondente 219

alguns são bons, mais há alguns que são para determinadas areas.

Respondente 220

são boas formas de comunicação

Respondente 221

São instrumentos bem favoráveis a participação de todos

Respondente 222

se forem utilizados de forma construtiva, concordo.

Respondente 223

Não participo de nenhum, mas gostaria de participar de um instrumento simplificado, que dê informações de forma simples e que possa ser consultado diariamente. Na maioria das vezes os instrumentos existentes, para se analisar temos que dedicar grandes períodos de tempo, o que nos dias de hoje, é impossível.

Respondente 224

Considero o Portal da Transparência bom, sobre os demais não posso opinar, pois desconheço.

Respondente 225

fracos

Respondente 226

Deveria ser mais divulgados para o povão.

Respondente 227

IMPORTANTES AO CIDADÃO, VISTO QUE ATRAVÉS DO CONHECIMENTO DA MÁQUIA PÚBLICA PODERÁ FUTURAMENTE TOMAR DECISÕES QUE POSSAM MELHOR A POLÍTICA DO PAÍS.

Respondente 228

bom para quem tem necessidade.

Respondente 229

Apesar de reconhecer que uso pouco, creio que os instrumentos digitais de participação são importantes ferramentas de comunicação, informação e mobilização social.

Respondente 230

Acho legal mas tem que ter maior divulgação

Respondente 231

Fonte de informação segura e facilidade de acesso as informações, além da transparência

Respondente 232

Um bom meio de se conseguir informações e participação.

Respondente 233

confusos

Respondente 234

Ainda não acessei, irei acessar os instrumentos digitais para avalia-los

Respondente 235

Muito pouco divulgado e sem muita facilidade pra acesso.

Respondente 236

PARECEM SER INTERESSANTES, MAS SÃO POUCOS DIVULGADOS PARA UM MELHOR USO DA SOCIEDADE.

Respondente 237

Extremamente relevante, promove a democracia participativa, a transparência da gestão pública a aproxima o cidadão da gestão pública.

Respondente 238

Praticidade, mas com a corrupção no poder governamental ficamos desmotivados!

Respondente 239

Desconheço

Respondente 240

Em geral, são muito ruins, precisam ser mais amigáveis para melhorar a comunicação.

Respondente 241

É um instrumento valioso para os tempos atuais.

Respondente 242

Excelentes

Respondente 243

-

Respondente 244

Uma forma de divulgar os acontecimentos, mais precisão de ser conhecidos.

Respondente 245

As vezes funcionam.

Respondente 246

Muito interessante mais como conhecemos não usamos com frequência

Respondente 247

São meios rápidos e fáceis de comunicação, mas na minha opinião, pouco divulgados, visto que não participo de redes sociais.

Respondente 248

Fundamentais pois é uma forma do povo estar mais presente na política

Respondente 249

Importante pois é uma forma de fazer com que o cidadão expresse seus sentimentos

Respondente 250

Válido é importante

Respondente 251

insuficientes no que diz respeito a possibilidade do cidadão inferir de alguma maneira no processo decisório das diversas questões apresentadas.

Respondente 252

São ferramentas importantíssimas que, para que funcionem melhor, precisam: a) se tornar mais conhecidas e b) que o país amplie, facilite e possibilite Internet de qualidade para todas as regiões.

Respondente 253

-

Respondente 254

Os sistemas de inscrições e cadastros são eficientes, mas só como estatística, os outros não conheço.

Respondente 255

Não obstante não ter, ainda, uma cultura de utilizá-los, vejo como instrumentos adequados para estes nossos tempos em que a efetividade das ações, na realidade concreta de nossas vidas, dá-se por primeiro no campo das interlocuções virtuais. Temos muito que aprender sobre a força e o impacto que o poder virtual pode ter (e tem) sobre nossa vida cotidiana, bem como nossas formas de articulações sociopolíticas.

Respondente 256

Esses instrumentos são interessantes, é um avanço para a sociedade, porém, de restrito acesso, pois além da desinformação das pessoas, incluindo eu, há aquelas que nem acesso a um computador tem, quem dirá se manifestar através de espaços digitais.

Respondente 257

ACHO QUE É O FUTURO. PRECISAMOS NOS APROPRIAR DELES.

Respondente 258

Infelizmente não conheço nenhum deles, mas sinceramente sou meio desanimada no que se refere ao governo REALMENTE ouvir a opinião pública e realizar ações que sejam para o benefício e desenvolvimento geral da população.

Respondente 259

TEM QUE SER MAIS DIVULGADO

Respondente 260

Bom

Respondente 261

São eficientes porém com pouca visibilidade

Respondente 262

Acho que são instrumentos fundamentais na democracia, porém muito pouco usados e quase desconhecidos das pessoas.

Respondente 263

Mesmo sendo de grande importância, ainda são pouco conhecidos e utilizados.

Respondente 264

Os que conheço são bons instrumentos para o exercício da cidadania participativa.

Respondente 265

INSTRUMENTOS A DISPOSIÇÃO DE TODA POPULAÇÃO, MAS POPULAÇÃO ESTA QUE NÃO TEM ACESSO E NEM CONHECIMENTO DAS MESMAS, E QUE POR OUTRO LADO NÃO APRESENTAM UMA LINGUAGEM DE ENTENDIMENTO IGUALITÁRIO PARA AS DIVERSAS CLASSES SOCIAIS

Respondente 266

Os sites de serviços atendem as minhas necessidades

Respondente 267

-

Respondente 268

Ele é bom ,pois chega as noticias mais rapido e eficiente.

Respondente 269

Muito importante

Respondente 270

Tenho certeza da eficácia, celeridade e economia que se pode atingir através dos instrumentos digitais de participação, entretanto entendo que um nível satisfatório de eficiência só será plenamente atingido quando houver uma maior familiaridade dos operadores desses instrumentos, sendo necessário a facilitação ao acesso, informação constante e incentivada.

Respondente 271

São importantes instrumentos de conhecimento público e demonstram que realmente vivemos um movimento democrático e transparente.

Respondente 272

Ferramentas eficientes, desde que sejam devidamente divulgadas.

Respondente 273

Acho que são necessários e podem funcionar muito bem, mas precisam ser conhecidos.

Respondente 274

muito bons, facilitam a integração e informação

Respondente 275

-

Respondente 276

Falho na divulgação

Respondente 277

Quando estava inscrito num BH Cidadania recebi tantos emails por dia que tive que cancelar assinatura

Respondente 278

MECANISMOS QUE APROXIMAM E FAVORECE A PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Respondente 279

Pouca divulgação

Respondente 280

PODERIA SER MELHOR CASO DIVULGASSEM MELHOR.

Respondente 281

Pouco explicativos e de difícil entendimento. Não é acessível a toda a população e deveria ser mais atualizado

Respondente 282

Acho fundamental porém teno consciência que são conhecidos.

Respondente 283

Acho excelente, porém precisa ter o acesso facilitado e de forma mais direta, pois existem vários instrumentos e cada um com uma forma diferente a ser acessado e na pressa e falta de familiaridade, acabo desistindo em realizá-lo, deixando-o para mais tarde. É o caso dos três ultimos da lista acima. Em ONGs, nem sempre, temos funcionários que possa ficar tentando o acesso, ou alguém que nos ensine como fazê-lo.

Respondente 284

Importantes, pois nos permitem conhecer as ações do governo, a utilização dos recursos públicos e como a sociedade civil organizada está participando desses processos.

Respondente 285

Pouco divulgados, de difícil acesso , sem muita utilidade

Respondente 286

Acho os instrumentos digitais de participação eficientes.

Respondente 287

Poderia se firmar como ferramenta eficaz de participação, porém nem todos os movimentos e entidades tem acesso a tais instrumentos

Respondente 288

Os que precisei usar, não tive problemas ex. SEDESE, SERVAS, MDS,MS.

Respondente 289

Podem ser válidos, desde que usado por pessoas conscientes. A nação está tomada pela inconsciência.

Respondente 290

Acredito que são um grande avanço na participação cidadã. Há a questão das parcelas da população que não participam por não terem acesso à banda larga, por outro lado, permite que mais gente participe ao passo que pode ser feito de casa, a qualquer horário.

Respondente 291

excelentes, pois na era digital, para poder atingir grandes massas, a tecnologia é o melhor caminho.

Respondente 292

Acho importantes para disseminação da informação, mas de acordo com o grau ainda pouco de informatização da população brasileira, é necessária uma proximidade maior, um interesse do gestor na participação popular, o que,infelizmente, o gestor ainda não deseja.

ANEXO G – Governo Escuta

Ferramenta	Data	Título	Descrição
Debate ou evento	04/05/11	Bullying	Para debater a prática de bullying nas escolas públicas o Governador reuniu especialistas da sociedade civil e do poder público.
Governo Escuta	11/05/11	Debate sobre a lei de Estrangeirismo	O polêmico projeto de lei que veta o uso de palavras estrangeiras no Rio Grande do Sul foi debatido no Governo Escuta.
Governo Escuta	29/06/11	Debate sobre Software Livre	Governador participa de encontro com ativistas e especialistas em tecnologia e software livre durante o Fórum Internacional Software Livre (fisl12).
Governador Pergunta	09/11/11	Lançamento da Consulta Pública sobre Saúde	Evento de lançamento da 1ª edição do Governador Pergunta.
Governador Pergunta	14/12/11	Encerramento do Governador Pergunta 201	Evento de encerramento da consulta pública sobre saúde com a presença do governador Tarso Genro e dos autores das propostas escolhidas na votação.
Governo Escuta	04/06/12	A Liberdade na Sociedade Digital	Encontro do Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro com o criador do movimento software livre, Richard Stallman.
Governo Escuta	12/06/12	Copa do Mundo de 2014	Os impactos e o legado da Copa do Mundo de 2014 para o Rio Grande do Sul e para o Brasil foram tema da 4ª edição do Governo Escuta.
Governador Pergunta	09/10/12	Lançamento consulta pública sobre trânsito	Evento de lançamento da 2ª edição do Governador Pergunta com presença de autoridades e participação do público e internautas.
Governador Pergunta	30/11/12	Consulta Pública sobre Segurança no Trânsito	Acompanhe aqui o encerramento da 2ª edição do Governador Pergunta, momento em que o Governador se encontra com os autores das propostas vencedoras.

Ferramenta	Data	Título	Descrição
Debate ou evento	05/03/13	Lançamento do Sistema Estadual da Cultura	Lançamento do Sistema Estadual de Cultura, com a ministra Marta Suplicy e o governador Tarso Genro.
Governo Escuta	07/03/13	Novo Modelo de Pedágios	Audiência pública digital sobre o novo modelo de pedágios, evento que reuniu governo e sociedade civil na discussão sobre a criação da Empresa Gaúcha de Rodovias e a administração das estradas
Debate ou evento	18/03/13	Plano Estadual de Cultura	Em transmissão ao vivo, o secretário adjunto da Cultura, Jéferson Assunção, tira dúvidas, comenta e apresenta detalhes da Consulta Pública sobre o Plano Estadual de Cultura.
Governo Escuta	05/04/13	Experiências de Democracia Digital no RS, no Brasil e no Mundo	Gabinete Digital e pesquisadores internacionais discutem experiências de democracia em rede no III Seminário Internacional do Sistema Estadual de Participação
Governo Escuta	03/05/13	Audiência Pública Digital	Governador Tarso Genro e taxistas da capital discutem segurança nas ruas.
Debate ou evento	13/06/13	Lançamento De Olho nas Obras	"Gabinete Digital lança De Olho nas Obras, uma ferramenta de monitoramento colaborativo de obras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pela internet"
Governo Escuta	20/06/13	O que dizem as ruas?	"O governador Tarso Genro dialoga com manifestantes do RS e do Brasil sobre as manifestações que tomam as ruas do país, no Governo Escuta "O que dizem as ruas?."
Governo Escuta	27/06/13	Governo Escuta #reformapolítica	Diante do cenário de mobilizações que sacudiram o país nas últimas semanas, o Governo Escuta debate reforma política com o governador Tarso Genro.

Ferramenta	Data	Título	Descrição
Debate ou evento	04/07/13	Lançamento da Consulta sobre Reforma Política	Com o objetivo de contribuir com o debate em nível nacional, o governador Tarso Genro lança uma consulta popular sobre reforma política, através do site do Gabinete Digital.
Debate ou evento	22/07/13	Encerramento consulta pública #reformapolítica	Os resultados e prioridades elencadas pela votação popular na consulta pública sobre reforma política do Gabinete Digital são apresentados pelo governador Tarso Genro.
Governo Escuta	22/10/13	Saúde	O governador Tarso Genro, o ministro Alexandre Padilha e convidados debatem a saúde pública no Brasil e no RS.
Governo Escuta	23/10/13	Debate do Marco Civil	Debate sobre o #marcocivil da internet no Estúdio Hybrido. A transmissão é feita em parceria com a PósTV.
Governo Escuta	25/11/13	#RedeLilás	O governador Tarso Genro, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, e a secretária estadual de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão, debatem a construção do papel da mulher na sociedade e lançam a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.
Debate ou evento	23/01/14	Almoço com blogueir@s e ativistas digitais	O governador Tarso Genro almoça com blogueir@s e ativistas digitais, às vésperas do Conexões Globais.
Governo Escuta	26/02/14	A #Copa que queremos	Primeira de uma série de diálogos sobre a Copa do Mundo realizados pelo Governo do Rio Grande do Sul, com movimentos sociais e sociedade civil.

Ferramenta	Data	Título	Descrição
Governo Escuta	25/03/14	#DialogosCopa	Em meio às polêmicas envolvendo a realização da Copa do Mundo no Brasil, diálogo não vai faltar. O Gabinete Digital lança uma série de consultas e audiências com os atores que estão no centro do debate sobre o Mundial no estado e no país.
Debate ou evento	09/04/14	O papel da mídia no golpe de 64	No aniversário de 50 anos do golpe que roubou a democracia do Brasil por mais de 20 anos, o Diálogo em Rede é sobre a participação de um dos atores chave desse processo, a imprensa.
Governo Escuta	14/04/14	Diálogos Governo-Sociedade Civil #Copa2014	O Governo Federal debate a Copa de 2014 com movimentos sociais em Porto Alegre, com a participação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.
Governo Escuta	22/04/14	#ArenaNETMundial	Durante três dias, a cidade de São Paulo vai abrigar discussões fundamentais para garantir uma internet livre, colaborativa, democrática e plural.
Governo Escuta	09/05/14	Diálogos em Rede no #Fisl15	Roda de conversa para avaliação e discussão sobre as políticas digitais e iniciativas voltadas à participação de governos de diferentes partes do Brasil.
Governo Escuta	27/05/14	Diálogos com a Juventude	Com a proposta de divulgar as oportunidades de formação e qualificação existentes para a rede pública de Ensino e comunidade escolar, o Governo do Estado, através do Pacto Gaúcho pela Educação, está promovendo seis encontros denominados “Diálogos com a Juventude” em diferentes regiões do Estado.

Ferramenta	Data	Título	Descrição
Governo Escuta	09/06/14	Diálogos #CopaRS	O Gabinete Digital encerra o ciclo de consultas e audiências do projeto Diálogos da Copa, reunindo os autores das questões mais votadas pela sociedade gaúcha e autoridades estaduais para prestar contas sobre a atuação e investimentos do Governo relacionados ao evento esportivo.

Fonte: Compilação própria

ANEXO H – Governo Responde

Ferramenta	Data	Participação - Pergunta (sucinta) que foi respondida
Governador Responde	15/07/11	Secretaria da Fazenda - Agente Fiscal do Tesouro do Estado - Desejo saber se o Governo pretende efetuar nomeações para a Secretaria da Fazenda ainda esse ano?
Governador Responde	15/07/11	Bombeiros - A tendência brasileira é a desvinculação dos bombeiros das polícias militares. Apenas o RS e SP continuam vinculados à PM, já que PR e BA separam em 2011 e 2012 respectivamente. Qual a posição do Governo do Estado com relação a separação dos Bombeiros da Brigada Militar, criando assim o Corpo de Bombeiros Militar?
Governador Responde	15/07/11	Software Livre - Sabemos que além dos imensos custos de licenciamento de sistemas gastos por todos os órgãos públicos no Brasil, a tecnologia vem nos levando para um ciclo de dependência técnica e econômica das grandes multinacionais de TI, ciclo que só poderá ser quebrado com ações de médio e longo prazo, para que o RS passe de consumidor a produtor de inovações nesta área, passando por capacitação, mudanças no ensino, por incentivos fiscais e diversas outras ações que teriam um importante retorno econômico para o Estado. Pergunto, qual a política estabelecida pelo Sr. Governador a respeito do tema?
Governador Responde	16/08/11	Compromisso do Governo com Técnicos Científicos assumido em plenário - Compromisso do Governo com Técnicos Científicos assumido em plenário
Governador Responde	23/09/11	Copa do Mundo e Turismo - O que o Governo pretende fazer do ponto de vista do Turismo para a Copa do Mundo 2014? O que ficará para a população gaucha após o evento? De que forma iremos manter as oportunidades de destaque que surgirão na mídia internacional e nacional para o nosso Estado?

Ferramenta	Data	Participação - Pergunta (sucinta) que foi respondida
Governador Responde	25/10/11	Polícia Civil - Governador Tarso Genro, sabemos que atualmente o déficit de policiais civis está em torno de 7.000 homens, dados estes fornecidos pela SERVIPO/RS e que muitos da ativa já estão com direito de pedir sua aposentadoria o que causaria uma baixa maior ainda no efetivo. Gostaria de saber que medidas o atual governo está tomando para solucionar este problema?
Governador Responde	05/03/12	Auxílio Moradia - Como o Governo se posiciona frente à iminência dos Membros do MP que estiveram na ativa entre os anos de 1994 e 1998, detentores dos mais altos salários do serviço público, receberem Auxílio Moradia do Estado, totalizando uma despesa de cerca de 500 milhões de reais ao erário, recursos que poderiam ser aplicados na melhoria da saúde e na valorização dos professores e brigadianos gaúchos?
Governador Responde	05/03/12	Agente administrativo do quadro geral um exemplo de miséria dentro do governo - Porque um agente administrativo do quadro geral ganha R\$633,91 enquanto o mesmo cargo no IRGA, na PGE e outros órgãos da esfera estadual recebem R\$1.200,00 como remuneração?
Governador Responde	05/03/12	Quando teremos uma forma de pagamento humana e justa do crédito educativo do RS - PROCRED?
Governador Responde	25/06/12	Assédio Moral – O que o Senhor governador pretende fazer para prevenir e reprimir a prática de assédio moral na sua Administração? O Senhor estaria disposto a enviar o projeto de lei que os servidores estão discutindo em suas entidades e na CUT?
Governador Responde	16/08/12	Sindicato solicita concurso público - O Estado do Rio Grande do Sul atenderá a esta reivindicação do Sindicato e promoverá o concurso?

Ferramenta	Data	Participação - Pergunta (sucinta) que foi respondida
Governador Responde	16/08/12	Negociação Coletiva dos Servidores Públicos - Quando o Estado irá discutir a regulamentação em nível estadual com os sindicatos de servidores públicos?
Governador Responde	16/08/12	Duplicação da RS-118 - Até quando continuaremos sendo submetidos ao martírio de ter que trafegar em uma rodovia de alto risco a segurança, totalmente congestionada, cheia de buracos e com obras de alargamento totalmente paradas ?
Governador Responde	16/08/12	Quando o governo do RS pretende implantar o modelo conhecido como nota fiscal paulista?

Fonte: Compilação própria

ANEXO I – Descrição do ParticipaBr

Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br

Comunidade (26)	Descrição	Data de Criação	Quantidade de administradores	Quantidade de Membros	Quantidade de Posts (tópicos)	Quantidade de TAGs
Participa.br	Essa comunidade não está aberta a tod@s, será usada apenas para publicação de conteúdo específico. Apenas os administradores do Participa.br podem entrar. Agradecemos a compreensão.	17/07/13	4	14	163	??
Compromisso Nacional	sem descrição	17/07/2013	2	3	0	0
Política Nacional	sem descrição	17/07/2013	2	3	0	0
Comigrar	A Comigrar é uma iniciativa governamental inédita que promove a participação da sociedade na construção de políticas de migração para o Brasil. Esta comunidade no Participa.br é a rede social e o ponto de encontro dos diversos atores interessados no tema e na discussão dos conceitos centrais da política migratória, além de referencial sobre metodologia e documentação da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, que será realizada em 2014 em São Paulo.	12/11/2013	11	208	110	/
SinPas-DF	sem descrição	20/11/2013	3	13	1	0
Escola da Cultura Digital	sem descrição	26/11/2013	6	36	11	10
Ajuda	Esta comunidade é destinada apenas à publicação de artigos e tutoriais que auxiliem os usuários do Participa.Br a aproveitar todas as funcionalidades da rede e esclarecer dúvidas. Tem alguma dúvida? Poste aqui. Tem alguma dica que pode ajudar outros usuários? Poste aqui.	04/12/2013	3	251	24	58

Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br

Comunidade (26)	Descrição	Data de Criação	Quantidade de administradores	Quantidade de Membros	Quantidade de Posts (tópicos)	Quantidade de TAGs
Comunidade das Organizações da Sociedade Civil	As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são atores fundamentais para as iniciativas de interesse público e para o aprofundamento das democracias. Esta comunidade do Participa.br se apresenta como um espaço aberto para debater os temas relativos ao fortalecimento das organizações da sociedade civil e de suas relações com o Estado.	05/12/2013	12	94	23	31
Agente de Inclusão Digital	Esta comunidade tem como objetivo estabelecer o diálogo entre todos os atores envolvidos com a Inclusão Digital no Brasil para a elaboração de referenciais curriculares da nova proposta de formação de Agentes de Inclusão Digital para o catálogo de cursos FIC do PRONATEC.	05/12/2013	3	63	7	7
Soberania Digital	Na sociedade da informação, países estão cada vez mais se preocupando com a construção de políticas públicas que garantam autonomia e soberania dos povos sobre os meios tecnológicos.	05/12/2013	3	79	9	26
Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA	A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é a política criada pelo governo para fornecer aos cidadãos acesso aos dados e informações públicas através da Internet com o objetivo de empoderar a sociedade, modernizar a prestação de serviços e disseminar a cultura de governo aberto, gerando valor econômico e social.	05/12/2013	3	45	2	6
Ouvidorias	A Ouvidoria-Geral da União, unidade ligada à Controladoria-Geral da União, estabeleceu como eixo estratégico para sua atuação a criação de um Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Participe desse processo!	06/12/2013	**	63	**	**
Educultura	sem descrição	06/12/2013	2	83	10	8

Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br

Comunidade (26)	Descrição	Data de Criação	Quantidade de administradores	Quantidade de Membros	Quantidade de Posts (tópicos)	Quantidade de TAGs
Software Público Brasileiro	Essa comunidade pretende debater os temas relacionados com o processo de evolução e consolidação do Portal do Software Livre Brasileiro como plataforma e ambiente de compartilhamento de softwares. O Portal tem como objetivo principal a gestão racionalizada de recursos e gastos de informática, e pretende a ampliação de parcerias e reforço da política de software livre no setor público. Estamos em processo de desenvolvimento. Colabore! Participe!	08/12/2013	18	138	58	13
Participação Social	Comunidade que reúne os debates centrais para o fortalecimento da participação da sociedade na formulação e monitoramento das políticas públicas	09/12/2013	1	133	23	36
Eventos	Nesta comunidade a equipe Participa.br reúne materiais relativos aos eventos que a plataforma Participa esteve presente e/ou ajudou a organizar. Aqui você encontra textos, fotos, vídeos e outros. Também estão documentadas as blogagens coletivas e outras contribuições recebidas. Seja bem vind@! Participa Brasil!	17/01/2014	2	16	10	23
CONTRAP – Tráfico de Pessoas	sem descrição	20/01/2014	2	12	1	3
ODS – Desenvolvimento Sustentável	Comunidade da Secretaria-Geral da Presidência da República que tem por objetivo obter contribuições da sociedade civil para Agenda Pós-2015.	05/02/2014	3	63	9	9
Juventude	**	07/02/2014	**	29	**	**

Tabela 8 – Descrição das comunidades do Participa.Br

Comunidade (26)	Descrição	Data de Criação	Quantidade de administradores	Quantidade de Membros	Quantidade de Posts (tópicos)	Quantidade de TAGs
Governo Aberto	A Open Government Partnership (OGP) ou Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa internacional que tem o objetivo de assegurar compromissos concretos de governos nas áreas de promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e de fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias, de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis.	07/02/2014	5	77	1	2
Participação Planejamento Orçamento (PPA, LDO e LOA)	Espaço de diálogo e colaboração da comunidade de participação no planejamento e orçamento do governo federal.	14/02/2014	1	58	12	20
NET Mundial	sem descrição	14/02/2014	7	94	13	39
Fórum Interconselhos	sem descrição	21/02/2014	1	1	1	0
Arena	sem descrição	23/03/2014	3	28	100	26
Agroecologia	Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte)	25/03/2014	4	71	4	12
Sociedade e Estado	A comunidade se destina a acompanhar o Participa.br e outras iniciativas de democracia conectiva. Em especial, é um espaço proposto para a Sociedade acompanhar a abertura dos canais virtuais de gerência do Estado.	27/03/2014	2	32	1	0

Fonte: Compilação própria

Nota: ** não foi encontrada a informação no portal